



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XLVII — Nº 64

QUINTA-FEIRA, 10 DE DEZEMBRO DE 1992

BRÁSÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 63ª SESSÃO CONJUNTA, EM 9 DE DEZEMBRO DE 1992

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Leitura de Mensagens Presidenciais

— Nº 174, de 1992-CN (nº 848/92, na origem), submetendo à deliberação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 104/92-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, crédito suplementar no valor de Cr\$15.278.559.387.000,00 para os fins que especifica.

— Nº 175, de 1992-CN (nº 849/92, na origem), submetendo à deliberação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 105/92-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$4.299.580.000,00, para os fins que especifica.

— Nº 176, de 1992-CN (nº 850/92, na origem), submetendo à deliberação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 106/92-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União, em favor de diversos órgãos, créditos adicionais até o limite de Cr\$396.887.000,00, para os fins que especifica.

— Nº 177, de 1992-CN (nº 851/92, na origem), submetendo à deliberação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 107/92-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$33.614.186.000,00, para os fins que especifica.

— Nº 178, de 1992-CN (nº 852/92, na origem), submetendo à deliberação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 108/92-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes e das Comunicações, crédito suplementar no valor de Cr\$100.956.620.000,00, para os fins que especifica.

— Nº 179, de 1992-CN (nº 853/92, na origem), submetendo à deliberação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 109/92-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União crédito suplementar no valor de Cr\$33.604.970.000,00, para os fins que especifica.

— Nº 180, de 1992-CN (nº 854/92, na origem), submetendo à deliberação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 110/92-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes e das Comunicações, crédito suplementar no valor de Cr\$298.380.727.000,00, para os fins que especifica.

— Nº 181, de 1992-CN (nº 855/92, na origem), submetendo à deliberação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 111/92-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$10.000.000.000,00, para os fins que especifica.

— Nº 182, de 1992-CN (nº 856/92, na origem), submetendo à deliberação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 112/92-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União crédito suplementar no valor de Cr\$29.288.116.000,00, para os fins que especifica.

— Nº 183, de 1992-CN (nº 857/92, na origem), submetendo à deliberação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 113/92-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União, em favor do Ministério de Minas e Energia, crédito suplementar no valor de Cr\$39.709.408.000,00, para os fins que especifica.

— Nº 184, de 1992-CN (nº 858/92, na origem), submetendo à deliberação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 114/92-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$3.050.300.000,00, para os fins que especifica.

1.2.2 — Comunicações

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

MANOEL VILELA DE MAGALHÃES

Diretor-Geral do Senado Federal

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor Executivo

CARLOS HOMERO VIEIRA NINA

Diretor Administrativo

LUIZ CARLOS BASTOS

Diretor Industrial

FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral Cr\$ 70.000,00

Tiragem 1.200 exemplares

— Da Liderança do PFL, referente a indicação do Senador Odacir Soares em substituição ao Senador Henrique Almeida, como suplente, na Comissão Mista destinada a examinar a Medida Provisória nº 311/92.

— Da Liderança do PDS, referente a indicação da Deputada Célia Mendes em substituição ao Deputado Osvaldo Bender, na vaga de Suplente na Comissão especial Mista, destinada a apreciar a Medida Provisória nº 311/92.

1.3 — ORDEM DO DIA

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 1992, (nº 1.353/91, na Casa de origem), que dispõe sobre a complementação de aposentadoria do extinto Departamento de Correios e Telegrafos — DCT, e dá outras providências. **Rejeitado.** À promulgação.

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 1990, que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da Administração Pública Federal, e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 1991 (nº 1.390/91, na Casa de origem), que dispõe sobre antecipação a ser compensada quando da revisão geral da remuneração dos servidores públicos, corrige e reestrutura tabelas de vencimentos, e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 1990 (nº 3.099/89, na origem), que dispõe sobre a Lei Orgânica da Assistência Social, suas definições, princípios e diretrizes, determina competências gerais em cada esfera de governo, benefícios e serviços, fontes de financiamento, e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 1991 (nº 516/91, na Casa de origem), que dispõe sobre a competência da Superintendência Nacional do Abastecimento — Sunab, altera a Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962, e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 1991 (nº 826/91, na Casa de origem), que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 1991 (nº 825/91, na Casa de origem), que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 1991-CN, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o ano de 1992, e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 120, de 1990 (nº 5.284/90, na Casa de origem), que dispõe sobre normas partidárias. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 1991 (nº 514/91, na Casa de origem), que cria o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente — Conanda, e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 1991 (nº 912/91, na Casa de origem), que dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 1991 (nº 5.804/90, na Casa de origem), que dispõe sobre a capacitação e competitividade do setor de informática e automação, e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 1990 (nº 4.084/89, na Casa de origem), que disciplina o art. 100 da Constituição Federal, dispondo sobre créditos alimentícios. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 1991 (nº 1.992/91, na Casa de origem), que reajusta valores da tabela progressiva para cálculo do Imposto de Renda. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 15, de 1991-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito especial no valor de Cr\$85.163.000,00, para os fins que especifica. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 140, de 1991 (nº 2.452/91, na Casa de origem), que estabe-

lece diretrizes para que a União possa realizar a consolidação e reescalonamento de dívidas das administrações direta e indireta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 139, de 1991 (nº 2.158/91, na Casa de origem), que extingue a contribuição e o adicional incidente sobre saídas de açúcar a que se referem os Decretos-Leis nº 308, de 28 de fevereiro de 1967, e 1.952, de 15 de julho de 1982, os subsídios de equalização de custos de produção de açúcar; e dispõe sobre isenção de IPI nas operações que menciona. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 127, de 1991 (nº 2.088/91, na Casa de origem), que dispõe sobre parcela do frete pago pelas indústrias das Regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sul, na aquisição de produtos siderúrgicos, laminados planos, comuns e revestidos, para efeito de satisfação do IPI. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial apostado ao projeto de Lei da Câmara nº 11, de 1992 (nº 2.592/92, na Casa de origem), que dispõe sobre os vencimentos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 1992 (nº 2.613/92, na Casa de origem), que dispõe sobre os vencimentos dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça, dos Juízes dos Tribunais Regionais Federais, dos Juízes Federais e dos Juízes Federais Substitutos. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 1992 (nº 2.614/92, na Casa de origem), que dispõe sobre os vencimentos dos Ministros do Superior Tribunal Militar e dos Juízes da Justiça Militar Federal. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 15, de 1992 (nº 2.621/92, na Casa de origem), que dispõe sobre os vencimentos dos Desembargadores, Juízes de Direito Substitutos e Juízes de Direito dos Territórios, integrantes da Justiça do Distrito Federal e Territórios. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 1992 (nº 2.631/92, na Casa de origem), que dispõe sobre os vencimentos dos Ministros do Tribunal Superior do Trabalho, dos Juízes dos Tribunais Regionais do Trabalho, dos Juízes Presidentes de Juntas de Conciliação e Julgamento e dos Juízes do Trabalho Substitutos. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 1992 (nº 2.615/92, na Casa de origem), que dispõe sobre os vencimentos dos Membros do Ministério Público da União e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 1992, que dispõe sobre a organização de Ministérios e dá outras providências. **Apreciação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 1991, (nº 5.394/85, na Casa de origem), que introduz alterações na Lei nº 4.886, de 9 de dezembro de 1965,

que regula as atividades dos representantes comerciais autônomos. **Apreciação adiada por falta de quorum.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 1991, (nº 1.371/88, na Casa de origem), que proíbe a comercialização de medicamentos cuja fabricação ou venda foi interdita no país de origem. **Apreciação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 1990, (nº 5.329/90, na Casa de origem), que cria junta de Conciliação e Julgamento na 4ª Região da Justiça do Trabalho e dá outras providências. **Apreciação adiada por falta de quorum.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 1991, (nº 1.991/89, na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a criar uma escola agrotécnica federal no Município de Araguaína, Estado do Tocantins, e dá outras providências. **Apreciação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 126, de 1990, (nº 1.854/89, na Casa de origem), que cria a Carreira de Apoio Técnico-Administrativo do Ministério Público da União e seus cargos, fixa valores de vencimentos, e dá outras providências. **Apreciação adiada por falta de quorum.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 287, de 1983, (nº 8.509/86, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a divulgação dos dados cadastrais relativos a latifúndios. **Apreciação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 1992, (nº 1.445/91, na Casa de origem), que dispõe sobre a criação de juntas de Conciliação e Julgamento nas regiões da Justiça do Trabalho, define jurisdições e dá outras providências. **Apreciação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 1991, (nº 4.064/89, na Casa de origem), que dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União e dá outras providências. **Apreciação adiada por falta de quorum.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 63, de 1991, (nº 1.047/91, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a profissão de Fotógrafo e Cinegrafista e de Técnico em Cinefotografia e dá outras providências. **Apreciação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei nº 3, de 1992-CN, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 1993, e dá outras providências. **Apreciação adiada por falta de quorum.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 280, de 1991, (nº 2.715/92, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a criação do selo comemorativo dos 160 anos da fotografia no Brasil e dá outras providências. **Apreciação adiada por falta de quorum.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 193, de 1986, (nº 8.342/86, na Câmara dos Deputados), que acrescenta parágrafo ao art. 153 do Código Eleitoral, com vistas a facilitar a votação de eleitores com impedimento religioso. **Apreciação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 123, de 1991 (nº 3.278/89, na Casa de origem), que institui-

cionaliza o Programa de Crédito Educativo para estudantes carentes. **Apreciação adiada** por falta de **quorum**.

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 1992 (nº 3.133/92, na Casa de origem), que dispõe sobre a disponibilidade financeira do Fundo de Amparo ao Trabalhador — FAT, e dá outras providências. **Apreciação adiada** por falta de **quorum**.

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 1992 (nº 3.170/92, na Casa de origem), que concede antecipação de reajuste de vencimentos e de soldos dos servidores civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências. **Apreciação adiada** por falta de **quorum**.

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 1992 (nº 2.627/92, na Casa de origem), que altera a composição e a organização interna do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, com sede em Brasília — DF, e dá outras providências. **Apreciação adiada** por falta de **quorum**.

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 1992 (nº 4.572/90, na Casa de origem), que organiza a Justiça Militar da União e regula o funcionamento de seus Serviços Auxiliares. **Apreciação adiada** por falta de **quorum**.

1.3.1 — Comunicações da Presidência

— Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 20 horas e 8 minutos, com Ordem do Dia que designa.

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 64ª SESSÃO CONJUNTA, EM 9 DE DEZEMBRO DE 1992

2.1 — ABERTURA

2.2 — ORDEM DO DIA

Medida Provisória nº 310, de 13 de novembro de 1992, que autoriza a utilização de recursos do Fundo de Marinha Mercante em favor da Companhia Lloyd Brasileiro — LLOYDBRÁS. **Aprovada** com emenda, após usarem da palavra os Senhores Chico Vigilante, Vital do Rego, João Paulo, Carlos Lupi, Vivaldo Barbosa, Clóvis Assis, Cidinha Campos, Moroni Torgan, Genebaldo Correia, Ubiratan Aguiar. À Comissão Mista para redação final.

Redação final do texto aprovado, consubstanciado no Projeto de Lei de Conversão nº 6/92. **Aprovada**. À sanção.

Projeto de Lei nº 28/92-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União, em favor do Ministério da Educação, crédito suplementar no valor de Cr\$122.077.661.000,00, para os fins que especifica. **Discussão adiada** em virtude de acordo de Lideranças.

Projeto de Lei nº 74/92-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$214.577.389.000,00, para os fins que especifica. **Aprovado** após parecer de Plenário. À sanção.

Projeto de Lei nº 77/92-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$10.700.000.000,00, para fins que especifica. **Aprovado** após parecer de Plenário. À sanção.

Projeto de Lei nº 85/92-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da União crédito especial até o limite de Cr\$330.126.020.000,00, para os fins que especifica. **Aprovado** após parecer de Plenário. À sanção.

Projeto de Lei nº 48/92-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes e das Comunicações, crédito especial até o limite de Cr\$241.666.666.000,00, para os fins que especifica. **Apreciação adiada** por acordo de Lideranças.

Projeto de Lei nº 68/92-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União, em favor do Ministério da Educação, crédito suplementar no valor de Cr\$42.408.409.000,00, para os fins que especifica. **Apreciação adiada** por acordo de Lideranças.

Projeto de Lei nº 76/92-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União, em favor do Ministério da Educação, crédito suplementar no valor de Cr\$1.006.424.491.000,00, para os fins que especifica. **Apreciação adiada** por acordo de Lideranças.

Projeto de Lei nº 81/92-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$1.299.380.000,00, para os fins que especifica. **Apreciação adiada** por acordo de Lideranças.

Projeto de Lei nº 87/92-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial até o limite de Cr\$8.355.450.000,00, para os fins que especifica. **Apreciação adiada** por acordo de Lideranças.

Projeto de Lei nº 91/92-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União, em favor do Ministério da Educação, crédito suplementar no valor de Cr\$165.861.588.000,00, para os fins que especifica. **Apreciação adiada** por acordo de Lideranças.

2.2.1 — Comunicação da Presidência

— Convocação de sessão conjunta a realizar-se 2ª-feira próxima, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

2.3 — ENCERRAMENTO

Ata da 63ª Sessão, em 9 de dezembro de 1992

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura

Presidência do Sr. Mauro Benevides

ÀS 19 HORAS E 45 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Afonso Camargo — Almir Gabriel — Alufzio Bezerra — Álvaro Pacheco — Amazonino Mendes — Amir Lando — Antonio Mariz — Aureo Mello — Bello Parga — Beni Veras —

Carlos De'Carli — Carlos Patrocínio — César Dias — Chagas Rodrigues — Cid Saboia de Carvalho — Darcy Ribeiro — Dario Pereira — Divaldo Suruagy — Eduardo Suplicy — Elcio Álvares — Eva Blay — Gerson Camata — Guilherme Palmeira — Henrique Almeida — Humberto Lucena — Hydekkel Freitas —

Iram Saraiva - Irapuan Costa Júnior - Jarbas Passarinho - João Calmon - João França - João Rocha - Jonas Pinheiro - Josaphat Marinho - José Paulo Bisol - José Richa - Júlio Campos - Júnia Marise - Jutahy Magalhães - Juvêncio Dias - Lavoisier Maia - Levy Dias - Louremberg Nunes Rocha - Lourival Baptista - Luiz Alberto - Magno Bacelar - Mansueto de Lavor - Márcio Lacerda - Marco Maciel - Mário Covas - Marluce Pinto - Mauro Benevides - Meira Filho - Moisés Abrão - Nelson Carneiro - Nelson Wedekin - Ney Maranhão - Odacir Soares - Onofre Quinan - Pedro Simon - Pedro Teixeira - Rachid Saldanha Derzi - Raimundo Lira - Ronan Tito - Ruy Bacelar - Teotonio Vilela Filho - Valmir Campelo - Wilson Martins.

OS SENHORES DEPUTADOS:

RORAIMA

ALCESTE ALMEIDA	BLOCO 1
AVENIR ROSA	PDC
JOAO FAGUNDES	PMDB
MARCELO LUZ	BLOCO 2
RUBEN BENTO	BLOCO 1
TERESA JUCA	PDS

AMAPA

AROLD GOES	PDT
ERALDO TRINDADE	BLOCO 1
FATIMA PELAES	BLOCO 1
GILVAM BORGES	PMDB
LOURIVAL FREITAS	PT
MURILO PINHEIRO	BLOCO 1
VALDENOR GUEDES	BLOCO 2

PARA'

ALACID NUNES	BLOCO 1
CARLOS KAYATH	BLOCO 1
DOMINGOS JUVENIL	PMDB
ELIEL RODRIGUES	PMDB
GERSON PERES	PDS
GIOVANNI QUEIROZ	PDT
HERMINIO CALVINHO	PMDB
HILARIO COIMBRA	BLOCO 1
MARIO CHERMONT	BLOCO 2
MARIO MARTINS	PMDB
NICIAS RIBEIRO	PMDB
OSVALDO MELO	PDS
PAULO ROCHA	PT
PAULO TITAN	PMDB
SOCORRO GOMES	PCdoB
VALDIR GANZER	PT

AMAZONAS

BETH AZIZE	PDT
EULER RIBEIRO	PMDB
EZIO FERREIRA	BLOCO 1
JOSE DUTRA	PMDB
PAUDERNEY AVELINO	PDC

RONDONIA

ANTONIO MORIMOTO	BLOCO 1
CARLOS CAMURCA	BLOCO 2
EDISON FIDELIS	BLOCO 1
MAURICIO CALIXTO	BLOCO 1
NOBEL MOURA	BLOCO 2
PASCOAL NOVAES	BLOCO 1
REDITARIO CASSOL	BLOCO 2

ACRE

ADELAIDE NERI	PMDB
FRANCISCO DIOGENES	PDS
JOAO MAIA	BLOCO 2
JOAO TOTA	PDS
RONIVON SANTIAGO	BLOCO 1
ZILA BEZERRA	PMDB

TOCANTINS

DERVAL DE PAIVA	PMDB
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	PDC
FREIRE JUNIOR	BLOCO 1
HAGAHUS ARAUJO	PMDB
LEOMAR QUINTANILHA	PDC
OSVALDO REIS	BLOCO 2
PAULO MOURAO	PDS

MARANHAO

CESAR BANDEIRA	BLOCO 1
CID CARVALHO	PMDB
COSTA FERREIRA	BLOCO 2
EDUARDO MATTIAS	PDC
HAROLDO SABOIA	PT
JAYME SANTANA	PSDB
JOAO RODOLFO	PDS
JOSE BURNETT	BLOCO 1
JOSE CARLOS SABOIA	PSB
JOSE REINALDO	BLOCO 1
NAN SOUZA	BLOCO 2

PAULO MARINHO	BLOCO 1	GILSON MACHADO	BLOCO 1
RICARDO MURAD	BLOCO 1	INOCENCIO OLIVEIRA	BLOCO 1
ROSEANA SARNEY	BLOCO 1	JOAO COLACO	BLOCO 2
		JOSE MENDONCA BEZERRA	BLOCO 1
CEARA		JOSE MUCIO MONTEIRO	BLOCO 1
		LUIZ PIAUHYLINO	PSB
AECIO DE BORBA	PDS	MAURILIO FERREIRA LIMA	PMDB
ANTONIO DOS SANTOS	BLOCO 1	MAVIAEL CAVALCANTI	BLOCO 1
ARIOSTO HOLANDA	PSB	MIGUEL ARRAES	PSB
CARLOS BENEVIDES	PMDB	RENILDO CALHEIROS	PCdoB
EDSON SILVA	PDT	RICARDO FIUZA	BLOCO 1
ERNANI VIANA	PSDB	ROBERTO FRANCA	PSB
GONZAGA MOTA	PMDB	ROBERTO FREIRE	PCB
JOSE LINHARES	PSDB	ROBERTO MAGALHAES	BLOCO 1
LUIZ GIRAO	PDT	SALATIEL CARVALHO	BLOCO 2
LUIZ PONTES	PSDB	WILSON CAMPOS	PMDB
MARCO PENAFORTE	PSDB		
MARIA LUIZA FONTENELE	PSB		
MAURO SAMPAIO	PSDB	ALAGOAS	
MORONI TORGAN	PSDB		
SERGIO MACHADO	PSDB	AUGUSTO FARIAS	BLOCO 1
UBIRATAN AGUIAR	PMDB	CLETO FALCAO	S/P
VICENTE FIALHO	BLOCO 1	JOSE THOMAZ NONO	PMDB
		MENDONCA NETO	PDT
PIAUÍ		OLAVO CALHEIROS	PMDB
		VITORIO MALTA	PDS
B. SA	BLOCO 2		
JOAO HENRIQUE	PMDB	SERGIPE	
MURILO REZENDE	PMDB		
PAULO SILVA	PSDB	BENEDITO DE FIGUEIREDO	S/P
RIO GRANDE DO NORTE		CLEONANCIO FONSECA	BLOCO 1
		DJENAL GONCALVES	PDS
FERNANDO FREIRE	PDS	EVERALDO DE OLIVEIRA	BLOCO 1
FLAVIO ROCHA	PL	JERONIMO REIS	BLOCO 1
IBERE FERREIRA	BLOCO 1	JOSE TELES	PDS
JOAO FAUSTINO	PSDB	MESSIAS GOIS	BLOCO 1
		PEDRO VALADARES	BLOCO 2
PARAIBA		BAHIA	
FRANCISCO EVANGELISTA	S/P		
IVAN BURITY	BLOCO 1	ALCIDES MODESTO	PT
IVANDRO CUNHA LIMA	PMDB	ANGELO MAGALHAES	BLOCO 1
JOSE LUIZ CLEROT	PMDB	AROLDI CEDRAZ	BLOCO 1
JOSE MARANHÃO	PMDB	BENITO GAMA	BLOCO 1
RIVALDO MEDEIROS	BLOCO 1	BERALDO BOAVENTURA	PDT
VITAL DO REGO	PDT	CLOVIS ASSIS	PDT
ZUCA MOREIRA	PMDB	ERALDO TINOCO	BLOCO 1
PERNAMBUCO		FELIX MENDONCA	BLOCO 1
		GEDDEL VIEIRA LIMA	PMDB
		GENEBALDO CORREIA	PMDB
ALVARO RIBEIRO	PSB	HAROLDO LIMA	PCdoB
FERNANDO LYRA	PDT	JAMES RIBEIRO	PSDB

JAIRO AZI	PDC	MARCOS LIMA	PMDB
JAIRO CARNEIRO	BLOCO 1	ODELMO LEAO	BLOCO 1
JACQUES WAGNER	PT	OSMANIO PEREIRA	PSDB
JOAO ALMEIDA	PMDB	PAULO HESLANDER	BLOCO 1
JOAO ALVES	PDS	PEDRO TASSIS	PMDB
JONIVAL LUCAS	PDC	ROMEL ANISIO	BLOCO 1
JORGE KHOURY	BLOCO 1	SAMIR TANNUS	PDC
JOSE CARLOS ALELUIA	BLOCO 1	SANDRA STARLING	PT
JOSE FALCAO	BLOCO 1	SAULO COELHO	PSDB
LEUR LOMANTO	BLOCO 1	TARCISIO DELGADO	PMDB
LUIS EDUARDO	BLOCO 1	TILDEN SANTIAGO	PT
LUIZ MOREIRA	BLOCO 1	VITTORIO MEDIOLI	PSDB
LUIZ VIANA NETO	S/P	WAGNER DO NASCIMENTO	BLOCO 1
MANOEL CASTRO	BLOCO 1	WILSON CUNHA	BLOCO 1
NESTOR DUARTE	PMDB	ZAIRE REZENDE	PMDB
PRISCO VIANA	PDS		
RIBEIRO TAVARES	PL	ESPIRITO SANTO	
SERGIO BRITO	PDC		
SERGIO GAUDENZI	PDT	ALOIZIO SANTOS	PDT
TOURINHO DANTAS	BLOCO 1	ETEVALDA GRASSI DE MENEZES	PMDB
UBALDO DANTAS	PSDB	JONES SANTOS NEVES	PL
ULDURICO PINTO	PSB	JORIO DE BARROS	PMDB
WALDIR PIRES	PDT	NILTON BAIANO	PMDB
		RITA CAMATA	PMDB
		ROBERTO VALADAO	PMDB

MINAS GERAIS

AGOSTINHO VALENTE
 ALOISIO VASCONCELOS
 ALVARO PEREIRA
 ANIBAL TEIXEIRA
 ARACELY DE PAULA
 ARMANDO COSTA
 AVELINO COSTA
 CELIO DE CASTRO
 ELIAS MURAD
 FELIPE NERI
 FERNANDO DINIZ
 GENÉSIO BERNARDINO
 GETULIO NETO
 HUMBERTO SOUTO
 ISRAEL PINHEIRO
 ISRAEL PINHEIRO
 JOAO PAULO
 JOAO ROSA
 JOSE GERALDO
 JOSE SANTANA DE VASCONCELOS
 JOSE ULISSES DE OLIVEIRA
 LAEL VARELLA
 LEOPOLDO BESSONE
 LUIZ TADEU LETTE

PT
 PMDB
 PSDB
 BLOCO 1
 BLOCO 1
 PMDB
 PL
 PSB
 PSDB
 PMDB
 PMDB
 PMDB
 PL
 BLOCO 1
 PDS
 PSD
 PRS
 PT
 BLOCO 1
 PMDB
 BLOCO 1
 PRS
 BLOCO 1
 BLOCO 2
 PMDB

RIO DE JANEIRO

ALDIR CABRAL
 ALVARO VALLE
 AROLDE DE OLIVEIRA
 ARTUR DA TAVOLA
 BENEDITA DA SILVA
 CARLOS ALBERTO CAMPISTA
 CARLOS LUPI
 CARLOS SANTANA
 CIDINHA CAMPOS
 CYRO GARCIA
 EDUARDO MASCARENHAS
 FABIO RAUNHEITTI
 FRANCISCO SILVA
 JAIR BOLSONARO
 JANDIRA FEGHALI
 JOAO MENDES
 JOSE VICENTE BRIZOLA
 JUNOT ABI-RAMIA
 LAERTE BASTOS
 LUIZ SALOMAO
 MARINO CLINGER
 MIRO TEIXEIRA
 PAULO DE ALMEIDA
 PAULO PORTUGAL

BLOCO 1
 PL
 BLOCO 1
 PSDB
 PT
 PDT
 PDT
 PT
 PDT
 PT
 PDT
 BLOCO 1
 BLOCO 2
 PDC
 PCdoB
 BLOCO 1
 PDT
 PDT
 PDT
 PDT
 PDT
 BLOCO 1
 PDT

PAULO RAMOS	PDT	ROBSON TUMA	PL
REGINA GORDILHO	S/P	SOLON BORGES DOS REIS	BLOCO 1
ROBERTO JEFFERSON	BLOCO 1	TADASHI KURIKI	BLOCO 1
SANDRA CAVALCANTI	BLOCO 1	TUGA ANGERAMI	PSDB
SERGIO AROUCA	PCB	VALDEMAR COSTA	PL
SERGIO CURY	PDT	WALTER NORY	PMDB
SIDNEY DE MIGUEL	PV		
VIVALDO BARBOSA	PDT	MATO GROSSO	
VLADIMIR PALMEIRA	PT		
		AUGUSTINHO FREITAS	BLOCO 1
		JOAO TEIXEIRA	PL
		JOAQUIM SUCENA	BLOCO 1
		JONAS PINHEIRO	BLOCO 1
		JOSE AUGUSTO CURVO	PL
		RODRIGUES PALMA	BLOCO 1
SAO PAULO			
ALBERTO HADDAD	BLOCO 2		
ALOIZIO MERCADANTE	PT		
ANDRE BENASSI	PSDB		
ARNALDO FARIA DE SA	BLOCO 1		
ARY KARA	PMDB		
BETO MANSUR	PDT	DISTRITO FEDERAL	
CARDOSO ALVES	BLOCO 1		
CARLOS NELSON	PMDB	AUGUSTO CARVALHO	PCB
CUNHA BUENO	PDS	CHICO VIGILANTE	PT
DELFIN NETTO	PDS	EURIDES BRITO	BLOCO 2
DIOGO NOMURA	PL	JOFRAN FREJAT	BLOCO 1
EDUARDO JORGE	PT	MARIA LAURA	PT
FABIO MEIRELLES	PDS	PAULO OCTAVIO	BLOCO 1
FAUSTO ROCHA	BLOCO 1	SIGMARINGA SEIXAS	PSDB
FLORESTAN FERNANDES	PT		
GASTONE RIGHI	BLOCO 1		
GERALDO ALCKMIN FILHO	PSDB	GOIAS	
HELIO BICUDO	PT		
HELIO ROSAS	PMDB	ALANO DE FREITAS	PMDB
IRMA PASSONI	PT	ANTONIO DE JESUS	PMDB
JORGE TADEU MUDALEN	PMDB	ANTONIO FALEIROS	PSDB
JOSE CICOTE	PT	DELIO BRAZ	BLOCO 1
JOSE DIRCEU	PT	JOAO NATAL	PMDB
JOSE GENOINO	PT	LUIZ SOYER	PMDB
JOSE MARIA EYMAEL	PDC	MARIA VALADAO	PDS
KOYU IHA	PSDB	MAURO BORGES	PDC
LUIZ CARLOS SANTOS	PMDB	OSORIO SANTA CRUZ	PDC
LUIZ GUSHIKEN	PT	PAULO MANDARINO	PDC
MAGALHAES TEIXEIRA	PSDB	RONALDO CAIADO	BLOCO 1
MALULY NETTO	BLOCO 1	VIRMONDES CRUVINEL	PMDB
MARCELINO ROMANO MACHADO	PDS	ZE GOMES DA ROCHA	BLOCO 1
MARCELO BARBIERI	PMDB		
MENDES BOTELHO	BLOCO 1		
NELSON MARQUEZELLI	BLOCO 1	MATO GROSSO DO SUL	
OSWALDO STECCA	PMDB		
PAULO NOVAES	PMDB	FLAVIO DERZI	BLOCO 1
PEDRO PAVAO	PDS	GEORGE TAKIMOTO	BLOCO 1
RICARDO IZAR	PL	NELSON TRAD	BLOCO 1
ROBERTO ROLLEMBERG	PMDB	VALTER PEREIRA	PMDB

PARANA		RIO GRANDE DO SUL	
ANTONIO BARBARA	BLOCO 1	ARNO MAGARINOS	BLOCO 1
BASILIO VILLANI	PDS	CARLOS AZAMBUJA	PDS
CARLOS SCARPELINI	BLOCO 2	CARRION JUNIOR	PDT
DELCEINO TAVARES	BLOCO 2	PAULO DUARTE	BLOCO 1
EDESIO PASSOS	PT	RENATO VIANNA	PMDB
EDI SILIPRANDI	PDT	RUBERVAL PILOTTO	PDS
ELIO DALLA-VECCHIA	PDT	VASCO FURLAN	PDS
FLAVIO ARNS	PSDB		
IVANTO GUERRA	BLOCO 1	ADROALDO STRECK	PSDB
JONI VARISCO	PMDB	ADYLSO MOTA	PDS
LUIZ CARLOS HAULY	BLOCO 2	ALDO PINTO	PDT
MUNHOZ DA ROCHA	PSDB	AMAURY MULLER	PDT
ONAIRES MOURA	BLOCO 1	CELSE BERNARDI	PDS
OTTO CUNHA	BLOCO 1	EDEN PEDROSO	PDT
PAULO BERNARDO	PT	FERNANDO CARRION	PDS
PEDRO TONELLI	PT	FETTER JUNIOR	PDS
PINGA FOGO DE OLIVEIRA	BLOCO 1	GERMÃO RIGOTTO	PMDB
REINHOLD STEPHANES	BLOCO 1	HILARIO BRAUN	PMDB
RENATO JOHNSON	S/P	IBSEN PINHEIRO	PMDB
RUBENS BUENO	PSDB	JORGE UQUEDE	PSDB
SAID FERREIRA	PMDB	JOSE FORTUNATI	PT
WERNER WANDERER	BLOCO 1	NELSON JOBIM	PMDB
WILSON MOREIRA	PSDB	ODACIR KLEIN	PMDB
		OSVALDO BENDER	PDS
		PAULO PAIM	PT
		RAUL PONT	PT
		TELMO KIRST	PDS
		WILSON MULLER	PDT
SANTA CATARINA		O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A lista de	
ANGELA AMIN	PDS	presença acusa o comparecimento de 68 Srs. Senadores e	
CESAR SOUZA	BLOCO 1	382 Srs. Deputados.	
DEJANDIR DALPASQUALE	PMDB	Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.	
DERCIO KNOP	PDT	Sobre a mesa mensagens que serão lidas pelo Sr. 1º Secre-	
HUGO BIEHL	PDS	tário.	
JARVIS GAIDZINSKI	PL	São lidas as seguintes:	
LUCI CHOINACKI	PT		
NELSON MORRO	BLOCO 1		
NEUTO DE CONTO	PMDB		
ORLANDO PACHECO	BLOCO 1		

MENSAGEM Nº 174, DE 1992-CN

(nº 848/92, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República, o texto do projeto de lei que "Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do

Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, crédito suplementar no valor de R\$ 15.278.559.387.000,00, para os fins que especifica".

Brasília, 8 de dezembro de 1992.



E.M. Nº 113 /SEPLAN-PR

Brasília, 07 de dezembro de 1992.

Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República,

Submeto à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, no valor de Cr\$ 15.278.559.387.000,00 (quinze trilhões, duzentos e setenta e oito bilhões, quinhentos e cinquenta e nove milhões, trezentos e oitenta e sete mil cruzeiros) em favor do Banco Central do Brasil - BACEN, do Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO e do Fundo de Compensação e Variações Salariais - FCVS.

2. A presente solicitação destina-se à cobertura das seguintes despesas:

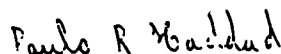
	<u>Cr\$ Mil</u>
	<u>15.278.559.387</u>
BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN	215.000.000
- Pessoal e Encargos Sociais	185.000.000
- Outras Despesas Correntes	30.000.000
SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO..	385.759.387
- Outras Despesas Correntes	313.392.815
- Investimentos	72.366.572
FUNDO DE COMPENSAÇÃO E VARIAÇÕES SALARIAIS - FCVS...	14.677.800.000
- Outras Despesas de Capital	14.677.800.000

3. Os recursos necessários ao atendimento do referido crédito são provenientes do excesso de arrecadação de Recursos Diretamente Arrecadados de Outras Fontes das referidas Unidades Orçamentárias, em conformidade com o disposto nos arts. 41 § 1º e 43, §§1º, inciso II e 3º da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

4. Cabe esclarecer que no tocante ao Fundo de Compensação e Variações Salariais - FCVS, as receitas próprias são oriundas da emissão e rendimento das Letras Hipotecárias da Caixa Econômica Federal - CEF, escriturais e nominativas, recebidas pelo Fundo para pagamento exclusivo dos débitos da CEF, conforme autorização contida na Resolução nº 1.923, do Conselho Monetária Nacional, 30 de abril de 1992.

5. Cumpre informar, ainda, que foram obedecidas as prescrições contidas no art. 167, inciso V da Constituição Federal.

Respeitosamente,



PAULO ROBERTO HADDAD
Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Planejamento,
Orçamento e Coordenação da Presidência da República

**ANEXO À EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DA SECRETARIA
DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E COORDENAÇÃO
DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA Nº 113 , DE 07 / 12 /92**

1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências:

Cobertura de despesas adicionais com Pessoal e Encargos Sociais, Outras Despesas Correntes, Investimentos e Outras Despesas de Capital.

2. Soluções e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta:

Abertura de crédito suplementar em favor do Banco Central do Brasil, Serviço Federal de Processamento de Dados e Fundo de Compensação e Variações Salariais, através de Projeto de Lei.

3. Alternativas existentes às medidas ou atos propostos:

4. Custos:

O valor total do crédito é de Cr\$ 15.278.559.387.000,00, e será atendido com recursos provenientes do excesso de arrecadação de Recursos Diretamente Arrecadados - Outras Fontes-das referidas Unidades Orçamentárias.

5. Razões que justificam a urgência:

6. Impacto sobre o meio ambiente:

--

7. Síntese do parecer do órgão jurídico:

--

PROJETO DE LEI Nº 104, de 1992-CN

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, crédito suplementar no valor de Cr\$ 15.278.559.387.000,00, para os fins que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 8.409, de 28 de fevereiro de 1992), em favor do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, crédito suplementar no valor de Cr\$ 15.278.559.387.000,00 (quinze trilhões, duzentos e setenta e oito bilhões, quinhentos e cinquenta e nove milhões, trezentos e oitenta e sete mil cruzeiros), para atender à programação indicada no Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão da incorporação do excesso de arrecadação de Recursos Diretamente Arrecadados - Outras Fontes, na forma do Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ANEXO I À LEI Nº DE DE DE 1992

25000 - MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
25201 - BANCO CENTRAL DO BRASIL

CR\$ 1 000 00

CREDITO SUPLEMENTAR

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		185 000 000	185 000 000						
PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL		185 000 000	185 000 000						
ORDENAMENTO ECONÔMICO FINANCEIRO		185 000 000	185 000 000						
03 009 0042 2015		185 000 000	185 000 000						
COORDENAÇÃO E ORIENTAÇÃO DAS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS									
COORDENAR, ORIENTAR E EXECUTAR AS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS QUE VISAM Atingir OS OBJETIVOS DE GOVERNO EM SUAS DIFERENTES ÁREAS DE ATUAÇÃO									
03 009 0042 2015 0004	FISCAL	185 000 000	185 000 000						
POLÍTICA MONETÁRIA E CAMBIAL									
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA		70 000 000			30 000 000				
PREVIDÊNCIA		30 000 000			30 000 000				
PREVIDÊNCIA SOCIAL A SEGURADORIA		30 000 000			30 000 000				
15 082 0482 2024		30 000 000			30 000 000				
CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA PRIVADA									
PROPORCIONAR COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIAS E PESSOAS CONTRIBUINDO PARA RENOVACÃO DA FORÇA DE TRABALHO									
15 082 0482 2024 0001	FISCAL	70 000 000			30 000 000				
FUNDAÇÃO BANCO CENTRAL DE PREVIDÊNCIA PRIVADA									
TOTAL FISCAL		219 000 000	185 000 000		30 000 000				

25000 - MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
25207 - SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS

CR\$ 1 000 00

CREDITO SUPLEMENTAR

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		385 798 387			313 382 819	72 386 572			
ADMINISTRAÇÃO		385 798 387			313 382 819	72 386 572			
INFORMATICA		385 798 387			313 382 819	72 386 572			
03 007 0024 2243		385 798 387			313 382 819	72 386 572			
ATENDIMENTO, DESENVOLVIMENTO E PRODUÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMATICA									
DOTAR OS USUÁRIOS DE RECURSOS COMPUTACIONAIS EFICAZES PARA AUXILIAR NA ANÁLISE DESENVOLVIMENTO, PROCESSAMENTO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DAS AÇÕES NECESSÁRIAS À VIABILIZAÇÃO DAS ATIVIDADES-FIN. DE DIVERSOS SETORES NA ÁREA GOVERNAMENTAL									
03 007 0024 2243 0001	FISCAL	385 798 387			313 382 819	72 386 572			
ADMINISTRAÇÃO GERAL									
TOTAL FISCAL		385 798 387			313 382 819	72 386 572			

25000 - MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
25903 - FUNDO DE COMPENSAÇÃO E VARIAÇÕES SALARIAIS

CR\$ 1 000 00

CREDITO SUPLEMENTAR

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
HABITAÇÃO E URBANISMO		14 677 800 000							14 677 800 000
HABITAÇÃO		14 677 800 000							14 677 800 000
ASSISTÊNCIA FINANCEIRA		14 677 800 000							14 677 800 000
10 057 0031 2488		14 677 800 000							14 677 800 000
COBERTURA DO RESÍDUO RESULTANTE DE CONTRATOS FIRMADOS COM O SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO									
COBERTURA DOS RESÍDUOS ANTO AOS AGENTES FINANCEIROS REMANESCENTES DE CONTRATOS DE FINANCIAMENTO DE MUTUÁRIOS FIRMAS NO ÂMBITO DO SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO									
10 057 0031 2488 0001	FISCAL	14 677 800 000							14 677 800 000
COBERTURA DO RESÍDUO RESULTANTE DE CONTRATOS FIRMADOS COM O SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO									
TOTAL FISCAL		14 677 800 000							14 677 800 000

ANEXO II À LEI Nº DE DE DE 1992

ANEXO	
ANEXO	ACRESCIMO

25000 - MINISTERIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO
25201 - BANCO CENTRAL DO BRASIL

RECEITA		RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS (CR\$ 1.000,00)		
ESPECIFICAÇÃO	ESF	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			215.000.000
1800.00.00 RECEITA DE SERVIÇOS	FIS		215.000.000	
1800.02.05 OPERAÇÕES DE AUTORIDADE MONETÁRIA	FIS	215.000.000		
TOTAL FISCAL				215.000.000

ANEXO	
ANEXO	ACRESCIMO

25000 - MINISTERIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO
25207 - SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS

RECEITA		RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS (CR\$ 1.000,00)		
ESPECIFICAÇÃO	ESF	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			388.799.387
1800.00.00 RECEITA DE SERVIÇOS	FIS		388.799.387	
1800.08.00 SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	FIS	388.799.387		
TOTAL FISCAL				388.799.387

ANEXO	
ANEXO	ACRESCIMO

25000 - MINISTERIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO
25803 - FUNDO DE COMPENSAÇÃO E VARIÁÇÕES SALARIAIS

RECEITA		RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS (CR\$ 1.000,00)		
ESPECIFICAÇÃO	ESF	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			14.677.800.000
1380.00.00 RECEITA PATRIMONIAL	FIS		14.677.800.000	
1380.00.00 OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	FIS		14.677.800.000	
TOTAL FISCAL				14.677.800.000

LEGISLAÇÃO CITADA

(Anexada pela Subsecretaria de Coordenação Legislativa
do Congresso Nacional)

LEI Nº 8.409, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1992

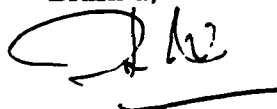
Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o
exercício financeiro de 1992.

MENSAGEM Nº 175, DE 1992-CN
(nº 849/92, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Cordenação da Presidência da República, o texto do projeto de lei que "Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$ 4.299.580.000,00, para os fins que especifica".

Brasília, 8 de dezembro de 1992.



E.M. Nº 114 /SEPLAN-PR

Brasília, 07 de dezembro de 1992.

Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República no exercício do cargo de Presidente da República,

A Secretaria da Ciência e Tecnologia solicita abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 4.299.580.000,00 (quatro bilhões, duzentos e noventa e nove milhões, quinhentos e oitenta mil cruzeiros), destinado à incorporação, no vigente orçamento,

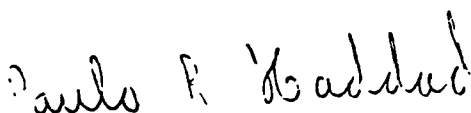
de recursos provenientes da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica (Cr\$ 1.453.825.000,00), bem assim dos "royalties" devidos pela Itaipu Binacional ao governo brasileiro, estabelecidos pelo Tratado de Itaipu (Cr\$ 2.845.755.000,00), em conformidade com as Leis nos 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e 8.001, de 13 de março de 1991, e com o Decreto no 1, de 11 de janeiro de 1991.

2. A aplicação desses recursos será feita na implantação, operação e manutenção de núcleos estaduais de monitoramento climático e de recursos hídricos, dentro do Projeto Nordeste, bem como na administração geral do Órgão.

3. Esta Secretaria manifesta-se favorável à concessão do crédito na forma proposta, ressaltando que as despesas decorrentes serão atendidas com recursos provenientes da Cota-Parte de Compensações Financeiras - Utilização de Recursos Hídricos, inclusive Tratado de Itaipu, nos termos do art. 43, § 1o, inciso II, da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

Nessas condições, tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei que autoriza a abertura do referido crédito.

Respeitosamente,



PAULO ROBERTO HADDAD
Ministro de Estado Chefe da Secretaria de
Planejamento, Orçamento e Coordenação
da Presidência da República

ANEXO A EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E COORDENAÇÃO/PR Nº 114 DE 07/12/1992

1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências:

Inclusão de novos recursos no orçamento da Secretaria da Ciência e Tecnologia visando dar continuidade ao Projeto Nordeste e à manutenção da Administração Geral.

2. Soluções e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta:

Projeto de Lei que autoriza abertura de crédito suplementar

3. Alternativas existentes às medidas ou atos propostos:

A alternativa proposta é única para resolução da situação apresentada.

4. Custos:

Incorporação de receitas oriundas da Cota-Parte de Compensações Financeiras - Utilização de Recursos Hídricos, inclusive Tratado de Itaipu, no montante de Cr\$ 4.299.580.000,00.

5. Razões que justificam a urgência (a ser preenchido somente se o ato proposto for Medida Provisória ou Projeto de Lei que deva tramitar em regime de urgência):

6. Impacto sobre o meio ambiente (sempre que o ato ou medida proposta possa vir a tê-lo):

7. Síntese do parecer do Órgão Jurídico:

PROJETO DE LEI Nº 105, de 1992-CN

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$ 4.299.580.000,00, para os fins que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 8.409, de 28 de fevereiro de 1992), em favor da Presidência da República - Secretaria da Ciência e Tecnologia, crédito suplementar no valor de Cr\$ 4.299.580.000,00 (quatro bilhões, duzentos e noventa e nove milhões, quinhentos e oitenta mil cruzeiros), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são os provenientes da Cota-Parte de Compensações Financeiras - Utilização de Recursos Hídricos, inclusive Tratado de Itaipu.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
20108 - SECRETARIA DA CIENCIA E TECNOLOGIA

R\$ 1 000 00

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFESA	TOTAL	PESSOAL E ENC SOCIAIS	JUROS E ENC DA DÍVIDA	OUTRAS DESP CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP DE CAPITAL
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		4 299 980			3 300 000	999 980			
CIENCIA E TECNOLOGIA		4 299 980			3 300 000	999 980			
ADMINISTRAÇÃO GERAL		3 000 000			2 800 000	200 000			
03 010 0021 2008		3 000 000			2 800 000	200 000			
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS									
PROMOVER O APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ATRAVÉS DA COORDENAÇÃO SUPERVISÃO E CONTROLE ALÉM DE PRESTAR APOIO LOGÍSTICO AS ATIVIDADES FIN									
03 010 0021 2008 0044	FISCAL	3 000 000			2 800 000	200 000			
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL									
PESQUISA APLICADA		1 299 980			500 000	799 980			
03 010 0055 4840		1 299 980			500 000	799 980			
PESQUISAS E DESENVOLVIMENTO EM METEOROLOGIA, RECURSOS HÍDRICOS E ENERGÉTICOS									
DAR SUPORTE A POLÍTICA GOVERNAMENTAL DE DESENVOLVIMENTO NAS ÁREAS DE METEOROLOGIA, RECURSOS HÍDRICOS E ENERGÉTICOS, COM VISTAS AO APROVEITAMENTO INTEGRADO DESESES RECURSOS									
03 010 0055 4840 0001	FISCAL	1 299 980			500 000	799 980			
APOIO A ESTUDOS E PESQUISAS NA ÁREA DE CIENCIA E TECNOLOGIA									
TOTAL FISCAL		4 299 980			3 300 000	999 980			

LEGISLAÇÃO CITADA

(Anexada pela Subsecretaria de Coordenação Legislativa
do Congresso Nacional)

LEI Nº 8.409, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1992

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o
exercício financeiro de 1992.

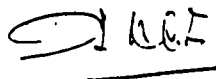
MENSAGEM Nº 176, DE 1992-CN

(nº 850/92, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República, o texto do projeto de lei que "Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União, em favor de diversos Órgãos, créditos adicionais até o limite de Cr\$ 396.540.887.000,00, para os fins que especifica".

Brasília, 8 de dezembro de 1992.



E.M. Nº 118 /SEPLAN-PR

Brasília, 07 de dezembro de 1992.

Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a abrir créditos adicionais, no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, até o limite de Cr\$ 396.540.887.000,00 (trezentos e noventa e seis bilhões, quinhentos e quarenta milhões, oitocentos e oitenta e sete mil cruzeiros), em favor do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, de Encargos Previdenciários da União e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados a atender despesas com pessoal e encargos sociais, outras despesas correntes, investimentos e inversões financeiras.

2. Tendo em vista tratar-se de créditos especiais e de créditos suplementares que não se enquadram nas disposições contidas no art. 6º da Lei nº 8.409, de 28 de fevereiro de 1992, faz-se necessário que os mesmos sejam submetidos à deliberação do Congresso Nacional, através de Projeto de Lei, na forma a seguir apresentada: ~

Cr\$ 1.000,00

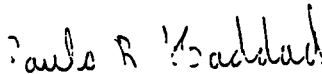
I) Créditos Suplementares (Orçamentos Fiscal e Seguridade Social)	<u>382.432.371</u>
- Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento/MEFP - Adm. Direta	70.266.084
- Banco Central do Brasil - BACEN	143.133.173
- Comissão de Valores Mobiliários - CVM	32.490.000
- Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE	22.740.644
- Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada - IPEA	3.019.984
- Superintendência de Seguros Privados-SUSEP ..	41.693.155
- Superintendência Nacional do Abastecimento - SUNAB	3.125.382
- Fundo Especial de Treinamento e Desenvolvimento - FUNTREDE.....	38.800.000
- Encargos Previdenciários da União - EPU	13.959.949
- Governo do Distrito Federal - GDF	13.204.000
II) Créditos Especiais (Orçamento Fiscal)	<u>14.108.516</u>
- Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento/MEFP - Administração Direta	5.814.801
- Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE	7.677.250
- Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada - IPEA	16.465
- Serviço Federal de Processamentos de Dados - SERPRO	400.000
- Fundo Especial de Treinamento e Desenvolvimento - FUNTREDE	200.000

3. Os recursos necessários ao atendimento dos referidos créditos adicionais são decorrentes de:

- a) cancelamento parcial de dotações, no valor de Cr\$ 119.301.267.000,00;
- b) incorporação do excesso de arrecadação das Receitas do Tesouro Nacional, no valor de Cr\$ 17.874.160.000;
- c) incorporação do excesso de arrecadação dos Recursos Diretamente Arrecadados do Tesouro Nacional, no valor de Cr\$ 44.814.801.000,00;
- d) incorporação do excesso de arrecadação dos Recursos Diretamente Arrecadados de Outras Fontes, no valor de Cr\$ 204.477.271.000,00;
- e) incorporação de recursos provenientes de Operação de Crédito firmada entre a União e o Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD nº 2721/BR), no valor de Cr\$ 3.177.250.000,00; e
- f) incorporação de recursos provenientes de Convênios celebrados entre Órgãos Federais, no valor de Cr\$ 6.896.138.000,00.

4. Cabe esclarecer que os referidos créditos atendem ao disposto nos arts. 41, incisos I e II e 43, §§ 1º, inciso II, III e IV e 3º da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Respeitosamente,



PAULO ROBERTO HADDAD
Ministro de Estado Chefe da Secretaria de
Planejamento, Orçamento e Coordenação
da Presidência da República

**ANEXO À EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DA SECRETARIA
DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E COORDENAÇÃO
DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA Nº 118, DE 07 /12 /92**

1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências:

Ajustamento das dotações orçamentárias do MEFP, do EPU e de Transferências e incorporação de recursos decorrentes de excesso de arrecadação de diversas Unidades Orçamentárias, operação de crédito e convênios.

2. Soluções e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta:

Abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$...
382.432.371.000,00 e de crédito especial até o limite de Cr\$...
14.108.516.000,00, através de Projeto de Lei.

3. Alternativas existentes às medidas ou atos propostos:

4. Custos:

Os créditos adicionais até o limite de Cr\$...
396.540.887.000,00 serão atendidos com recursos oriundos de:

- cancelamento parcial de dotações: Cr\$ 119.301.267.000,00;
- incorporação de excesso de arrecadação de Receitas do Tesouro Nacional: Cr\$ 17.874.160.000,00;
- incorporação do excesso de arrecadação dos Recursos Diretamente Arrecadados do Tesouro Nacional: Cr\$ 44.814.801.000,00;
- incorporação de excesso de arrecadação dos Recursos Diretamente Arrecadados de Outras Fontes: Cr\$ 204.477.271.000,00;
- incorporação de recursos provenientes de operação de crédito firmada entre a União e o Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD nº 2721/BR): Cr\$ 3.177.250.000,00;
- incorporação de recursos provenientes de convênios celebrados entre órgãos federais: Cr\$ 6.896.138.000,00.

5. Razões que justificam a urgência:

6. Impacto sobre o meio ambiente:

7. Síntese do parecer do órgão jurídico:

PROJETO DE LEI Nº 106, de 1992-CN

Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União, em favor de diversos Órgãos, créditos adicionais até o limite de Cr\$ 396.540.887.000,00, para os fins que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir aos Orçamentos da União (Lei nº 8.409, de 28 de fevereiro de 1992), em favor do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, de Encargos Previdenciários da União e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor de Cr\$ 382.432.371.000,00 (trezentos e oitenta e dois bilhões, quatrocentos e trinta e dois milhões, trezentos e setenta e um mil cruzeiros), para atender à programação indicada no Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de:

I - anulação parcial de dotações, no valor de Cr\$ 114.401.267.000,00 (cento e quatorze bilhões, quatrocentos e um milhões, duzentos e sessenta e sete mil cruzeiros), conforme indicado no Anexo II desta Lei;

II - incorporação do excesso de arrecadação de Receitas do Tesouro Nacional, no valor de Cr\$ 17.874.160.000,00 (dezessete bilhões, oitocentos e setenta e quatro milhões, cento e sessenta mil cruzeiros), na forma do Anexo III desta Lei;

III - incorporação do excesso de arrecadação de Recursos Diretamente Arrecadados do Tesouro Nacional, no valor de Cr\$ 38.800.000.000,00 (trinta e oito bilhões, oitocentos milhões de cruzeiros), conforme indicado no Anexo IV desta Lei;

IV - Incorporação do excesso de arrecadação de Recursos Diretamente Arrecadados - Outras Fontes, no valor de Cr\$ 204.477.271.000,00 (duzentos e quatro bilhões, quatrocentos e setenta e sete milhões, duzentos e setenta e um mil cruzeiros), na forma do Anexo V desta Lei; e

V - incorporação de recursos provenientes de convênios celebrados entre Órgãos Federais, no valor de Cr\$ 6.879.673.000,00 (seis bilhões, oitocentos e setenta e nove milhões, seiscentos e setenta e três mil cruzeiros), conforme indicado no Anexo VI desta Lei.

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, crédito especial até o limite de Cr\$ 14.108.516.000,00 (quatorze bilhões, cento e oito milhões, quinhentos e dezesseis mil cruzeiros), para atender à programação indicada no Anexo VII desta Lei.

Art. 4º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão Fl. 2 do projeto de lei que "Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União, em favor de diversos Órgãos, créditos adicionais até o limite de Cr\$ 396.540.887.000,00, para os fins que especifica."

de :

I - anulação parcial de dotações, até o limite de Cr\$ 4.900.000.000,00 (quatro bilhões e novecentos milhões de cruzeiros), na forma do Anexo VIII desta Lei;

II - incorporação do excesso de arrecadação de Recursos Diretamente Arrecadados do Tesouro Nacional, até o limite de Cr\$ 6.014.801.000,00 (seis bilhões, quatorze milhões, oitocentos e um mil cruzeiros), na forma do Anexo IX desta Lei;

III - incorporação de recursos provenientes de convênios celebrados entre Órgãos Federais, no valor de Cr\$ 16.465.000,00 (dezesseis milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil cruzeiros), conforme indicado no Anexo X desta Lei; e

IV - incorporação dos recursos provenientes de operação de crédito firmada entre a União e o Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD nº 2.721/BR), até o limite de Cr\$ 3.177.250.000,00 (três bilhões, cento e setenta e sete milhões, duzentos e cinquenta mil cruzeiros), conforme indicado no Anexo XI desta Lei.

Art. 5º Em decorrência do disposto no art. 1º, fica o Poder Executivo autorizado a alterar o Orçamento da Seguridade Social, em conformidade com o Anexo XII desta Lei.

Art. 6º Em decorrência do disposto nos arts. 1º e 2º, inciso I, ficam as receitas da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, constantes da Lei nº 8.409, de 28 de fevereiro de 1992, modificadas na forma do Anexo XIII desta Lei.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ANEXO I À LEI Nº , DE DE DE 1992

1 G

25000 - MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO
25101 - MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

CDS 1 000 00

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									
CREDITO SUPLEMENTAR									
RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS									
ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JURO E ENC DA DÍVIDA	OUTRAS DESP CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP DE CAPITAL
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		66 925 170	17 000 000		52 525 170				
ADMINISTRAÇÃO		66 525 170	17 000 000		52 525 170				
ADMINISTRAÇÃO GERAL		66 525 170	17 000 000		52 525 170				
03 007 0021 4100		66 525 170	17 000 000		52 525 170				
COORDENAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA ECONÔMICA									
COORDENAR OS PROCESSOS DE ELABORAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA ECONÔMICA A CARGO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO									
03 007 0021 4100 0001	FISCAL	66 525 170	17 000 000		52 525 170				
COORDENAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA ECONÔMICA									
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA		730 914	730 914						
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR		730 914	730 914						
ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL		730 914	730 914						
16 078 0040 4000		730 914	730 914						
PRESTAÇÃO DE BENEFÍCIOS AO SERVIDOR PÚBLICO									
PROPORCIONAR AOS SERVIDORES PÚBLICOS O RECEBIMENTO DOS AUXÍLIOS REFERENTES AO VALE-TRANSPORTE E VALE-REFeição A EDUCAÇÃO PRE-ESCOLAR EM REGIME DE CRÉDITO PARA SEUS FILHOS, ALÉM DE OUTROS BENEFÍCIOS SOCIAIS ESTABELECIDOS EM LEGISLAÇÃO PRÓPRIA									
16 078 0040 4000 0001	FISCAL	730 914	730 914						
AUXÍLIOS AO SERVIDOR PÚBLICO									
TOTAL FISCAL		70 286 084	17 730 914		52 525 170				

ANEXO I À LEI Nº , DE DE DE 1992

2 de 16

25000 - MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO
25102 - ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA

CDS 1 000 00

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									
CREDITO SUPLEMENTAR									
RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS									
ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JURO E ENC DA DÍVIDA	OUTRAS DESP CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP DE CAPITAL
EDUCAÇÃO E CULTURA		30 000 000	2 500 000		27 400 000	5 000 000			
ENSINO SUPLETIVO		30 000 000	2 500 000		27 400 000	5 000 000			
TRATAMENTO DE RECURSOS HUMANOS		30 000 000	2 500 000		27 400 000	5 000 000			
06 040 0217 2000		30 000 000	2 500 000		27 400 000	5 000 000			
CONTRIBUIÇÃO A FUNDOS									
PROPORVER A SUPLEMENTAÇÃO DE RECURSOS PARA A CORRELAÇÃO DOS OBJETIVOS DEFINIDOS PELO ORÇÃO									
06 040 0217 2000 0010	FISCAL	30 000 000	2 500 000		27 400 000	5 000 000			
FUNDO ESPECIAL DE TRATAMENTO E DESENVOLVIMENTO									
TOTAL FISCAL		30 000 000	2 500 000		27 400 000	5 000 000			

ANEXO I À LEI Nº

, DE

DE

DE 1992

5 de 16

25000 - MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO
25201 - BANCO CENTRAL DO BRASIL

CR\$ 1.000,00

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESPERA	TOTAL	PERSONAL E ENC. SOCIAIS	Juros e ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
15 082 0492 2024 0003 FUNDAÇÃO BANCO CENTRAL DE PREVIDÊNCIA PRIVADA	FISCAL	31 648 983			31 648 983				
PREVIDÊNCIA SOCIAL A INATIVOS E PENSIONISTAS		100 764 953	100 764 953						
15 082 0495 2013 ENCARGOS COM INATIVOS E PENSIONISTAS		100 764 953	100 764 953						
ASSIGLAR A SUBSISTÊNCIA PRECURIÁRIA A QUE FAZEM JUS OS INATIVOS E SEUS DEPENDENTES									
15 082 0499 2013 0001 ENCARGOS COM INATIVOS	RECURSOS	92 474 450	92 474 450						
15 082 0499 2013 0009 ENCARGOS COM PENSIONISTAS	RECURSOS	15 310 501	15 310 501						
TOTAL	FISCAL RECURSOS	143 129 173 34 240 000 100 764 953	100 764 953		34 240 000 34 240 000				

ANEXO I À LEI Nº

, DE

DE

DE 1992

6 de 16

25000 - MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO
25203 - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

CR\$ 1.000,00

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESPERA	TOTAL	PERSONAL E ENC. SOCIAIS	Juros e ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		20 000 000			14 000 000	11 030 000			
PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL		20 000 000			14 000 000	11 030 000			
ORÇAMENTO ECONÔMICO-FINANCEIRO		20 000 000			14 000 000	11 030 000			
03 009 0042 1000 DESENVOLVIMENTO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS		11 030 000				11 030 000			
VISA OUTAR A AUTUNDADE DE MEIOS DE JORNALISMO E DESENVOLVIMENTO COMERCIAL E EFICIENTE DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS									
03 009 0042 1000 0001 PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS	FISCAL	11 030 000				11 030 000			
03 009 0042 2242 REGULAMENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES E SERVIÇOS DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS		14 000 000			14 000 000				
ASSIGLAR O DESENVOLVIMENTO E O FUNCIONAMENTO REGULAR DO MERCADO DE BOLSA E DE BALÇO, EVITAR E COIBIR FRADES OU MANIPULAÇÕES DESTINADAS A CRIAR CONDIÇÕES ARTIFICIAIS DE DEMANDA, SUPRITA, OU PREÇOS									
03 009 0042 2242 0001 REGULAMENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS	FISCAL	14 000 000			14 000 000				
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA		5 000 000	500 000		5 000 000				
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR		3 000 000			3 000 000				
ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL		2 000 000			2 000 000				
15 078 0486 4089 PRESTAÇÃO DE BENEFÍCIOS AO SERVIDOR PÚBLICO		3 000 000			3 000 000				
PROPORCIONAR AOS SERVIDORES PÚBLICOS O RECEBIMENTO DOS AUXÍLIOS REFERENTES AO VALE-TRANSPORTE E VALE-REFeição, A EDUCAÇÃO PRE-ESCOLAR EM REGIME DE CRECHE PARA SEUS FILHOS, ALÉM DE OUTROS BENEFÍCIOS SOCIAIS ESTABELECIDOS EM LEGISLAÇÃO PRÓPRIA									
15 078 0486 4089 0003 CONCESSÃO DE VALE-TRANSPORTE	FISCAL	500 000			500 000				
15 078 0486 4089 0004 AUXÍLIO REFeição	FISCAL	2 500 000			2 500 000				
PREVIDÊNCIA		500 000	500 000						
PREVIDÊNCIA SOCIAL A INATIVOS E PENSIONISTAS		500 000	500 000						
15 082 0495 2013 ENCARGOS COM INATIVOS E PENSIONISTAS		500 000	500 000						
ASSIGLAR A SUBSISTÊNCIA PRECURIÁRIA A QUE FAZEM JUS OS INATIVOS E SEUS DEPENDENTES									
15 082 0499 2013 0001 ENCARGOS COM INATIVOS	RECURSOS	500 000	500 000						
15 082 0499 2013 0009 ENCARGOS COM PENSIONISTAS	RECURSOS	100 000	100 000						
PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO		2 000 000			2 000 000				
PREVIDÊNCIA SOCIAL A SEGURADOS		2 000 000			2 000 000				
15 084 0489 2012 CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO		2.000.000			2 000 000				

ANEXO I À LEI Nº , DE DE DE 1992

7 de 16

25000 - MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO
25203 - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

CR\$ 1.000,00

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
FINANCIAR NOS TERMOS QUE A LEI DISPÕEM O PROGRAMA DE SEGURO-DESEMPREGO E O ADIUDO DE QUE TRATA O PARÁGRAFO 3 DO ARTIGO 229 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL									
19.064.0482.2012.0001 CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	FISCAL	2.000.000			2.000.000				
TOTAL FISCAL		32.480.000	600.000		19.980.000	11.930.000			
TOTAL FISCAL		31.880.000	600.000		19.980.000	11.930.000			

ANEXO I À LEI Nº , DE DE DE 1992

8 de 16

25000 - MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO
25305 - FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

CR\$ 1.000,00

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		10.540.400	984.314		10.502.908	3.043.277			
ADMINISTRAÇÃO		9.483.776			7.043.776	2.440.000			
ADMINISTRAÇÃO GERAL		4.309.786			4.309.786				
03.007.0021.2005 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS		4.309.786			4.309.786				
PROPORCIONAR O APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA, ATRAVÉS DA COORDENAÇÃO, SUPERVISÃO E CONTROLE, ALÉM DE PRESTAR APOIO LOGÍSTICO ÀS ATIVIDADES-FIN									
03.007.0021.2006.0001 INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL	FISCAL	4.309.786			4.309.786				
INFORMÁTICA		5.173.989			2.733.989	2.440.000			
03.007.0024.2018 SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS		5.173.989			2.733.989	2.440.000			
PROPORCIONAR AOS DIFERENTES SETORES DO ORÇÃO, RECURSOS COMPUTACIONAL, CAPAZ DE APOIAR EFICAZMENTE O TRABALHO DE ANÁLISE, PROCESSAMENTO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DAS AÇÕES NECESSÁRIAS À VIABILIZAÇÃO DAS ATIVIDADES-FIN DE SETOR									
03.007.0024.2018.0005 MANUTENÇÃO E SUPORTE DO SISTEMA DE INFORMÁTICA	FISCAL	5.173.989			2.733.989	2.440.000			
PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL		9.096.720	984.314		3.499.133	603.277			
INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS E ESTATÍSTICAS		9.096.720	984.314		3.499.133	603.277			
03.008.0044.2045 DESENVOLVIMENTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS SOCIAIS E SOCIOECONÔMICAS		9.096.720	984.314		3.499.133	603.277			
PROPORCIONAR ELEMENTOS PARA O CONHECIMENTO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DA REALIDADE SOCIAL, ECONÔMICA E GEOGRÁFICA DO PAÍS									
03.008.0044.2045.0002 PESQUISAS GEOGRÁFICAS, SOCIOECONÔMICAS, RECURSOS NATURAIS E MEIO AMBIENTE	FISCAL	9.096.720	984.314		3.499.133	603.277			
03.008.0044.2045.0003 DISTRIBUIÇÃO DA CARTOGRAFIA	FISCAL	44.114	28.114		16.000				
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA		9.200.140	801.093		7.398.252				
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR		9.200.140	801.093		7.398.252				
ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL		9.200.140	801.093		7.398.252				
19.078.0400.4000 PRESTAÇÃO DE BENEFÍCIOS AO SERVIDOR PÚBLICO		9.200.140	801.093		7.398.252				
PROPORCIONAR AOS SERVIDORES PÚBLICOS O RECEBIMENTO DOS AUXÍLIOS REFERENTES AO VALE-TRANSPORTE E VALE-REFEIÇÃO, À EDUCAÇÃO PRE-ESCOLAR DE MENOR DE IDADE PARA SEUS FILHOS, ALÉM DE OUTROS BENEFÍCIOS SOCIAIS ESTABELECIDOS EM LEGISLAÇÃO PRÓPRIA									
19.078.0400.4000.0001 AUXÍLIOS AO SERVIDOR PÚBLICO	FISCAL	801.093	801.093						
19.078.0400.4000.0002	FISCAL	7.398.252			7.398.252				
CONCESSÃO DE VALE-TRANSPORTE									
TOTAL FISCAL		32.740.844	1.006.507		19.811.180	3.043.277			

ANEXO I À LEI Nº

, DE

DE

DE 1992

12 de 16

25000 - MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO
25208 - SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

CR\$ 1 000,00

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
15 082 0495 2013 0001 ENCARGOS COM INATIVOS	SEGURIDADE	9 607 407	9 607 407						
15 082 0495 2013 0009 ENCARGOS COM PENSIONISTAS	SEGURIDADE	520 000	520 000						
PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO		500 000			500 000				
PREVIDENCIA SOCIAL A SEGUROS		500 000			500 000				
15 084 0492 2012 CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO		500 000			500 000				
FINANCIAR NOS TERMOS QUE A LEI DISPUSER O PROGRAMA DE SEGURO-UNEMPLOYED E O ANEXO DE QUE JURA O PARÁGRAFO 3 DO ARTIGO 229 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL									
15 084 0492 2012 0001 CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	FISCAL	500 000			500 000				
TOTAL	FISCAL	41 582 155	31 111 988		7 268 957	3 050 000	266 000		
	SEGURIDADE	10 127 407	10 127 407		7 268 957	3 050 000	266 000		

ANEXO I À LEI Nº

, DE

DE

DE 1992

13 de 16

25000 - MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO
25208 - SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DO ABASTECIMENTO

CR\$ 1 000,00

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		725 635	277 543		448 092				
PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL		725 635	277 543		448 092				
GERENCIAMENTO ECONÔMICO-FINANCEIRO		725 635	277 543		448 092				
00 009 0042 2018 COORDENAÇÃO E ORIENTAÇÃO DAS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS		725 635	277 543		448 092				
COORDENAR, ORIENTAR E EXECUTAR AS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS QUE VISAM AFINIR OS OBJETIVOS DE GOVERNO EM SUAS DIFERENTES ÁREAS DE ATUAÇÃO									
00 009 0042 2018 0001 POLÍTICA NACIONAL DE ABASTECIMENTO E PREÇOS	FISCAL	725 635	277 543		448 092				
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA		2 398 747			2 398 747				
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR		2 398 747			2 398 747				
ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL		2 398 747			2 398 747				
15 078 0486 4009 PRESTAÇÃO DE BENEFÍCIOS AO SERVIDOR PÚBLICO		2 398 747			2 398 747				
PROPORCIONAR AOS SERVIDORES PÚBLICOS O RECEBIMENTO DOS AUXÍLIOS REPERENTES AO VALE-TRANSPORTE E VALE-REFeição A - EDUCAÇÃO PRE-ESCOLAR EM REGIME DE CRECHE PARA SEUS FILHOS, ALÉM DE OUTROS BENEFÍCIOS SOCIAIS ESTABELECIDOS EM LEGISLAÇÃO PRÓPRIA									
15 078 0486 4009 0002 CONCESSÃO DE VALE-TRANSPORTE	FISCAL	90 667			90 667				
15 078 0486 4009 0004 AUXÍLIO-REFeição	FISCAL	2 308 080			2 308 080				
TOTAL FISCAL	FISCAL	3 126 382	277 543		2 848 839				

ANEXO I À LEI Nº

, DE

DE

DE 1992

14 de 16

25000 - MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO
25812 - FUNDO ESPECIAL DE TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO

CR\$ 1 000,00

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
EDUCAÇÃO E CULTURA		36 000 000	2 500 000		27 400 000	6 000 000			
ESPÍRITO SUPLETIVO		36 000 000	2 500 000		27 400 000	6 000 000			
TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS		36 000 000	2 500 000		27 400 000	6 000 000			
00 046 0217 2231 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DA ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO FISCAL		36 000 000	2 500 000		27 400 000	6 000 000			
MANEJO AS ATIVIDADES DESSENVOLVIDAS PELA ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO FISCAL VISANDO A FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS NA ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO FISCAL									
00 046 0217 2231 0001 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DA ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO FISCAL	FISCAL	36 000 000	2 500 000		27 400 000	6 000 000			
TOTAL FISCAL	FISCAL	36 000 000	2 500 000		27 400 000	6 000 000			

ANEXO I À LEI Nº

, DE

DE

DE 1992

15 de 16

73000 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DA UNIÃO

73125 - RECURSOS SOB SUPERVISÃO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

CR\$ 1.000,00

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA		13 959 949	13 959 949						
PREVIDÊNCIA		13 959 949	13 959 949						
PREVIDÊNCIA SOCIAL A INATIVOS E PENSIONISTAS		13 959 949	13 959 949						
15 082 0495 4200 ENCARGOS COM INATIVOS E PENSIONISTAS A CARGO DE ENTIDADES SUPERVISORADAS		13 959 949	13 959 949						
ASSISTÊNCIA A SUBSISTÊNCIA PRECATORIA A QUE FAZEM JUROS OS INATIVOS E SEUS DEPENDENTES									
15 082 0495 4200 0091 FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA	SEGURIDADE	6 911 100	6 911 100						
15 082 0495 4200 0092 INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA	SEGURIDADE	9 048 849	9 048 849						
15 082 0495 4200 0094 SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS	SEGURIDADE	2 000 000	2 000 000						
TOTAL SEGURIDADE		13 959 949	13 959 949						

ANEXO I À LEI Nº

, DE

DE

DE 1992

16 de 16

73000 - TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS

73105 - GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL - RECURSOS SOB SUPERVISÃO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

CR\$ 1.000,00

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA		13 204 000	13 204 000						
PREVIDÊNCIA		13 204 000	13 204 000						
PREVIDÊNCIA SOCIAL A INATIVOS E PENSIONISTAS		13 204 000	13 204 000						
15 082 0495 2013 ENCARGOS COM INATIVOS E PENSIONISTAS		13 204 000	13 204 000						
ASSISTÊNCIA A SUBSISTÊNCIA PRECATORIA A QUE FAZEM JUROS OS INATIVOS E SEUS DEPENDENTES									
15 082 0495 2013 0011 PAGAMENTO DE INATIVOS DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR	SEGURIDADE	13 004 000	13 004 000						
15 082 0495 2013 0013 PAGAMENTO DE PENSIONISTAS DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR	SEGURIDADE	200 000	200 000						
TOTAL SEGURIDADE		13 204 000	13 204 000						

ANEXO II À LEI Nº

, DE

DE

DE 1992

1 de 9

35000 - MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

35101 - MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

CR\$ 1.000,00

ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		17 730 914	17 730 914						
ADMINISTRAÇÃO		17 730 914	17 730 914						
ADMINISTRAÇÃO GERAL		17 730 914	17 730 914						
03 007 0051 2008 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS		17 730 914	17 730 914						
PROMOVER O aperfeiçoamento do sistema através da coordenação, supervisão e controle além de prestar apoio logístico às atividades-fim									
03 007 0051 2008 0009 ENCARGOS COM PESSOAL EM DISPONIBILIDADE	FISCAL	17 730 914	17 730 914						
TOTAL FISCAL		17 730 914	17 730 914						

ANEXO II À LEI Nº , DE DE

DE 1992

2 de 9

25000 - MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO
25192 - ENTIDADES SUPERVISIONADAS

CR\$ 1.000,00

ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		28 813 186	14 873 134		12 140 031				
ADMINISTRAÇÃO		28 828 823	14 284 782		12 140 031				
ADMINISTRAÇÃO GERAL		20 573 721	14 251 842		8 321 875				
03 007 0021 2800 ATIVIDADES A CARGO DE ENTIDADES SUPERVISIONADAS		20 873 791	14 251 842		8 321 875				
03 007 0021 2800 0004 FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA	FISCAL	15 826 872	8 202 963		8 321 875				
03 007 0021 2800 0151 INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA	FISCAL	5 046 849	5 046 849						
INFORMÁTICA		5 961 902	143 750		5 818 152				
03 007 0024 2800 ATIVIDADES A CARGO DE ENTIDADES SUPERVISIONADAS		5 961 902	143 750		5 818 152				
03 007 0024 2800 0004 FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA	FISCAL	5 961 902	143 750		5 818 152				
PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL		277 843	277 843						
ORDENAMENTO ECONÔMICO FINANCEIRO		277 843	277 843						
03 009 0042 2800 ATIVIDADES A CARGO DE ENTIDADES SUPERVISIONADAS		277 843	277 843						
03 009 0042 2800 0087 SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DO ABASTECIMENTO	FISCAL	277 843	277 843						
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA		954 241			954 241				
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR		954 241			954 241				
ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL		954 241			954 241				
15 078 0486 2800 ATIVIDADES A CARGO DE ENTIDADES SUPERVISIONADAS		954 241			954 241				
15 078 0486 2800 0004 FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA	FISCAL	954 241			954 241				
TOTAL FISCAL		27 787 407	14 873 134		12 084 272				

ANEXO II À LEI Nº , DE DE

DE 1992

3 de 9

25000 - MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO
29201 - BANCO CENTRAL DO BRASIL

CR\$ 1.000,00

ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		318 937			318 937				
PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL		318 937			318 937				
ORDENAMENTO ECONÔMICO FINANCEIRO		318 937			318 937				
008 0042 2018 COORDENAÇÃO E ORIENTAÇÃO DAS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS		318 937			318 937				
COORDENAR, ORIENTAR E EXECUTAR AS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS QUE VISAM ATINGIR OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO EM SEUS DIFERENTES NÍVEIS DE ATUAÇÃO									
008 0042 2018 0004 POLÍTICA MONETÁRIA E CREDITÁRIA	FISCAL	318 937			318 937				
TOTAL FISCAL		318 937			318 937				

ANEXO II À LEI Nº

, DE

DE

DE 1992

4 de 9

25000 - MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO
25205 - FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

CDS 1 000 00

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		21 486 774	9 346 743		12 140 031				
ADMINISTRAÇÃO		21 486 774	9 346 743		12 140 031				
ADMINISTRAÇÃO GERAL		19 524 872	9 202 983		6 321 879				
03 007 0021 2008 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS		13 618 862	9 202 983		4 415 879				
PROPORVER O APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ATRAVÉS DA COORDENAÇÃO, SUPERVISÃO E CONTROLE ALÉM DE PRESTAR APOIO LOGÍSTICO AS ATIVIDADES-FIM									
03 007 0021 2008 0017 PAGAMENTO DE PESSOAL	FISCAL	2 291 893	2 291 893						
03 007 0021 2008 0090 ENCARGOS COM PESSOAL EM DISPONIBILIDADE	FISCAL	6 911 100	6 911 100						
03 007 0021 2008 0091 INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL	FISCAL	4 416 869			4 415 879				
03 007 0021 4096 DESENVOLVIMENTO DE CAMPANHAS PUBLICITÁRIAS		1 906 010			1 906 010				
REALIZAR CAMPANHAS INSTITUCIONAIS, COMUNITARIAS E DE DIVULGAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS, COMPREENDENDO VACINAÇÃO, HIGIENE, TRABALHO E PREVIDÊNCIA, SEGURANÇA, TRANSPORTES, SANEAMENTO BÁSICO E SAÚDE PÚBLICA EM GERAL, SEM COMO PROPAGANDA DE SERVIÇOS E PRODUTOS DE ENTIDADES GOVERNAMENTAIS									
03 007 0021 4096 0002 PUBLICIDADE E PROPAGANDA	FISCAL	1 906 010			1 906 010				
INFORMÁTICA		9 961 902	143 790		9 818 192				
03 007 0024 2016 SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS		9 961 902	143 790		9 818 192				
PROPORCIONAR AOS DIFERENTES SETORES DO ORÇÃO, RECURSO COMPUTACIONAL, CAPAZ DE APOIAR EFICAZMENTE O TRABALHO DE ANÁLISE, PROCESSAMENTO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DAS AÇÕES NECESSÁRIAS À VIABILIZAÇÃO DAS ATIVIDADES-FIM DO SETOR									
03 007 0024 2016 0003 MANUTENÇÃO E SUPORTE DO SISTEMA DE INFORMÁTICA	FISCAL	4 341 918			4 341 918				
03 007 0024 2016 0021 MANUTENÇÃO DO CENTRO DE INFORMÁTICA	FISCAL	1 618 984	143 790		1 475 234				
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA		954 241			954 241				
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR		954 241			954 241				
ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL		954 241			954 241				
15 078 0486 4089 PRESTAÇÃO DE BENEFÍCIOS AO SERVIDOR PÚBLICO		954 241			- 954 241				
PROPORCIONAR AOS SERVIDORES PÚBLICOS O RECEBIMENTO DOS AUXÍLIOS REFERENTES AO VALER-TRANSPORTE E VALE-REFeição A EDUCAÇÃO PRE-ESCOLAR EM REGIME DE CRECHE PARA SEUS FILHOS ALÉM DE OUTROS BENEFÍCIOS SOCIAIS ESTABELECIDOS EM LEGISLAÇÃO PRÓPRIA									
15 078 0486 4089 0002	FISCAL	954 241			954 241				
AUXÍLIO CRECHE									
TOTAL FISCAL		22 441 019	9 346 743		13 094 272				

ANEXO II À LEI Nº

, DE

DE

DE 1992

6 de 9

25000 - MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO
25206 - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA

CDS 1 000 00

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		5 048 849	5 048 849						
ADMINISTRAÇÃO		5 048 849	5 048 849						
ADMINISTRAÇÃO GERAL		5 048 849	5 048 849						
03 007 0021 2008 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS		5 048 849	5 048 849						
PROPORVER O APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ATRAVÉS DA COORDENAÇÃO, SUPERVISÃO E CONTROLE ALÉM DE PRESTAR APOIO LOGÍSTICO AS ATIVIDADES-FIM									
03 007 0021 2008 0036 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA ADMINISTRAÇÃO GERAL	FISCAL	5 048 849	5 048 849						
TOTAL FISCAL		5 048 849	5 048 849						

ANEXO II À LEI Nº , DE DE

DE 1992

7 de 9

25000 - MINISTERIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO
25200 - SUPERINTENDENCIA NACIONAL DO ABASTECIMENTO

CR\$ 1.000,00

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		277 543	277 543						
PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL		277 543	277 543						
ORDENAMENTO ECONOMICO-FINANCEIRO		277 543	277 543						
03 009 0042 2008 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS		277 543	277 543						
PROVIDER O APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ATRAVÉS DA COORDENAÇÃO, SUPERVISÃO E CONTROLE ALÉM DE PRESTAR APOIO LOGÍSTICO ÀS ATIVIDADES FIM									
03 009 0042 2008 0090 ENCARGOS COM PESSOAL EM DISPONIBILIDADE	FISCAL	277 543	277 543						
ASSISTÊNCIA E PROVIDENCIA		2 847 839			2 847 839				
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR		2 847 839			2 847 839				
ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL		2 847 839			2 847 839				
15 078 0486 4088 PRESTAÇÃO DE BENEFÍCIOS AO SERVIDOR PÚBLICO		2 847 839			2 847 839				
PROPORCIONAR AOS SERVIDORES PÚBLICOS O RECEBIMENTO DOS AUXÍLIOS REFERENTES AO VALE-TRANSPORTE E VALE-REFEIÇÃO, À EDUCAÇÃO PRE-ESCOLAR EM REGIME DE CRECHE PARA SEUS FILHOS ALÉM DE OUTROS BENEFÍCIOS SOCIAIS ESTABELECIDOS EM LEGISLAÇÃO PRÓPRIA									
15 078 0486 4088 0002 AUXÍLIO CRECHE	FISCAL	2 847 839			2 847 839				
TOTAL FISCAL		3 125 382	277 543		2 847 839				

ANEXO II À LEI Nº

, DE

DE

DE 1992

8 de 9

71000 - ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIÃO
71101 - RECURSOS SOB SUPERVISÃO DO MINISTERIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

CR\$ 1.000,00

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
AGRICULTURA		52 936 170			52 936 170				
ABASTECIMENTO		22 936 170			22 936 170				
ORDENAMENTO ECONOMICO-FINANCEIRO		22 936 170			22 936 170				
04 016 0042 1838 POLÍTICA NACIONAL DE EQUALIZAÇÃO DE PREÇOS AGRÍCOLAS		22 936 170			22 936 170				
ATENDER AO DISPOSTO NA LEI Nº 4.870, DE 01/12/66 E AO QUE DISPÕEM OS DECRETOS-LEI Nº 308, DE 1967 E Nº 1188, DE 1971 E 1992, DE 1992									
04 016 0042 1838 0001 POLÍTICA NACIONAL DE EQUALIZAÇÃO DE PREÇOS	FISCAL	22 936 170			22 936 170				
PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL		30 000 000			30 000 000				
ORDENAMENTO ECONOMICO-FINANCEIRO		30 000 000			30 000 000				
04 016 0042 2206 CONTRIBUIÇÃO AO PROGRAMA DE GARANTIA DA ATIVIDADE AGROPECUÁRIA		30 000 000			30 000 000				
EXONERAR O PRODUTOR RURAL DE OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS RELATIVAS À OPERAÇÕES DE CRÉDITO RURAL DE CUSTEIO, CUJA LIQUIDAÇÃO SEJA DIFICULTADA PELA OCORRÊNCIA DE FENÔMENOS NATURAIS, PRAGAS E DOENÇAS QUE ATINJAM BONS REBANHOS E PLANTACIÕES, E INDENIZAR-LO PELOS RECURSOS PRÓPRIOS UTILIZADOS EM CUSTEIO RURAL, QUANDO OCORREREM PERDAS EM VIRTUDE DAQUELES EVENTOS (DEC Nº 176, DE 10 07 81)									
04 016 0042 2206 0001 CONTRIBUIÇÃO AO PROGRAMA DE GARANTIA DA ATIVIDADE AGROPECUÁRIA - PROGRAMA	FISCAL	30 000 000			30 000 000				
TOTAL FISCAL		52 936 170			52 936 170				

ANEXO II À LEI Nº

, DE

DE

DE 1992

9 de 9

73000 - TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS
 73105 - GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL - RECURSOS SOB SUPERVISÃO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

CR\$ 1.000,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR

ANEXO II

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

ESPECIFICAÇÃO	ESPERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUNOS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INSCRIÇÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
SAÚDE E SANFAMENTO		13 204 000	13 204 000						
SAÚDE		13 204 000	13 204 000						
ASSISTÊNCIA MÉDICA E SANITÁRIA		13 204 000	13 204 000						
13 075 0428 2151 ASSISTÊNCIA MÉDICA HOSPITALAR		13 204 000	13 204 000						
PROPORCIONAR ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA A COMUNITADE EM NÍVEL PRIMÁRIO, SECUNDÁRIO E TERCIÁRIO COM REGIME AMBULATORIAL E DE INTERNAÇÃO									
13 075 0428 2151 0001 FUNCIONAMENTO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR	SEGURIDADE	13 204 000	13 204 000						
TOTAL SEGURIDADE		13 204 000	13 204 000						

ANEXO III À LEI Nº

, DE

DE

DE 1992 1 de 1

ANEXO

ANEXO

ACRÉSCIMO

25000 - MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO
 25208 - SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONÔMICA
1000 00 00 RECEITAS CORRENTES	FIS SEG			17 874 180 15 874 180 2.000.000
1100 00 00 RECEITA TRIBUTÁRIA	FIS		15 874 180	
1120 00 00 TAXAS	FIS		15 874 180	
1121 15 00 TAMA DE FISCALIZAÇÃO DOS MERCADOS DE SEGURO, DE CAPITALIZAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA	FIS	15 874 180		
1700 00 00 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	SEG		2.000.000	
1710 00 00 TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	SEG		2.000.000	
1711 01 99 TRANSFERÊNCIA DE OUTROS RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	SEG	2 000.000		
TOTAL				17 874 180
TOTAL FISCAL				15 874 180
TOTAL SEGURIDADE				2.000.000

ANEXO IV À LEI Nº

, DE

DE

DE 1992 1 de 1

ANEXO

ANEXO

ACRÉSCIMO

25000 - MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO
 25913 - FUNDO ESPECIAL DE TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONÔMICA
1000 00 00 RECEITAS CORRENTES	FIS			38.800.000
1800 00 00 RECEITA DE SERVIÇOS	FIS		38.800.000	
1800 13 00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	FIS	2 800 000		
1800 16 00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	FIS	27.400.000		
1800 21 00 SERVIÇOS DE MORFODIETÉTICA E ALIMENTAÇÃO	FIS	8.600 000		
TOTAL FISCAL				38.800.000

ANEXO V À LEI Nº , DE DE DE 1992 1 de 4

ANEXO	
ANEXO	ACRESCIMO

25000 - MINISTÉRIO DA ECONOMIA FAZENDA E PLANEJAMENTO
25201 - BANCO CENTRAL DO BRASIL

RECEITA		RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS (CR\$ 1.000,00)		
ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONÔMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS S&B			142.817.236 34.032.283 108.784.953
1800.00.00 RECEITA DE SERVIÇOS	FIS S&B		142.817.236 34.032.283 108.784.953	
1800.02.05 OPERAÇÕES DE AUTORIDADE MONETÁRIA	FIS S&B	142.817.236 34.032.283 108.784.953		
TOTAL				142.817.236
TOTAL FISCAL				34.032.283
TOTAL SEGURIDADE				108.784.953

ANEXO V À LEI Nº , DE DE DE 1992 2 de 4

ANEXO	
ANEXO	ACRESCIMO

28000 - MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO
28203 - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

RECEITA		RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS (CR\$ 1.000,00)		
ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONÔMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS S&B			32.480.000 31.880.000 600.000
1300.00.00 RECEITA PATRIMONIAL	FIS S&B		32.480.000 31.880.000 600.000	
1320.00.00 RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	FIS S&B		32.480.000 31.880.000 600.000	
1321.00.00 JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	FIS S&B	32.480.000 31.880.000 600.000		
TOTAL				32.480.000
TOTAL FISCAL				31.880.000
TOTAL SEGURIDADE				600.000

ANEXO V À LEI Nº , DE DE DE 1992 3 de 4

ANEXO	
ANEXO	ACRESCIMO

28000 - MINISTÉRIO DA ECONOMIA FAZENDA E PLANEJAMENTO
28208 - FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

RECEITA		RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS (CR\$ 1.000,00)		
ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONÔMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			3.361.040
1800.00.00 RECEITA DE SERVIÇOS	FIS		3.361.040	
1800.22.00 SERVIÇOS DE ESTUDOS E PESQUISAS	FIS	3.361.040		
TOTAL FISCAL				3.361.040

4 de 4

ANEXO V À LEI Nº , DE DE DE 1992

ANEXO	
ANEXO	ACRESCIMO

25000 - MINISTERIO DA ECONOMIA FAZENDA E PLANEJAMENTO
25208 - SUPERINTENDENCIA DE SEGUROS PRIVADOS

RECEITA RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			25.816.495
	SEG			18.889.008
				10.127.407
1300.00.00 RECEITA PATRIMONIAL	FIS		23.610.822	
	SEG		13.483.415	
			10.127.407	
1320.00.00 RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	FIS		23.600.792	
	SEG		13.473.385	
			10.127.407	
1321.00.00 JUROS DE TITULOS DE RENDA	FIS	23.600.792		
	SEG	13.473.385		
		10.127.407		
1390.00.00 OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	FIS		10.030	
1600.00.00 RECEITA DE SERVIÇOS	FIS		20.666	
1800.02.01 JUROS DE EMPRESTIMOS	FIS	20.666		
1700.00.00 TRANSFERENCIAS CORRENTES	FIS		2.185.007	
1710.00.00 TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	FIS		2.185.007	
1711.09.00 OUTRAS TRANSFERENCIAS DA UNIÃO	FIS	2.185.007		
2000.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	FIS			2.500
2300.00.00 AMORTIZAÇÃO DE EMPRESTIMOS	FIS		2.500	
TOTAL				25.816.995
TOTAL FISCAL				18.891.888
TOTAL SEGURIDADE				10.127.407

ANEXO VI À LEI Nº , DE DE DE 1992

1 de 1

ANEXO	
ANEXO	ACRESCIMO

25000 - MINISTERIO DA ECONOMIA FAZENDA E PLANEJAMENTO
25206 - FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA

RECEITA RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			6.879.673
1700.00.00 TRANSFERENCIAS CORRENTES	FIS		6.879.673	
1780.00.00 TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	FIS		6.879.673	
TOTAL FISCAL				6.879.673

ANEXO VII À LEI Nº , DE DE DE 1992

1 de 7

25000 - MINISTERIO DA ECONOMIA FAZENDA E PLANEJAMENTO
25101 - MINISTERIO DA ECONOMIA FAZENDA E PLANEJAMENTO

CR\$ 1.000,00

CREDITO ESPECIAL

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
INDUSTRIA COMERCIO E SERVIÇOS		9.014.001			9.014.001				
COMERCIO		9.014.001			9.014.001				
ADMINISTRAÇÃO GERAL		9.014.001			9.014.001				
11.063.0031.2987 COORDENAÇÃO DA POLÍTICA CAPESEIRA		9.014.001			9.014.001				
COORDENADOR ORIENTAR E EXECUTAR A POLÍTICA GOVERNAMENTAL PARA O SETOR CAPESEIRO									
11.063.0031.2987.0001 COORDENAÇÃO DA POLÍTICA CAPESEIRA	FISCAL	9.014.001			9.014.001				
TOTAL FISCAL		9.014.001			9.014.001				

ANEXO VII À LEI Nº 26000 - MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO
25102 - ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA

2 de 7

R\$ 1.000,00

ANEXO I

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
EDUCAÇÃO E CULTURA		200.000					200.000		
ENSINO SUPLETIVO		200.000					200.000		
TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS		200.000					200.000		
08.049.0217.2800 CONTRIBUIÇÃO A FUNDOS		200.000					200.000		
PROVER A COMPLEMENTAÇÃO DE RECURSOS PARA A CONSECUÇÃO DOS OBJETIVOS DEFINIDOS PELO ORÇÃO									
08.049.0217.2800.0018 FUNDO ESPECIAL DE TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO	FISCAL	200.000					200.000		
TOTAL FISCAL		200.000					200.000		

ANEXO VII À LEI Nº 26000 - MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO
25102 - ENTIDADES SUPERVISIONADAS

3 de 7

R\$ 1.000,00

ANEXO I

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		3.177.250	629.450		2.551.800				
PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL		3.177.250	629.450		2.551.800				
PLANEJAMENTO E ORÇAMENTAÇÃO		3.177.250	629.450		2.551.800				
03.009.0040.1800 PROJETOS A CARGO DE ENTIDADES SUPERVISIONADAS		3.177.250	629.450		2.551.800				
03.009.0040.1800.0004 FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA	FISCAL	3.177.250	629.450		2.551.800				
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA		4.900.000	4.900.000						
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR		4.900.000	4.900.000						
ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL		4.900.000	4.900.000						
15.078.0486.2800 ATIVIDADES A CARGO DE ENTIDADES SUPERVISIONADAS		4.900.000	4.900.000						
15.078.0486.2800.0004 FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA	FISCAL	4.900.000	4.900.000						
TOTAL FISCAL		7.077.250	8.128.450		2.551.800				

ANEXO VII À LEI Nº 26000 - MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO
25205 - FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

4 de 7

R\$ 1.000,00

ANEXO I

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		3.177.250	629.450		2.551.800				
PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL		3.177.250	629.450		2.551.800				
PLANEJAMENTO E ORÇAMENTAÇÃO		3.177.250	629.450		2.551.800				
03.009.0040.1878 GERENCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO		3.177.250	629.450		2.551.800				
PROVER ESTUDOS E PROPOSTAS QUE VISAM APRIMORAR OS MÉTODOS E TÉCNICAS UTILIZADOS NO PROCESSO DE PLANEJAMENTO DA UNIÃO									
03.009.0040.1878.0001 GERENCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO FEDERAL	FISCAL	3.177.250	629.450		2.551.800				
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA		4.900.000	4.900.000						
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR		4.900.000	4.900.000						
ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL		4.900.000	4.900.000						
15.078.0486.4009 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AO SETOR PÚBLICO		4.900.000	4.900.000						
SUBSIDIAR AOS SERVIÇOS PÚBLICOS O RECORRIMENTO DOS AUXÍLIOS REFERENTES AO VALE-TRANSPORTE E VALE-REFeição, A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM REGIME DE CRECHE PARA SEUS FILHOS, ALÉM DE OUTROS BENEFÍCIOS SOCIAIS ESTABELECIDOS EM LEGISLAÇÃO PRÓPRIA									
15.078.0486.4009.0002 AUXÍLIO-CRECHE	FISCAL	4.900.000	4.900.000						
TOTAL FISCAL		7.077.250	8.128.450		2.551.800				

ANEXO VII À LEI Nº , DE DE DE 1992

25000 - MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO
25206 - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA

5 de 7

CR\$ 1 000 00

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO ESPECIAL

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		16 489			16 489				
PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL		16 489			16 489				
ESTUDOS E PESQUISAS ECONÔMICAS SOCIAIS		16 489			16 489				
03 009 0045 2256 ESTUDOS E PESQUISAS ECONÔMICAS SOCIAIS		16 489			16 489				
PROMOVER A MANUTENÇÃO DO INSTITUTO COMO FORMA DE VIABILIZAR O DESENVOLVIMENTO DE TRABALHOS DE ANÁLISE DA CONJUNTURA BRASILEIRA SEM COMO PROPORCIONAR A ATIVIDADE DE PLANEJAMENTO CONHECIMENTO DA REALIDADE BRASILEIRA DESENVOLVENDO O APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA									
03 009 0045 2256 0002 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE PESQUISA ECONÔMICA	FISCAL	16 489			16 489				
TOTAL FISCAL		16 489			16 489				

ANEXO VII À LEI Nº , DE DE DE 1992

25000 - MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO
25207 - SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS

6 de 7

CR\$ 1 000 00

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO ESPECIAL

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		400 000					400 000		
ADMINISTRAÇÃO		400 000					400 000		
INFORMÁTICA		400 000					400 000		
03 007 0024 2243 ATENDIMENTO, DESENVOLVIMENTO E PRODUÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA		400 000					400 000		
DOTAR OS USUÁRIOS DE RECURSOS COMPUTACIONAIS EFICAZES PARA AUXILIAR NA ANÁLISE, DESENVOLVIMENTO, PROCESSAMENTO,acompanhamento e avaliação dos atos necessários à viabilização das atividades-fim de diversos setores na área governamental									
03 007 0024 2243 0001 ADMINISTRAÇÃO GERAL	FISCAL	400 000					400 000		
TOTAL FISCAL		400 000					400 000		

ANEXO VII À LEI Nº , DE DE DE 1992

25000 - MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO
25513 - FUNDO ESPECIAL DE TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO

7 de 7

CR\$ 1 000 00

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO ESPECIAL

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
EDUCAÇÃO E CULTURA		200 000					200 000		
ENSINO SUPLETIVO		200 000					200 000		
TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS		200 000					200 000		
08 045 0517 2231 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DA ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA		200 000					200 000		
MANTER AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA VISANDO A FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS NA ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA									
08 045 0517 2231 0001 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DA ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA	FISCAL	200 000					200 000		
TOTAL FISCAL		200 000					200 000		

ANEXO VIII À LEI Nº , DE DE DE 1992
 25000 - MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO
 25192 - ENTIDADES SUPERVISIONADAS

1 de 3

CR\$ 1 000 00

ANEXO II

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		4 500 000	4 500 000						
ADMINISTRAÇÃO		4 500 000	4 500 000						
ADMINISTRAÇÃO GERAL		4 500 000	4 500 000						
03 007 0021 2800 ATIVIDADES A CARGO DE ENTIDADES SUPERVISIONADAS		4 500 000	4 500 000						
03 007 0021 2800 0004 FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA	FISCAL	4 500 000	4 500 000						
TOTAL FISCAL		4 500 000	4 500 000						

ANEXO VIII À LEI Nº , DE DE DE 1992
 25000 - MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO
 25205 - FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

2 de 3

CR\$ 1 000 00

ANEXO II

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		4 500 000	4 500 000						
ADMINISTRAÇÃO		4 500 000	4 500 000						
ADMINISTRAÇÃO GERAL		4 500 000	4 500 000						
03 007 0021 2800 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS		4 500 000	4 500 000						
PROMOVER O APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ATRAVÉS DA COORDENAÇÃO, SUPERVISÃO E CONTROLE, ALÉM DE PRESTAR APOIO LOGÍSTICO AS ATIVIDADES FIN.		4 500 000	4 500 000						
03 007 0021 2800 0000 ENCARGOS COM PESSOAL EM DISPONIBILIDADE	FISCAL	4 500 000	4 500 000						
TOTAL FISCAL		4 500 000	4 500 000						

ANEXO VIII À LEI Nº , DE DE DE 1992
 25000 - MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO
 25207 - SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS

3 de 3

CR\$ 1 000 00

ANEXO II

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		400 000				400 000			
ADMINISTRAÇÃO		400 000				400 000			
INFORMATICA		400 000				400 000			
03 007 0024 2243 ATENDIMENTO, DESENVOLVIMENTO E PRODUÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMATICA		400 000				400 000			
DOTAR OS USUÁRIOS DE RECURSOS COMPUTACIONAIS EFICAZES PARA AUXILIAR NA ANÁLISE, DESENVOLVIMENTO, PROCESSAMENTO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DAS AÇÕES NECESSÁRIAS À VIABILIZAÇÃO DAS ATIVIDADES FIN. DE DIVERSOS SETORES NA ÁREA GOVERNAMENTAL		400 000				400 000			
03 007 0024 2243 0001 ADMINISTRAÇÃO GERAL	FISCAL	400 000				400 000			
TOTAL FISCAL		400 000				400 000			

ANEXO IX À LEI Nº , DE DE DE 1992

2 de 2

ANEXO	
ANEXO	ACRESCIMO

25000 - MINISTERIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO
25913 - FUNDO ESPECIAL DE TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO

RECEITA		RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS (CR\$ 1.000,00)		
ESPECIFICAÇÃO	ESF	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000 00 00 RECEITAS CORRENTES	FIS			200.000
1600 00 00 RECEITA DE SERVIÇOS	FIS		200 000	
1600 13 00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	FIS	200 000		
TOTAL FISCAL				200.000

ANEXO IX À LEI Nº , DE DE DE 1992

1 de 2

ANEXO	
ANEXO	ACRESCIMO

25000 - MINISTERIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO
25101 - MINISTERIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

RECEITA		RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS (CR\$ 1.000,00)		
ESPECIFICAÇÃO	ESF	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000 00 00 RECEITAS CORRENTES	FIS			5.814.801
1900 00 00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	FIS		5.814.801	
1990 00 00 RECEITAS DIVERSAS	FIS		5.814.801	
1990 99 00 OUTRAS RECEITAS	FIS	5.814.801		
TOTAL FISCAL				5.814.801

ANEXO X À LEI Nº , DE DE DE 1992

1 de 1

ANEXO	
ANEXO	ACRESCIMO

25000 - MINISTERIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO
25206 - INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA

RECEITA		RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS (CR\$ 1.000,00)		
ESPECIFICAÇÃO	ESF	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000 00 00 RECEITAS CORRENTES	FIS			16.486
1700 00 00 TRANSFERENCIAS CORRENTES	FIS		16.486	
1780 00 00 TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	FIS		16.486	
TOTAL FISCAL				16.486

ANEXO XI À LEI Nº

, DE

DE

DE 1992

1 de 1

ANEXO	
ANEXO	ACRESCIM

25000 - MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO
 25206 - FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

RECEITA				
RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS (CR\$ 1 000 00)				
ESPECIFICAÇÃO	ESF	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONÔMICA
2000 00 00 RECEITAS DE CAPITAL	FIS			3 177 250
2400 00 00 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	FIS		3 177 250	
2410 00 00 TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	FIS		3 177 250	
2411 01 30 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	FIS	3.177 250		
TOTAL FISCAL				3.177.250

ANEXO XII À LEI Nº

, DE

DE

DE 1992

1 de 3

25000 - MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
 25206 - FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

CR\$ 1 000 00

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA		6 911 100	6 911 100						
PREVIDÊNCIA		6 911 100	6 911 100						
PREVIDÊNCIA SOCIAL A INATIVOS E PENSIONISTAS		6 911 100	6 911 100						
IS 042 0499 2013 ENCARGOS COM INATIVOS E PENSIONISTAS		6 911 100	6 911 100						
ASSSEGURAR A SUBSISTÊNCIA PECUNIÁRIA A QUE FAZEM JUS OS INATIVOS E SEUS DEPENDENTES									
IS 062 0499 2013 0001 ENCARGOS COM INATIVOS	SEGURIDADE	6 911 100	6 911 100						
TOTAL SEGURIDADE		6 911 100	6 911 100						

ANEXO XII À LEI Nº

, DE

DE

DE 1992

2 de 3

25000 - MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
 25206 - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA

CR\$ 1 000,00

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA		5 048 849	5 048 849						
PREVIDÊNCIA		5 048 849	5 048 849						
PREVIDÊNCIA SOCIAL A INATIVOS E PENSIONISTAS		5 048 849	5 048 849						
IS 042 0499 2013 ENCARGOS COM INATIVOS E PENSIONISTAS		5 048 849	5 048 849						
ASSSEGURAR A SUBSISTÊNCIA PECUNIÁRIA A QUE FAZEM JUS OS INATIVOS E SEUS DEPENDENTES									
IS 062 0499 2013 0001 ENCARGOS COM INATIVOS	SEGURIDADE	5 048 849	5 048 849						
TOTAL SEGURIDADE		5 048 849	5 048 849						

ANEXO XII À LEI Nº , DE DE DE 1992
 25000 - MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
 25308 - SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

3 de 3

CR\$ 1.000,00

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JANOS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA		2.000.000	2.000.000						
PREVIDÊNCIA		2.000.000	2.000.000						
PREVIDÊNCIA SOCIAL A INATIVOS E PENSIONISTAS		2.000.000	2.000.000						
15.082.0495.2013 ENCARGOS COM INATIVOS E PENSIONISTAS		2.000.000	2.000.000						
ASSIGURAR A SUBSISTÊNCIA PRECURIÁRIA A QUE FAZEM JUS OS INATIVOS E SEUS DEPENDENTES									
15.082.0495.2013.0001 ENCARGOS COM INATIVOS	SEGURIDADE	2.000.000	2.000.000						
TOTAL SEGURIDADE		2.000.000	2.000.000						

ANEXO XIII À LEI Nº , DE DE DE 1992 1 de 2

ANEXO	REDUÇÃO
-------	---------

25000 - MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO
 25205 - FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONÔMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			3.019.984
1700.00.00 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	FIS		3.019.984	
1710.00.00 TRANSFERÊNCIAS INTRA-GERNAMENTAIS	FIS		3.019.984	
1711.01.01 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS ORDINÁRIOS DO TESOURO NACIONAL	FIS	3.019.984		
TOTAL FISCAL				3.019.984

ANEXO XIII À LEI Nº , DE DE DE 1992 2 de 2

ANEXO	ACRESCIMO
-------	-----------

25000 - MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO
 25208 - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONÔMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			3.019.984
1700.00.00 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	FIS		3.019.984	
1710.00.00 TRANSFERÊNCIAS INTRA-GERNAMENTAIS	FIS		3.019.984	
1711.01.01 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS ORDINÁRIOS DO TESOURO NACIONAL	FIS	3.019.984		
TOTAL FISCAL				3.019.984

LEGISLAÇÃO CITADA

(Anexada pela Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional)

LEI Nº 8.409, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1992

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1992.

MENSAGEM Nº 177, DE 1992-CN

(nº 851/92, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República, o texto do projeto de lei que "Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$ 33.614.186.000,00, para os fins que especifica".

Brasília, 8 de dezembro de 1992.



E.M. Nº 119 /SEPLAN

Brasília, 07 de dezembro de 1992.

Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República,

A Secretaria do Meio Ambiente - SEMAM, da Presidência da República, solicita abertura de crédito suplementar para o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais

Renováveis, no valor de Cr\$ 33.614.186.000,00 (trinta e três bilhões, seiscentos e quatorze milhões, cento e oitenta e seis mil cruzeiros).

2. A reprogramação dos valores, ora solicitada, tem por finalidade adequar o orçamento do IBAMA ao estabelecido no acordo de empréstimo no 3173 BR, firmado entre o Brasil e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, visando possibilitar a execução do Programa Nacional do Meio Ambiente, no corrente exercício.

3. Esta Secretaria é favorável a concessão do crédito solicitado, informando que as despesas resultantes serão cobertas com a transferência de recursos de operações de crédito externas, oriundas do Acordo de Empréstimo com o Brasil e o BIRD - no 3173 BR, conforme prevê o art. 43, § 1º, inciso IV, da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

Nessas condições, tenho a honra de submeter à apreciação de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei que autoriza a abertura do crédito.

Respeitosamente,

Paulo R. Haddad

PAULO ROBERTO HADDAD
Ministro de Estado Chefe da Secretaria
de Planejamento, Orçamento e Coordenação da
Presidência da República

ANEXO A EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E COORDENAÇÃO/PR No 119 DE 07/12/1992

1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências:

Adequar o orçamento do IBAMA ao estabelecido no acordo de empréstimo no 3173 - BR, firmado entre o Brasil e o BIRD.

2. Soluções e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta:

Abertura de crédito suplementar para atender a citada demanda.

3. Alternativas existentes às medidas ou atos propostos:

A alternativa proposta é única para resolução da situação apresentada.

4. Custos:

Transferência de recursos de Operações de Crédito Externas no valor de Cr\$ 33.614.186.000,00.

5. Razões que justificam a urgência (a ser preenchido somente se o ato proposto for Medida Provisória ou Projeto de Lei que deva tramitar em regime de urgência):

6. Impacto sobre o meio ambiente (sempre que o ato ou medida proposta possa vir a tê-lo):

7. Síntese do parecer do Órgão Jurídico:

PROJETO DE LEI Nº 107, de 1992-CN

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$ 33.614.186.000,00, para os fins que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 8.409, de 28 de fevereiro de 1992), em favor da Presidência da República - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, crédito suplementar no valor de Cr\$ 33.614.186.000,00 (trinta e três bilhões, seiscentos e quatorze milhões, cento e oitenta e seis mil cruzeiros), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão da incorporação de recursos provenientes de operação de crédito firmada entre a União e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, na forma do Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
20197 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE - ENTIDADES SUPERVISIONADAS

CR\$ 1.000,00

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
AGRICULTURA		33 614 186			23 264 186	10 350 000			
PROTEÇÃO AO MEIO-AMBIENTE		33 614 186			23 264 186	10 350 000			
PROTEÇÃO À FLORA E À FAUNA		33 614 186			23 264 186	10 350 000			
04 077 0103 2800 ATIVIDADES A CARGO DE ENTIDADES SUPERVISIONADAS		33 614 186			23 264 186	10 350 000			
04 077 0103 2800 0130 INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS	FISCAL	33 614 186			23 264 186	10 350 000			
TOTAL FISCAL		33 614 186			23 264 186	10 350 000			

20700 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
20701 - INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

CR\$ 1.000,00

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
AGRICULTURA		33 614 186			23 264 186	10 350 000			
PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE		33 614 186			23 264 186	10 350 000			
PROTEÇÃO À FLORA E À FAUNA		33 614 186			23 264 186	10 350 000			
04 077 0103 2387 MEIO AMBIENTE - PAMA		33 614 186			23 264 186	10 350 000			
IMPLANTAÇÃO DE UMA EFICAZ POLÍTICA NACIONAL SOBRE O MEIO AMBIENTE ATRAVÉS DA APLICAÇÃO DE MÉTODOS ANALÍTICOS MÚLTIPLOS E INTERDISCIPLINARES, NA PROTEÇÃO AOS ECOSISTEMAS DO PANTANAL E FLORESTA ATLÂNTICA									
- CENTRO IMPLANTADO (UNIDADE) - 1									
- ESTUDO DAS ÁREAS TROPICAIS (ESTUDO) - 1									
- TREINAMENTO DE TÉCNICO (PESSOA) - 300									
04 077 0103 2387 0001 DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	FISCAL	21 930 845			16 785 345	5 150 000			
- CENTRO IMPLANTADO (UNIDADE) - 1									
- TREINAMENTO DE TÉCNICO (PESSOA) - 300									
04 077 0103 2387 0003 PROTEÇÃO DE ECOSISTEMAS	FISCAL	11 678 641			8 478 641	3 200 000			
ESTUDO DAS ÁREAS TROPICAIS (ESTUDO) - 1									
TOTAL FISCAL		33 614 186			23 264 186	10 350 000			

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

ANEXO II	
ANEXO	ACRESCIMO

20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
20701 - INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS

RECEITA		RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS (CR\$ 1 000,00)		
ESPECIFICAÇÃO	ESF	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
2000.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	FIS			33.614.186
2400 00 00 TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	FIS		33.614 186	
2410 00 00 TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	FIS		33.614.186	
2411 01.30 TRANSFERENCIA DE RECURSOS DE OPERAÇÕES DE CREDITO	FIS	33.614 186		
TOTAL FISCAL				33.614 186

LEGISLAÇÃO CITADA

(Anexada pela Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional)

LEI Nº 8.409, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1992

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1992.

MENSAGEM Nº 178, DE 1992-CN

(nº 852/92, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República, o texto do projeto de lei que "Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes e das Comunicações, crédito suplementar no valor de Cr\$ 100.956.620.000,00, para os fins que especifica".

Brasília, 8 de dezembro de 1992.



E.M. 120 /SEPLAN-PR

Brasília, 07 de dezembro de 1992.

Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República,

O Ministério dos Transportes e das Comunicações solicita crédito suplementar, no valor de Cr\$ 100.956.620.000,00 (cem bilhões, novecentos e cinquenta e seis milhões, seiscentos e vinte mil cruzeiros), em favor da Administração Direta - Rede Ferroviária Federal S/A.

2. O crédito será coberto à conta do cancelamento de dotações consignadas no orçamento do Ministério, e tem como objetivo atender as seguintes despesas:

- restauração de trechos ferroviários nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul;
- ressarcimento por serviços antieconômicos prestados pela Rede Ferroviária Federal S/A;

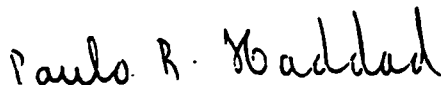
3. A movimentação e empenho dos recursos mencionados no parágrafo anterior ficam restritos aos limites estabelecidos pelo Decreto nº 475, de 13 de março de 1992, e suas posteriores alterações.

4. A solicitação em pauta está sendo proposta através de Projeto de Lei, uma vez que ultrapassa o limite estabelecido no art. 6º, I, "b", da Lei nº 8.409, de 28 de fevereiro de 1992.

5. Este pleito está em conformidade com o art. 43, § 1º, III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e em consonância com o art. 167, V, da Constituição.

Nessas condições, submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que autoriza a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente,



PAULO ROBERTO HADDAD
Ministro de Estado Chefe da Secretaria
de Planejamento, Orçamento e Coordenação
da Presidência da República

ANEXO À EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DA SECRETARIA
DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E COORDENAÇÃO DA
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA Nº 120 DE 07 / 12 / 92.

1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências:

Reforçar dotações para pagamento de gastos com restaurações de trechos ferroviários e serviços antieconômicos prestados pela Rede Ferroviária Federal S/A.

2. Soluções e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta:

Abertura de crédito suplementar através de Projeto de Lei, para atender aquela demanda.

3. Alternativas existentes às medidas ou atos propostos:

Sem registro de qualquer matéria sobre o assunto

4. Custos:

O crédito será atendido com dotações já consignadas no orçamento da unidade, mediante o remanejamento de recursos no valor de Cr\$ 100.956.620.000,00.

5. Razões que justificam a urgência:

6. Impacto sobre o meio ambiente:

--

7. Síntese do parecer do órgão jurídico:

--

PROJETO DE LEI Nº 108, de 1992-CN

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes e das Comunicações, crédito suplementar no valor de Cr\$ 100.956.620.000,00, para os fins que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 8.409, de 28 de fevereiro de 1992), em favor do Ministério dos Transportes e das Comunicações, crédito suplementar no valor de Cr\$ 100.956.620.000,00 (cem bilhões, novecentos e cinquenta e seis milhões, seiscentos e vinte mil cruzeiros), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão da anulação de dotações indicadas no Anexo II desta Lei, nos montantes especificados.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília.

39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES E DAS COMUNICAÇÕES
39101 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES E DAS COMUNICAÇÕES

CR\$ 1.000,00

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC DA DÍVIDA	OUTRAS DESP CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP DE CAPITAL
TRANSPORTE		100 956 820			40 878 279		60 077 541		
TRANSPORTE FERROVIÁRIO		100 956 820			40 878 279		60 077 541		
PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA		60 077 541					60 077 541		
16.009.0039.1700 PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO NO CAPITAL DE EMPRESAS		60 077 541					60 077 541		
PROPORCIONAR O EQUILÍBRIO ACIONÁRIO, MANTENDO O CAPITAL MAJORITY DA UNIÃO									
16.009.0039.1700.0184 REDE FERROVIÁRIA FEDERAL - RFFSA	FISCAL	60 077 541					60 077 541		
SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO		40 878 279			40 878 279				
16.009.0045.2427 RESSARCIMENTO POR SERVIÇOS ANTIECONÔMICOS PRESTADOS PELA RFFSA		40 878 279			40 878 279				
COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DE QUE TRATA O ARTIGO TERCZEIRO DO DECRETO-LEI Nº 2.178, DE 04 DE DEZEMBRO DE 1984									
16.009.0045.2427.0001 RESSARCIMENTO POR SERVIÇOS ANTIECONÔMICOS PRESTADOS PELA RFFSA	FISCAL	40 878 279			40 878 279				
TOTAL FISCAL		100 956 820			40 878 279		60 077 541		

39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES E DAS COMUNICAÇÕES
39101 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES E DAS COMUNICAÇÕES

CR\$ 1.000,00

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC DA DÍVIDA	OUTRAS DESP CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP DE CAPITAL
TRANSPORTE		100 956 820			481 200	2 121 920	6 849 040		91 824 880
TRANSPORTE FERROVIÁRIO		7 010 240			481 200		6 849 040		
PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA		6 849 040					6 849 040		
16.009.0039.1700 PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO NO CAPITAL DE EMPRESAS		6 849 040					6 849 040		
PROPORCIONAR O EQUILÍBRIO ACIONÁRIO, MANTENDO O CAPITAL MAJORITY DA UNIÃO									
16.009.0039.1700.0098 RFFSA - RESTAURAÇÃO DA FERROVIA E F 404 TRECHO LUIZ CORREIA/PIPIRIPARI - PI	FISCAL	922 400					922 400		
16.009.0039.1700.0102 RFFSA - TRECHO SENHOR DO BONFIM - ISOL - BA	FISCAL	2.398 240					2.398 240		
16.009.0039.1700.0103 RFFSA - CONTOURNO FERROVIÁRIO DE ITAUNA - MG	FISCAL	922 400					922 400		
16.009.0039.1700.0105 RFFSA - CONTOURNO FERROVIÁRIO DE PATROCÍNIO - MG	FISCAL	922 400					922 400		
16.009.0039.1700.0193 RFFSA - CONSTRUÇÃO DE TERMINAL FERROVIÁRIO DE CARGAS EM VOLTA REDONDA - RJ	FISCAL	1 383 600					1 383 600		

39000 - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES E DAS COMUNICAÇÕES
39101 - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES E DAS COMUNICAÇÕES

CR\$ 1.000,00

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
RECURSOS EM TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS
CREDITO SUPLEMENTAR

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERRROVIÁRIO		481 200			481 200				
16.099.0915.2437 - TERCEIRO EMPENHO DE CANCELAMENTO POR SERVIÇOS ANTIECONÔMICOS PRESTADOS PELA NFFSA		481 200			481 200				
COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DE QUE TRATA O ARTIGO TERCEIRO DO DECRETO-LEI Nº 2.176, DE 02 DE SETEMBRO DE 1984									
16.099.0916.2427.0002 - RESSARCIMENTO PARCIAL DE SERVIÇOS EXECUTADOS NA ESTRADA DE FERRO CENTRAL DO PARANÁ	FISCAL	481 200			481 200				91 824 800
TRANSPORTE URBANO									
16.091.0971.1835 - SERVIÇOS DE TRANSPORTE URBANO		93 946 300				2 121 920			91 824 800
SISTEMAS DE TRANSPORTE DE MASSA		93 946 300				2 121 920			91 824 800
16.091.0971.1835 - SISTEMAS DE TRANSPORTE DE MASSA		93 946 300				2 121 920			91 824 800
PROPORCIONAR APOIO TÉCNICO E FINANCIÁRIO AOS GOVERNOS MUNICIPAIS PARA A IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE SISTEMAS DE TRANSPORTES DE MASSA QUE ATENDEM AS RESPECTIVAS NECESSIDADES METROPOLITANAS									
16.091.0971.1835.0001 - TRANSPORTE DE MASSA EM AMARALJ - CE	FISCAL	4 612 000							4 612 000
16.091.0971.1835.0002 - SISTEMA VLT - BONDE MODERNO DE RIO NOROIENTE - RN	FISCAL	4 381 400							4 381 400
16.091.0971.1835.0003 - TRANSPORTE DE MASSA EM CAMPO GRANDE - MS	FISCAL	1 844 800							1 844 800
16.091.0971.1835.0004 - TRANSPORTE DE MASSA EM FLOIANÓPOLIS - SC	FISCAL	4 612 000							4 612 000
16.091.0971.1835.0005 - MODERNIZAÇÃO DO TRANSPORTE COLETIVO DE GOIÂNIA - GO	FISCAL	4 612 000							4 612 000
16.091.0971.1835.0006 - TRANSPORTE COLETIVO NA GRANDE VIÓRIA E INTERIOR - ES	FISCAL	4 612 000							4 612 000
16.091.0971.1835.0007 - TRANSPORTE DE MASSA EM JOÃO PESSOA - PB	FISCAL	4 612 000							4 612 000
16.091.0971.1835.0008 - TRANSPORTE DE MASSA EM NATAL - RN	FISCAL	4 612 000							4 612 000
16.091.0971.1835.0009 - TRANSPORTE DE MASSA EM SALVADOR - BA	FISCAL	4 612 000							4 612 000
16.091.0971.1835.0010 - TRANSPORTE DE MASSA EM SÃO LUIS - MA	FISCAL	4 612 000							4 612 000
16.091.0971.1835.0011 - TRANSPORTE DE MASSA EM SÃO PAULO - SP	FISCAL	419 986 900							419 986 900
16.091.0971.1835.0012 - TRANSPORTE DE MASSA EM TERESINA - PI	FISCAL	3 128 180							3 128 180
16.091.0971.1835.0013 - MELHORIAS FÍSICAS NO BARRIO PRINCIPAL DA ZONA SUL E AMPL. DO TERMINAL DE INTEGRAÇÃO DEPERES CINTES - RJ	FISCAL	737 920				737 920			
16.091.0971.1835.0016 - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE MONITORIAÇÃO NO CONTROLE DE OFERTA DE TRANSPORTE PÚBLICO	FISCAL	1 363 600				1 363 600			
TOTAL FISCAL		100 996 800			481 200	2 121 920	6 949 040		91 824 800

LEGISLAÇÃO CITADA

(Anexada pela Subsecretaria de Coordenação Legislativa
do Congresso Nacional)

LEI Nº 8.409, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1992

**Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o
exercício financeiro de 1992.**

MENSAGEM Nº 179, DE 1992-CN

(nº 853/92, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República, o texto do projeto de lei que "Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União crédito suplementar no valor de Cr\$ 33.604.970.000,00, para os fins que especifica".

Brasília, 8 de dezembro de 1992.



E.M. No 122 /SEPLAN-PR

Brasília, 07 de dezembro de 1992.

Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, no
exercício do cargo de Presidente da República,

As Secretarias da Ciência e Tecnologia e da Cultura
solicitam crédito suplementar com compensação, no valor global de
Cr\$ 33.604.970.000,00 (trinta e três bilhões, seiscentos e quatro
milhões, novecentos e setenta mil cruzeiros), para o reforço de
dotações que se tornaram insuficientes, nos orçamentos das
unidades e fundos a seguir:

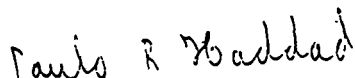
	FISCAL	SEGURIDADE	Cr\$ MIL TOTAL
. Secretaria da Cultura	2.459.650	412.364	2.872.014
. Secretaria da Ciência e Tecnologia	900.000	-	900.000
. Fundação Casa de Rui Barbosa	-	490.855	490.855
. Biblioteca Nacional	870.000	-	870.000
. Fund. Cultural Palmares	217.300	18.000	235.300
. Instit. Bras. do Patri- mônio Cultural	9.845.750	-	9.845.750
. Instit. Bras. de Arte e Cultura	294.749	263.255	558.004
. Conselho Nac. de Desenv. Científico e Tecnológico	10.742.675	1.740.620	12.483.295
. Fund. Centro Tecnológico para Informática	1.389.776	164.631	1.554.407
. Fundo Nac. de Desenv. Científico e Tecnológico	3.420.806	-	3.420.806
. Fundo de Amparo à Tecno- logia	374.539	-	374.539
T O T A L	30.515.245	3.089.725	33.604.970

2. Esta Secretaria manifesta-se favorável à concessão do crédito, ressaltando que as despesas decorrentes serão atendidas à conta do cancelamento de dotações orçamentárias das unidades, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, incisos V e VI, da Constituição.

3. A aprovação preliminar pelo Congresso Nacional de Projeto de Lei que autorize o Poder Executivo a abrir o presente crédito faz-se necessária por ter sido ultrapassado o limite de 20% (vinte por cento) previsto no inciso I, alínea "b", do art. 6º, da Lei nº 8.409, de 28 de fevereiro de 1992.

Nessas condições, tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei que autoriza a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente,



PAULO ROBERTO HADDAD
Ministro de Estado Chefe da Secretaria de
Planejamento, Orçamento e Coordenação
da Presidência da República

ANEXO À EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E COORDENAÇÃO/PR Nº 122 DE 07 / 12 / 1992

1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências:

Reforçar dotações que se tornaram insuficientes em OCC, das Secretarias da Ciência e Tecnologia e da Cultura.

2. Soluções e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta:

Abertura de crédito suplementar.

3. Alternativas existentes às medidas ou atos propostos:

A alternativa proposta é única para resolução da situação apresentada.

4. Custos:

Cancelamento de dotações das Unidades, no valor de
Cr\$ 33.604.970.000,00

5. Razões que justificam a urgência (a ser preenchido somente se o ato proposto for Medida Provisória ou Projeto de Lei que deva tramitar em regime de urgência):

6. Impacto sobre o meio ambiente (sempre que o ato ou medida proposta possa vir a tê-lo):

7. Síntese do parecer do Órgão Jurídico:

PROJETO DE LEI

Nº 109, de 1992-CN

Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União crédito suplementar no valor de Cr\$ 33.604.970.000,00, para os fins que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 8.409, de 28 de fevereiro de 1992), em favor da Presidência da República - Secretarias da Ciência e Tecnologia e da Cultura, crédito suplementar no valor de Cr\$ 30.515.245.000,00 (trinta bilhões, quinhentos e quinze milhões, duzentos e quarenta e cinco mil cruzeiros), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União (Lei nº 8.409, de 28 de fevereiro de 1992), em favor da Presidência da República - Secretarias da Ciência e Tecnologia e da Cultura, crédito suplementar no valor de Cr\$ 3.089.725.000,00 (três bilhões, oitenta e nove milhões, setecentos e vinte e cinco mil cruzeiros), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 3º Os recursos necessários à execução do disposto nos artigos anteriores decorrerão de anulação de dotações indicadas no Anexo II desta Lei, nos montantes especificados.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
20100 - SECRETARIA DA CULTURA

CR\$ 1 000 00

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUNCO E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
EDUCAÇÃO E CULTURA		2 100 563			2 100 563				
CULTURA		2 100 563			2 100 563				
ADMINISTRAÇÃO GERAL		710 992			710 992				
06.048.0021.2008 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS		710 992			710 992				
PROMOVER O APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA, ATRAVÉS DA COORDENAÇÃO, SUPERVISÃO E CONTROLE, ALÉM DE PRESTAR APOIO LOGÍSTICO AS ATIVIDADES-PM.									
06.048.0021.2008.0021 MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA	FISCAL	710 992			710 992				
PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO		1 191 730			1 191 730				
06.048.0248.4034 PRESERVAÇÃO DO PALÁCIO GUSTAVO CAPPAMBA		1 191 730			1 191 730				
CONSERVAR, RESTAURAR E MANTER O PATRIMÔNIO EDIFICADO E OS BENS MÓVEIS E IMÓVEIS, GARANTINDO A SUA IDENTIDADE COMO PARQUE DA ARQUITETURA CONTEMPORÂNEA.									
06.048.0248.4034.0001 MANUTENÇÃO E SEGURANÇA	FISCAL	1 191 730			1 191 730				
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL		192 841			192 841				
06.048.0411.2017 PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS		192 841			192 841				
PROMOVER A PRESENÇA DO GOVERNO BRASILEIRO NOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS DE SEUS INTERESSES, POR MEIO DE GRUPO POLÍTICA, SOCIAL, ECONÔMICA, COMERCIAL, CULTURAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA.									
06.048.0411.2017.0041 ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS - OEA	FISCAL	192 841			192 841				
06.048.0411.2017.0062 CENTRO REGIONAL PARA FOMENTO DO LIVRO NA AMÉRICA LATINA E CARIBE - CEBRAL	FISCAL	26 609			26 609				
Saúde e Saneamento		412 364			412 364				
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR		412 364			412 364				
ASSISTÊNCIA MÉDICA E SANITÁRIA		412 364			412 364				
13.078.0429.2004 ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA A SERVIDORES		412 364			412 364				
ABOLIR A SAÚDE FÍSICA E MENTAL DOS SERVIDORES E SEUS DEPENDENTES, EM CARÁTER COMPLEMENTAR - SERVIDOR ASSISTIDO (PESSOA) - 300									
13.078.0429.2004.0002 ASSISTÊNCIA MÉDICA HOSPITALAR A SERVIDORES E SEUS DEPENDENTES	SEGURIDADE	412 364			412 364				
- SERVIDOR ASSISTIDO (PESSOA) - 300									
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA		398 067			398 067				
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR		398 067			398 067				
ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL		398 067			398 067				
16.078.0468.4009 PRESTAÇÃO DE BENEFÍCIOS AO SERVIDOR PÚBLICO		398 067			398 067				
PROPORCIONAR AOS SERVIDORES PÚBLICOS O RECONHECIMENTO DOS AUXÍLIOS - REPERTELOS AO VALE-TRANSPORTE E VALE-REFEIÇÃO, A EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR EM REGIME DE CRECHE PARA SEUS FILHOS, ALÉM DE OUTROS BENEFÍCIOS SOCIAIS ESTABELECIDOS EM LEGISLAÇÃO PRÓPRIA - SERVIDOR ATENDIDO (PESSOA) - 300									
16.078.0468.4009.0002 CONCESSÃO DE VALE-TRANSPORTE	FISCAL	398 067			398 067				
- SERVIDOR ATENDIDO (PESSOA) - 300									
TOTAL		2 872 014			2 872 014				
FISCAL		2 490 050			2 490 050				
SEGURIDADE		412 364			412 364				

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
20100 - SECRETARIA DA CIENCIA E TECNOLOGIA

CR\$ 1 000 00

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUNCO E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		4 046 340	26 336		4 017 000				
Ciência e Tecnologia		4 046 340	26 336		4 017 000				
ADMINISTRAÇÃO GERAL		3 670 000			3 670 000				
06.010.0021.2008 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS		200 000			200 000				
PROMOVER O APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA, ATRAVÉS DA COORDENAÇÃO, SUPERVISÃO E CONTROLE, ALÉM DE PRESTAR APOIO LOGÍSTICO AS ATIVIDADES-PM.									
06.010.0021.2008.0080 INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA AMAZÔNIA - INPA	FISCAL	200 000			200 000				
06.010.0001.2000 CONTRIBUIÇÃO A FUNDS		3 420 000			3 420 000				
PROMOVER A COMPLEMENTAÇÃO DE RECURSOS PARA A CONSECUÇÃO DAS ATIVIDADES CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS									
06.010.0001.2000.0077 FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	FISCAL	3 420 000			3 420 000				
PESQUISA APLICADA		274 000	26 336		248 363				

20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
20108 - SECRETARIA DA CIENCIA E TECNOLOGIA

CR\$ 1 000 00

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
03 010 0098 2900 CONTRIBUIÇÃO A FUNDOS PROMOVER A COMPLEMENTAÇÃO DE RECURSOS PARA A CONSECUÇÃO DOS OBJETIVOS DEFINIDOS PELO ORÇÃO		374 529	28 338		346 203				
03 010 0098 2900 0038 FUNDO DE AMPARO A TECNOLOGIA	FISCAL	374 529	28 338		346 203				
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA		650 000			650 000				
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR		650 000			650 000				
ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL		650 000			650 000				
18 078 0488 4088 PRESTAÇÃO DE BENEFÍCIOS AO SERVIDOR PÚBLICO - PROPORCIONAR AOS SERVIDORES PÚBLICOS O RECEBIMENTO DOS AUXÍLIOS REFERENTES AO VALE-TRANSPORTE E VALE-REFEIÇÃO, A EDUCAÇÃO PRE-ESCOLAR EM REGIME DE CRECHE PARA SEUS FILHOS ALÉM DE OUTROS BENEFÍCIOS SOCIAIS ESTABELECIDOS EM LEGISLAÇÃO PROMPTA - SERVIDOR ATENDIDO (PESSOA) * 440		650 000			650 000				
18 078 0488 4089 0003 CONCESSÃO DE VALE-TRANSPORTE - SERVIDOR ATENDIDO (PESSOA) * 160	FISCAL	250 000			250 000				
18 078 0488 4089 0004 AUXÍLIO-REFEIÇÃO - SERVIDOR ATENDIDO (PESSOA) * 280	FISCAL	400 000			400 000				
TOTAL FISCAL		4 886 345	28 338		4 887 008				

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
20194 - SECRETARIA DA CULTURA - ENTIDADES SUPERVISIONADAS

CR\$ 1 000 00

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
EDUCAÇÃO E CULTURA		7 567 130	807		7 566 323				
CULTURA		7 567 130	807		7 566 323				
ADMINISTRAÇÃO GERAL		2 767 130	807		2 766 323				
08 048 0021 2800 ATIVIDADES A CARGO DE ENTIDADES SUPERVISIONADAS		2 767 130	807		2 766 323				
08 048 0021 2800 0132 FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES	FISCAL	183 200			183 200				
08 048 0021 2800 0189 INSTITUTO BRASILEIRO DO PATRIMÔNIO CULTURAL	FISCAL	2 613 323			2 613 323				
08 048 0021 2800 0186 INSTITUTO BRASILEIRO DE ARTE E CULTURA	FISCAL	607	807						
PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO		4 800 000			4 800 000				
08 048 0248 2800 ATIVIDADES A CARGO DE ENTIDADES SUPERVISIONADAS		4 800 000			4 800 000				
08 048 0248 2800 0186 INSTITUTO BRASILEIRO DO PATRIMÔNIO CULTURAL	FISCAL	4 800 000			4 800 000				
Saúde e Saneamento		772 110			772 110				
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR		772 110			772 110				
ASSISTÊNCIA MÉDICA E SANITÁRIA		772 110			772 110				
13 078 0428 2800 ATIVIDADES A CARGO DE ENTIDADES SUPERVISIONADAS		772 110			772 110				
13 078 0428 2800 0118 FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA	SEGURIDADE	480 855			480 855				
13 078 0428 2800 0132 FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES	SEGURIDADE	18 000			18 000				
13 078 0428 2800 0186 INSTITUTO BRASILEIRO DE ARTE E CULTURA	SEGURIDADE	263 265			263 265				
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA		3 680 889			3 680 889				
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR		3 680 889			3 680 889				
ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL		3 680 889			3 680 889				
18 078 0488 2800 ATIVIDADES A CARGO DE ENTIDADES SUPERVISIONADAS		3 680 889			3 680 889				
18 078 0488 2800 0132 FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES	FISCAL	64 100			64 100				
18 078 0488 2800 0186 INSTITUTO BRASILEIRO DO PATRIMÔNIO CULTURAL	FISCAL	2 432 427			2 432 427				
18 078 0488 2800 0186 INSTITUTO BRASILEIRO DE ARTE E CULTURA	FISCAL	284 142			284 142				
18 078 0488 2800 0187 BIBLIOTECA NACIONAL	FISCAL	879 000			879 000				
TOTAL FISCAL SEGURIDADE		11 899 809	887		11 899 302				
		11 287 772	887		11 287 182				

20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
20100 - SECRETARIA DA CIENCIA E TECNOLOGIA - ENTIDADES SUPERVISIONADAS

CR\$ 1.000,00

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E INC. SOCIAIS	JUROS E INC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		1.389.778	3.300		1.386.478				
CIENCIA E TECNOLOGIA		1.389.778	3.300		1.386.478				
ADMINISTRAÇÃO GERAL		249.272	3.300		245.972				
03.010.0021.2000 ATIVIDADES A CARGO DE ENTIDADES SUPERVISIONADAS		249.272	3.300		245.972				
03.010.0021.2000.0133 FUNDAÇÃO CENTRO TECNOLÓGICO PARA INFORMÁTICA	FISCAL	249.272	3.300		245.972				
DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL		1.140.504			1.140.504				
03.010.0090.2000 ATIVIDADES A CARGO DE ENTIDADES SUPERVISIONADAS		1.140.504			1.140.504				
03.010.0090.2000.0133 FUNDAÇÃO CENTRO TECNOLÓGICO PARA INFORMÁTICA	FISCAL	1.140.504			1.140.504				
SALUDE E SANEAMENTO		1.908.291			1.905.291				
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR		1.908.291			1.905.291				
ASSISTÊNCIA MÉDICA E SANITÁRIA		1.908.291			1.905.291				
13.078.0428.2000 ATIVIDADES A CARGO DE ENTIDADES SUPERVISIONADAS		1.908.291			1.905.291				
13.078.0428.2000.0119 CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	SEGURIDADE	1.740.820			1.740.820				
13.078.0428.2000.0133 FUNDAÇÃO CENTRO TECNOLÓGICO PARA INFORMÁTICA	SEGURIDADE	164.631			164.631				
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA		10.992.875			10.992.875				
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR		10.992.875			10.992.875				
ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL		10.992.875			10.992.875				
18.078.0446.2000 ATIVIDADES A CARGO DE ENTIDADES SUPERVISIONADAS		10.992.875			10.992.875				
18.078.0446.2000.0119 CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	FISCAL	10.992.875			10.992.875				
TOTAL FISCAL SEGURIDADE		13.887.702	3.300		13.884.402				
		11.552.491	3.300		11.578.191				
		1.908.291			1.905.291				

20400 - SECRETARIA DA CULTURA - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
20402 - FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA

CR\$ 1.000,00

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E INC. SOCIAIS	JUROS E INC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
SALUDE E SANEAMENTO		490.895			490.895				
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR		490.895			490.895				
ASSISTÊNCIA MÉDICA E SANITÁRIA		490.895			490.895				
13.078.0428.2000 ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA A SERVIDORES		490.895			490.895				
ASSEGURAR A SAÚDE FÍSICA E MENTAL DOS SERVIDORES E SEUS DEPENDENTES, EM CARÁTER COMPLEMENTAR - SERVIÇO ASSISTIDO (PESSOA) - 312									
13.078.0428.2000.0002 ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR A SERVIDORES E SEUS DEPENDENTES	SEGURIDADE	490.895			490.895				
- SERVIÇO ASSISTIDO (PESSOA) - 312									
TOTAL SEGURIDADE		490.895			490.895				

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUAS POSIÇÕES ATUAIS

20400 - SECRETARIA DA CULTURA - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
20404 - BIBLIOTECA NACIONAL

CR\$ 1.000,00

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E INC. SOCIAIS	JUROS E INC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA		870.000			870.000				
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR		870.000			870.000				
ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL		870.000			870.000				
18.078.0400.4000 PRESTAÇÃO DE BENEFÍCIOS AO SERVIDOR PÚBLICO		870.000			870.000				
PROPORCIONAR AOS SERVIDORES PÚBLICOS O NECESSÁRIO EM VALS-TRANSPORTE E VALS-REFeição, A EDUCAÇÃO DO-ESCOLAR DO MENOR DO GRUPO PARA SEUS FILHOS, ALÉM DE OUTROS BENEFÍCIOS SOCIAIS ESTABELECIDOS EM LEGISLAÇÃO PRÓPRIA - SERVIÇO ATENDIDO (PESSOA) - 00									
18.078.0400.4000.0002 CONCESSÃO DE VALS-TRANSPORTE	FISCAL	170.000			170.000				
- SERVIÇO ATENDIDO (PESSOA) - 00									
18.078.0400.4000.0004 AUXÍLIO-REFEÇÃO	FISCAL	600.000			600.000				
TOTAL FISCAL		870.000			870.000				

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUAS POSIÇÕES ATUAIS

30400 - SECRETARIA DA CULTURA - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
30406 - FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES

CDS 1 000 00

CREDITO SUPLEMENTAR

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS EM TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PERSONAL E ENC. GERAIS	JUROS E ENC. DA DÍVITA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVITA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
EDUCAÇÃO E CULTURA		153 200			153 200				
CULTURA		153 200			153 200				
ADMINISTRAÇÃO GERAL		153 200			153 200				
06 048 0021 2006		153 200			153 200				
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS									
PROVER O APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA, ATRAVÉS DA COORDENAÇÃO, SUPERVISÃO E CONTROLE, ALÉM DE PRESTAR APOIO LOGÍSTICO ÀS ATIVIDADES-PR.									
06 048 0021 2006 0021	FISCAL	153 200			153 200				
MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA									
SALUDE E SANEAMENTO		18 000			18 000				
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR		18 000			18 000				
ASSISTENCIA MEDICA E SANITARIA		18 000			18 000				
13 078 0428 2004		18 000			18 000				
ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA A SERVIDORES									
ABRIGUAR A SAUDE FISICA E MENTAL DOS SERVIDORES E SEUS DEPENDENTES, EM CARATER COMPLEMENTAR									
SERVIDOR ASSISTIDO (PESSOA) = 12									
13 078 0428 2004 0002	UNIVERSIDADE	18 000			18 000				
ASSISTENCIA MEDICO-HOSPITALAR A SERVIDORES E SEUS DEPENDENTES									
SERVIDOR ASSISTIDO (PESSOA) = 12									
ASSISTENCIA E PREVIDENCIA		64 100			64 100				
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR		64 100			64 100				
ASSISTENCIA SOCIAL GERAL		64 100			64 100				
16 078 0406 4000		64 100			64 100				
PRESTAÇÃO DE BENEFICIOS AO SERVIDOR PUBLICO									
PROPORCIONAR AOS SERVIDORES PUBLICOS O RECONHECIMENTO DOS ANOS DE SERVIÇO, DE VALE-TRANSPORTE E VALE-REFEIÇÃO, A EDUCAÇÃO PRE-ESCOLAR EM REGIME DE CRECHE PARA SEUS FILHOS, ALÉM DE OUTROS BENEFICIOS SOCIAIS ESTABELECIDOS EM LEGISLAÇÃO PRÓPRIA									
SERVIDOR ATENDIDO (PESSOA) = 64									
16 078 0406 4000 0002	FISCAL	18 000			18 000				
CONCESSÃO DE VALE-TRANSPORTE									
SERVIDOR ATENDIDO (PESSOA) = 12									
16 078 0406 4000 0004	FISCAL	46 100			46 100				
AUXILIO-REFEIÇÃO									
SERVIDOR ATENDIDO (PESSOA) = 12									
TOTAL	FISCAL	878 300			878 300				
	UNIVERSIDADE	18 000			18 000				

AS QUANTIDADES SÃO ESTIMADAS COM BASE NA POSTURA ATUAL

30400 - SECRETARIA DA CULTURA - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
30411 - INSTITUTO BRASILEIRO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

CDS 1 000 00

CREDITO SUPLEMENTAR

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS EM TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PERSONAL E ENC. GERAIS	JUROS E ENC. DA DÍVITA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVITA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
EDUCAÇÃO E CULTURA		7 613 323			7 613 323				
CULTURA		7 613 323			7 613 323				
ADMINISTRAÇÃO GERAL		2 613 323			2 613 323				
06 048 0021 2006		2 613 323			2.613.323				
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS									
PROVER O APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA, ATRAVÉS DA COORDENAÇÃO, SUPERVISÃO E CONTROLE, ALÉM DE PRESTAR APOIO LOGÍSTICO ÀS ATIVIDADES-PR									
06 048 0021 2006 0021	FISCAL	2 613 323			2 613 323				
MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA									
PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO		4 000 000			4 000 000				
06 048 0246 2121		4 000 000			4 000 000				
PRESERVAÇÃO E DIFUSÃO DE ACERVOS ARQUEOLÓGICOS									
IDENTIFICAR, CONSERVAR E DIFUNDIR ACERVOS DEPOSITADOS EM MUSEUS E CASAS HISTÓRICAS ARQUEOLÓGICAS									
A SERVIDORES E ACESSO A BENS MUSEUS									
- PROJETO DE PESQUISA (PROJETO) - 2									
- DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES (PÚBLICA) - 20									
- EVENTO SEMINÁRIO E REUNIÃO TÉCNICA (MUSEU) - 60									
- ESTUDO, PESQUISA E LEVANT. REALIZADO (CURADOR) - 2 000									
06 048 0246 2121 0000	FISCAL	4.000.000			4 000 000				
MUSEUS E CASAS HISTÓRICAS									
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA		2 426 427			2 426 427				
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR		2 426 427			2 426 427				
ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL		2.426.427			2 426 427				
16 078 0406 4000		2.426.427			2 426 427				
PRESTAÇÃO DE BENEFÍCIOS AO SERVIDOR PÚBLICO									
PROPORCIONAR AOS SERVIDORES PÚBLICOS O RECONHECIMENTO DOS ANOS DE SERVIÇO, DE VALE-TRANSPORTE E VALE-REFEIÇÃO, E EDUCAÇÃO PRE-ESCOLAR EM REGIME DE CRECHE PARA SEUS FILHOS, ALÉM DE OUTROS BENEFÍCIOS SOCIAIS ESTABELECIDOS EM LEGISLAÇÃO PRÓPRIA									
- SERVIDOR ATENDIDO (PESSOA) - 2 500									
16 078 0406 4000 0002	FISCAL	426 666			426 666				
CONCESSÃO DE VALE-TRANSPORTE									
SERVIDOR ATENDIDO (PESSOA) - 600									
16 078 0406 4000 0004	FISCAL	2 000.467			2 000 467				
AUXÍLIO-REFEIÇÃO									
SERVIDOR ATENDIDO (PESSOA) - 1 000									
TOTAL FISCAL		8.046.790			8 046 790				

AS QUANTIDADES SÃO ESTIMADAS COM BASE NA POSTURA ATUAL

20400 - SECRETARIA DA CULTURA - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
20412 - INSTITUTO BRASILEIRO DE ARTE E CULTURA

CNS 1 000 00

MEIO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
EDUCAÇÃO E CULTURA		807	807						
CULTURA		807	807						
ADMINISTRAÇÃO GERAL		807	807						
06 048 0021 2008		807	807						
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS									
PROMOVER O APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ATRAVÉS DA COORDENAÇÃO, SUPERVISÃO E CONTROLE ALÉM DE PRESTAR APOIO LOGÍSTICO ÀS ATIVIDADES-PIH									
06 048 0021 2008 0017	FISCAL	807	807						
PAGAMENTO DE PESSOAL									
Saúde e Saneamento		263 255			263 255				
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR		263 255			263 255				
ASSISTÊNCIA MÉDICA E SANITÁRIA		263 255			263 255				
13 078 0428 2004		263 255			263 255				
ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA A SERVIDORES									
ASSEGURAR A SAÚDE FÍSICA E MENTAL DOS SERVIDORES E SEUS DEPENDENTES, EM CARÁTER COMPLEMENTAR - SERVIDOR ASSISTIDO (PESSOA) = 064									
13 078 0428 2004 0002	SEGURIDADE	263 255			263 255				
ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR A SERVIDORES E SEUS DEPENDENTES - SERVIDOR ASSISTIDO (PESSOA) = 064									
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA		294 142			294 142				
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR		294 142			294 142				
ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL		294 142			294 142				
18 078 0486 4089		294 142			294 142				
PRESTAÇÃO DE BENEFÍCIOS AO SERVIDOR PÚBLICO									
PROPORCIONAR AOS SERVIDORES PÚBLICOS O RECEBIMENTO DOS AUXÍLIOS REFERENTES AO VALE-TRANSPORTE E VALE-REFEIÇÃO, A EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR EM REGIME DE CRECHE PARA SEUS FILHOS ALÉM DE OUTROS BENEFÍCIOS SOCIAIS ESTABELECIDOS EM LEGISLAÇÃO PRÓPRIA - SERVIDOR ATENDIDO (PESSOA) = 481									
18 078 0486 4089 0004	FISCAL	294 142			294 142				
AUXÍLIO-REFEIÇÃO - SERVIDOR ATENDIDO (PESSOA) = 481									
TOTAL		588 004	807		557 397				
FISCAL		294 749	807		294 142				
SEGURIDADE		263 255			263 255				

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

20500 - SECRETARIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
20501 - CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

CNS 1 000 00

MEIO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		190 000							190 000
Ciência e Tecnologia		190 000							190 000
PESQUISA APLICADA		190 000							190 000
03 010 0056 2336		190 000							190 000
FOMENTO A PESQUISA APLICADA									
FOMENTAR A PESQUISA APLICADA, MEDIANTE A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A INSTITUIÇÕES E PESQUISADORES, PARA O DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE PESQUISA									
AUXÍLIO A INSTITUIÇÃO (INSTITUIÇÃO) = 80									
AUXÍLIO A PESSOA FÍSICA (PESSOA) = 2.726									
03 010 0056 2336 0007	FISCAL	190 000							190 000
APOIO A PROGRAMAS SETORIAIS E REGIONAIS									
Saúde e Saneamento		1 740 620			1 740 620				
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR		1 740 620			1 740 620				
ASSISTÊNCIA MÉDICA E SANITÁRIA		1 740 620			1 740 620				
13 078 0428 2004		1 740 620			1 740 620				
ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA A SERVIDORES									
ASSEGURAR A SAÚDE FÍSICA E MENTAL DOS SERVIDORES E SEUS DEPENDENTES, EM CARÁTER COMPLEMENTAR - PESSOA BENEFICIÁRIA (PESSOA) = 2.726									
13 078 0428 2004 0003	SEGURIDADE	1 740 620			1 740 620				
ASSISTÊNCIA MÉDICA A SERVIDORES - PESSOA BENEFICIÁRIA (PESSOA) = 2.726									
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA		10 962 675			10 962 675				
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR		10 962 675			10 962 675				
ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL		10 962 675			10 962 675				
18 078 0486 4089		10 962 675			10 962 675				
PRESTAÇÃO DE BENEFÍCIOS AO SERVIDOR PÚBLICO									
PROPORCIONAR AOS SERVIDORES PÚBLICOS O RECEBIMENTO DOS AUXÍLIOS REFERENTES AO VALE-TRANSPORTE E VALE-REFEIÇÃO, A EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR EM REGIME DE CRECHE PARA SEUS FILHOS ALÉM DE OUTROS BENEFÍCIOS SOCIAIS ESTABELECIDOS EM LEGISLAÇÃO PRÓPRIA - BENEFÍCIO CONCEDIDO (PESSOA) = 5 324									
18 078 0486 4089 0003	FISCAL	1 096 078			1 096 078				
CONCESSÃO DE VALE-TRANSPORTE - BENEFÍCIO CONCEDIDO (PESSOA) = 2 647									
18 078 0486 4089 0004	FISCAL	9 836 600			9 836 600				
AUXÍLIO-REFEIÇÃO - BENEFÍCIO CONCEDIDO (PESSOA) = 2 647									
TOTAL		18 488 890			12 223 289				190 000
FISCAL		10 742 877			10 962 675				190 000
SEGURIDADE		1 740 620			1 740 620				

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

20600 - SECRETARIA DA CIENCIA E TECNOLOGIA - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
20603 - FUNDAÇÃO CENTRO TECNOLÓGICO PARA INFORMATICA

CR\$ 1 000 00

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		1 389 776	3 300		1 386 476				
CIENCIA E TECNOLOGIA		1 389 776	3 300		1 386 476				
ADMINISTRAÇÃO GERAL		249 972	3 300		246 672				
03 010 0021 2003 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL		3 300	3 300						
COORDENAR, SUPERVISIONAR E CONTROLAR OS ASSUNTOS PERTINENTES A PESSOAL, ORIENTANDO O APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA A NÍVEL SETORIAL.									
03 010 0021 2005 0010 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	FISCAL	3 300	3 300						
03 010 0021 2006 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS		249 972			246 672				
PROMOVER O APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA, ATRAVÉS DA COORDENAÇÃO, SUPERVISÃO E CONTROLE, ALÉM DE PRESTAR APOIO LOGÍSTICO AS ATIVIDADES-PIR									
03 010 0021 2008 0006 ADMINISTRAÇÃO DA FUNDAÇÃO	FISCAL	249 972			246 672				
DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL		1 140 804			1 140 804				
03 010 0006 2326 DESENVOLVIMENTO DE PESQUISA NA ÁREA DE INFORMATICA		1 140 804			1 140 804				
PROMOVER O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO NO SETOR DE INFORMATICA E APOIAR A INTRODUÇÃO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMATICA NO PROCESSO PRODUTIVO									
03 010 0006 2326 0002 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO NA ÁREA DE INFORMATICA	FISCAL	1 140 804			1 140 804				
Saúde e Saneamento		164 631			164 631				
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR		164 631			164 631				
ASSISTÊNCIA MÉDICA E SANITÁRIA		164 631			164 631				
13 078 0428 2004 ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA A SERVIDORES		164 631			164 631				
ASSIGURAR A SAÚDE FÍSICA E MENTAL DOS SERVIDORES E SEUS DEPENDENTES, EM CARÁTER COMPLEMENTAR - PESSOA BENEFICIÁRIA (PESSOA) = 400									
13 078 0428 2004 0009 ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA A SERVIDORES - PESSOA BENEFICIÁRIA (PESSOA) = 400	SEGURIDADE	164 631			164 631				
TOTAL FISCAL SEGURIDADE		1 584 607	3 300		1 581 307				
		1 389 776	3 300		1 386 476				
		164 631			164 631				

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
20005 - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLÓGICO

CR\$ 1 000 00

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		3 420 806			3 420 806				
CIENCIA E TECNOLOGIA		3 420 806			3 420 806				
ADMINISTRAÇÃO GERAL		3 420 806			3 420 806				
03 010 0021 2342 ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLÓGICO		3 420 806			3 420 806				
EXECUTAR, COORDENAR E CONTROLAR AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO FUNDO, ALÉM DE PRESTAR APOIO LOGÍSTICO A PROGRAMAÇÃO-PIR									
03 010 0021 2342 0001 ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO	FISCAL	3 420 806			3 420 806				
TOTAL FISCAL		3 420 806			3 420 806				

20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
20007 - FUNDO DE AMPARO A TECNOLOGIA

CR\$ 1 000 00

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		374 930	28 336		346 593				
CIENCIA E TECNOLOGIA		374 930	28 336		346 593				
PESQUISA APLICADA		374 930	28 336		346 593				
03 010 0006 1123 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO INDUSTRIAL		374 930	28 336		346 593				
DESENVOLVER PROJETOS DE ASSISTÊNCIA TECNOLÓGICA, PRESTAR SERVIÇOS DE ANÁLISES E ORÇAMENTOS A INDÚSTRIA E EMPRESAS GOVERNAMENTAIS E PROMOVER A DIFUSÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS									
03 010 0006 1123 0001 SERVIÇOS TÉCNICOS E APOIO TECNOLÓGICO A INDÚSTRIA	FISCAL	374 930	28 336		346 593				
TOTAL FISCAL		374 930	28 336		346 593				

20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
20107 - SECRETARIA DA CULTURA

CR\$ 1 000 00

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
EDUCAÇÃO E CULTURA		2 872 014			38 917	2 833 097			
CULTURA		2 872 014			38 917	2 833 097			
ADMINISTRAÇÃO GERAL		38 691			38 691				
08 048 0021 2008 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS		38 691			38 691				
PROMOVER O APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ATRAVÉS DA COORDENAÇÃO, SUPERVISÃO E CONTROLE ALÉM DE PRESTAR APOIO LOGÍSTICO AS ATIVIDADES-FIM									
08 048 0021 2008 0021 MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA	FISCAL	38 691				38 691			
INFORMÁTICA		10 000				10 000			
08 048 0024 2016 SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS		10 000				10 000			
PROPORCIONAR AOS DIFERENTES SETORES DO ORÇÃO, RECURSO COMPUTACIONAL, CAPAZ DE APOIAR EFICAZMENTE O TRABALHO DE ANÁLISE, PROCESSAMENTO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DAS AÇÕES NECESSÁRIAS À VIABILIZAÇÃO DAS ATIVIDADES-FIM DO SETOR									
08 048 0024 2016 0001 MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE PROCESSAMENTO DE DADOS	FISCAL	10 000				10 000			
PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO		2 784 406				2 784 406			
08 048 0248 4034 PRESERVAÇÃO DO PALÁCIO GUSTAVO CAPANEMA		2 784 406				2 784 406			
CONSERVAR, RESTAURAR E MANTER O PATRIMÔNIO EDIFICADO E OS BENS MÓVEIS E INTEGRADOS GARANTINDO A SUA IDENTIDADE COMO MARCO DA ARQUITETURA CONTEMPORÂNEA									
08 048 0248 4034 0002 CONSERVAÇÃO REPAROS E RESTAURAÇÃO	FISCAL	2 784 406				2 784 406			
DIFUSÃO CULTURAL		38 917			38 917				
08 048 0247 4038 INCENTIVO AS ATIVIDADES AUDIOVISUAIS		38 917			38 917				
ESTIMULAR AS ATIVIDADES CINEMATOGRAFICAS E VIDEOGRAFICAS VISANDO GARANTIR AOS AGENTES O BENEFÍCIO DA COMERCIALIZAÇÃO DO SEU PRODUTO									
08 048 0247 4038 0001 INCENTIVO AS ATIVIDADES AUDIOVISUAIS	FISCAL	38 917			38 917				
TOTAL FISCAL		2 872 014			38 917	2 833 097			

20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
20108 - SECRETARIA DA CIENCIA E TECNOLOGIA

CR\$ 1 000 00

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		4 098 345			4 220 606	374 539			
CIÊNCIA E TECNOLOGIA		4 098 345			4 220 606	374 539			
PESQUISA FUNDAMENTAL		216 448			216 448				
03 010 0054 2900 CONTRIBUIÇÃO A FUNDOS		216 448			216 448				
PROMOVER A COMPLEMENTAÇÃO DE RECURSOS PARA A CONSECUÇÃO DOS OBJETIVOS DEFINIDOS PELO ORÇÃO									
03 010 0054 2900 0037 FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	FISCAL	216 448			216 448				
PESQUISA APLICADA		4 343 697			7 989 358	374 539			
03 010 0058 2331 DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA AMAZÔNIA LEGAL		219 000			219 000				
PROMOVER E EXECUTAR ESTUDOS E PESQUISAS CIENTÍFICAS E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO RELACIONADOS COM O MEIO-AMBIENTE NATURAL E COM OS SISTEMAS SOCIO-ECONÔMICO-CULTURAIS DA REGIÃO AMAZÔNICA, SEM COMO DESENVOLVER ATIVIDADES DE EXTENSÃO COM VISTAS À APLICAÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO NA REGIÃO									
03 010 0058 2331 0002 PRESERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	FISCAL	48 000			48 000				
03 010 0058 2331 0004 TECNOLOGIAS DE ALIMENTOS	FISCAL	84 000			84 000				
03 010 0058 2331 0008 ECOLOGIA NA AMAZÔNIA LEGAL	FISCAL	80 000			80 000				
03 010 0058 2331 0008 PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS	FISCAL	48 000			48 000				
03 010 0058 2900 CONTRIBUIÇÃO A FUNDOS		3 876 897			3 204 358	374 539			
PROMOVER A COMPLEMENTAÇÃO DE RECURSOS PARA A CONSECUÇÃO DOS OBJETIVOS DEFINIDOS PELO ORÇÃO									
03 010 0058 2900 0037 FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	FISCAL	3 204 358			3 204 358				
03 010 0058 2900 0038 FUNDO DE AMPARO À TECNOLOGIA	FISCAL	374 539				374 539			
03 010 0058 4050 COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA A ENTIDADES DE PESQUISA		960 000			650 000				

30000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
20100 - SECRETARIA DA CIENCIA E TECNOLOGIA

CDB 1 000 00

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ESTIMULAR AS COOPERAÇÕES TÉCNICA E FINANCEIRA COM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS OU PRIVADAS QUE DESENVOLVAM ATIVIDADES DE PESQUISA EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE INTERESSE E RELEVÂNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO SETORIAL									
03 010 0055 4050 0001 APOIO A ATIVIDADES DE PESQUISA EM INSTITUTOS COMPLEMENTARES	FISCAL	850 000			850 000				
TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS		35 000			35 000				
02 010 0217.2007 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS		38 000			38 000				
PROMOVER DE FORMA INTEGRADA A QUALIFICAÇÃO DE PESSOAL EM TODOS OS NÍVEIS DE GRADUAÇÃO E SERVIÇOS, DE MODO QUE SE OBTENHA MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO E MAIS ALTOS ÍNDICES DE PRODUTIVIDADE									
03 010 0217 2007 0015 INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA AMATORIA - INPA	FISCAL	38 000			38 000				
SALUBR E SANEAMENTO		100 000			100 000				
SALUBR		100 000			100 000				
ASSISTENCIA MEDICA E SANITARIA		100 000			100 000				
13 078 0428 2004 ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA A SERVIDORES		100 000			100 000				
ASSSEGURAR A SAUDE FISICA E MENTAL DOS SERVIDORES E SEUS DEPENDENTES, EM CARATER COMPLEMENTAR.									
13 078 0428 2004 0003 ASSISTENCIA MEDICA A SERVIDORES	SEGURIDADE	100 000			100 000				
TOTAL	FISCAL	4 998 348			4 320 806	374 539			
	SEGURIDADE	100 000			100 000	374 539			

30000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
20194 - SECRETARIA DA CULTURA - ENTIDADES SUPERVISIONADAS

CDB 1 000 00

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
EDUCAÇÃO E CULTURA		11 961 180	807		828 219	11 025 005	96 354		
CULTURA		11 961 180	807		828 219	11 025 005	96 354		
ADMINISTRAÇÃO GERAL		8 821	807		8 214				
06 048 0021 2800 ATIVIDADES A CARGO DE ENTIDADES SUPERVISIONADAS		8 821	807		8 214				
06 048 0021 2800 0118 FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA	FISCAL	8 214			8 214				
06 048 0021 2800 0188 INSTITUTO BRASILEIRO DE ARTE E CULTURA	FISCAL	807	807						
INFORMATICA		922			922				
06 048 0024 2800 ATIVIDADES A CARGO DE ENTIDADES SUPERVISIONADAS		922			922				
06 048 0024 2800 0115 FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA	FISCAL	922			922				
PESQUISA APLICADA		163 148			66 792		96 354		
06 048 0055 2800 ATIVIDADES A CARGO DE ENTIDADES SUPERVISIONADAS		163 148			66 792		96 354		
06 048 0055 2800 0118 FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA	FISCAL	163 148			66 792		96 354		
PATRIMONIO HISTORICO ARTISTICO E ARQUEOLOGICO		10 968 220			80 594	10 907 826			
06 048 0246 2800 ATIVIDADES A CARGO DE ENTIDADES SUPERVISIONADAS		10 968 220			80 594	10 907 826			
06 048 0246 2800 0115 FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA	FISCAL	301 970			80 594	221 376			
06 048 0246 2800 0189 INSTITUTO BRASILEIRO DO PATRIMONIO CULTURAL	FISCAL	9 616 250				9 616 250			
06 048 0246 2800 0187 BIBLIOTECA NACIONAL	FISCAL	870 000				870 000			
DIFUSÃO CULTURAL		800 078			662 667	137 379			
06 048 0247 2800 ATIVIDADES A CARGO DE ENTIDADES SUPERVISIONADAS		800 078			662 667	137 379			
06 048 0247 2800 0115 FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA	FISCAL	7 379				7 379			
06 048 0247 2800 0132 FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES	FISCAL	226 300			129 300	110 000			
06 048 0247 2800 0186 INSTITUTO BRASILEIRO DE ARTE E CULTURA	FISCAL	967 287			837 287				
SALUBR E SANEAMENTO		29 900			29 900				
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR		29 900			29 900				
ASSISTENCIA MEDICA E SANITARIA		29 900			29 900				
13 078 0428 2900 ATIVIDADES A CARGO DE ENTIDADES SUPERVISIONADAS		29 900			29 900				
13 078 0428 2900 0188 INSTITUTO BRASILEIRO DO PATRIMONIO CULTURAL	SEGURIDADE	29 900			29 900				

20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
20194 - SECRETARIA DA CULTURA - ENTIDADES SUPERVISIONADAS

028 | 000-00

ANNEX 11

CREDIT SUPPLEMENT

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

ACORDÃO DE 100% AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESPECA	TOTAL	PERSONAL E ENC. FIXAÇÃO	JUNT. E ENC. DA DÍVIDA	OUTROS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERÇÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTROS DESP. DE CAPITAL
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA		9 224			9 224				
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR		9 224			9 224				
ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL		9 224			9 224				
18 078 0485 2800		9 224			9 224				
ATIVIDADES A CARGO DE ENTIDADES SUPERVISIONADAS		9 224			9 224				
18 078 0485 2800 0115	FISCAL	9 224			9 224				
FUNDAÇÃO CASA DE MUI SABBODÁ									
TOTAL	FISCAL	11 020 000	227		227 043	11 020 000	96 724		
	SOBREVIVÊNCIA	22 070 000	227		246 463	11 020 000	96 724		
		30 000			20 000				

20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
20195 - SECRETARIA DA CIENCIA E TECNOLOGIA - ENTIDADES SUPERVISIONADAS

\$784,100.00

AMENDED 11

CREDITO SUPPLEMENTARE

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

QUERENDAS DE IDONEAS AS ESCRITAS E TRANSCRIÇÕES

ESPECIFICAÇÃO	ORÇÃO	TOTAL	PERSONAL E ENC. GERAIS	ALUG. E ENC. DE TERREIROS	OUTROS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTROS DESP. DE CAPITAL
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		12.067.900			1.904.000				12.333.200
Ciência e Tecnologia		12.067.900			1.904.000				12.333.200
ADMINISTRAÇÃO GERAL		3.300			3.300				
02.010.0021.2000 ATIVIDADES A CARGO DE ENTIDADES SUPERVISORADAS		3.300			3.300				
02.010.0021.2000.0123 FUNDAÇÃO CENTRO TECNOLÓGICO PARA INFORMATICA	PISCAL	3.300			3.300				
PESQUISA FUNDAMENTAL		7.904.100							7.904.100
02.010.0024.2000 ATIVIDADES A CARGO DE ENTIDADES SUPERVISORADAS		7.904.100							7.904.100
02.010.0024.2000.0119 CORRELADO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLÓGICO	PISCAL	7.904.100							7.904.100
PESQUISA APLICADA		4.740.100							4.740.100
02.010.0026.2000 ATIVIDADES A CARGO DE ENTIDADES SUPERVISORADAS		4.740.100							4.740.100
02.010.0026.2000.0115 CORRELADO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLÓGICO	PISCAL	4.740.100							4.740.100
DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL		1.900.100			1.900.100				
02.010.0026.1800 PROJETOS A CARGO DE ENTIDADES SUPERVISORADAS		900.100			900.100				
02.010.0026.1800.0123 FUNDAÇÃO CENTRO TECNOLÓGICO PARA INFORMATICA	PISCAL	900.100			900.100				
02.010.0026.2000 ATIVIDADES A CARGO DE ENTIDADES SUPERVISORADAS		610.000			610.000				
02.010.0026.2000.0123 FUNDAÇÃO CENTRO TECNOLÓGICO PARA INFORMATICA	PISCAL	610.000			610.000				
TRATAMENTO DE RECURSOS HUMANOS		11.004			11.004				
02.010.0217.2000 ATIVIDADES A CARGO DE ENTIDADES SUPERVISORADAS		11.004			11.004				
02.010.0217.2000.0123 FUNDAÇÃO CENTRO TECNOLÓGICO PARA INFORMATICA	PISCAL	11.004			11.004				
TOTAL PISCAL		12.067.900			1.904.000				12.333.200

20400 - SECRETARIA DA CULTURA - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
20401 - FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARROSA

023 1 888 88

ANNEX II

CRIMINAL RECORDS

PROGRAMA DE TRABALHO (CAHENLAMENTO)

REGISTRO DE TODAS AS CONDIÇÕES E TRANSFORMAÇÕES

ESPECIFICAÇÃO	UNID.	TOTAL	PARCELAS DE 120 DIAS	ANOS E MES. DE VIGÊNCIA	OUTROS DESP. CORRELATOS	INVESTIMENTOS	INVERSES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTROS DESP. DE CAPITAL
EDUCAÇÃO E CULTURA		401 001			100 000	200 700	00 700		
CULTURA		401 001			100 000	200 700	00 700		
ADMINISTRAÇÃO GERAL		0 010			0 010				
00 040 0021 2000 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS		0 010			0 010				
PROVER O APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA, ATUANDO NA COORDENAÇÃO, SUPERVISÃO E CONTROLE, ALÉM DE PRESTAR APOIO LOGÍSTICO AS ATIVIDADES-PM									
00 040 0021 2000 0021 MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA	FÍSICA	0 010			0 010				
INFORMATICA		000			000				
00 040 0024 2010 SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS		000			000				

20400 - SECRETARIA DA CULTURA - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
20403 - FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA

CR\$ 1.000,00

ANEXO II**CREDITO SUPLEMENTAR****PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)**

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
PROPORCIONAR AOS DIFERENTES SETORES DO ORÇÃO, RECURSO COMPUTACIONAL, CAPAZ DE APOIAR EFICAZMENTE O TRABALHO DE ANÁLISE, PROCESSAMENTO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DAS AÇÕES NECESSÁRIAS À VIABILIZAÇÃO DAS ATIVIDADES-FIM DO SETOR									
08.048.0024.2016.0001 MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE PROCESSAMENTO DE DADOS	FISCAL	922			922				
PEQUISA APLICADA		183.148			66.792		96.354		
08.048.0009.2116 DESENVOLVIMENTO E DIFUSÃO DE INVESTIGAÇÃO NAS ÁREAS DE FILOLOGIA E CIÊNCIAS HUMANAS		183.148			66.792		96.354		
PROPORCIONAR À COMUNIDADE O RESULTADO DE ESTUDOS E PESQUISAS NAS ÁREAS DE FILOLOGIA, JURISPRUDÊNCIA E HISTÓRIA DO DIREITO BRASILEIRO E SOBRE A VIDA E OBRA DE RUI BARBOSA									
08.048.0009.2116.0001 ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE HISTÓRIA DA PRIMEIRA REPÚBLICA	FISCAL	38.099			9.224		28.871		
08.048.0009.2116.0002 ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE LITERATURA BRASILEIRA PORTUGUESA E POPULAR EM VERSO - CORDEL	FISCAL	47.836			9.224		38.612		
08.048.0009.2116.0003 ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE RUI BARBOSA E DO DIREITO PÚBLICO BRASILEIRO	FISCAL	31.099			2.224		28.871		
08.048.0009.2116.0003 ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE HISTÓRIA DA PRIMEIRA REPÚBLICA NO RIO DE JANEIRO - RJ	FISCAL	46.120			46.120				
PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO		301.970			60.984	221.376			
08.048.0246.2117 FORMAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO ACERVO MUSEOLÓGICO BIBLIOGRÁFICO E DOCUMENTAL		301.970			60.984	221.376			
PRESERVAR E DIFUNDIR OS ACERVOS DA FUNÇÃO, CONJUNTO DE MUSEU, JARDINS, LABORATÓRIO DE MICROFILMAGEM, ARQUIVO HISTÓRICO COM AS OBRAS DE RUI BARBOSA E 4 (QUATRO) BIBLIOTECAS.									
08.048.0246.2117.0001 MANUTENÇÃO E PRESERVAÇÃO DO MUSEU CASA DE RUI BARBOSA	FISCAL	204.219			10.919	193.300			
08.048.0246.2117.0002 MANUTENÇÃO DAS BIBLIOTECAS E ACERVOS BIBLIOGRÁFICOS E DOCUMENTAIS	FISCAL	33.206			14.768	18.438			
08.048.0246.2117.0003 RESTAURAÇÃO, ENCADEIRAMENTO E MICROFILMAGEM DE DOCUMENTOS	FISCAL	64.545			89.321	9.224			
DIFUSÃO CULTURAL		7.379				7.379			
08.048.0247.2187 PROMOÇÃO E DIFUSÃO DE EVENTOS CULTURAIS		7.379				7.379			
PROPICIAR AO POVO ACESSO AOS BENS E SERVIÇOS CULTURAIS ATRAVÉS DE EXPOSIÇÕES, RECITAÇÕES, APRESENTAÇÕES, CURSOS, CONGRESSOS, SEMINÁRIOS E OUTRAS PROMOÇÕES CULTURAIS									
08.048.0247.2187.0001 PROMOÇÃO E DIFUSÃO DE EVENTOS CULTURAIS	FISCAL	7.379				7.379			
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA		9.224			9.224				
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR		9.224			9.224				
ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL		9.224			9.224				
18.078.0486.4089 PRESTAÇÃO DE BENEFÍCIOS AO SERVIDOR PÚBLICO		9.224			9.224				
PROPORCIONAR AOS SERVIDORES PÚBLICOS O RECEBIMENTO DOS ALÍQUOTAS REPRESENTATIVAS AO VALOR TRIBUTÁRIO E VALOR DEFEITO, À EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR EM REGIME DE CRECHE PARA SEUS FILHOS, ALÉM DE OUTROS BENEFÍCIOS SOCIAIS ESTABELECIDOS EM LEGISLAÇÃO VIGENTE									
- CRIANÇA ATENDIDA EM CRECHE (CRIANÇA) - 20									
18.078.0486.4089.0002 ALÍQUOTA-CRECHE	FISCAL	9.224			9.224				
- CRIANÇA ATENDIDA EM CRECHE (CRIANÇA) - 20									
TOTAL FISCAL		480.890			188.746	228.754	96.354		

AS QUANTIDADES DAS METES REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

20400 - SECRETARIA DA CULTURA - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
20404 - BIBLIOTECA NACIONAL

CR\$ 1.000,00

ANEXO II**CREDITO SUPLEMENTAR****PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)**

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
EDUCAÇÃO E CULTURA		870.600				870.600			
CULTURA		870.600				870.600			
PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO		870.600				870.600			
1.048.0246.0020 PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS CULTURAIS IMOVEIS		870.600				870.600			
CONSERVAR E RESTAURAR O PATRIMÔNIO EDIFICADO, ARREGLANDO A PROTEÇÃO DE BENS CULTURAIS DOCUMENTAIS, BIBLIOGRÁFICOS E ICONOGRÁFICOS E DESENVOLVER ATIVIDADES QUE PROPICIEM AO PÚBLICO EM GERAL O ACESSO A SEUS BENS.									
1.048.0246.0020.0001 CONSERVAÇÃO, REPAROS E RESTAURAÇÃO	FISCAL	870.600				870.600			
TOTAL FISCAL		870.600				870.600			

20400 - SECRETARIA DA CULTURA - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
20408 - FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES

CR\$ 1 000 00

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
EDUCAÇÃO E CULTURA		239 300			125 300	110 000			
CULTURA		239 300			125 300	110 000			
DIFUSÃO CULTURAL		239 300			125 300	110 000			
06 048 0247 2197 ESTÍMULO A PRODUÇÃO E DINAMIZAÇÃO DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA		239 300			125 300	110 000			
APOIAR E PROMOVER EDIÇÕES, PROGRAMAS E EVENTOS EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL QUE CONTRIBUAM PARA A PRESERVAÇÃO DOS VALORES CULTURAIS, SOCIAIS E ECONÔMICOS DECOMENTES DA INFLUÊNCIA NEGRA NA FORMAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA									
06 048 0247 2197 0002 CULTURA AFRO-BRASILEIRA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	FISCAL	19 000			19 000				
06 048 0247 2197 0003 DIFUSÃO DE PRODUTOS E DA PRODUÇÃO AFRO-BRASILEIRA	FISCAL	10 000			10 000				
06 048 0247 2197 0004 INVESTIGAÇÃO NO CAMPO DAS MANIFESTAÇÕES DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA	FISCAL	20 300			20 300				
06 048 0247 2197 0005 ESTÍMULO A PRODUÇÃO ARTÍSTICA CULTURAL REFERENCIADA NA CULTURA AFRO-BRASILEIRA	FISCAL	80 000			80 000				
06 048 0247 2197 0006 GUARDA E DEVOLUÇÃO DA MEMÓRIA AFRO-BRASILEIRA	FISCAL	110 000				110 000			
TOTAL FISCAL		239 300			125 300	110 000			

20400 - SECRETARIA DA CULTURA - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
20411 - INSTITUTO BRASILEIRO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

CR\$ 1 000 00

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
EDUCAÇÃO E CULTURA		9 816 250				9 816 250			
CULTURA		9 816 250				9 816 250			
PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO		9 816 250				9 816 250			
06 048 0248 2121 PRESERVAÇÃO E DIFUSÃO DE ACERVOS MUSEOLÓGICOS		1 728 271				1 728 271			
IDENTIFICAR, CONSERVAR E DIVULGAR ACERVOS DEPOSITADOS EM MUSEUS E CASAS HISTÓRICAS DISTRIBUÍDOS A SOCIEDADE O ACESSO A ESSAS OBRAS									
06 048 0248 2121 0008 MUSEU DA REPÚBLICA	FISCAL	182 828				182 828			
06 048 0248 2121 0007 MUSEU IMPERIAL	FISCAL	184 783				184 783			
06 048 0248 2121 0008 MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES	FISCAL	228 783				228 783			
06 048 0248 2121 0009 MUSEU HISTÓRICO NACIONAL	FISCAL	376 879				376 879			
06 048 0248 2121 0010 MUSEU DE BIODIVERSIDADE HELLO LEITÃO	FISCAL	87 693				87 693			
06 048 0248 2121 0011 MUSEUS CASTRO MAYER	FISCAL	48 879				48 879			
06 048 0248 2121 0012 MUSEU VILLA LOBOS	FISCAL	87 693				87 693			
06 048 0248 2121 0013 MUSEU LASAR SEGALL	FISCAL	53 379				53 379			
06 048 0248 2121 0014 MUSEU DA INCONFIDÊNCIA	FISCAL	114 396				114 396			
06 048 0248 2121 0018 PAÇO IMPERIAL	FISCAL	228 783				228 783			
06 048 0248 2121 0018 SÍTIO BURLE MARX	FISCAL	48 879				48 879			
06 048 0248 2121 0017 CINEMATECA BRASILEIRA	FISCAL	114 396				114 396			
06 048 0248 4031 PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL		8 087 979				8 087 979			
PROTEGER, CONSERVAR E REVITALIZAR O PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO EM SUAS DIVERSAS FORMAS DE EXPRESSÃO, MANTENDO SUA INTEGRIDADE PARA CONHECIMENTO DE TODAS AS GERAÇÕES.									
06 048 0248 4031 0001 PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL	FISCAL	8 087 979				8 087 979			
Saúde e Saneamento		29 000			29 000				
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR		29 000			29 000				
ASSISTÊNCIA MÉDICA E SANITÁRIA		29 000			29 000				
13 078 0428 2004 ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA A SERVIDORES		29 000			29 000				
ASSISTÊNCIA À SAÚDE FÍSICA E MENTAL DOS SERVIDORES E SEUS DEPENDENTES, EM CARÁTER COMPLEMENTAR									
13 078 0428 2004 0002 ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR A SERVIDORES E SEUS DEPENDENTES	DEBILIDADE	29 000			29 000				
TOTAL FISCAL		9 845 790			29 000	9 816 250			
TOTAL DEBILIDADE		29 000			29 000	29 000			

20800 - SECRETARIA DA CIENCIA E TECNOLOGIA - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
20803 - FUNDAÇÃO CENTRO TECNOLÓGICO PARA INFORMÁTICA

CDS 1.000.001

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PERSONAL E ENC. FIXOS	JUNTA E ENC. DA DIVISÃO	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVESTIMENTOS FINANCEIROS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
010 0036 1120 CAPACITAÇÃO TECNOLÓGICA PARA PRODUÇÃO INDUSTRIAL DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR GERAR CAPACIDADE TECNOLÓGICA METODOLÓGICA E AMBIENTES PARA PRODUÇÃO DE SOFTWARES DESTINADOS À INDÚSTRIA NACIONAL, SEM COMO PRINCIPAIS RECURSOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA DE INFORMÁTICA NÃO DISPONÍVEIS NO PAÍS: PODER ESPECIALIZADO PARA DISPOSITIVO E MERCADO INTERACIONAL		187.183			187.183				
010 0036 1124 0001 QUALIDADE E PRODUTIVIDADE DE SOFTWARE	FISCAL	187.183			187.183				
010 0036 2330 REDESTRUTURA INTEGRADA POR COMPUTADORES DESENVOLVER TECNOLOGIA DE INTEGRAÇÃO POR COMPUTADOR ATRAVÉS DE EXPERIMENTAÇÃO E VALIDAÇÃO DE SOLUÇÕES TÉCNICAS DE UM SISTEMA DE REDESTRUTURAS		810.820			810.820				
010 0036 2330 0001 TECNOLOGIAS DE AUTOMAÇÃO DE MANUFATURAS	FISCAL	810.820			810.820				
010 0317 2007 TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS		11.904			11.904				
010 0317 2007 0001 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	FISCAL	11.904			11.904				
010 0317 2007 0002 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	FISCAL	11.904			11.904				
TOTAL FISCAL		1.904.487			1.904.487				

20000 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
20006 - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

CDS 1.000.001

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PERSONAL E ENC. FIXOS	JUNTA E ENC. DA DIVISÃO	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVESTIMENTOS FINANCEIROS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		3.420.000			3.420.000				
Ciência e Tecnologia		3.420.000			3.420.000				
Pesquisa Fundamental		210.440			210.440				
010 0054 1134 APOIO A PROJETOS NA ÁREA DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO		210.440			210.440				
APOIO À CRIAÇÃO DE NOVOS COMERCIALIZADORES, APOIO DE ATIVIDADES TÉCNICAS E EXPERIMENTAIS, INCLUSIVE A CAPACITAÇÃO DE PESSOAL E INFRA-ESTRUTURA A COMPOSIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INOVAÇÃO, PROMOÇÃO DE GRUPOS DE BICELÂNCIA E A IMPLEMENTAÇÃO DE REDES DE INOVAÇÃO DE CÉLULA DAS ENTIDADES CIENTÍFICAS	FISCAL	210.440			210.440				
010 0054 1134 0004 DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	FISCAL	210.440			210.440				
Pesquisa Aplicada		3.204.260			3.204.260				
010 0054 3010 APOIO A PROJETOS NA ÁREA DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO		3.204.260			3.204.260				
APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO, INCLUSIVE A CRIAÇÃO DE INSTITUTOS DE PESQUISA PÚBLICA OU PRIVADA NAS ÁREAS DE BIODIVERSIDADE, CIÊNCIAS TECNOLÓGICAS E INOVADORAS, APOIO AO COMANDO DE PROGRAMAS COM O OBJETIVO DE SOLUCIONAR PROBLEMAS DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, PROBLEMAS NACIONAIS ESPECÍFICOS E ESTRATÉGIAS DE CIENTISTAS, SOCIAIS, DA SAÚDE E AMBIENTE	FISCAL	3.204.260			3.204.260				
1 010 0054 3010 0005 APOIO A INSTITUTOS DE TECNOLOGIA VINCULADOS A ADOPTAR	FISCAL	3.204.260			3.204.260				
TOTAL FISCAL		3.420.000			3.420.000				

20000 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
20007 - FUNDO DE AMPARO À TECNOLOGIA

CDS 1.000.001

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PERSONAL E ENC. FIXOS	JUNTA E ENC. DA DIVISÃO	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVESTIMENTOS FINANCEIROS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		374.530			374.530				
Ciência e Tecnologia		374.530			374.530				
Pesquisa Aplicada		374.530			374.530				
010 0056 1123 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO INDUSTRIAL		374.530			374.530				
DESENVOLVER AMBIENTES DE ADMINISTRAÇÃO TECNOLÓGICA, PRESTAR SERVIÇOS DE AVALIAÇÃO E MONITORIA E INOVAÇÃO E GERENCIAMENTO DE RECURSOS E APOIO À DIFUSÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS	FISCAL	374.530			374.530				
010 0056 1123 0001 SERVIÇOS TÉCNICOS E APOIO TECNOLÓGICO À INDÚSTRIA	FISCAL	374.530			374.530				
TOTAL FISCAL		374.530			374.530				

LEGISLAÇÃO CITADA

(Anexada pela Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional)

LEI Nº 8.409, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1992

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1992.

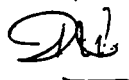
MENSAGEM Nº 180, DE 1992-CN

(nº 854/92, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República, o texto do projeto de lei que "Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União, em favor do Ministério dos Transportes e das Comunicações, crédito suplementar no valor de Cr\$ 298.380.727.000,00, para os fins que especifica".

Brasília, 8 de dezembro de 1992.



E.M. 121

/SEPLAN-PR

Brasília, 07 de dezembro de 1992,

Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República,

O Ministério dos Transportes e das Comunicações solicita crédito suplementar, no valor de Cr\$ 298.380.727.000,00 (duzentos e noventa e oito bilhões, trezentos e oitenta milhões, setecentos e vinte e sete mil cruzeiros), em favor da Administração Direta, de diversas Entidades Supervisionadas e do Fundo da Marinha Mercante.

2. O crédito será coberto à conta do cancelamento de dotações consignadas no orçamento do Ministério, e tem como objetivo atender as seguintes despesas:

- manutenção básica do Órgão e Entidades Supervisionadas;
- ressarcimento por serviços antieconômicos prestados pela Rede Ferroviária Federal S/A;
- construção, ampliação e recuperação das instalações de portos;
- pagamento de sentença judicial proferida em favor da Frota Oceânica Brasileira S/A, à conta de recursos do Fundo da Marinha Mercante.

3. A solicitação em pauta está sendo proposta através de Projeto de Lei, uma vez que ultrapassa os limites estabelecidos nos arts. 6º, I, "b", e 11, I, da Lei nº 8.409, de 28 de fevereiro de 1992.

4. Este pleito está em conformidade com o art. 43, § 1º, III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e em consonância com o art. 167, V, da Constituição.

Nessas condições, submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que autoriza a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente,

Paulo R. Haddad

PAULO ROBERTO HADDAD
Ministro de Estado Chefe da Secretaria
de Planejamento, Orçamento e Coordenação
da Presidência da República

ANEXO À EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DA SECRETARIA
DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E COORDENAÇÃO DA
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA Nº 121 DE 07 / 12 / 92

1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências:

Reforçar dotações para pagamento de gastos decorrentes de despesas com custeio e capital.

2. Soluções e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta:

Abertura de crédito suplementar através de Projeto de Lei, para atender aquela demanda.

3. Alternativas existentes às medidas ou atos propostos:

Sem registro de qualquer matéria sobre o assunto

4. Custos:

O crédito será atendido com dotações já consignadas nos orçamentos das unidades, mediante o remanejamento de recursos no valor de Cr\$ 298.380.727.000,00.

5. Razões que justificam a urgência:

6. Impacto sobre o meio ambiente:

7. Síntese do parecer do órgão jurídico:

ESPECIFICAÇÃO	ESPEC.	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUNTOS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVESTIMENTOS FINANCEIROS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
PROPORCIONAR AOS SERVIDORES PÚBLICOS O RECEBIMENTO DOS AUXÍLIOS REPRESENTANTES DO VALE-TRANSPORTE E VALE-REFeição, A EDUCAÇÃO, VAGUE-ESCOLAR EM REGIME DE CRECHE PARA SEUS FILHOS, ALÉM DE OUTROS BENEFÍCIOS SOCIAIS ESTABELECIDOS EM LEGISLAÇÃO PRÓPRIA									
10 078 0486 4069 0003 CONCESSÃO DE VALE-TRANSPORTE	FISCAL	2 809 674			2 809 674				
10 078 0486 4069 0004 AUXÍLIO REFEIÇÃO	FISCAL	1 481 743			1 481 743				
TRANSPORTE		190 198 766			92 220 480	8 803 922	89 364 366		
TRANSPORTE FERROVIÁRIO		11 220 480			11 220 480				
SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO		11 220 480			11 220 480				
10 098 0948 2427 RESSARCIMENTO POR SERVIÇOS ANTIECONÔMICOS PRESTADOS PELA NPPSA		11 220 480			11 220 480				
COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DE QUE TRATA O ARTIGO TERCEIRO DO DECRETO-LEI Nº 2 178, DE 04 DE SETEMBRO DE 1964	FISCAL	11 220 480			11 220 480				
10 098 0948 2427 0001 RESSARCIMENTO POR SERVIÇOS ANTIECONÔMICOS PRESTADOS PELA NPPSA		178 988 286			81 000 000	8 803 922	89 364 366		
TRANSPORTE HIDROVIÁRIO		81 000 000			81 000 000				
ADMINISTRAÇÃO GERAL		81 000 000			81 000 000				
10 098 0021 2900 CONTRIBUIÇÃO A FUNDOS		81 000 000			81 000 000				
PROMOVER A COMPLEMENTAÇÃO DE RECURSOS PARA A CONSECUÇÃO DOS OBJETIVOS DEFINIDOS PELO EMBRA	FISCAL	81 000 000			81 000 000				
10 098 0021 2900 0002 FUNDO DA MARINHA MERCANTE		97 988 766				8 803 922	89 364 366		
PORTOS E TERMINAIS MARÍTIMOS		8 803 922				8 803 922			
10 098 0983 1880 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS									
EXECUTAR OBRAS, SERVIÇOS OU INSTALAÇÕES QUE REPRESENTEM AMPLIAMENTO DAS ÁREAS PORTUÁRIAS, OBTENDO MELHORIA DA OPERACIONALIDADE DE CARGA/DESCARGA DOS NAVIOS, CAMINHÕES E TRENS, TRANSPORTES INTEROS E ARMAZENAGEM DOS PRODUTOS NOS PORTOS	FISCAL	7 991 706				7 991 706			
10 098 0983 1880 0013 AMPLIAÇÃO DO CAIS PARA CAIXOS E CONTÊINERES NO PORTO DE PARAGUÁ	FISCAL	1 012 218				1 012 218			
10 098 0983 1880 0003 EXECUÇÃO DAS OBRAS DO RETROPORTO DO PORTO DE PARAGUÁ		89 364 366					89 364 366		
10 098 0983 1700 PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO NO CAPITAL DE EMPRESAS									
PROPORCIONAR O EQUILÍBRIO ACIONÁRIO, MANTENDO O CAPITAL MAJORITÁRIO DA UNIÃO	FISCAL	14 813 218					14 813 218		
10 098 0983 1700 0018 COMPANHIA DOCS DO ESTADO DE SÃO PAULO - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA MODERNIZAÇÃO PORTUÁRIA	FISCAL	18 308 087					18 308 087		
10 098 0983 1700 0016 COMPANHIA DOCS DO RIO DE JANEIRO - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA MODERNIZAÇÃO PORTUÁRIA	FISCAL	8 192 043					8 192 043		
10 098 0983 1700 0029 COMPANHIA DOCS DO PARANÁ - CONSTRUÇÃO DO PIER PETROLÉO DE ITAQUI	FISCAL	3 399 480					3 399 480		
10 098 0983 1700 0038 COMPANHIA DOCS DO RIO GRANDE DO NORTE - AMPLIAÇÃO DO TERMINAL DE GRANIS LÍQUIDOS DO PORTO DE RECIFE	FISCAL	1 870 008					1 870 008		
10 098 0983 1700 0037 COMPANHIA DOCS DO ESTADO DA BAHIA - RECUPERAÇÃO DO CAIS DO PORTO DE SALVADOR	FISCAL	9 932 494					9 932 494		
10 098 0983 1700 0039 COMPANHIA DOCS DO RIO DE JANEIRO - AMPLIAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DE MANEJO DE CONTÊINERES NO CAIS DO CAU	FISCAL	717 371					717 371		
10 098 0983 1700 0048 COMPANHIA DOCS DO RIO GRANDE DO NORTE - RECUPERAÇÃO DO PORTO DE CARACOLÓ	FISCAL	18 087 293					18 087 293		
10 098 0983 1700 0081 COMPANHIA DAS DOCS DO ESTADO DA BAHIA - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA MODERNIZAÇÃO PORTUÁRIA	FISCAL	2 802 246					2 802 246		
10 098 0983 1700 0191 COMPANHIA DOCS DO RIO DE JANEIRO - CORRETO DO TERMINAL DE MANEJO DE CARGA E DE CARGA DE CARGA NO PORTO DE SEPETIBA	FISCAL	4 163 304					4 163 304		
10 098 0983 1700 0184 COMPANHIA DOCS DO RIO GRANDE DO NORTE - RECUPERAÇÃO DA CORTINA DE ESTACA PLANÇA DO PAUL DO PORTO DE RECIFE	FISCAL	349 024					349 024		
10 098 0983 1700 0183 COMPANHIA DOCS DO PARÁ - AMPLIAÇÃO E RECUPERAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DO PORTO DE BELÉM	FISCAL	819 006					819 006		
10 098 0983 1700 0186 COMPANHIA DOCS DO CEARÁ - UNIFICAÇÃO DO PORTO DE FORTALEZA	FISCAL	10 784 813					10 784 813		
10 098 0983 1700 0170 COMPANHIA DOCS DO ESTADO DE SÃO PAULO - RECUPERAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DO PORTO DE SANTOS									
TOTAL	FISCAL	206 629 180			111 880 962	8 803 922	89 364 366		
	RECURSOS	206 629 180			108 889 260	8 803 922	89 364 366		
		3 192 398			3 192 398				

38000 - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES E DAS COMUNICAÇÕES
38192 - ENTIDADES SUPERVISIONADAS

CDO 1 000,00

ANEXO I**CREDITO SUPLEMENTAR****PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)**

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESPECA	TOTAL	PESSOAL E INC. SOCIAIS	Juros e INC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ASSISTENCIA E PREVIDENCIA		21 676 000			21 676 000				
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR		3 326 004			3 326 004				
ASSISTENCIA SOCIAL GERAL		3 326 004			3 326 004				
15 078 0486 2800 ATIVIDADES A CARGO DE ENTIDADES SUPERVISIONADAS		3 326 004			3 326 004				
15 078 0486 2800 0112 EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A	FISCAL	3 326 004			3 326 004				
PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIÇO PÚBLICO		18 262 704			18 262 704				
PREVIDENCIA SOCIAL A SEGURADOS		18 262 704			18 262 704				
15 084 0482 2800 ATIVIDADES A CARGO DE ENTIDADES SUPERVISIONADAS		18 262 704			18 262 704				
15 084 0482 2800 0187 DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM	FISCAL	18 243 670			18 243 670				
15 084 0482 2800 0141 VALEC - ENGENHARIA CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S/A	FISCAL	8 626			8 626				
TRANSPORTE		86 971 649			86 971 649				
TRANSPORTE RODOVIÁRIO		86.646.406			86.646.406				
ADMINISTRAÇÃO GERAL		99 990 004			99 990 004				
15 089 0031 2800 ATIVIDADES A CARGO DE ENTIDADES SUPERVISIONADAS		99 990 004			99 990 004				
15 089 0031 2800 0107 DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM	FISCAL	99.989.004			99.989.004				
CONTROLE E SEGURANÇA DE TRÁFEGO RODOVIÁRIO		9.004.799			9.004.799				
15 089 0039 1800 PROJETOS A CARGO DE ENTIDADES SUPERVISIONADAS		2 188 002			2 188 002				
15 089 0039 1800 0107 DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM	FISCAL	2 188 002			2 188 002				
15 089 0039 2800 ATIVIDADES A CARGO DE ENTIDADES SUPERVISIONADAS		4 496 000			4 496 000				
15 089 0039 2800 0107 DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM	FISCAL	4 496 000			4 496 000				
TRANSPORTE FERROVIÁRIO		201 000			201 000				
ADMINISTRAÇÃO GERAL		100 000			100 000				
15 089 0031 2800 ATIVIDADES A CARGO DE ENTIDADES SUPERVISIONADAS		100 000			100 000				
15 089 0031 2800 0141 VALEC - ENGENHARIA CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S/A	FISCAL	100 000			100 000				
SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO		118 000			118 000				
15 089 0548 2800 ATIVIDADES A CARGO DE ENTIDADES SUPERVISIONADAS		118 000			118 000				
15 089 0548 2800 0141 VALEC - ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S/A	FISCAL	118 000			118 000				
TRANSPORTE HIDROVIÁRIO		48 484			48 484				
SERVIÇOS DE TRANSPORTE FLUVIAL E LACUSTRE		48 484			48 484				
15 090 0566 2800 ATIVIDADES A CARGO DE ENTIDADES SUPERVISIONADAS		48 484			48 484				
15 090 0566 2800 0110 EMPRESA DE NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA S/A	FISCAL	48 484			48 484				
TOTAL FISCAL		86 981 647			86 981 647				

39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES E DAS COMUNICAÇÕES
39201 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM

CDS 1.000,00

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUNCO E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA		16 243 876			16 243 876				
PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO		16 243 876			16 243 876				
PREVIDÊNCIA SOCIAL A SEGUROS		16 243 876			16 243 876				
15 064 0482 2012		16 243 876			16 243 876				
CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO									
FINANCIAR, NOS TERMOS QUE A LEI DISPUSER, O PROGRAMA DE SEGURO-DESEMPREGO E O AMORO DE QUE TRATA O PARÁGRAFO 3 DO ARTIGO 236 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL									
15 064 0482 2012 0001	FISCAL	16 243 876			16 243 876				
CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO									
TRANSPORTE		66 649 406			66 649 406				
TRANSPORTE RODOVIÁRIO		66 649 406			66 649 406				
ADMINISTRAÇÃO GERAL		99 999 864			99 999 864				
16 066 0021 2008		29 000 000			29 000 000				
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS									
PROMOVER O APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA, ATRAVÉS DA COORDENAÇÃO, SUPERVISÃO E CONTROLE ALEM DE PRESTAR APOIO LOGÍSTICO AS ATIVIDADES-FIM									
16 066 0021 2008 0011	FISCAL	29 000 000			29 000 000				
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS									
16 066 0021 4061		34 990 934			34 990 934				
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA RODOVIÁRIA									
PERMITIR O FUNCIONAMENTO ADEQUADO DOS DISTRITOS RODOVIÁRIOS, SEM COMO OPERAR SUPORTE TÉCNICO CAPAZ DE VIABILIZAR A EXECUÇÃO DE PROJETOS E OBRAS RODOVIÁRIAS									
16 066 0021 4061 0001	FISCAL	34 990 934			34 990 934				
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA RODOVIÁRIA									
CONTROLE E SEGURANÇA DE TRAFEGO RODOVIÁRIO		6 664 792			6 664 792				
16 066 0639 2429		4 496 060			4 496 060				
MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DE PÁTIOS E POSTOS DE PESAGEM									
PERMITIR O FUNCIONAMENTO DOS POSTOS DE PESAGEM NAS RODOVIAS FEDERAIS COMO FORMA DE EVITAR O EXCESSO DE CARGAS SOBRE O PAVIMENTO									
16 066 0639 2429 0001	FISCAL	4 496 060			4 496 060				
MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DE PÁTIOS E POSTOS DE PESAGEM									
16 066 0639 3034		2 196 992			2 196 992				
ESTUDOS PARA A SEGURANÇA DO TRÁNSITO									
DESENVOLVER O LEVANTAMENTO DE DADOS DE CAMPO PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE RESTAURAÇÃO E ELIMINAÇÃO DE SEGMENTOS CRÍTICOS, SEM COMO O CONTROLE DE TRÁFEGO E ILUMINAÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS									
16 066 0639 3034 0001	FISCAL	2 196 992			2 196 992				
ESTUDOS PARA A SEGURANÇA DO TRÁNSITO									
TOTAL FISCAL		64 669 252			64 669 252				

39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES E DAS COMUNICAÇÕES
39204 - EMPRESA DE NAVEGAÇÃO DA AMAZONIA S/A

CR\$ 1.000,00

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	Juros e ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
TRANSPORTE		49 484			49 484				
TRANSPORTE HIDROVIÁRIO		49 484			49 484				
SERVIÇOS DE TRANSPORTE FLUVIAL E LACUSTRE		49 484			49 484				
15 090 0565 2428		49 484			49 484				
MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DAS LINHAS DE NAVEGAÇÃO									
PROMOVER O FUNCIONAMENTO DAS DIVERSAS LINHAS E INTEGRAR LAS AOS DEMAIS MEIOS DE TRANSPORTE DA REGIÃO, PROPORCIONANDO SEGURANÇA E CONFORTO A POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA E PERMITINDO O ABASTECIMENTO DE CENTROS ALIMENTÍCIOS									
16 090 0565 2428 0001	FISCAL	49 484			49 484				
MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DAS LINHAS DE NAVEGAÇÃO									
TOTAL FISCAL		49 484			49 484				

39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES E DAS COMUNICAÇÕES
39205 - EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A

CR\$ 1.000,00

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	Juros e ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ASSISTENCIA E PREVIDENCIA		3 326 894			3 326 894				
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR		3 326 894			3 326 894				
ASSISTENCIA SOCIAL GERAL		3 326 894			3 326 894				
15 078 0488 4089		3 326 894			3 326 894				
PRESTAÇÃO DE BENEFÍCIOS AO SERVIDOR PÚBLICO									
PROPORCIONAR AOS SERVIDORES PÚBLICOS O RECEBIMENTO DOS AUXÍLIOS REFERENTES AO VALE TRANSPORTE E VALE-REFEIÇÃO, A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM REGIME DE CRECHE PARA SEUS FILHOS, ALÉM DE OUTROS BENEFÍCIOS SOCIAIS ESTABELECIDOS EM LEGISLAÇÃO PRÓPRIA									
15 078 0488 4089 0002	FISCAL	3 326 894			3 326 894				
AUXÍLIO CRECHE									
TOTAL FISCAL		3 326 894			3 326 894				

39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES E DAS COMUNICAÇÕES
39207 - VALEC - ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S/A

CR\$ 1.000,00

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	Juros e ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ASSISTENCIA E PREVIDENCIA		8 820			8 820				
PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO		8 820			8 820				
PREVIDENCIA SOCIAL E SEGURADOS		8 820			8 820				
15 004 0482 2012		8 820			8 820				
CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO									
FINANCIAR, NOS TERMOS QUE A LEI DISPÕU O PROGRAMA DE SEGURO-DESEMPREGO E O ABRIGO DE QUE TRATA O PARÁGRAFO 3 DO ARTIGO 239 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL									
15 004 0482 2012 0001	FISCAL	8 820			8 820				
CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO									
TRANSPORTE		201 000			201 000				
TRANSPORTE FERROVIÁRIO		201 000			201 000				
ADMINISTRAÇÃO GERAL		100 000			100 000				
16 000 0021 2000		100 000			100 000				
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS									
PROMOVER O APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ATRAVÉS DA COORDENAÇÃO SUPERVISÃO E CONTROLE ALÉM DE PRESTAR APOIO LOGÍSTICO AS ATIVIDADES-PIB									
16 000 0021 2000 0011	FISCAL	100 000			100 000				
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS									
SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO		110 000			110 000				
16 000 0540 2432		110 000			110 000				
MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO									
SANAVIVIR A OPERACIONALIZAÇÃO DO SISTEMA IMPLANTADO DENTRO DE PADRÕES TÉCNICAMENTE ESTABELECIDOS DE SEGURANÇA E CONFIDABILIDADE									
16 000 0540 2432 0001	FISCAL	110 000			110 000				
MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DO TRECHO ESTREITO - PÉQUIA - NA CAMPANHA									
TOTAL FISCAL		200 820			200 820				

39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES E DAS COMUNICAÇÕES
39901 - FUNDO DA MARINHA MERCANTE

Only 1,000,000

ANNEX 1

OPERATOR'S MANUAL

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECLAMOS DE TODAS LAS FUENTES E TRANSFERENCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESPEC.	TOTAL	FUNERAL E ENC. SOCIAIS	JORN. E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
TRANSPORTE		01 000 000			01 000 000				
TRANSPORTE HIPOTECÁRIO		01 000 000			01 000 000				
ADMINISTRAÇÃO GERAL		01 000 000			01 000 000				
16 090 0021 2423 ENCARGOS COM A ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO DA SOMIEM MERCANTE		01 000 000			01 000 000				
PAGAMENTO DE COMISSÕES, SEGUROS E OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS NECESSÁRIOS À GESTÃO DO FUNDO DA SOMIEM MERCANTE									
16 090 0021 2423 0001 ENCARGOS COM A ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO DA SOMIEM MERCANTE	FISCAL	01 000 000			01 000 000				
TOTAL FISCAL		01 000 000			01 000 000				

39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES E DAS COMUNICAÇÕES
39101 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES E DAS COMUNICAÇÕES

Cost : \$99.00

ANNEX II

CREDIT TO SUPPLEMENTARY/

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

DECLARACAO DE TOTAIS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERRA	TOTAL	FUNDO E INC. SOCIAIS	JURO E INC. DA DÍVIDA	OUTROS DEP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	REVENHOS FINANCEIROS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTROS DEP. DE CAPITAL
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		2.346.000			02.471	2.104.000	100.000		
ADMINISTRAÇÃO		2.346.000			02.471	2.104.000	100.000		
ADMINISTRAÇÃO GERAL		007.000				007.000	100.000		
02.007.0001.2000 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS		113.000				3.000	100.000		
PERMANECER O APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA, ATRAVÉS DA CONSERVAÇÃO, SUPERVISÃO E CONTROLE, ALÉM DE PRESTAR APOIO LOGÍSTICO ÀS ATIVIDADES-FIM									
02.007.0002.2000.0002 ADMINISTRAÇÃO DOS RECURSOS MATERIAIS	FISCAL	113.000				3.000	100.000		
02.007.0001.4101 OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE INFRA-ESTRUTURA		003.100				003.100			
POSSIBILITAR A IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES VOLTADAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO SETOR									
02.007.0001.4101.0001 OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE INFRA-ESTRUTURA	FISCAL	003.100				003.100			
INFORMÁTICA		1.201.010			02.471	1.201.000			
02.007.0024.2010 SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS		1.201.010			02.471	1.201.000			
PROPORCIONAR AOS DIFERENTES SETORES DO GRUPO RECURSO COMPUTACIONAL, CAPAZ DE APOIAR EFICIENTEMENTE O TRABALHO DE ANÁLISE, PROCESSAMENTO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DAS AÇÕES NECESSÁRIAS À VIABILIZAÇÃO DAS ATIVIDADES-FIM DO SETOR									
02.007.0024.2010.0000 SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS	FISCAL	1.201.010			02.471	1.201.000			
SALUD E SANEAMENTO		00.000			02.403				
SALUD		00.000			02.403				
ASSISTÊNCIA MÉDICA E SANITÁRIA		00.000			02.403				
13.070.0420.2004 ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA A SERVIDORES		00.000			02.403				
ESTABELEÇER A SAUDÉ FÍSICA E MENTAL DOS SERVIDORES E SEUS DEPENDENTES, EM CARÁTER COMPLEMENTAR									
13.070.0420.2004.0004 ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA A SERVIDORES	SEGUROSIDADE	00.000			02.403				
TRANSPORTE		000.047.000				00.071.000	140.070.770		
TRANSPORTE FERROVIÁRIO		11.200.000					11.200.000		
PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA		11.200.000					11.200.000		
16.000.0020.1700 PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO NO CAPITAL DE EMPRESAS		11.200.000					11.200.000		
PROPORCIONAR O EQUILÍBRIO ACIONÁRIO, MANTENDO O CAPITAL EQUILIBRADO DA UNIÃO									
16.000.0020.1700.0000 OPERA - VARIANTE DO RIO PARAGUAI - SA	FISCAL	11.200.000					11.200.000		
TRANSPORTE HIDROVIÁRIO		100.000.000				00.071.000	100.000.000		
PROMOÇÃO INDUSTRIAL		01.000.000					01.000.000		
16.000.0240.2000 CONTRIBUIÇÃO À FUNDO		01.000.000					01.000.000		
PERMANECER A COMPLEMENTAÇÃO DE RECURSOS PARA A CONSECUÇÃO DOS OBJETIVOS DEFINIDOS PELA UNÃO									
16.000.0240.2000.0000 FUNDO DA REGIÃO NOROCCIDENTAL	FISCAL	01.000.000					01.000.000		
PORTOS E TERMINAIS MARÍTIMOS		101.000.000				00.000.000	01.000.000		
16.000.0000.1000 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E RECONSTRUÇÃO DE INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS		00.000.000				00.000.000			

3900.0 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES E DAS COMUNICAÇÕES
39101 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES E DAS COMUNICAÇÕES

CR\$ 1.000,00

CREDITO SUPLEMENTAR

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	DEPESA	TOTAL	PERSONAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVENÇÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
EXECUTAR OBRAS, SERVIÇOS OU INSTALAÇÕES QUE REPRESENTEM APROPRIAMENTO DAS ÁREAS PORTUÁRIAS OBJETIVANDO MELHORIA DA OPERACIONALIDADE DE CARGA/DESCARGA DOS NAVIOS, CAMINHÕES E TRENS, TRANSPORTES INTERNOS E ARMAZENAGEM DOS PRODUTOS NOS PORTOS									
10.000.0003 1980.0016 RECUPERAÇÃO DOS MOLHES DO PORTO DE RIO GRANDE	FISCAL	2.000.000				2.000.000			
10.000.0003 1980.0022 COMPLEMENTAÇÃO E MELHORAMENTO DO PORTO DE SUAPE	FISCAL	42.242.829				42.242.829			
10.000.0003.1700 PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO NO CAPITAL DE EMPRESAS PROPORCIONAR O EQUILÍBRIO ACIONÁRIO, MANTENDO O CAPITAL MAJORITY DA UNIÃO		57.795.296					57.795.296		
10.000.0003 1700.0034 COMPANHIA DOCCAS DO PARA - COMPLEMENTAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA PORTUÁRIA DE VILA DO CORDE	FISCAL	9.444.947					9.444.947		
10.000.0003 1700.0040 COMPANHIA DOCCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - AMPLIAÇÃO E RECUP. DO CAIS VALONGO/PAGUSTA NO PORTO DE SANTOS	FISCAL	18.457.709					18.457.709		
10.000.0003 1700.0148 COMPANHIA DAS DOCCAS DO ESTADO DA BAHIA - OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA E RECUPERAÇÃO DO PORTO DE ARATU	FISCAL	14.721.644					14.721.644		
10.000.0003 1700.0152 COMPANHIA DAS DOCCAS DO ESTADO DA BAHIA - CONSTRUÇÃO DO PIER MÚLTIPLO E ÁREA DE TANCAGEM NO PORTO DE ILheus	FISCAL	8.733.936					8.733.936		
10.000.0003 1700.0188 COMPANHIA DOCCAS DO ESPÍRITO SANTO - AMPLIAÇÃO E RECUPERAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DO PORTO DE VITÓRIA	FISCAL	8.089.401					8.089.401		
10.000.0003 1700.0189 COMPANHIA DOCCAS DO ESPÍRITO SANTO - COMPLEMENTAÇÃO DO ACESSO RODoviÁRIO DO PORTO DE PRATA ROLE	FISCAL	1.398.327					1.398.327		
10.000.0003 1700.0171 COMPANHIA DOCCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - RECUPERAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DO PORTO DE ITAJAI	FISCAL	823.508					823.508		
10.000.0003 1700.0176 COMPANHIA DOCCAS DO ESPÍRITO SANTO - AMPLIAÇÃO DO CAIS DO PORTO DE PRATA ROLE - RS	FISCAL	2.029.827					2.029.827		
HIDROVIAS									
10.000.0007 1000 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE INSTALAÇÕES HIDROVIÁRIAS		12.629.822				12.629.822			
EXECUTAR OBRAS, SERVIÇOS OU IMPLANTAR INSTALAÇÕES QUE VISUALIZEM A IMPLANTAÇÃO, A MODERNIZAÇÃO OU A AMPLIAÇÃO DA OPERACIONALIDADE DAS HIDROVIAS QUE SERVEEM AS REGIÕES DO PAÍS									
10.000.0007 1000.0002 CONSTRUÇÃO DAS ECLUSAS I E II - LIMA - TUCURUÍ	FISCAL	7.148.423				7.148.423			
10.000.0007 1000.0006 CONSTRUÇÃO DE ECLUSAS NA BARRAGEM DE PORTO PRIMEIRA, A CARGO DO GOVERNO ESTADUAL	FISCAL	5.480.809				5.480.809			
TOTAL	FISCAL	209.240.182			168.824	98.008.408	180.089.730		
	SEGURIDADE	209.190.000			63.471	98.008.408	180.089.730		
		40.483			46.463				

39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES E DAS COMUNICAÇÕES
39192 - ENTIDADES SUPERVISIONADAS

CR\$ 1.000,00

CREDITO SUPLEMENTAR

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	DEPESA	TOTAL	PERSONAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVENÇÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
TRANSPORTE		84.136.000				84.136.000			
TRANSPORTE INTERVIÁRIAS		84.000.000				84.000.000			
CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS		84.000.000				84.000.000			
10.000.0027 1000 PROJETOS A CARGO DE ENTIDADES SUPERVISIONADAS		84.000.000				84.000.000			
10.000.0027 1000.0187 DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM	FISCAL	84.000.000				84.000.000			
TRANSPORTE FERROVIÁRIO		200.007				200.007			
FERROVIAS		200.007				200.007			
10.000.0040 1000 PROJETOS A CARGO DE ENTIDADES SUPERVISIONADAS		200.007				200.007			
10.000.0042 1000.0141 - VALOC - MODERNIZAÇÃO, CONSTRUÇÃO E FERROVIAS S/A	FISCAL	200.007				200.007			
TRANSPORTE HIDROVIÁRIO		800.000				800.000			
ADMINISTRAÇÃO GERAL		46.301				46.301			
10.000.0001.0000 ATIVIDADES A CARGO DE ENTIDADES SUPERVISIONADAS		46.301				46.301			
10.000.0001 2000.0110 SERVIÇOS DE NAVEGAÇÃO NA BACIA DO PRATO S/A	FISCAL	46.301				46.301			
SERVIÇOS DE TRANSPORTE FLUVIAL E LACUSTRE		364.111				364.111			
10.000.0000.0000 ATIVIDADES A CARGO DE ENTIDADES SUPERVISIONADAS		364.111				364.111			

39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES E DAS COMUNICAÇÕES
39192 - ENTIDADES SUPERVISIONADAS

CR\$ 1.000,00

ANEXO II**CREDITO SUPLEMENTAR****PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)**

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
16 090 0568 2800 0110 EMPRESA DE NAVEGAÇÃO DA AMAZONIA S/A	FISCAL	49 484				49 484			
16 090 0568 2800 0112 SERVICO DE NAVEGAÇÃO DA BACIA DO PRATA S/A	FISCAL	538 627				538 627			
TRANSPORTE URBANO		3 326 894				3 326 894			
ADMINISTRAÇÃO GERAL		243 284				243 284			
16 091 0021 2800 ATIVIDADES A CARGO DE ENTIDADES SUPERVISIONADAS		243 284				243 284			
16 091 0021 2800 0113 EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A	FISCAL	243 284				243 284			
TRANSPORTE METROPOLITANO		3 063 610				3 063 610			
16 091 0572 1800 PROJETOS A CARGO DE ENTIDADES SUPERVISIONADAS		1 906 936				1 906 936			
16 091 0572 1800 0113 EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A	FISCAL	1 906 936				1 906 936			
16 091 0572 2800 ATIVIDADES A CARGO DE ENTIDADES SUPERVISIONADAS		1 176 674				1 176 674			
16 091 0572 2800 0113 EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A	FISCAL	1 176 674				1 176 674			
TOTAL FISCAL		88 126.048				88 126.048			

39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES E DAS COMUNICAÇÕES
39201 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM

CR\$ 1.000,00

ANEXO II**CREDITO SUPLEMENTAR****PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)**

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
TRANSPORTE		84 889 262				84 889 262			
TRANSPORTE RODOVIARIO		84 889 262				84 889 262			
CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS		84 889 262				84 889 262			
16 088 0937 1204 CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS		84 889 262				84 889 262			
PERMITIR, ATRAVES DA IMPLANTAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DOS DIVERSOS SEGMENTOS QUE COMPOEM AS RODOVIAS, O AUMENTO DA SEGURANÇA E DA CAPACIDADE DE TRAFEGO COM A CONSEQUENTE REDUÇÃO DOS CUSTOS OPERACIONAIS									
16 088 0937 1204 0001 BR-020/PI - SÃO JOÃO DO PIAUI - SIMPLICIO MENDES	FISCAL	1 000 000				1 000 000			
16 088 0937 1204 0011 BR-070/183/366/MT - ENTRONCAMENTO MT-040 - DISTRITO INDUSTRIAL BR-230	FISCAL	1 000 000				1 000 000			
16 088 0937 1204 0018 BR-101/MS - MARILHA - RIO NOROITO	FISCAL	3 000 000				3 000 000			
16 088 0937 1204 0028 BR-158/MT - ENTRONCAMENTO MT-228 (CANARANA) - COMEND TURVO	FISCAL	1 000 000				1 000 000			
16 088 0937 1204 0088 BR-226/PA-BR-316/PI - PONTE SOBRE O RIO PARAIABA (PONTE DE ACESSO)	FISCAL	1 000 000				1 000 000			
16 088 0937 1204 0118 ANEL RODOVIARIO DE MONTES CLAROS - MG	FISCAL	1 000 000				1 000 000			
16 088 0937 1204 0161 BR-259/MS - MESSEMOER - BOMFIM	FISCAL	3 000 000				3 000 000			
16 088 0937 1204 0183 BR-387/MS - ALMEIRAS - SALTO DA DIVISA	FISCAL	1 000 000				1 000 000			
16 088 0937 1204 0183 BR-484/MS - SÃO JOÃO DEL REI - MORRO DO FERRO	FISCAL	2 093 262				2 093 262			
16 088 0937 1204 0188 BR-222/PA - MARABÁ - COM. ELISEU	FISCAL	2 000 000				2 000 000			
16 088 0937 1204 0171 BR-183/PA - SANTAREM - DIV. MT/PA (KM 1161,8 A KM 1308)	FISCAL	1 000 000				1 000 000			
16 088 0937 1204 0189 BR-101/MS - NATAL - TOURS	FISCAL	3 000 000				3 000 000			
16 088 0937 1204 0196 BR-239/TO - PRIMO AFRASO - DIVISA TO/PA	FISCAL	2 000 000				2 000 000			
16 088 0937 1204 0204 BR-040/MS - SETE LAGOAS - BELLO HORIZONTE (DUPLICAÇÃO)	FISCAL	1 000 000				1 000 000			
16 088 0937 1204 0206 BR-080/GO - ANAPOLIS - GOIANIA (DUPLICAÇÃO)	FISCAL	6 000 000				6 000 000			
16 088 0937 1204 0257 BR-158/MT - COMEND. SÁVIOES - ENTE MT-248 (P/SAO FELIZ)	FISCAL	9 000 000				9 000 000			
16 088 0937 1204 0261 BR-101/MS - GOIANA - PRAZERES - CAMO (KM 99,8 A KM 104,8)	FISCAL	10 000 000				10 000 000			
16 088 0937 1204 0242 BR-101/MS - GOIANA - PRAZERES - CAMO (KM 84,2 A KM 99,2)	FISCAL	8 000 000				8 000 000			
16 088 0937 1204 0362 BR-116/SP - DIV. SP/MS - SÃO PAULO (CUMBICA-BARRALIMBO)	FISCAL	3 000 000				3 000 000			
16 088 0937 1204 0367 BR-158/MT - DIVISA PA/MT - ENTE BR-242	FISCAL	1 000 000				1 000 000			
16 088 0937 1204 0362 BR-408/PE - ENTRONC. PE-087 - SÃO LOURENÇO DA MATA	FISCAL	1 000 000				1 000 000			

39000 - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES E DAS COMUNICAÇÕES
39201 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM

CR\$ 1.000,00

ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E INC. SOCIAIS	Juros e INC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
18 068 0537 1204 0307 CONTORNO DE VOLTA NEGROSA - RJ	FISCAL	799 990				799 990			
18 068 0537 1204 0317 BR 162/PA - CUIABA - SANTAREM (KM 942 A KM 1141 S)	FISCAL	2 000 000				2 000 000			
18 068 0537 1204 0319 BR-162/PA - SANTAREM - DIV. NY/PA (KM 1308 A KM 1468 S)	FISCAL	5 000 000				5 000 000			
18 068 0537 1204 0330 BR 296/MS - CONSELHEIRO PERA - MESSEADOR	FISCAL	3 000 000				3 000 000			
18 068 0537 1204 0396 BR-196/AP - ENTR. BR-210/AP - FERNETIRA GOMES - DIAPOQUE (KM 210 A KM 270)	FISCAL	2 800 000				2 800 000			
18 068 0537 1204 0397 BR-381/MS - DIV. SP/MS - BELLO HORIZONTE (ACERVAÇÃO)	FISCAL	10 000 000				10 000 000			
18 068 0537 1204 0401 BR-404/PI - PEDRO II - DIVISA PI/CE	FISCAL	1 000 000				1 000 000			
18 068 0537 1204 0403 BR-381/MS - GOVERNADOR VALADARES - MATTEUS	FISCAL	2 000 000				2 000 000			
18 068 0537 1204 0411 BR-298/ES - PONTE SOBRE O RIO DOCE EM COLATINA	FISCAL	2 000 000				2 000 000			
18 068 0537 1204 0413 BR-228/PA - CURRAIS NOVOS - DIV. NY/CE (FLORIANA - DIV. NY/CE)	FISCAL	3 000 000				3 000 000			
TOTAL FISCAL		64 699 992				64 699 992			

39000 - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES E DAS COMUNICAÇÕES
39204 - EMPRESA DE NAVEGAÇÃO DA AMAZONIA S/A

CR\$ 1.000,00

ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E INC. SOCIAIS	Juros e INC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
TRANSPORTE		49 484				49 484			
TRANSPORTE MICROVIÁRIO		49 484				49 484			
SERVIÇOS DE TRANSPORTE FLUVIAL E LACUSTRE		49 484				49 484			
18 080 0546 2428 MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DAS LINHAS DE NAVEGAÇÃO		49 484				49 484			
PROMOVER O FUNCIONAMENTO DAS DIVERSAS LINHAS E INTER-LIGAR AS DIVERSAS REGIÕES DE TRANSPORTE DA REGIÃO, PROPORCIONANDO SEGURANÇA E CONFORTO À POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA E PERMITINDO O ABASTECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS									
18 080 0546 2428 0801 MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DAS LINHAS DE NAVEGAÇÃO	FISCAL	49 484				49 484			
TOTAL FISCAL		49 484				49 484			

39000 - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES E DAS COMUNICAÇÕES
39208 - EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A

CR\$ 1.000,00

ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E INC. SOCIAIS	Juros e INC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
TRANSPORTE		3.326 894				3 326 894			
TRANSPORTE URBANO		3.326 894				3 326 894			
ADMINISTRAÇÃO GERAL		243 364				243 364			
18 091 0621 3008 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS		243 364				243 364			
PROMOVER O APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA, ATRAVÉS DA COORDENAÇÃO, SUPERVISÃO E CONTROLE, ALÉM DE PRESTAR APOIO LOGÍSTICO ÀS ATIVIDADES-PIB									
18 091 0621 3008 0811 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	FISCAL	243 364				243 364			
TRANSPORTE METROPOLITANO		3.083 530				3 083 530			
18 091 0672 1214 RELAJAMENTO DO SISTEMA DE TRANSPORTE METROPOLITANO DE PASSAGEIROS		1 006 936				1 006 936			
RELAJAMENTO E EXPANSÃO DO SISTEMA DE TRENS METROPOLITANOS, INTEGRADO AO SISTEMA LOCAL DE TRANSPORTES URBANOS									
18 091 0672 1214 0092 EXPANSÃO DO SISTEMA TRECHO SAPICAIA - SÃO LEOPOLDO - RS	FISCAL	1 332 695				1 332 695			
18 091 0672 1214 0093 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO NORTE-NOROESTE DO TREM METROPOLITANO DE PORTO ALEGRE	FISCAL	674 081				674 081			
18 091 0672 2428 MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DE SISTEMAS DE TRANSPORTES FERROVIÁRIOS METROPOLITANOS DE PASSAGEIROS		1.176 674				1 176 674			
GARANTIR A OPERACIONALIZAÇÃO DO SISTEMA IMPLANTADO, BENTRO DE PADRÕES TECNOLÓGICOS ESTABELECIDOS, DE SEGURANÇA E CONFABILIDADE, ADEQUANDO A ÁREA METROPOLITANA									
18 091 0672 2428 0818 MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DO SISTEMA DE PORTO ALEGRE	FISCAL	1.176 674				1 176 674			
TOTAL FISCAL		3.326 894				3.326 894			

39000 - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES E DAS COMUNICAÇÕES
39108 - SERVIÇO DE NAVEGAÇÃO DA BACIA DO PRATA S/A

CR\$ 1.000,00

CREDITO SUPLEMENTAR

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESPERA	TOTAL	PERSONAL E INC. SOCIAIS	JUNTA E INC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
TRANSPORTE		584 018				584 018			
TRANSPORTE HIDROVIÁRIO		584 018				584 018			
ADMINISTRAÇÃO GERAL		45 391				45 391			
16 090 0021 2006		45 391				45 391			
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS									
PROMOVER O APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA, ATRAVÉS DA COORDENAÇÃO, SUPERVISÃO E CONTROLE, ALÉM DE PRESTAR APOIO LOGÍSTICO AS ATIVIDADES-PIB									
16 090 0021 2008 0011	FISCAL	45 391				45 391			
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS									
SERVIÇOS DE TRANSPORTE FLUVIAL E LACUSTRE		538 627				538 627			
16 090 0048 2428		538 627				538 627			
MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DAS LINHAS DE NAVEGAÇÃO									
PROMOVER O FUNCIONAMENTO DAS DIVERSAS LINHAS E INTEGRAR-LAS AOS DEMAIS MEIOS DE TRANSPORTE DA REGIÃO, PROPORCIONANDO SEGURANÇA E CONFORTO A POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA E PERMITINDO O ABASTECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS									
16 090 0048 2428 0001	FISCAL	538 627				538 627			
MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DAS LINHAS DE NAVEGAÇÃO									
TOTAL FISCAL		584 018				584 018			

39000 - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES E DAS COMUNICAÇÕES
39207 - VALEC - ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S/A

CR\$ 1.000,00

CREDITO SUPLEMENTAR

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESPERA	TOTAL	PERSONAL E INC. SOCIAIS	JUNTA E INC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
TRANSPORTE		209.887				209.887			
TRANSPORTE FERROVIÁRIO		209.887				209.887			
FERROVIAS		209.887				209.887			
16 099 0042 1213		209.887				209.887			
CONSTRUÇÃO DE TRECHOS FERROVIÁRIOS									
PROSEGUIR A CONSTRUÇÃO DE TRECHOS FERROVIÁRIOS, COMPREENDENDO A IMPLANTAÇÃO DA ESTRUTURA NECESSÁRIA AO SEU FUNCIONAMENTO, BOM COMO OS ACESSOS RELATIVOS AO PLANEJAMENTO, LEVANTAMENTOS E ESTUDOS SOBRE O APROVEITAMENTO POTENCIAL DA REGIÃO, OBRANDO BENEFÍCIOS ECONÔMICOS E SOCIAIS									
16 099 0042 1213 0001	FISCAL	209.887				209.887			
CONSTRUÇÃO DO TRECHO COLINAS DE SOIAS/ARACATUBA - SP - E P CARAJÁS									
TOTAL FISCAL		209.887				209.887			

39000 - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES E DAS COMUNICAÇÕES
39901 - FUNDO DA MARINHA MERCANTE

CR\$ 1.000,00

CREDITO SUPLEMENTAR

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESPERA	TOTAL	PERSONAL E INC. SOCIAIS	JUNTA E INC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
TRANSPORTE		81.000.000					81.000.000		
TRANSPORTE HIDROVIÁRIO		81.000.000					81.000.000		
PROMOÇÃO INDUSTRIAL		81.000.000					81.000.000		
16 090 0346 1216		81.000.000					81.000.000		
CONSTRUÇÃO NAVAL									
PROMOVER RECURSOS PARA RENOVACÃO, AMPLIAÇÃO, MODERNIZAÇÃO E RECONSTRUÇÃO DA FLOTA MERCANTE NACIONAL COM VISTA A ATENDER OS OBJETIVOS ESTABELECIDOS PARA OS TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS									
16 090 0346 1216 0002	FISCAL	81.000.000					81.000.000		
CONSTRUÇÃO DE EMBARCAÇÕES PARA NAVEGAÇÃO MARÍTIMA NACIONAL									
TOTAL FISCAL		81.000.000					81.000.000		

38203 - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES E DAS COMUNICAÇÕES - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
38204 - EMPRESA DE NAVEGAÇÃO DA AMAZONIA S/A

CR\$ 1.000,00

ANEXO III**CREDITO SUPLEMENTAR****PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)**

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
TRANSPORTE		48 484				48 484			
TRANSPORTE HIDROVIÁRIO		48 484				48 484			
SERVIÇOS DE TRANSPORTE FLUVIAL E LACUSTRE		48 484				48 484			
10 000 0564 6074 MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DAS LINHAS DE NAVEGAÇÃO		48 484				48 484			
PROMOVER O FUNCIONAMENTO DAS DIVERSAS LINHAS E INTEGRAR-LAS AOS DEMAIS MEIOS DE TRANSPORTE DA REGIÃO, PROPORCIONANDO SEGURANÇA E CONFORTO À POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA E PERMITINDO O ABASTECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS									
18 000 0568 6074 0001 MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DAS LINHAS DE NAVEGAÇÃO	INVESTIM	48 484				48 484			
TOTAL INVESTIMENTOS		48 484				48 484			

38205 - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES E DAS COMUNICAÇÕES - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
38205 - EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A

CR\$ 1.000,00

ANEXO III**CREDITO SUPLEMENTAR****PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)**

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
TRANSPORTE		3 326 864				3 326 864			
TRANSPORTE URBANO		3 326 864				3 326 864			
ADMINISTRAÇÃO GERAL		243 264				243 264			
10 001 0021 6018 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS		243 264				243 264			
PROMOVER O APERFEIÇOAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO ATRAVÉS DA COORDENAÇÃO, SUPERVISÃO E CONTROLE, ALÉM DE PRESTAR APOIO LOGÍSTICO AS ATIVIDADES-PIB									
10 001 0021 6018 0003 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	INVESTIM	243 264				243 264			
TRANSPORTE METROPOLITANO		3 083 610				3 083 610			
18 001 0572 1214 MELHORAMENTO DO SISTEMA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO METROPOLITANO DE PASSAGEIROS		1 806 636				1 806 636			
MELHORAMENTO E EXPANSÃO DO SISTEMA DE TRENS METROPOLITANOS INTEGRADO AO SISTEMA LOCAL DE TRANSPORTES URBANOS									
10 001 0572 1214 0002 EXPANSÃO DO SISTEMA TRECHO SAPUCAIA - SÃO LEOPOLDO - RS	INVESTIM	1 332 686				1 332 686			
18 001 0572 1214 0003 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO NORTE-NOROESTE DO TREM METROPOLITANO DE PORTO ALEGRE	INVESTIM	674 681				674 681			
10 001 0572 2430 MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DE SISTEMAS DE TRANSPORTES FERROVIÁRIOS METROPOLITANOS DE PASSAGEIROS		1 176 674				1 176 674			
GARANTIR A OPERACIONALIZAÇÃO DO SISTEMA IMPLANTADO, DENTRO DE PADRÕES TÉCNICAMENTE ESTABELECIDOS, DE SEGURANÇA E COMFORTO À POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA E PERMITINDO O ABASTECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS									
18 001 0572 2430 0010 MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DO SISTEMA DE PORTO ALEGRE	INVESTIM	1 176 674				1 176 674			
TOTAL INVESTIMENTOS		3 326 864				3 326 864			

38209 - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES E DAS COMUNICAÇÕES - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
38209 - SERVIÇO DE NAVEGAÇÃO DA BACIA DO PRATA S/A

CR\$ 1.000,00

ANEXO III**CREDITO SUPLEMENTAR****PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)**

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
TRANSPORTE		664 618				664 618			
TRANSPORTE HIDROVIÁRIO		664 618				664 618			
ADMINISTRAÇÃO GERAL		49 361				49 361			
18 000 0021 6018 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS		49 361				49 361			
PROMOVER O APERFEIÇOAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO ATRAVÉS DA COORDENAÇÃO, SUPERVISÃO E CONTROLE, ALÉM DE PRESTAR APOIO LOGÍSTICO AS ATIVIDADES-PIB									
18 000 0021 6018 0003 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	INVESTIM	49 361				49 361			
SERVIÇOS DE TRANSPORTE FLUVIAL E LACUSTRE		636 627				636 627			
10 000 0070 0074 MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DAS LINHAS DE NAVEGAÇÃO		636 627				636 627			
PROMOVER O FUNCIONAMENTO DAS DIVERSAS LINHAS E INTEGRAR-LAS AOS DEMAIS MEIOS DE TRANSPORTE DA REGIÃO, PROPORCIONANDO SEGURANÇA E CONFORTO À POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA E PERMITINDO O ABASTECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS									
10 000 0336 6074 0001 MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DAS LINHAS DE NAVEGAÇÃO	INVESTIM	636 627				636 627			
TOTAL INVESTIMENTOS		664 618				664 618			

38000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES E DAS COMUNICAÇÕES - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
38207 - VALEC - ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S/A

CR\$ 1.000,00

ANEXO III

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E INC. SOCIAIS	JUROS E INC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	DIVERSAS FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
TRANSPORTE		200 007				200 007			
TRANSPORTE FERROVIÁRIO		200 007				200 007			
FERROVIAS		200 007				200 007			
16 008 0542 1212 CONSTRUÇÃO DE TRECHOS FERROVIÁRIOS		200 007				200 007			
PRESTAR A CONSTRUÇÃO DE TRECHOS FERROVIÁRIOS, COMPREENDER A IMPLANTAÇÃO DA ESTRUTURA NECESSÁRIA AO SEU FUNCIONAMENTO, SEM CONTAR COM AÇÕES RELATIVAS AO PLANEJAMENTO, LEVANTAMENTOS E ESTUDOS SOBRE O APROVEITAMENTO POTENCIAL DA REGIÃO, GERANDO BENEFÍCIOS ECONÔMICOS E SOCIAIS									
16 008 0542 1215 0001 CONSTRUÇÃO DO TRECHO COLINAS DE COTIAS/AÇAILÂNDIA - JAB - E F CARAJAS	INVESTIM	200 007				200 007			
TOTAL INVESTIMENTOS		200 007				200 007			

ANEXO IV	
ANEXO	ANEXO

38000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES E DAS COMUNICAÇÕES
38201 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	EXP.	DESEMBOLAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONÔMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			84.889.282
1700.00.00 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	FIS		84.889.282	
1710.00.00 TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	FIS		84.889.282	
1711.01.01 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS ORDINÁRIOS DO TESOURO NACIONAL	FIS	84.889.282		
TOTAL FISCAL				84.889.282

ANEXO V	
ANEXO	ANEXO

38000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES E DAS COMUNICAÇÕES
38201 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	EXP.	DESEMBOLAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONÔMICA
2000.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	FIS			84.889.282
2400.00.00 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	FIS		84.889.282	
2410.00.00 TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	FIS		84.889.282	
2411.01.01 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS ORDINÁRIOS DO TESOURO NACIONAL	FIS	84.889.282		
TOTAL FISCAL				84.889.282

ANEXO VI	
ANEXO	ACRESCIM

39000 - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES E DAS COMUNICAÇÕES
39204 - EMPRESA DE NAVEGAÇÃO DA AMAZONIA S/A

RECEITA RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONÔMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			45.484
1700.00.00 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	FIS		45.484	
1710.00.00 TRANSFERÊNCIAS INTRA-GOVERNAMENTAIS	FIS		45.484	
1711.01.01 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS ORDINÁRIOS DO TESOURO NACIONAL	FIS	45.484		
TOTAL FISCAL				45.484

ANEXO VII	
ANEXO	REDUÇÃO

39000 - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES E DAS COMUNICAÇÕES
39204 - EMPRESA DE NAVEGAÇÃO DA AMAZONIA S/A

RECEITA RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONÔMICA
2000.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	FIS			45.484
2400.00.00 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	FIS		45.484	
2410.00.00 TRANSFERÊNCIAS INTRA-GOVERNAMENTAIS	FIS		45.484	
2411.01.01 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS ORDINÁRIOS DO TESOURO NACIONAL	FIS	45.484		
TOTAL FISCAL				45.484

ANEXO VIII	
ANEXO	ACRESCIM

39000 - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES E DAS COMUNICAÇÕES
39208 - EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A

RECEITA RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONÔMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			3.328.894
1700.00.00 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	FIS		3.328.894	
1710.00.00 TRANSFERÊNCIAS INTRA-GOVERNAMENTAIS	FIS		3.328.894	
1711.01.01 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS ORDINÁRIOS DO TESOURO NACIONAL	FIS	3.328.894		
TOTAL FISCAL				3.328.894

ANEXO IX	
ANEXO	REDUÇÃO

39000 - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES E DAS COMUNICAÇÕES
39205 - EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A

RECEITA		RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS (CRB 1.000,00)		
ESPECIFICAÇÃO	ESF	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONÔMICA
2000 00 00 RECEITAS DE CAPITAL	FIS			3 328.894
2400 00 00 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	FIS		3 328.894	
2410 00 00 TRANSFERÊNCIAS INTRA-GOVERNAMENTAIS	FIS		3 328.894	
2411 01 01 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS ORDINÁRIOS DO TESOURO NACIONAL	FIS	3 328.894		
TOTAL FISCAL				3 328.894

ANEXO X	
ANEXO	REDUÇÃO

39000 - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES E DAS COMUNICAÇÕES
39206 - SERVIÇO DE NAVEGAÇÃO DA BACIA DO PRATA S/A

RECEITA		RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS (CRB 1.000,00)		
ESPECIFICAÇÃO	ESF	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONÔMICA
2000 00 00 RECEITAS DE CAPITAL	FIS			884.018
2400 00 00 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	FIS		884.018	
2410 00 00 TRANSFERÊNCIAS INTRA-GOVERNAMENTAIS	FIS		884.018	
2411 01 01 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS ORDINÁRIOS DO TESOURO NACIONAL	FIS	884.018		
TOTAL FISCAL				884.018

ANEXO XI	
ANEXO	ACRESCENTO

39000 - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES E DAS COMUNICAÇÕES
39207 - VALEC - ENFERMAGEM, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S/A

RECEITA		RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS (CRB 1.000,00)		
ESPECIFICAÇÃO	ESF	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONÔMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			288.887
1700 00 00 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	FIS		288.887	
1710 00 00 TRANSFERÊNCIAS INTRA-GOVERNAMENTAIS	FIS		288.887	
1711 01 01 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS ORDINÁRIOS DO TESOURO NACIONAL	FIS	288.887		
TOTAL FISCAL				288.887

ANEXO XII

ANEXO

REDUÇÃO

38000 - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES E DAS COMUNICAÇÕES
38007 - VALEC - ENFERMARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S/A

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS (CR\$ 1 000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONÔMICA
2000 00 00 RECEITAS DE CAPITAL	FIS			288.887
2400 00 00 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	FIS		288 887	
2410 00 00 TRANSFERÊNCIAS INTRA-GOVERNAMENTAIS	FIS		288 887	
2411 01 01 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS ORDINÁRIOS DO TESOURO NACIONAL	FIS	288.887		
TOTAL FISCAL				288.887

ANEXO XIII

ANEXO

ACRESCIMO

38000 - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES E DAS COMUNICAÇÕES
38001 - FUNDO DA MARINHA MERCANTE

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS (CR\$ 1 000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONÔMICA
1000 00 00 RECEITAS CORRENTES	FIS			81.000.000
1700 00 00 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	FIS		81 000.000	
1710 00 00 TRANSFERÊNCIAS INTRA-GOVERNAMENTAIS	FIS		81.000.000	
1711 01 07 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DA COTA-PARTE DO ADICIONAL AO PRETE PARA RENOVACÃO DA M. MERCANTE	FIS	81 000 000		
TOTAL FISCAL				81 000.000

ANEXO XIV

ANEXO

REDUÇÃO

38000 - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES E DAS COMUNICAÇÕES
38001 - FUNDO DA MARINHA MERCANTE

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONÔMICA
2000 00 00 RECEITAS DE CAPITAL	FIS			81.000.000
2400 00 00 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	FIS		81 000.000	
2410 00 00 TRANSFERÊNCIAS INTRA-GOVERNAMENTAIS	FIS		81 000.000	
2411 01 07 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DA COTA-PARTE DO ADICIONAL AO PRETE PARA RENOVACÃO DA M. MERCANTE	FIS	81 000.000		
TOTAL FISCAL				81.000.000

ANEXO XV	
ANEXO	REDUÇÃO

39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES E DAS COMUNICAÇÕES
39204 - EMPRESA DE NAVEGAÇÃO DA AMAZONIA S/A

DETALHAMENTO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO DOS INVESTIMENTOS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	CATEGORIA ECONOMICA
RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMONIO LIQUIDO DO TESOURO	45.484
TOTAL	45.484

ANEXO XVI	
ANEXO	REDUÇÃO

39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES E DAS COMUNICAÇÕES
39205 - EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A

DETALHAMENTO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO DOS INVESTIMENTOS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	CATEGORIA ECONOMICA
RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMONIO LIQUIDO DO TESOURO	3.328.894
TOTAL	3.328.894

ANEXO XVII	
ANEXO	REDUÇÃO

39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES E DAS COMUNICAÇÕES
39206 - SERVICO DE NAVEGAÇÃO DA BACIA DO PRATA S/A

DETALHAMENTO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO DOS INVESTIMENTOS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	CATEGORIA ECONOMICA
RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMONIO LIQUIDO DO TESOURO	684.018
TOTAL	684.018

ANEXO XVIII	
ANEXO	REDUÇÃO

39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES E DAS COMUNICAÇÕES
39207 - VALEC - ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S/A

DETALHAMENTO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO DOS INVESTIMENTOS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	CATEGORIA ECONOMICA
RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMONIO LIQUIDO DO TESOURO	220.897
TOTAL	220.897

LEGISLAÇÃO CITADA

(Anexada pela Subsecretaria de Coordenação Legislativa
do Congresso Nacional)

LEI Nº 8.409, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1992

**Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o
exercício financeiro de 1992.**

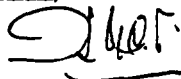
MENSAGEM Nº 181, DE 1992-CN

(nº 855/92, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Cordenação da Presidência da República, o texto do projeto de lei que "Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$ 10.000.000.000,00, para os fins que especifica".

Brasília, 8 de dezembro de 1992.



E.M. Nº 117 /SEPLAN-PR

Brasília, 07 de dezembro de 1992.

Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, no
exercício do cargo de Presidente da República,

A Secretaria da Ciência e Tecnologia solicita a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de cruzeiros), visando a incorporação de excesso de arrecadação de receitas ao orçamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-FNDCT, para dar continuidade às ações de financiamento de projetos de pesquisa.

2. Os novos recursos referem-se a repasses da Financiadora de Estudo e Projetos - FINEP para o FNDCT, e são provenientes de aplicações financeiras das dotações orçamentárias do Fundo, gerenciadas por aquela Empresa, conforme autorização do Conselho Monetário Nacional, de 22 de março de 1982.

3. Esta Secretaria manifesta-se favorável à concessão do crédito na forma proposta, ressaltando que as despesas decorrentes serão atendidas com recursos provenientes do excesso de arrecadação de recursos diversos, nos termos do art. 43, § 1º, inciso II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

Nessas condições, tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei que autoriza a abertura do referido crédito.

Respeitosamente,

Paulo R. Haddad

PAULO ROBERTO HADDAD
Ministro de Estado Chefe da Secretaria
de Planejamento, Orçamento e Coordenação da
Presidência da República

ANEXO À EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E COORDENAÇÃO/PR Nº 117 DE 07 / 12 /1992

1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências:

Inclusão de novos recursos no orçamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico visando dar continuidade ao desenvolvimento do programa de trabalho, no corrente exercício.

2. Soluções e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta:

Projeto de Lei que autorize a abertura de crédito suplementar.

3. Alternativas existentes às medidas ou atos propostos:

A alternativa proposta é a única para resolução da situação apresentada.

4. Custos:

Incorporação de receitas oriundas de excesso de arrecadação de recursos diversos no montante de Cr\$ 10.000.000.000,00.

5. Razões que justificam a urgência (a ser preenchido somente se o ato proposto for Medida Provisória ou Projeto de Lei que deva tramitar em regime de urgência):

6. Impacto sobre o meio ambiente (sempre que o ato ou medida proposta possa vir a tê-lo):

7. Síntese do parecer do Órgão Jurídico:

PROJETO DE LEI Nº 111, de 1992-CN

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$ 10.000.000.000,00, para os fins que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 8.409, de 28 de fevereiro de 1992), em favor da Presidência da República - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, vinculado à Secretaria da Ciência e Tecnologia da Presidência da República, crédito suplementar no valor de Cr\$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de cruzeiros), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são os provenientes do excesso de arrecadação de recursos diversos, na forma do Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
20100 - SECRETARIA DA CIENCIA E TECNOLOGIA

CR\$ 1.000,00

MEMO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PERSONAL E ENC. SOCIAIS	JUNOS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. COMENTES	INVESTIMENTOS	IMPOSIÇÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO CIENCIA E TECNOLOGIA		10 000 000			10 000 000				
PESQUISA FUNDAMENTAL		10 000 000			10 000 000				
03 010 0000 2000 CONTRIBUIÇÃO A FUNDOS		5 700 000			5 700 000				
PROPOSTA A COMPLEMENTAÇÃO DE RECURSOS PARA A CONSELIÇÃO DOS OBJETIVOS DEFINIDOS PELO ORÇÃO		5 700 000			5 700 000				
03 010 0004 2000 0037 FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGICO	FISCAL	5 700 000			5 700 000				
PESQUISA APLICADA		3 400 000			3 400 000				
03 010 0035 2000 CONTRIBUIÇÃO A FUNDOS		3 400 000			3 400 000				
PROPOSTA A COMPLEMENTAÇÃO DE RECURSOS PARA A CONSELIÇÃO DOS OBJETIVOS DEFINIDOS PELO ORÇÃO		3 400 000			3 400 000				
03 010 0040 2000 0037 FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGICO	FISCAL	3 400 000			3 400 000				
INFORMAÇÃO CIENTIFICA E TECNOLOGICA		900 000			900 000				
03 010 0037 2000 CONTRIBUIÇÃO A FUNDOS		900 000			900 000				
PROPOSTA A COMPLEMENTAÇÃO DE RECURSOS PARA A CONSELIÇÃO DOS OBJETIVOS DEFINIDOS PELO ORÇÃO		900 000			900 000				
03 010 0037 2000 0037 FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGICO	FISCAL	900 000			900 000				
TOTAL FISCAL		10 000 000			10 000 000				

ANEXO II

ANEXO

ACRESCIMO

20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

20905 - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLÓGICO

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			10.000.000
1700.00.00 TRANSFERENCIAS CORRENTES	FIS		10.000.000	
1710.00.00 TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	FIS		10.000.000	
1711.01.99 TRANSFERENCIA DE OUTROS RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	FIS	10.000.000		
TOTAL FISCAL				10.000.000

LEGISLAÇÃO CITADA

(Anexada pela Subsecretaria de Coordenação Legislativa
do Congresso Nacional)

LEI Nº 8.409, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1992

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o
exercício financeiro de 1992.

MENSAGEM Nº 182, DE 1992-CN

(nº 856/92, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República, o texto do projeto de lei que "Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União crédito suplementar no valor de Cr\$ 29.288.116.000,00, para os fins que especifica".

Brasília, 8 de dezembro de 1992.



E.M. No 116 /SEPLAN-PR

Brasília, 07 de dezembro de 1992.

Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República,

As Secretarias da Cultura e da Ciência e Tecnologia da Presidência da República solicitam abertura de crédito suplementar no montante de Cr\$ 29.288.116.000,00 (vinte e nove bilhões, duzentos e oitenta e oito milhões, cento e dezesseis mil cruzeiros), para incorporação, nos orçamentos das Unidades e Fundos a seguir discriminados, de receitas oriundas de convênios, de excesso de arrecadação de recursos diversos e diretamente arrecadados e de saldos de exercícios anteriores:

	Cr\$ MIL		
	FISCAL	SEGURIDADE	TOTAL
. FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA	71.094	-	71.094
- Recursos Diretamente Arrecadados, oriundos de serv. administrativos, aluguéis e outras receitas.	71.094	-	71.094
. FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL	72.805	-	72.805
- Recursos Diretamente Arrecadados, oriundos de serv. recreativos e culturais	12.500	-	12.500
- Saldos de Exer. Anteriores	60.305	-	60.305
. INSTITUTO BRASILEIRO DE ARTE E CULTURA	300.603	210.000	510.603
- Excesso de Arrecadação de Recursos Diversos.	89.642	210.000	299.642
- Saldos de Exerc. Anteriores	210.961	-	210.961
. CONSELHO NACIONAL DE DESENVOL. CIENTIFICO E TECNOLÓGICO	13.908.652	566.415	14.475.067
- Excesso de Arrecadação de Recursos Diversos, oriundos de doações e out. receitas	6.145.528	566.415	6.711.943
- Convênios diversos firmados com órgãos federais e não federais	7.763.124	-	7.763.124

. FUNDAÇÃO CENTRO TECNOLÓGICO P/			
INFORMÁTICA	7.744.052	-	7.744.052
- Convênios c/ órg. federais	7.519.367	-	7.519.367
- Excesso de Arrecadação de Recursos Próprios, provenientes de indenizações diversas e outras receitas	224.685	-	224.685
. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLÓGICO	1.732.057	-	1.732.057
- Saldos de Exer. Anteriores	1.732.057	-	1.732.057
. FUNDO PARA AS ATIVIDADES DA AMAZÔNIA	1.922.438	-	1.922.438
- Convênios c/ órg. federais	1.922.438	-	1.922.438
. FUNDO DE ATIVIDADES ESPACIAIS	2.760.000	-	2.760.000
- Receitas Próprias, relativas à comercialização de placas de circuito, à prestação de serviços diversos e de serviços tecnológicos	2.760.000	-	2.760.000
T O T A L	28.511.701	776.415	29.288.116

2. Esta Secretaria manifesta-se favorável à concessão do crédito na forma proposta, ressaltando que as despesas decorrentes serão atendidas com recursos provenientes das fontes indicadas, nos termos do art. 43, § 1º, incisos I e II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

Nessas condições, tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei que autoriza a abertura do referido crédito.

Respeitosamente,

Paulo R. Haddad

PAULO ROBERTO HADDAD
Ministro de Estado Chefe da Secretaria de
Planejamento, Orçamento e Coordenação
da Presidência da República

1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências:

Inclusão de novos recursos no orçamento das unidades envolvidas, visando dar continuidade ao desenvolvimento dos respectivos programas de trabalho, no corrente exercício.

2. Soluções e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta:

Projeto de Lei que autoriza abertura de crédito suplementar

3. Alternativas existentes às medidas ou atos propostos:

A alternativa proposta é única para resolução da situação apresentada.

4. Custos:

Incorporação de receitas oriundas de excesso de arrecadação de recursos próprios e diversos, de convênios e de saldos de exercícios anteriores, no montante de Cr\$ 29.288.116.000,00.

Fl. 02, do Anexo da E.M. nº 116 /SEPLAN-PR, de 07 / 12 /1992.

5. Razões que justificam a urgência (a ser preenchido somente se o ato proposto for Medida Provisória ou Projeto de Lei que deva tramitar em regime de urgência):

6. Impacto sobre o meio ambiente (sempre que o ato ou medida proposta possa vir a tê-lo):

7. Síntese do parecer do Órgão Jurídico:

PROJETO DE LEI Nº 112, de 1992-CN

Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União crédito suplementar no valor de Cr\$ 29.288.116.000,00, para os fins que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 8.409, de 28 de fevereiro de 1992), em favor da Presidência da República - Secretarias da Cultura e da Ciência e Tecnologia, crédito suplementar no valor de Cr\$ 28.511.701.000,00 (vinte e oito bilhões, quinhentos e onze milhões, setecentos e um mil cruzeiros), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento da Seguridade Social (Lei nº 8.409, de 28 de fevereiro de 1992), em favor da Presidência da República - Secretaria da Ciência e Tecnologia, crédito suplementar no valor de Cr\$ 776.415.000,00 (setecentos e setenta e seis milhões, quatrocentos e quinze mil cruzeiros), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 3º Os recursos necessários à execução do disposto nos artigos anteriores são os provenientes do excesso de arrecadação de recursos diversos e diretamente arrecadados, de convênios e de saldos de exercícios anteriores, na forma dos Anexos II a IX desta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
20106 - SECRETARIA DA CIENCIA E TECNOLOGIA

CR\$ 1.000.00

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUNOS E ENC DA DÍVIDA	OUTRAS DESP CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		4.862.438	494.900		3.092.060	1.095.878			
CIENCIA E TECNOLOGIA		4.862.438	494.900		3.092.060	1.095.878			
PESQUISA APLICADA		1.922.438	94.900		732.060	1.095.878			
03.010.0000 2900 CONTRIBUIÇÃO A FUNDOS		1.922.438	94.900		732.060	1.095.878			
PROMOVER A COMPLEMENTAÇÃO DE RECURSOS PARA A CONSECUÇÃO DOS OBJETIVOS DEFINIDOS PELO GRUPO									
03.010.0000 2900 0029 FUNDO DE ATIVIDADES PARA A AMBIZONIA	FISCAL	1.922.438	94.900		732.060	1.095.878			
GERENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL		2.700.000	400.000		2.300.000				
03.010.0000 2900 CONTRIBUIÇÃO A FUNDOS		2.700.000	400.000		2.300.000				
PROMOVER A COMPLEMENTAÇÃO DE RECURSOS PARA A CONSECUÇÃO DOS OBJETIVOS DEFINIDOS PELO GRUPO									
03.010.0000 2900 0040 FUNDO DE ATIVIDADES ESPACIAIS	FISCAL	2.700.000	400.000		2.300.000				
TOTAL FISCAL		4.862.438	494.900		3.092.060	1.095.878			

20400 - SECRETARIA DA CULTURA - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
20403 - FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA

CR\$ 1.000.00

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUNOS E ENC DA DÍVIDA	OUTRAS DESP CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
EDUCAÇÃO E CULTURA		71.094			71.094				
CULTURA		71.094			71.094				
ADMINISTRAÇÃO GERAL		71.094			71.094				
06.040.0001 3000 CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS		71.094			71.094				
PROMOVER O PERFEIÇONAMENTO DO SISTEMA, ATRAVÉS DA CONSERVAÇÃO, SUPERVISÃO E CONTROLE, ALÉM DE PRESTAR APOIO LOGÍSTICO AS ATIVIDADES-PM									
06.040.0001 3000 0001 MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA	FISCAL	71.094			71.094				
TOTAL FISCAL		71.094			71.094				

20400 - SECRETARIA DA CULTURA - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
20404 - BIBLIOTECA NACIONAL

CR\$ 1 000,00

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
EDUCAÇÃO E CULTURA		12 800			12 800				
CULTURA		12 800			12 800				
DIFUSÃO CULTURAL		12 800			12 800				
DE 048 0247 2126 INCENTIVO A CRIAÇÃO E AO DESENVOLVIMENTO DE BIBLIOTECAS		12 800			12 800				
ESTIMULAR A INSTALAÇÃO E A IMPLEMENTAÇÃO DE BIBLIOTECAS PARA QUE ATUEM COMO AGENTES DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIO-CULTURAL DAS COMUNIDADES									
- SERVIÇO EXTENSÃO BIBLIOTECÁRIA APOIADO (SERVIÇO) - 200									
- CONSERVAÇÃO AMBIENTAL IMPLEMENTADA (UNIDADE) - 3									
- INSTITUIÇÃO DE ENSINO TECNOLÓGICO APOIADO (UNID) - 2									
DE 048 0247 2126 0001 APOIO A CRIAÇÃO E DINAMIZAÇÃO DE BIBLIOTECAS	FISCAL	12 800			12 800				
- SERVIÇO EXTENSÃO BIBLIOTECÁRIA APOIADO (SERVIÇO) - 200									
- CONSERVAÇÃO AMBIENTAL IMPLEMENTADA (UNIDADE) - 3									
- INSTITUIÇÃO DE ENSINO TECNOLÓGICO APOIADO (UNID) - 2									
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA		80 308			80 308				
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR		80 308			80 308				
ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL		80 308			80 308				
18 078 0486 4086 PRESTAÇÃO DE BENEFÍCIOS AO SERVIDOR PÚBLICO		80 308			80 308				
PROPORCIONAR AOS SERVIDORES PÚBLICOS O RECEBIMENTO DOS AUXÍLIOS REFERENTES AO VALE-TRANSPORTE E VALE-REFEIÇÃO, A EDUCAÇÃO PRE-ESCOLAR EM REGIME DE CRECHE PARA SEUS FILHOS, ALÉM DE OUTROS BENEFÍCIOS SOCIAIS ESTABELECIDOS EM LEGISLAÇÃO PRÓPRIA									
18 078 0486 4086 0004 AUXÍLIO-REFEIÇÃO	FISCAL	80 308			80 308				
TOTAL FISCAL		72 808			72 808				

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

20400 - SECRETARIA DA CULTURA - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
20412 - INSTITUTO BRASILEIRO DE ARTE E CULTURA

CR\$ 1 000,00

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
EDUCAÇÃO E CULTURA		4 829	4 829						
CULTURA		4 829	4 829						
ADMINISTRAÇÃO GERAL		4 829	4 829						
DE 048 0021 2008 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS		4 829	4 829						
PROMOVER O APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA, ATRAVÉS DA COORDENAÇÃO, SUPERVISÃO E CONTROLE, ALÉM DE PRESTAR APOIO LOGÍSTICO AS ATIVIDADES-PIB									
DE 048 0021 2008 0017 PAGAMENTO DE PESSOAL	FISCAL	4 829	4 829						
Saúde e Saneamento		210 000			210 000				
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR		210 000			210 000				
ASSISTÊNCIA MÉDICA E SANITÁRIA		210 000			210 000				
13 078 0428 2004 ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA A SERVIDORES		210 000			210 000				
ASSEGURAR A SAÚDE FÍSICA E MENTAL DOS SERVIDORES E SEUS DEPENDENTES, EM CARÁTER COMPLEMENTAR									
- SERVIDOR ASSISTIDO (PESSOA) - 654									
13 078 0428 2004 0002 ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR A SERVIDORES E SEUS DEPENDENTES	SEGURIDADE	210 000			210 000				
- SERVIDOR ASSISTIDO (PESSOA) - 654									
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA		296 078			296 078				
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR		296 078			296 078				
ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL		296 078			296 078				
18 078 0486 4086 PRESTAÇÃO DE BENEFÍCIOS AO SERVIDOR PÚBLICO		296 078			296 078				
PROPORCIONAR AOS SERVIDORES PÚBLICOS O RECEBIMENTO DOS AUXÍLIOS REFERENTES AO VALE-TRANSPORTE E VALE-REFEIÇÃO, A EDUCAÇÃO PRE-ESCOLAR EM REGIME DE CRECHE PARA SEUS FILHOS, ALÉM DE OUTROS BENEFÍCIOS SOCIAIS ESTABELECIDOS EM LEGISLAÇÃO PRÓPRIA									
- VALE TRANSPORTE CONCEDIDO (UNIDADE) - 21 000									
- SERVIDOR ATENDIDO (PESSOA) - 481									
18 078 0486 4086 0003 CONCESSÃO DE VALE-TRANSPORTE	FISCAL	210 521			210 521				
- VALE TRANSPORTE CONCEDIDO (UNIDADE) - 21 000									
18 078 0486 4086 0004 AUXÍLIO-REFEIÇÃO	FISCAL	86 187			86 187				
- SERVIDOR ATENDIDO (PESSOA) - 481									
TOTAL FISCAL		810 882	4 829		865 078				
TOTAL SEGURIDADE		296 078	4 829		296 078				
TOTAL		1 106 960	9 658		1 161 156				

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

20600 - SECRETARIA DA CIENCIA E TECNOLOGIA - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
20601 - CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLÓGICO

179 1 000 00

ANEXO I**CREDITO SUPLEMENTAR****PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)**

RECURSO DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUNOS E ENC DA DÍVIDA	OUTRAS DESP CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP DE CAPITAL
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		13 673 366	1 622 602		7 950 777	3 603 631			196 384
CIENCIA E TECNOLOGIA		13 673 366	1 622 602		7 950 777	3 603 631			196 384
ADMINISTRAÇÃO GERAL		1 467 284	1 323 796		73 131	70 359			
03 010 0021 2006 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL		1 323 796	1 323 796						
COORDENAR, SUPERVISIONAR E CONTROLAR OS ASSUNTOS PERTINENTES A PESSOAL OBJETIVANDO O DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA A NÍVEL SETORIAL.									
03 010 0021 2006 0012 ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	FISCAL	1 323 796	1 323 796						
03 010 0021 2006 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS		143 490			73 131	70 359			
PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA, ATRAVÉS DA COORDENAÇÃO, SUPERVISÃO E CONTROLE, ALÉM DE PRESTAR APOIO LOGÍSTICO AS ATIVIDADES-PRN.									
03 010 0021 2006 0044 ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	FISCAL	143 490			73 131	70 359			
PESQUISA FUNDAMENTAL		2 357 409			2 326 620				32 191
03 010 0064 2278 CONCESSÃO DE BOLSA PARA PESQUISA		66 996			66 996				
ESTIMULAR A ATIVIDADE CIENTÍFICA, MEDIANTE FUNCIONAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO DE PESQUISA, VISANDO QUALIFICAR OS RECURSOS HUMANOS PARA OS DIVERSOS SETORES DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA									
- BOLSA CONCEDIDA (BOLSA) = 30 290									
03 010 0064 2278 0001 INICIAÇÃO CIENTÍFICA	FISCAL	148			148				
- BOLSA CONCEDIDA (BOLSA) = 11 670									
03 010 0064 2278 0002 APERFEIÇOAMENTO	FISCAL	4 299			4 299				
- BOLSA CONCEDIDA (BOLSA) = 4 180									
03 010 0064 2278 0003 APOIO TÉCNICO	FISCAL	6 609			6 609				
- BOLSA CONCEDIDA (BOLSA) = 1 780									
03 010 0064 2278 0004 PESQUISA	FISCAL	73 299			73 299				
- BOLSA CONCEDIDA (BOLSA) = 12 480									
03 010 0064 2336 FOMENTO A PESQUISA FUNDAMENTAL		2 270 811			2 236 620				32 191
FOMENTAR A PESQUISA FUNDAMENTAL, MEDIANTE CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A INSTITUIÇÕES E PESQUISADORES PARA O DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE PESQUISAS E REALIZAÇÃO DE EVENTOS CIENTÍFICOS									
- AUXÍLIO A INSTITUIÇÃO (INSTITUIÇÃO) = 50									
- AUXÍLIO A PESSOA FÍSICA (PESSOA) = 9 674									
03 010 0064 2336 0001 APOIO A PESQUISA FUNDAMENTAL	FISCAL	2 270 811			2 236 620				32 191
- AUXÍLIO A INSTITUIÇÃO (INSTITUIÇÃO) = 50									
- AUXÍLIO A PESSOA FÍSICA (PESSOA) = 9 674									
PESQUISA APLICADA		1 641 688	4 800		1 369 626	3 078			164 183
03 010 0068 2336 FOMENTO A PESQUISA APLICADA		1 641 688	4 800		1 369 626	3 078			164 183
FOMENTAR A PESQUISA APLICADA, MEDIANTE A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A INSTITUIÇÕES E PESQUISADORES, PARA O DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE PESQUISA									
- AUXÍLIO A INSTITUIÇÃO (INSTITUIÇÃO) = 50									
- AUXÍLIO A PESSOA FÍSICA (PESSOA) = 2 728									
- PROJETO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO (PROJ) = 1									
03 010 0068 2336 0001 APOIO A PESQUISA APLICADA	FISCAL	1 414 234	4 800		1 242 165	3 078			164 183
- AUXÍLIO A INSTITUIÇÃO (INSTITUIÇÃO) = 50									
- AUXÍLIO A PESSOA FÍSICA (PESSOA) = 2 728									
03 010 0068 2336 0003 DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIA AMBIENTAL	FISCAL	127 461			127 461				
- PROJETO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO (PROJ) = 1									
DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL		7 970 838	990 840		3 661 678	3 526 619			
03 010 0068 2336 DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DE PESQUISAS		7 970 838	990 840		3 661 678	3 526 619			
REALIZAR PESQUISAS CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS, SEM COMO PROPORCIONAR A FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS, ATRAVÉS DOS VÁRIOS INSTITUTOS DE PESQUISAS, EM SUAS ÁREAS ESPECÍFICAS DE ATUAÇÃO									
- CURSO OPERACIONAL (CURSO) = 7									
- CURSO ESPECIALIZADO (CURSO) = 27									
- PESQUISA ACADÊMICA (PESQUISA) = 49									
- PROJETO DE PESQUISA (PROJETO) = 687									
03 010 0068 2336 0001 CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FÍSICAS - CBPF	FISCAL	3 426 821	322 006		1 676 243	1 231 272			
03 010 0068 2336 0002 CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL - CETEM	FISCAL	667 956	61 620		616 430	7 705			
03 010 0068 2336 0003 INSTITUTO DE MATEMÁTICA PURA E APLICADA - IMPA	FISCAL	26 183	4 184		6 672	17 367			
- CURSO OPERACIONAL (CURSO) = 7									
- CURSO ESPECIALIZADO (CURSO) = 27									
- PESQUISA ACADÊMICA (PESQUISA) = 49									
03 010 0068 2336 0004 LABORATÓRIO NACIONAL DE ASTROFÍSICA - LNA	FISCAL	24 763	1 066		176	23 003			
- PROJETO DE PESQUISA (PROJETO) = 47									
03 010 0068 2336 0005 LABORATÓRIO NACIONAL DE COMPUTAÇÃO CIENTÍFICA - LNCC	FISCAL	212 716	62 660		184 662	16 193			
- PROJETO DE PESQUISA (PROJETO) = 117									
03 010 0068 2336 0006 LABORATÓRIO NACIONAL DE LUZ SINCOTRÓN	FISCAL	1 661	1 763		96				
- PROJETO DE PESQUISA (PROJETO) = 18									
03 010 0068 2336 0007 MUSEU PARAENSE EMILIO GOELDI - MPGE	FISCAL	2 694 172	26 618		763 098	2 068 467			
- PROJETO DE PESQUISA (PROJETO) = 307									
03 010 0068 2336 0008 OBSERVATÓRIO NACIONAL - ON	FISCAL	493 666	136 729		214 330	148 613			
- PROJETO DE PESQUISA (PROJETO) = 177									
INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA		334 768	3 464		308 673	1 606			

20600 - SECRETARIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
20601 - CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

CNS 1 000 00

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E INC. SOCIAIS	JUNOS E INC DA DÍVIDA	OUTRAS DESP CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP DE CAPITAL
03 010 0067 2327 DISPÕS DE CONECTIVIDADES CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS DESENVOLVER ATIVIDADES DE PUBLICAÇÃO E DIFUSÃO DE ESTUDOS, ANÁLISES E INFORMAÇÕES, SEM COMO CRIAR, MANEIR E DESENVOLVER RECURSOS E SISTEMAS CAPAZES DE SUPRIR A COMUNIDADE DE INFORMAÇÕES - CO-EDIÇÃO DE LIVRO (EDIÇÃO) - 6 - PROJETO DE PESQUISA (PROJETO) - 63 - PROJETO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO (PROJ) - 178 - REVISTA TÉCNICA (UNIDADE) - 3		324 706	3 464		320 673	1 569			
03 010 0067 2327 0001 INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA - IBICT - PROJETO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO (PROJ) - 178	FISCAL	326 205	3 164		320 621	1 520			
03 010 0067 2327 0002 MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS - MAST - PROJETO DE PESQUISA (PROJETO) - 63	FISCAL	326	200		16	10			
03 010 0067 2327 0003 DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA - CO-EDIÇÃO DE LIVRO (EDIÇÃO) - 6 - REVISTA TÉCNICA (UNIDADE) - 3	FISCAL	9 173			9 134	39			
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL		1 480			1 450				
03 010 0411 2326 FOMENTO A PESQUISA APLICADA FOMENTAR A PESQUISA APLICADA, MEDIANTE A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A INSTITUIÇÕES E PESQUISADORES PARA O DESENVOLVIMENTO DE PROBLEMAS DE PESQUISA - PROJETO DE PESQUISA (PROJETO) - 26	FISCAL	1 300			1 300				
03 010 0411 2326 0005 DESENVOLVIMENTO DE INICIATIVAS EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA - ACORDO BRASIL/USA - PROJETO DE PESQUISA (PROJETO) - 19	FISCAL	150			150				
03 010 0411 2326 0006 DESENVOLVIMENTO DE PESQUISA EM BIOTECNOLOGIA - ACORDO BRASIL/ARGENTINA - PROJETO DE PESQUISA (PROJETO) - 19	FISCAL	150			150				
EDUCAÇÃO E CULTURA		58 867			58 867				
ENSINO SUPERIOR		58 867			58 867				
ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO		58 867			58 867				
06 044 0306 2378 CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO, A NÍVEL DE PÓS-GRADUAÇÃO PROPICIAR O APERFEIÇOAMENTO DE RECURSOS HUMANOS PARA O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - BOLSA CONCEDIDA (BOLSA) - 13 890	FISCAL	58 670			58 670				
06 044 0306 2378 0003 RESTRADO - BOLSA CONCEDIDA (BOLSA) - 6 338	FISCAL	2 684			2 684				
06 044 0306 2378 0004 COUTRADO - BOLSA CONCEDIDA (BOLSA) - 4 380	FISCAL	2 233			2 233				
06 044 0306 2378 0005 PÓS-COUTRADO - BOLSA CONCEDIDA (BOLSA) - 1 180	FISCAL	2 233			2 233				
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA		746 124	966 418		178 709				
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR		177 677			177 677				
ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL		177 677			177 677				
16 070 0400 4099 PRESTAÇÃO DE BENEFÍCIOS AO SERVIDOR PÚBLICO PROPORCIONAR AOS SERVIDORES PÚBLICOS O RECONHECIMENTO DOS AUXÍLIOS REPRESENTES AO VALE-TRANSPORTE E VALE-REFeição, A EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR EM FORMA DE CHEQUE PARA SEUS FILHOS, ALÉM DE OUTROS BENEFÍCIOS SOCIAIS ESTABELECIDOS EM LEGISLAÇÃO PRÓPRIA - CRIANÇA ATENDIDA (CRIANÇA) - 308 - BENEFÍCIO CONCEDIDO (Pessoa) - 2 667	FISCAL	34 428			34 428				
16 070 0400 4099 0003 AUXÍLIO-CHEQUE - CRIANÇA ATENDIDA (CRIANÇA) - 308	FISCAL	143 249			143 249				
16 070 0400 4099 0003 CONCESSÃO DE VALE-TRANSPORTE - BENEFÍCIO CONCEDIDO (Pessoa) - 2 667	FISCAL	966 447	966 418		2 037				
PREVIDÊNCIA		2 032			2 032				
PREVIDÊNCIA SOCIAL A SEGURADOS		2 032			2 032				
16 082 0492 3024 CONTRIBUIÇÃO A PREVIDÊNCIA PRIVADA PROPORCIONAR COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES, CONTRIBUINDO PARA RENOVACÃO DA FORÇA DE TRABALHO - PESSOA BENEFICIADA (Pessoa) - 14	FISCAL	2 032			2 032				
16 082 0492 3024 0005 FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA DOS FUNCIONÁRIOS DA FIMP, DO IRLA, DO CORP E DO INPE - PESSOA BENEFICIADA (Pessoa) - 14	FISCAL	966 418	966 418						
PREVIDÊNCIA SOCIAL A INATIVOS E PENSIONISTAS		966 418	966 418						
16 082 0499 2013 ENCARGOS COM INATIVOS E PENSIONISTAS ABRIGAR A SUBSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA A QUE FAZEM JÃO OS INATIVOS E SEUS DEPENDENTES - INATIVO E PENSIONISTA ATENDIDO (Pessoa) - 238	SEGURIDADE	521 992	521 992						
16 082 0499 2013 0001 ENCARGOS COM INATIVOS - INATIVO E PENSIONISTA ATENDIDO (Pessoa) - 234	SEGURIDADE	34 812	34 812						
16 082 0499 2013 0009 ENCARGOS COM PENSIONISTAS - INATIVO E PENSIONISTA ATENDIDO (Pessoa) - 38	SEGURIDADE								
TOTAL	FISCAL	10 676 607	9.660.917		9 186 043	3 683 423			198 264
	SEGURIDADE	19 088 892	1 082.698		9 186 043	3 683 423			198 264
		29 765 499	10.743.615		18 372 086	7.366.846			396 528

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA PORÇÃO ATUAL

20500 - SECRETARIA DA CIEENCIA E TECNOLOGIA - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
20503 - FUNDAÇÃO CENTRO TECNOLÓGICO PARA INFORMATICA

CR\$ 1 000 00

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E INC. SOCIAIS	JUROS E ENC DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		7 744 052	192 293		6 789 058	762 061			
CIEENCIA E TECNOLOGIA		7 744 052	192 293		6 789 058	762 061			
ADMINISTRAÇÃO GERAL		200 448	192 293			8 152			
03 010 0021 2008		192 293	192 293						
ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL									
COORDENAR SUPERVISORIAS E CONTROLAR OS ASSUNTOS PERTINENTES A PESSOAL OBJETIVANDO O APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA A NÍVEL SETORIAL.									
03 010 0021 2008 0010	FISCAL	192 293	192 293						
ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL									
03 010 0021 2008		8 152				8 152			
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS									
PROMOVER O APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA, ATRAVÉS DA COORDENAÇÃO, SUPERVISÃO E CONTROLE, ALÉM DE PRESTAR APOIO LOGÍSTICO AS ATIVIDADES-FIN									
03 010 0021 2008 0056	FISCAL	8 152				8 152			
ADMINISTRAÇÃO DA FUNDAÇÃO									
DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL		7 543 807			6 789 058	754 539			
03 010 0056 1123		7 536 790			6 782 261	754 539			
DESENVOLVIMENTO DE CIRCUITOS INTEGRADOS NA ÁREA DE MICROELETRÔNICA									
DESENVOLVER CICLO COMPLETO DE FABRICAÇÃO DE CIRCUITOS INTEGRADOS QUE GARANTAM COMPETITIVIDADE DOS PRODUTOS FINAIS DA INDÚSTRIA ELETRÔNICA NA DÉCADA									
03 010 0056 1123 0053	FISCAL	7 536 790			6 782 261	754 539			
FABRICAÇÃO DE CIRCUITOS INTEGRADOS									
03 010 0056 1123		6 817			6 817				
PROCESSADORES DE ALTO DESEMPENHO									
PROJETAR E DESENVOLVER, NO BRASIL, COMPUTADORES COM ARQUITETURAS AVANÇADAS, TOLERANTES A FALHAS NÃO CONVENCIONAIS									
03 010 0056 1123 0001	FISCAL	6 817			6 817				
DESENVOLVIMENTO DE PROCESSADORES DE ALTO DESEMPENHO									
TOTAL FISCAL		7 744 052	192 293		6 789 058	762 061			

20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
20905 - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLÓGICO

CR\$ 1 000 00

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E INC. SOCIAIS	JUROS E ENC DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		1 732 067			1 732 067				
CIEENCIA E TECNOLOGIA		1 732 067			1 732 067				
INFORMAÇÃO CIENTIFICA E TECNOLÓGICA		1 732 067			1 732 067				
03 010 0057 1135		1 732 067			1 732 067				
APOIO A PROJETOS NA ÁREA DE INFORMAÇÃO EM CIEENCIA E TECNOLOGIA									
APOIAR PROJETOS QUE ESTABELEÇAM OS MECANISMOS E FORMATEM AS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS A EFETIVA TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIAS NOVAS OU ADAPTADAS PARA O SETOR PRODUTIVO, E A DIFUSÃO DE CONHECIMENTOS ORIADOS DOS AVANÇOS CIENTIFICOS E TECNOLÓGICOS									
03 010 0057 1135 0057	FISCAL	1 732 067			1 732 067				
COORDENAÇÃO DE REDES DE INFORMAÇÃO CIENTIFICA E TECNOLÓGICA									
TOTAL FISCAL		1 732 067			1 732 067				

20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
20905 - FUNDO DE ATIVIDADES ESPACIAIS

CR\$ 1 000 00

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E INC. SOCIAIS	JUROS E ENC DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		2 700 000	400 000		2 300 000				
CIEENCIA E TECNOLOGIA		2 700 000	400 000		2 300 000				
DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL		2 700 000	400 000		2 300 000				
03 010 0058 2341		2 700 000	400 000		2 300 000				
COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESQUISAS E APLICAÇÕES ESPACIAIS									
DESENVOLVER COMPETENCIA, ATRAVÉS DA INVESTIGAÇÃO FÍSICA E QUÍMICA DE FENÔMENOS QUE RESULTEM EM APLICAÇÕES DE TECNOLOGIAS ESPACIAIS, SEM COMO APOIO A PROJETOS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM CIEENCIAS ESPACIAIS									
03 010 0058 2341 0058	FISCAL	2 700 000	400 000		2 300 000				
MANUTENÇÃO DO FUNDO									
TOTAL FISCAL		2 700 000	400 000		2 300 000				

20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
20000 - FUNDO DE ATIVIDADES PARA A AMAZONIA

CR\$ 1.000,00

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		1.922.438	94.500		732.060	1.095.878			
CIRQUEJA O TECNOLOGIA		1.922.438	94.500		732.060	1.095.878			
RECURSOS APLICADOS		1.922.438	94.500		732.060	1.095.878			
00 010 0098 5331		1.922.438	94.500		732.060	1.095.878			
DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA									
AMAZONIA LEGAL									
PROMOVER E EXECUTAR ESTUDOS PESQUISAS									
CIENTÍFICAS E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO									
RELACIONADOS COM O MEIO-AMBIENTE NATURAL E COM									
OS SISTEMAS SOCIO-ECONÔMICO-CULTURAIS DO									
REGIÃO AMAZÔNICA, SEM COMO DESENVOLVER									
ATIVIDADES DE INTERMIO COM VISÃO A APLICAÇÃO									
DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO NA REGIÃO									
00 010 0098 5331 0007	FISCAL	1.922.438	94.500		732.060	1.095.878			
RESERVAÇÃO ANCIENTAL									
TOTAL FISCAL		1.922.438	94.500		732.060	1.095.878			

ANEXO II

ANEXO

ACRESCIMTO

20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
20000 - FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESEMBOLAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONÔMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			71.084
1000.00.00 RECEITA PATRIMONIAL	FIS		48.975	
1010.00.00 RECEITAS IMOBILIÁRIAS	FIS		10.211	
1011.00.00 ALUGUEIS	FIS	10.211		
1000.00.00 OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	FIS		38.764	
1000.00.00 RECEITA DE SERVIÇOS	FIS		8.929	
1000.10.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	FIS	8.929		
1000.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	FIS		14.180	
1000.00.00 RECEITAS DIVERSAS	FIS		14.180	
1000.00.00 OUTRAS RECEITAS	FIS	14.180		
TOTAL FISCAL				71.084

ANEXO III

ANEXO

ACRESCIMTO

20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
20000 - DIBU / ATCA NACIONAL

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESEMBOLAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONÔMICA
1011.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			72.806
1000.00.00 RECEITA DE SERVIÇOS	FIS		12.500	
1000.10.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E CULTURAIS	FIS	12.500		
1000.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	FIS		60.306	
1000.00.00 RECEITAS DIVERSAS	FIS		60.306	
1000.00.00 SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	60.306		
TOTAL FISCAL				72.806

ANEXO IV			
ANEXO		ACRESCIMTO	

20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
20412 - INSTITUTO BRASILEIRO DE ARTE E CULTURA

RECEITA RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESP.	DESENVOLVIMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS 300			510.803 300.803 210.000
1000.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	FIS 300		510.803 300.803 210.000	
1000.00.00 RECEITAS DIVERSAS	FIS 300		510.803 300.803 210.000	
1000.00.00 SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	210.001		
1000.00.00 OUTRAS RECEITAS	FIS 300	200.542 00.542 210.000		
TOTAL				510.803
TOTAL FISCAL				300.803
TOTAL SEGURIDADE				210.000

ANEXO V			
ANEXO		ACRESCIMTO	

20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
20501 - CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLÓGICO

RECEITA RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESP.	DESENVOLVIMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS 300			14.408.749 10.000.000 000.416
1000.00.00 RECEITA DE SERVIÇOS	FIS		7.783.124	
1000.20.00 SERVIÇOS DE CONSULTORIA, ASSISTENCIA TECNICA E ANALISE DE PROJETOS	FIS	734.000		
1000.22.00 SERVIÇOS DE ESTUDOS E PROJETOS	FIS	7.028.216		
1700.00.00 TRANSFERENCIAS CORRENTES	FIS		47.800	
1740.00.00 TRANSFERENCIAS DO EXTERIOR	FIS		47.800	
1800.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	FIS 300		0.049.125 0.002.710 000.416	
1800.00.00 RECEITAS DIVERSAS	FIS 300		0.049.125 0.002.710 000.416	
1900.00.00 OUTRAS RECEITAS	FIS 300	0.049.125 0.002.710 000.416		
2000.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	FIS			15.318
2000.00.00 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	FIS		15.318	
2000.00.00 OUTRAS RECEITAS	FIS		15.318	
TOTAL				14.475.067
TOTAL FISCAL				10.000.000
TOTAL SEGURIDADE				000.416

ANEXO VI	
ANEXO	ADRESCIMO

20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
20803 - FUNDAÇÃO CENTRO TECNOLÓGICO PARA INFORMATICA

RECEITA RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			7.744.082
1800.00.00 RECEITA DE SERVIÇOS	FIS		7.818.367	
1800.22.00 SERVIÇOS DE ESTUDOS E PESQUISAS	FIS	7.818.367		
1900.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	FIS		224.686	
1920.00.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	FIS		58.291	
1921.00.00 INDENIZAÇÕES	FIS	17.324		
1922.00.00 RESTITUIÇÕES	FIS	40.967		
1990.00.00 RECEITAS DIVERSAS	FIS		108.394	
1990.99.00 OUTRAS RECEITAS	FIS	166.384		
TOTAL FISCAL				7.744.082

ANEXO VII	
ANEXO	ADRESCIMO

20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
20808 - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLÓGICO

RECEITA RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			1.732.087
1900.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	FIS		1.732.087	
1980.00.00 RECEITAS DIVERSAS	FIS		1.732.087	
1990.06.99 SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	1.732.087		
TOTAL FISCAL				1.732.087

ANEXO VIII	
ANEXO	ADRESCIMO

20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
20908 - FUNDO DE ATIVIDADES ESPACIAIS

RECEITA RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			2.780.000
1700.00.00 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	FIS		2.780.000	
1710.00.00 TRANSFERÊNCIAS INTRA-GOVERNAMENTAIS	FIS		2.780.000	
1711.01.99 TRANSFERÊNCIA DE OUTROS RECURSOS DO TERMO NACIONAL	FIS	2.780.000		
TOTAL FISCAL				2.780.000

ANEXO IX	
ANEXO	ACRESCIMO

20000 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
20908 - FUNDO DE ATIVIDADES PARA A AMAZÔNIA

RECEITA		RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS (CR\$ 1.000,00)		
ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESEMBOLAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONÔMICA
1000 00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			1.822.438
1700 00 00 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	FIS		1.822.438	
1710 00 00 TRANSFERÊNCIAS INTRA-GERNAMENTAIS	FIS		1.822.438	
1711 01.99 TRANSFERÊNCIA DE OUTROS RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	FIS	1.822.438		
TOTAL FISCAL				1.822.438

LEGISLAÇÃO CITADA

(Anexada pela Subsecretaria de Coordenação Legislativa
do Congresso Nacional)

LEI Nº 8.409, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1992

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o
exercício financeiro de 1992.

MENSAGEM Nº 183, DE 1992-CN

(nº 857/92, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República, o texto do projeto de lei que "Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União, em favor do Ministério de Minas e Energia, crédito suplementar no valor de Cr\$ 39.709.408.000,00, para os fins que especifica".

Brasília, 8 de dezembro de 1992.



E.M. Nº 112 /SEPLAN-PR

Brasília, 07 de dezembro de 1992.

Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, no
exercício do cargo de Presidente da República,

O Ministério de Minas e Energia solicita crédito suplementar, no valor de Cr\$ 39.709.408.000,00 (trinta e nove bilhões, setecentos e nove milhões, quatrocentos e oito mil cruzeiros), em favor da Administração Direta e da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM.

2. O crédito objetiva o reforço de dotações na programação relativa à manutenção e funcionamento básico das unidades.

3. A movimentação e empenho dos recursos mencionados no parágrafo anterior ficam restritos aos limites estabelecidos pelo Decreto nº 475, de 13 de março de 1992, e suas posteriores alterações.

4. A solicitação em pauta está sendo proposto através de Projeto de Lei, uma vez que ultrapassa os limites estabelecidos nos arts. 6º, I, "b", e 11, I, da Lei nº 8.409, de 28 de fevereiro de 1992.

5. Os recursos necessários para efetivação do crédito, advirão do remanejamento de dotações dos orçamentos das unidades, conforme o art. 43, § 1º, III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e em consonância com o art. 167, V e VI, da Constituição.

Nessas condições, submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que autoriza a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente,

Paulo R. Haddad

PAULO ROBERTO HADDAD
Ministro de Estado Chefe da Secretaria
de Planejamento, Orçamento e Coordenação
da Presidência da República

ANEXO À EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DA SECRETARIA DE
PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E COORDENAÇÃO DA
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA Nº 112 , DE 07 /12 /92

1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências:

Reforço de dotações para pagamento de gastos decorrentes de despesas com custeio e capital.

2. Soluções e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta:

Abertura de crédito suplementar através de Projeto de Lei, para atender aquela demanda.

3. Alternativas existentes às medidas ou atos propostos:

Sem registro de qualquer matéria sobre o assunto

4. Custos:

O crédito será atendido com dotações já consignadas ao orçamento das entidades, mediante o remanejamento de recursos no valor de Cr\$ 39.709.408.000,00

32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
32101 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

CR\$ 1 000 00

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUNOS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
19 078 0486 4089 0004 AUXÍLIO REFEIÇÃO	FISCAL	3 068 057			3 068 057				
TOTAL FISCAL		23 590 783			19 077 093	4 513 690			

32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
32192 - ENTIDADES SUPERVISIONADAS

CR\$ 1 000 00

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUNOS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ENERGIA E RECURSOS MINERAIS		8 738 229			8 738 229				
ADMINISTRAÇÃO		8 678 054			8 678 054				
ADMINISTRAÇÃO GERAL		8 678 054			8 678 054				
09 007 0021 2800 ATIVIDADES A CARGO DE ENTIDADES SUPERVISIONADAS		8 678 054			8 678 054				
09 007 0021 2800 0171 COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS	FISCAL	8 678 054			8 678 054				
RECURSOS MINERAIS		60 171			60 171				
LEVANTAMENTO GEOLOGICO		60 171			60 171				
09 053 0292 2800 ATIVIDADES A CARGO DE ENTIDADES SUPERVISIONADAS		60 171			60 171				
09 053 0292 2800 0171 COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS	FISCAL	60 171			60 171				
TOTAL FISCAL		8 738 229			8 738 229				

32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
32202 - COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS

CR\$ 1 000 00

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUNOS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ENERGIA E RECURSOS MINERAIS		10 619 832			10 619 832				
ADMINISTRAÇÃO		8 619 885			8 619 885				
ADMINISTRAÇÃO GERAL		8 619 885			8 619 885				
09 007 0021 2800 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS		8 619 885			8 619 885				
PROMOVER O APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ATRAVÉS DA COORDENAÇÃO, SUPERVISÃO E CONTROLE ALÉM DE PRESTAR APOIO LOGÍSTICO AS ATIVIDADES-PIB		8 619 885			8 619 885				
09 007 0021 2800 0011 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	FISCAL	8 619 885			8 619 885				
RECURSOS MINERAIS		1 225 947			1 225 947				
LEVANTAMENTO GEOLOGICO		1 225 947			1 225 947				
09 053 0292 4083 MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GEOLOGIA E PESQUISA MINERAL		1 225 947			1 225 947				
GARANTIR A OPERACIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GEOLOGIA, PROSPECÇÃO E AVALIAÇÃO DOS RECURSOS MINERAIS E HIDRÓICOS PROMOVENDO O DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NESTAS ÁREAS E DAR SUPORTE TÉCNICO À EXECUÇÃO DE SUAS ATIVIDADES OBJETIVANDO A PROMOÇÃO DO CONHECIMENTO DO SUBSOLO E O FOMENTO À MINERAÇÃO QUARTZÍFERA		1 225 947			1 225 947				
09 053 0292 4083 0001 LEVANTAMENTO GEOLOGICO SISTEMÁTICO DO BRASIL	FISCAL	306 790			306 790				
09 053 0292 4083 0002 PESQUISA E AVALIAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS E HIDRÓICOS	FISCAL	958 966			958 966				
09 053 0292 4083 0003 DESEJO E ADMINISTRAÇÃO TERRITORIAL	FISCAL	60 171			60 171				
SALUDE E SANEAMENTO		4 097 966			4 097 966				
SALUDE		4 097 966			4 097 966				
ASSISTÊNCIA MÉDICA E SANITÁRIA		4 097 966			4 097 966				
13 078 0428 2004 ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA A SERVIDORES		4 097 966			4 097 966				
ASSIGURAR A SAÚDE FÍSICA E MENTAL DOS SERVIDORES E SEUS DEPENDENTES EM CARÁTER COMPLEMENTAR		4 097 966			4 097 966				
13 078 0428 2004 0003 ASSISTÊNCIA MÉDICA A SERVIDORES	SEGURIDADE	4 097 966			4 097 966				
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA		1 974 837			1 974 837				
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR		1 974 837			1 974 837				
ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL		1 974 837			1 974 837				
18 078 0486 4089 PRESTAÇÃO DE BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES PÚBLICOS		1 974 837			1 974 837				
PROPORCIONAR AOS SERVIDORES PÚBLICOS O BENEFÍCIO DE VALS-TRANSPORTE E VALS-REFEIÇÃO, A EDUCAÇÃO PRO-ESCOLAR EM REGIME DE CANTINA PARA SEUS FILHOS, ALÉM DE OUTROS BENEFÍCIOS SOCIAIS ESTABELECIDOS EM LEGISLAÇÃO PRÓPRIA.		1 974 837			1 974 837				
18 078 0486 4089 0002 CONCESSÃO DE VALS-TRANSPORTE	FISCAL	841 682			841 682				
18 078 0486 4089 0004	FISCAL	1 132 775			1 132 775				

32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
32202 - COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS

CR\$ 1.000,00

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
AUXÍLIO REFEIÇÃO									
TOTAL FISCAL SEGURIDADE		16 118 655 12 020 669 4 097 986			16 118 655 12 020 669 4 097 986				

32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
32101 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

CR\$ 1.000,00

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ENERGIA E RECURSOS MINERAIS		23 590 753			2 000 000		21 590 753		
ENERGIA ELÉTRICA		21 590 753					21 590 753		
PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA		21 590 753					21 590 753		
09 051 0035 1700 PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO NO CAPITAL DE EMPRESAS		21 590 753					21 590 753		
PROPORCIONAR O EQUILÍBRIO ACIONÁRIO MANTENDO O CAPITAL MAJORITÁRIO DA UNIÃO									
09 051 0035 1700 0012 ELETROBRAS USINA HIDROELÉTRICA DE RINCO	FISCAL	21 590 753					21 590 753		
PETROLEO		2 000 000			2 000 000				
ADMINISTRAÇÃO GERAL		2 000 000			2 000 000				
09 052 0021 2479 FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DE COMBUSTÍVEIS		2 000 000			2 000 000				
ESTABELECE MECANISMOS DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE COMBUSTÍVEIS, VISANDO O ABASTECIMENTO RACIONAL DE DERIVADOS DE PETRÓLEO, DOS COMBUSTÍVEIS MINERAIS SÓLIDOS E DO ALCOL CARBURANTE									
09 052 0021 2479 0001 FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DE COMBUSTÍVEIS	FISCAL	2 000 000			2 000 000				
TOTAL FISCAL		23 590 753			2 000 000		21 590 753		

32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
32192 - ENTIDADES SUPERVISIONADAS

CR\$ 1.000,00

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ENERGIA E RECURSOS MINERAIS		8 738 225			8 197 615	540 610			
ADMINISTRAÇÃO		143 722			486	143 236			
ADMINISTRAÇÃO GERAL		143 722			486	143 236			
09 007 0021 2800 ATIVIDADES A CARGO DE ENTIDADES SUPERVISIONADAS		143 722			486	143 236			
09 007 0021 2800 0171 COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS	FISCAL	143 722			486	143 236			
RECURSOS MINERAIS		8 984 903			8 197 129	397 374			
TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS		129 310			122 528	6 782			
09 053 0217 2800 ATIVIDADES A CARGO DE ENTIDADES SUPERVISIONADAS		129 310			122 528	6 782			
09 053 0217 2800 0171 COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS	FISCAL	129 310			122 528	6 782			
PROSPECÇÃO E AVALIAÇÃO DE JACIDAS		1 144 234			1 113 813	30 421			
09 053 0269 1800 PROJETOS A CARGO DE ENTIDADES SUPERVISIONADAS		1 144 234			1 113 813	30 421			
09 053 0269 1800 0171 COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS	FISCAL	1 144 234			1 113 813	30 421			
LEVANTAMENTO GEOLOGICO		7 320 959			6 980 788	340 171			
09 053 0292 1800 PROJETOS A CARGO DE ENTIDADES SUPERVISIONADAS		387 842			387 842				
09 053 0292 1800 0171 COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS	FISCAL	387 842			387 842				
09 053 0292 2800 ATIVIDADES A CARGO DE ENTIDADES SUPERVISIONADAS		8 933 117			8 572 948	360 171			
09 053 0292 2800 0171 COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS	FISCAL	8 933 117			8 572 948	360 171			
TOTAL FISCAL		8 738 225			8 197 615	540 610			

32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
32202 - COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS

CR\$ 1 000 00

ANEXO II**CREDITO SUPLEMENTAR****PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)**

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JURIS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERÇÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ENERGIA E RECURSOS MINERAIS		16 104 067			8 527 615	7 566 452			
ADMINISTRAÇÃO		1 020 089			340 486	679 603			
ADMINISTRAÇÃO GERAL		1 020 089			340 486	679 603			
09 007 0021 2008		1 020 089			340 486	679 603			
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS									
PROMOVER O APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ATRAVÉS DA COORDENAÇÃO, SUPERVISÃO E CONTROLE, ALÉM DE PRESTAR APOIO LOGÍSTICO AS ATIVIDADES-FIM									
09 007 0021 2008 0011	FISCAL	1 020 089			340 486	679 603			
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS									
RECURSOS MINERAIS		16 083 978			8 187 129	8 886 849			
TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS		128 310			122 826	6 782			
09 093 0217 2007		128 310			122 826	6 782			
CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS									
PROMOVER DE FORMA INTEGRADA A QUALIFICAÇÃO DE PESSOAL EM TODOS OS NÍVEIS DE FORMAÇÃO E SERVIÇOS DE MODO QUE SE OBTENHA MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO E MAIS ALTOS ÍNDICES DE PRODUTIVIDADE									
09 093 0217 2007 0001	FISCAL	128 310			122 826	6 782			
ESPECIALIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO									
PROSPECÇÃO E AVALIAÇÃO DE JAZIDAS		1 144 234			1 113 813	30 421			
09 093 0299 1293		1 144 234			1 113 813	30 421			
PESQUISA GEOLOGICA ECONOMICA NA RESERVA NACIONAL DE COBRE E SEUS ASSOCIADOS									
REALIZAR TRABALHOS DE PROSPECÇÃO E AVALIAÇÃO GEOLOGICA ECONOMICA DE JAZIDAS MINERAIS NA RESERVA NACIONAL DE COBRE E SEUS ASSOCIADOS LOCALIZADAS NO NORTE DO ESTADO DO PARÁ E NO SUL DO AMAPÁ, VISANDO CONHECER SEU EFETIVO POTENCIAL E FOMENTAR SEU APROVEITAMENTO ECONOMICO.									
09 093 0299 1292 0001	FISCAL	1 144 234			1 113 813	30 421			
PESQUISA GEOLOGICA ECONOMICA NA RESERVA NACIONAL DE COBRE E SEUS ASSOCIADOS									
LEVANTAMENTO GEOLOGICO		13 810 424			6 960 788	6 849 636			
09 093 0292 1294		367 842			367 842				
AVALIAÇÃO GEOLOGICA DOS RECURSOS MINERAIS E HIDRICOS									
DETAR O PAIS DO CONHECIMENTO DOS SEUS DEPOSITOS MINERAIS E PROPICIAR A EXPLORAÇÃO RACIONAL DOS RECURSOS HIDRICOS SUBTERRANEOS									
09 093 0292 1294 0004	FISCAL	367 842			367 842				
PESQUISAS E AVALIAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS E HIDRICOS NO TOCANTINS									
09 093 0292 4083		12 422 392			6 872 946	6 849 646			
MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GEOLOGIA E PESQUISA MINERAL									
GARANTIR A OPERACIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GEOLOGIA, PROSPECÇÃO E AVALIAÇÃO DOS RECURSOS MINERAIS E HIDRICOS, PROMOVENDO O DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO, MEIO AMBIENTE E DAR SUPORTE TÉCNICO À EXECUÇÃO DE SUAS ATIVIDADES OBJETIVANDO A PROMOÇÃO DO CONHECIMENTO DO SUBSOLO E O FOMENTO À MINERAÇÃO BRASILEIRA									
09 093 0292 4083 0001	FISCAL	3 872 180			808 112	3 264 038			
LEVANTAMENTO GEOLOGICO SISTEMATICO DO BRASIL									
09 093 0292 4083 0002	FISCAL	6 604 991			3 079 154	3 925 437			
PESQUISA E AVALIAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS E HIDRICOS									
09 053 0292 4083 0003	FISCAL	1 010 171			950 000	80 171			
GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO TERRITORIAL									
09 093 0292 4083 0004	FISCAL	1 929 680			1 029 680				
MANUTENÇÃO DO CENTRO DE APOIO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO									
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA		14 568			14 568				
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR		14 568			14 568				
ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL		14 568			14 568				
18 078 0488 4089		14 568			14 568				
PRESTAÇÃO DE BENEFÍCIOS AO SERVIDOR PÚBLICO									
PROPORCIONAR AOS SERVIDORES PÚBLICOS O RECEBIMENTO DOS AUXÍLIOS REFERENTES AO VALE-TRANSPORTE E VALE-REFeição E EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR EM REGIME DE COTONE PARA SEUS FILHOS, ALÉM DE OUTROS BENEFÍCIOS SOCIAIS ESTABELECIDOS EM LEGISLAÇÃO PRÓPRIA									
18 078 0488 4089 0002	FISCAL	14 568			14 568				
AUXÍLIO-CRÉDITO									
TOTAL FISCAL		16 118 808			8 952 203	7 566 452			

32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
32202 - COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS

CR\$ 1.000,00

ANEXO III**CREDITO SUPLEMENTAR****PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)**

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUNOS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ENERGIA E RECURSOS MINERAIS		7 820 484				7 820 484			
ADMINISTRAÇÃO		678 803				678 803			
ADMINISTRAÇÃO GERAL		678 803				678 803			
09 007 0021 6015		678 803				678 803			
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS									
PROMOVER O APERFEIÇOAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO ATRAVÉS DA COORDENAÇÃO SUPERVISÃO E CONTROLE ALEM DE PRESTAR APOIO LOGÍSTICO AS ATIVIDADES FIN									
09 007 0021 6015 0002	INVESTIM	678 803				678 803			
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS									
RECURSOS MINERAIS		7 140 861				7 140 861			
TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS		6 782				6 782			
09 053 0217 2007		6 782				6 782			
CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS									
PROMOVER DE FORMA INTEGRADA A QUALIFICAÇÃO DE PESSOAL EM TODOS OS NÍVEIS DE GRADUAÇÃO E SERVIÇOS DE MODO QUE SE OBTENHA MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO E MAIS ALTOS ÍNDICES DE PRODUTIVIDADE									
09 053 0217 2007 0001	INVESTIM	6 782				6 782			
ESPECIALIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO									
PROSPECÇÃO E AVALIAÇÃO DE JAZIDAS		30 421				30 421			
09 053 0289 2067		30 421				30 421			
PESQUISA GEOLOGICA ECONOMICA NA RESERVA NACIONAL DE COBRE E SEUS ASSOCIADOS									
REALIZAR TRABALHOS DE PROSPECÇÃO E AVALIAÇÃO GEOLOGICA-ECONOMICA DE JAZIDAS MINERAIS NA RESERVA NACIONAL DE COBRE E SEUS ASSOCIADOS, LOCALIZADAS NO NORTE DO ESTADO DO PARA E NO SUL DO AMAPA VISANDO CONHECER SEU EFETIVO POTENCIAL E FOMENTAR SEU APROVEITAMENTO ECONOMICO									
09 053 0289 2067 0001	INVESTIM	30 421				30 421			
PESQUISA GEOLOGICA-ECONOMICA NA RESERVA NACIONAL DE COBRE E SEUS ASSOCIADOS									
LEVANTAMENTO GEOLOGICO		7 103 658				7 103 658			
09 053 0292 8147		7 103 658				7 103 658			
MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GEOLOGIA E PESQUISA MINERAL									
GARANTIR A OPERACIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GEOLOGIA, PROSPECÇÃO E AVALIAÇÃO DOS RECURSOS MINERAIS E HIDRICOS, PROMOVENDO O DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NESTAS ÁREAS E DAR SUPORTE TÉCNICO A EXECUÇÃO DE SUAS ATIVIDADES, OBJETIVANDO A PROMOÇÃO DO CONHECIMENTO DO SUBSOLO E O FOMENTO A MINERAÇÃO BRASILEIRA									
09 053 0292 8147 0001	INVESTIM	3 918 080				3 918 080			
LEVANTAMENTO GEOLOGICO SISTEMATICO DO BRASIL									
09 053 0292 8147 0002	INVESTIM	3 928 437				3 928 437			
PESQUISA E AVALIAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS E HIDRICOS									
09 053 0292 8147 0003	INVESTIM	80 171				80 171			
GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO TERRITORIAL									
TOTAL INVESTIMENTOS		7 820 484				7 820 484			

ANEXO IV

ANEXO

ACRESCIMO

32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
32202 - COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS
RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000 00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			4 638.998
	SEB			540 810
				4 097.988
1800 00.00 RECEITA DE SERVIÇOS	SEB		4 097.988	
1800 22 00 SERVIÇOS DE ESTUDOS E PESQUISAS	SEB	4 097.988		
1700 00 00 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	FIS		540 810	
1710 00 00 TRANSFERÊNCIAS INTRA-GERNAMENTAIS	FIS		540.810	
1711 01 01 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS ORDINARIOS DO TESOURO NACIONAL	FIS	540.810		
TOTAL				4 638.998
TOTAL FISCAL				540.810
TOTAL SEMBRIDADE				4 097.988

ANEXO V	
ANEXO	REDUÇÃO

32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
32202 - COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS

RECEITA		RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS (CR\$ 1.000,00)		
ESPECIFICAÇÃO	ESF	DESDOBRAMENTO	PONTE	CATEGORIA ECONÔMICA
1000 00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			4 087.986
1600 00 00 RECEITA DE SERVIÇOS	FIS		4 087.986	
1600.22.00 SERVIÇOS DE ESTUDOS E PESQUISAS	FIS	4 087.986		
2000 00 00 RECEITAS DE CAPITAL	FIS			540 610
2400 00 00 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	FIS		540 610	
2410 00 00 TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	FIS		540 610	
2411.01.01 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS ORDINÁRIOS DO TESOURO NACIONAL	FIS	540 610		
TOTAL FISCAL				4 628.596

ANEXO VI	
ANEXO	REDUÇÃO

32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
32202 - COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS

DETALHAMENTO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO DOS INVESTIMENTOS		(CR\$ 1.000,00)
ESPECIFICAÇÃO	CATEGORIA ECONÔMICA	
GERAÇÃO PRÓPRIA / OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO	5.546.741	
RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO TESOURO	2.274.722	
TOTAL	7.820.464	

LEGISLAÇÃO CITADA

(Anexada pela Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional)

LEI Nº 8.409, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1992

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1992.

MENSAGEM Nº 184, DE 1992-CN

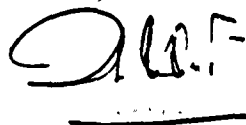
(nº 858/92, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado Chefe

da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Cordenação da Presidência da República, o texto do projeto de lei que "Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$ 3.050.300.000,00, para os fins que especifica".

Brasília, 8 de dezembro de 1992



E.M. Nº 115 /SEPLAN-PR

Brasília, 07 de dezembro de 1992.

Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República,

A Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República solicita a abertura de crédito suplementar, no valor de Cr\$ 3.050.300.000,00 (três bilhões, cinquenta milhões e trezentos mil cruzeiros), destinado a atender a despesas com Auxílio-Refeição dos servidores daquela Secretaria.

2. Considerando que o seu valor excede ao limite de 20% (vinte por cento) estabelecido no art. 6º, inciso I, alínea "b", da Lei nº 8.409, de 28 de fevereiro de 1992, é necessária a autorização legislativa para que o Poder Executivo possa abrir o referido crédito.

3. Esta Secretaria é favorável ao atendimento do pleito, informando que as despesas resultantes serão cobertas sob a forma de anulação parcial de dotações orçamentárias, através de remanejamento, conforme prevê o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecida a prescrição do art. 167, inciso V, da Constituição.

Nessas condições, tenho a honra de submeter à apreciação de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei que autoriza a abertura do referido crédito.

Respeitosamente,

Paulo R. Haddad

PAULO ROBERTO HADDAD
Ministro de Estado Chefe da Secretaria de
Planejamento, Orçamento e Coordenação
da Presidência da República

ANEXO A EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E COORDENAÇÃO/PR Nº 115 DE 07/12/1992

1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências:

Atender a despesas com a concessão de Auxílio-Refeição

2. Soluções e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta:

Abertura de crédito suplementar para atender àquela demanda

3. Alternativas existentes às medidas ou atos propostos:

A alternativa proposta é única para resolução da situação apresentada

4. Custos:

Crédito suplementar no valor de Cr\$ 3.050.300.000,00

5. Razões que justificam a urgência (a ser preenchido somente se o ato proposto for Medida Provisória ou Projeto de Lei que deva tramitar em regime de urgência):**6. Impacto sobre o meio ambiente (sempre que o ato ou medida proposta possa vir a tê-lo):****7. Síntese do parecer do Órgão Jurídico:****PROJETO DE LEI** Nº 114, de 1992-CN

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$ 3.050.300.000,00, para os fins que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 8.409, de 28 de fevereiro de 1992), em favor da Presidência da República - Secretaria de Assuntos Estratégicos, crédito suplementar no valor de Cr\$ 3.050.300.000,00 (três bilhões, cinquenta milhões e trezentos mil cruzeiros), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial de dotações orçamentárias no montante especificado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

**20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
20104 - SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATEGICOS**

CR\$ 1 000 00

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUNOS E ENC DA DÍVIDA	OUTRAS DESP CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP DE CAPITAL
ASSISTENCIA E PREVIDENCIA		3 050 300			3 050 300				
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR		3 050 300			3 050 300				
ASSISTENCIA SOCIAL GERAL		3 050 300			3 050 300				
19 078 0486 4089 PRESTAÇÃO DE BENEFÍCIOS AO SERVIDOR PÚBLICO		3 050 300			3 050 300				
PROPORCIONAR AOS SERVIDORES PÚBLICOS O RECEBIMENTO DOS AUXÍLIOS REFERENTES AO VALE TRANSPORTE E VALE REFEIÇÃO A EDUCAÇÃO PRE-ESCOLAR EM REGIME DE CRÉDITO PARA SEUS FILHOS ALÉM DE OUTROS BENEFÍCIOS SOCIAIS ESTABELECIDOS EM LEGISLAÇÃO PRÓPRIA									
SERVIDOR ATENDIDO (PESSOA) - 1 703									
10 078 0486 4089 0004 AUXÍLIO-REFEIÇÃO	FISCAL	3 050 300			3 050 300				
SERVIDOR ATENDIDO (PESSOA) - 1 703									
TOTAL FISCAL		3 050 300			3 050 300				

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

**20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
20104 - SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATEGICOS**

CR\$ 1 000 00

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUNOS E ENC DA DÍVIDA	OUTRAS DESP CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP DE CAPITAL
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		1 350 000			1 350 000				
PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL		1 350 000			1 350 000				
SUPERVISÃO E COORDENAÇÃO SUPERIOR		350 000			350 000				
03 004 0030 4037 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE AÇÃO GOVERNAMENTAL		350 000			350 000				
ASSESSORAR O GOVERNO FEDERAL NA TOMADA DE DECISÕES DE CARÁTER ESTRATÉGICO									
03 009 0030 4037 0001 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARA EMBAIXAMENTO DA AÇÃO GOVERNAMENTAL	FISCAL	350 000			350 000				
ESTUDOS E PESQUISAS ECONÔMICAS SOCIAIS		1 000 000			1 000 000				
03 009 0045 2571 ESTUDOS E PESQUISAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO		1 000 000			1 000 000				
REALIZAR LEVANTAMENTO, ESTUDOS E PESQUISAS PARA O GOVERNO FEDERAL									
03 009 0045 2571 0001 ESTUDOS E PESQUISAS ESTRATÉGICAS	FISCAL	1 000 000			1 000 000				
DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA		1 700 300			1 700 300				
Ciência e Tecnologia		1 000 000			1 000 000				
DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL		1 000 000			1 000 000				
06 010 0056 2586 IMPLEMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES NO CENTRO DE PESQUISAS E DE DESENVOLVIMENTO PARA SEGURANÇA DAS COMUNICAÇÕES		1 000 000			1 000 000				
SUPERVISAR E CONTROLAR AS ATIVIDADES DO CENTRO DE PESQUISAS									
06 010 0056 2586 0003 ESTUDOS E PESQUISAS	FISCAL	1 000 000			1 000 000				
TELECOMUNICAÇÕES		700 000			700 000				
TELEFONIA		700 000			700 000				
06 022 0136 2083 SISTEMA DE TELECOMUNICAÇÕES		700 000			700 000				
DOTAR O ORÇÃO DE MEIOS EM TELECOMUNICAÇÕES ESSENCIAIS A UMA EFICAZ ATUAÇÃO OPERACIONAL A NÍVEL NACIONAL									
06 022 0136 2083 0002 OPERACIONALIZAÇÃO DO SISTEMA DE TELECOMUNICAÇÕES	FISCAL	700 000			700 000				
ENSINO SUPLETIVO		300			300				
TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS		300			300				
06 045 0217 2007 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS		300			300				
PROMOVER DE FORMA INTEGRADA A QUALIFICAÇÃO DE PESSOAL EM TODOS OS NÍVEIS DE GRADUAÇÃO E SERVIÇOS DE NÍVEL QUE SE CONTEMA MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO E MAIS ALTOS ÍNDICES DE PRODUTIVIDADE									
06 045 0217 2007 0004 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	FISCAL	300			300				
TOTAL FISCAL		3 050 300			3 050 300				

LEGISLAÇÃO CITADA

(Anexada pela Subsecretaria de Coordenação Legislativa
do Congresso Nacional)

LEI Nº 8.409, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1992

**Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o
exercício financeiro de 1992.**

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — As mensagens que acabam de ser lidas encaminham os Projetos de Lei nº 104 a 114, de 1992-CN, que tratam de abertura de créditos.

Nos termos da Resolução nº 1, de 1991-CN, os referidos projetos serão remetidos à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Sobre a mesa, comunicações que serão lidas pelo Sr. 1º Secretário.

São lidas as seguintes

OF GL PFL Nº 86/92 Brasília, 9 de dezembro de 1992

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência, na qualidade de Líder do Partido da Frente Liberal, no Senado Federal, para solicitar a substituição do Senador HENRIQUE ALMEIDA pelo Senador ODACIR SOARES, como suplente, na Comissão Mista destinada a examinar a Medida Provisória nº 311, da Presidência da República.

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevada consideração e apreço. — Senador Marco Maciel, Líder do PFL no Senado Federal.

OFÍCIO Nº 375/92 Brasília, 2 de dezembro de 1992

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência a Deputada Célia Mendes, pelo Partido Democrático Social — PDS, para substituir o Deputado Osvaldo Bender, na vaga de suplente na Comissão Especial Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 311, de 26 de novembro de 1992, que “Disciplina o pagamento de vantagens que menciona e dá outras providências”.

Atenciosamente, — Deputado José Luiz Maia, Líder do PDS.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Está inscrito para falar no período de Breves Comunicações o Deputado Arnaldo Faria de Sá. Indago de S. Exª se mantém a inscrição.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco 1 — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, retiramos a inscrição, a fim de iniciarmos a votação do veto o mais rapidamente possível, cuja rejeição fará justiça aos aposentados do extinto Departamento de Correios e Telégrafos.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Passa-se à

ORDEM DO DIA**Item 1:****Vetos Presidenciais**

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 1992

(nº 1.353/91, na Casa de origem)

Continuação da votação, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 27 (nº 1.353/91, na Casa de origem); de 1992, que dispõe sobre a complementação de aposentadoria do extinto Departamento de Correios e Telégrafos — DCT, e dá outras providências.

— Dependendo de votação pelo Senado Federal.

Prazo: 1º-10-92 (Mensagem nº 95/92-CN)

— Incluído em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição.

A Presidência pede aos Srs. Senadores que tomem assento nos respectivos lugares, pois a votação vai iniciar-se no Senado Federal.

O Sr. Marco Maciel — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. MARCO MACIEL (PFL — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, peço a V. Exª que solicite aos colegas que se encontram em seus gabinetes que acorram ao Plenário, a fim de iniciarmos a votação. Espero que o veto seja rejeitado, de maneira que a antiga e justa reivindicação do pessoal dos Correios e Telégrafos seja atendida. (Palmas nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Esta Presidência entende como procedentes as razões invocadas pelo nobre Senador Marco Maciel, já que se encontram presentes no Plenário apenas 36 Srs. Senadores, segundo a Secretaria-Geral da Mesa.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO (PMDB — CE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a Liderança do PMDB faz um apelo aos integrantes de sua bancada para que, com urgência, compareçam ao plenário, a fim de apreciarmos o veto. E, renovando a nossa manifestação de ontem, acrescento que o PMDB votará pela derrubada do veto, para que haja dignidade na aposentadoria dos servidores dos Correios e Telégrafos. A derrubada do veto é vital, devido ao aspecto social da questão. (Palmas nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Ouvimos, portanto, a manifestação do PMDB, pela voz do nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho.

O Sr. Chagas Rodrigues — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. CHAGAS RODRIGUES (PSDB — PI. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a Liderança do PSDB faz veementemente apelo não só aos Senadores da sua bancada, mas também aos das outras, no sentido de que compareçam imediatamente ao plenário, porque precisamos derrubar o veto. (Palmas nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Ouvimos a manifestação do PSDB, pela voz autorizada do Líder Chagas Rodrigues.

O Sr. Jarbas Passarinho — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a bancada do PDS no Senado votará pela derrubada do veto. (Palmas nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Também o Senador Jarbas Passarinho orienta sua bancada no sentido da derrubada do veto.

O Sr. Louremberg Nunes Rocha — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. LOUREMBERG NUNES ROCHA (PTB — MT. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, em nome da bancada do PTB, recomendamos o voto “não”. E solicitamos aos companheiros que se encontram em seus gabinetes que se dirijam ao Plenário, para nos ajudar a derrubar o veto. (Palmas nas galerias.)

O Sr. Marco Maciel — Sr. Presidente, peço a palavra para orientar a minha bancada.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. MARCO MACIEL (PFL — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a bancada do PFL votará “não”, e também peço, assim como fez o Senador Louremberg Nunes Rocha, aos nossos colegas que venham ao plenário, para que possamos votar a matéria o mais rapidamente possível.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência já chamou os Srs. Senadores de todas as formas, secun-

dando as manifestações dos Líderes das bancadas, e agora solicita aos Srs. Parlamentares que tomem os seus assentos, porque vai proceder à votação.

O Sr. Nelson Wedekin — Sr. Presidente, peço a palavra para fazer um encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. NELSON WEDEKIN (PDT — SC. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a exemplo do que fizeram os nossos companheiros da Câmara dos Deputados, nós também queremos derrubar o veto. O nosso voto é “não”.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Passa-se à votação da matéria.

(Procede-se à votação)

O Sr. Jonas Pinheiro — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. JONAS PINHEIRO (PTB — AP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, há alguns Senadores que estão votando por meio do processo eletrônico pela primeira vez. Então, é necessário que haja uma orientação por parte da Mesa, para que o façamos corretamente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência esclarece aos nobres Senadores que S. Exª devem conhecer os respectivos códigos de votação, para que possam, após registrá-los, apertar a tecla da preferência de cada um.

Se algum dos Srs. Senadores presentes ainda não conhece sua senha, poderá se informar na Secretaria-Geral da Mesa, pois se trata de uma senha secreta, do conhecimento exclusivo de cada um.

O Sr. Eduardo Suplicy — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, apesar de a votação ser secreta, quero dizer que meu voto é “não”. (Palmas nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência registra em Ata a manifestação do nobre Senador Eduardo Suplicy. O voto é sigiloso, e a Mesa não pode infringir o dispositivo constitucional expreso. Esclarece, portanto, que entendeu computar o voto que S. Exª proferiu da tribuna, sem que isso represente qualquer transgressão ao texto constitucional em vigor.

(Prossegue a votação)

VOTAM OS SRS. SENADORES:

Roraima

César Dias — PMDB; **João França** — PDS; **Mariucca Pinto** — PTB.

Amapá

Jonas Pinheiro — PTB.

Pará

Almir Gabriel – PSDB; Jarbas Passarinho – PDS; Juvêncio Dias –

Amazonas

Aureo Mello – PRN; Carlos De'Carli – PTB.

Rondônia

Amir Lando – PMDB.

Acre

Alufzio Bezerra – PMDB.

Tocantins

Moisés Abrão – PDC.

Maranhão

Bello Parga – PFL; Magno Bacelar – PFL.

Ceará

Cid Sabóia de Carvalho – PMDB; Mauro Benevides – PMDB.

Piauí

Chagas Rodrigues – PSDB.

Rio Grande do Norte

Dario Pereira – PFL.

Paraná

Antonio Mariz – PMDB; Humberto Lucena – PMDB; Raimundo Lira – PFL.

Pernambuco

Mansueto de Lavor – PMDB; Marco Maciel – PFL.

Alagoas

Divaldo Suruagy – PMDB; Teotônio Vilela Filho – PSDB.

Bahia

Josaphat Marinho – PFL; Jutahy Magalhães – PSDB.

Minas Gerais

Júnia Marise – PRN; Ronan Tito – PMDB.

Espírito Santo

Elcio Álvares – PFL; Gerson Camata – PDC.

Rio de Janeiro

Darcy Ribeiro – PDT; Nelson Carneiro – PMDB.

São Paulo

Eduardo Suplicy – PT; Eva Blay – PSDB; Mário Covas – PSDB.

Mato Grosso

Júlio Campos – PFL; Louremberg Nunes Rocha – PTB; Márcio Lacerda – PMDB.

Distrito Federal

Meira Filho – PFL; Pedro Teixeira – PDT; Valmir Campello – PTB.

Goiás

Iram Saraiva – PMDB; Irapuan Costa Júnior – PMDB; Onofre Quinan – PMDB.

Mato Grosso do Sul

Levy Dias – PTB; Rachid Saldanha Derzi – PRN; Wilson Martins – PMDB.

Paraná

José Richa – PSDB; Luiz Alberto – PTB.

Santa Catarina

Nelson Wedekin – PDT.

Rio Grande do Sul

José Paulo Bisol – PSB.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Mesa vai anunciar o resultado da votação: 48 votos “não”; 2 votos “sim”; abstenção, 2. Total: 52 votos.

Rejeitado o veto.

Farei a comunicação ao Exmº Sr. Presidente da República. (Palmas prolongadas nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Para a apreciação dos demais vetos, a Presidência entende que inexistiu quorum na Câmara dos Deputados. Os demais vetos, portanto, serão apreciados oportunamente, em sessão que convoarei, dando ciência prévia aos Srs. Deputados e Senadores.

São as seguintes as matérias cuja apreciação fica adiada por falta de quorum.

2 PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 21, DE 1990

(Medida Provisória nº 151, de 1990)

Continuação da votação, em turno único, do veto parcial apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 1990, que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da Administração Pública Federal, e dá outras providências. (Mens. nº 71/90-CN).

Partes vetadas.

- § 1º do art. 1º; (mantido)
- § 2º do art. 1º; (mantido)
- § 3º do art. 1º; (mantido)
- art. 3º; (mantido)
- § 1º do art. 4º; (mantido)
- art. 6º e seu parágrafo;
- parágrafo único do art. 7º; (mantido)
- alínea e do parágrafo único do art. 16; (mantido)
- § 5º do art. 18; (mantido)
- § 2º do art. 20; (mantido)
- art. 25; (mantido)
- art. 26; (mantido)

Prazo: 23-6-90

- Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

3 PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 57, DE 1991

(PL nº 1.390/91, na Casa de origem)

Continuação da votação, em turno único, do veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 1991 (nº 1.390/91, na Casa de origem), que dispõe sobre antecipação a ser compensada quando da revisão geral da remuneração dos servidores públicos, corrige e reestrutura tabelas de vencimentos, e dá outras providências. (Mens. nº 91/91-CN)

Partes vetadas:

- art. 15;
- art. 31; (mantido)
- art. 32; (mantido)
- art. 33; (mantido)
- art. 34; (mantido)
- art. 35; (mantido)
- art. 36; (mantido)

Prazo: 19-9-91

- Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

4 PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 48, DE 1990

(PL nº 3.099/89, na Casa de origem)

Votação, em turno único, do veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 1990 (nº 3.099/89, na origem), que dispõe sobre a Lei Orgânica da Assistência Social, suas definições, princípios e diretrizes, determina competências gerais em cada esfera de governo, benefícios e serviços, fontes de financiamento, e dá outras providências. (Mens. nº 172/90-CN)

Prazo: 10-11-90

- Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

5 PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, DE 1991

(Nº 516/91, na Casa de origem)

Votação, em turno único, do veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 1991 (nº 516/91, na Casa de origem), que dispõe sobre a competência da Superintendência Nacional do Abastecimento - SUNAB, altera a Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962, e dá outras providências. (Mens. nº 61/91-CN)

Prazo: 19-9-91

- Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

6 PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, DE 1991

(PL nº 826/91, na Casa de origem)

Votação, em turno único, do veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 1991 (nº 826/91, na Casa de

origem), que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências. (Mens. nº 66/91-CN)

Parte vetada

- art. 40

Prazo: 19-9-91

- Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

7 PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 35, DE 1991

(PL nº 825/91, na Casa de origem)

Votação, em turno único, do veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 1991 (nº 825/91, na Casa de origem), que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, e dá outras providências. (Mens. 67/91-CN)

Parte vetada:

- art. 100

Prazo: 19-9-91

- Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

8 PROJETO DE LEI Nº 3, DE 1991-CN

Votação, em turno único, do veto parcial apostado ao Projeto de Lei nº 3, de 1991-CN, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o ano de 1992, e dá outras providências. (Mens. nº 90/91-CN)

Partes vetadas.

- inciso VII do art. 22;
- art. 23 e seus §§ 1º e 2º; e
- §§ 1º e 2º do art. 45

Prazo: 19-9-91

- Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

9 PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 120, DE 1990

(PL nº 5.284/90, na Casa de origem)

Votação, em turno único, do veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 120, de 1990 (nº 5.284/90, na Casa de origem), que dispõe sobre normas partidárias. (Mens. nº 104/91-CN)

Prazo: 28-11-91

- Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

10 PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 36, DE 1991

(PL nº 514/91, na Casa de origem)

Votação, em turno único, do veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 1991 (nº 514/91, na Casa de origem), que cria o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, e dá outras providências. (Mens. nº 105/91-CN)

Partes vetadas.

- inciso V do art. 2º;
- inciso VI do art. 2º;
- § 1º do art. 3º;
- caput do art. 4º; e
- art. 7º

Prazo: 28-11-91

- Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

11 PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 52, DE 1991

(PL nº 912/91, na Casa de origem)

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 1991 (nº 912/91, na Casa de origem), que dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes. (Mens. nº 112/91-CN)

Partes vetadas.

- art. 87; e
- art. 88

Prazo: 28-11-91

- Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

12 PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 47, DE 1991

(PL nº 5.804/90, na Casa de origem)

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 1991 (nº 5.804/90, na Casa de origem), que dispõe sobre a capacitação e competitividade do setor de informática e automação, e dá outras providências. (Mens. nº 138/91-CN)

Partes vetadas.

- § 2º do art. 1º;
- parágrafo único do art. 10;
- art. 13; e
- art. 16

Prazo: 18-2-92

- Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

13 PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 92, DE 1990

(PL nº 4.084/89, na Casa de origem)

Votação, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 1990 (nº 4.084/89, na Casa de origem), que disciplina o art. 100 da Constituição Federal, dispondo sobre créditos alimentícios. (Mens. nº 139/91-CN)

Prazo: 18-2-92

- Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

14 PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 97, DE 1991

(PL nº 1.992/91, na Casa de origem)

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 1991 (nº 1.992/91, na Casa de origem), que reajusta valores da tabela progressiva para cálculo do Imposto de Renda. (Mens. nº 148/91-CN)

Parte vetada.

- art. 2º

Prazo: 24-2-92

- Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

15 PROJETO DE LEI
Nº 15, DE 1991-CN

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 15, de 1991-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito especial no valor de Cr\$85.163.000.00, para os fins que especifica. (Mens. nº 16/92-CN)

Parte vetada.

- art. 3º

Prazo: 16-4-92

- Incluído em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição.

16 PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 140, DE 1991

(PL nº 2.452/91, na Casa de origem)

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 140, de 1991 (nº 2.452/91, na Casa de origem), que estabelece diretrizes para que a União possa realizar a consolidação e reescalonamento de dívidas das administrações direta e indireta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e dá outras providências. (Mens. nº 19/92-CN)

Partes vetadas.

- art. 5º, alíneas a, b e c; e
- art. 15

Prazo: 16-4-92

- Incluído em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição.

17 PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 139, DE 1991

(PL nº 2.158/91, na Casa de origem)

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 139, de 1991 (nº 2.158/91, na Casa de origem), que extingue a contribuição e o adicional incidente sobre saídas de açúcar a que se referem os Decretos-Leis nºs 308, de 28 de fevereiro de 1967, e 1.952, de 15 de julho de 1982, os subsídios de equalização de custos de produção de açúcar; e dispõe sobre isenção de IPI nas operações que menciona. (Mens. nº 22/92-CN)

Parte vetada.

- art. 3º

Prazo: 16-4-92

- Incluído em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição.

18 PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 127, DE 1991

(PL nº 2.088/91, na Casa de origem)

Votação, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 127, de 1991 (nº 2.088/91, na Casa de origem), que dispõe sobre parcela do frete pago pelas indústrias das Regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sul, na aquisição de produtos siderúrgicos, laminados planos, comuns e revestidos, para efeito de satisfação do I.T. (Mens. nº 29/92-CN)

Prazo: 16-4-92

- Incluído em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição.

19 PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 11, DE 1992

(nº 2.592/92, na Casa de origem)

Votação, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 1992 (nº 2.592/92, na Casa de origem), que dispõe sobre os vencimentos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal (Mens. nº 38/92-CN), tendo

- RELATÓRIO, sob nº 3, de 1992-CN, da Comissão

Mista.

Prazo: 26-6-92

- Incluído em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição.

20 PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 12, DE 1992

(Nº 2.613/92, na Casa de origem)

Votação, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 1992 (nº 2.613/92, na Casa de

origem), que dispõe sobre os vencimentos dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça, dos Juízes dos Tribunais Regionais Federais, dos Juízes Federais e dos Juízes Federais Substitutos (Mens. nº 39/92-CN), tendo

– RELATÓRIO, sob nº 4, de 1992-CN, da Comissão Mista.

Prazo: 26-6-92

– Incluído em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição.

21 PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 13, DE 1992

(Nº 2.614/92, na Casa de origem)

Votação, em turno único, do veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 1992 (nº 2.614/92, na Casa de origem), que dispõe sobre os vencimentos dos Ministros do Superior Tribunal Militar e dos Juízes da Justiça Militar Federal, tendo

– RELATÓRIO, sob nº 5, de 1992-CN, da Comissão Mista.

Prazo: 26-6-92

– Incluído em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição. (Mens. nº 40/92-CN)

22 PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 15, DE 1992

(Nº 2.621/92, na Casa de origem)

Votação, em turno único, do veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 15, de 1992 (nº 2.621/92, na Casa de origem), que dispõe sobre os vencimentos dos Desembargadores, Juízes de Direito, Juízes de Direito Substitutos e Juízes de Direito dos territórios, integrantes da Justiça do Distrito Federal e Territórios, tendo

– RELATÓRIO, sob nº 7, de 1992-CN, da Comissão Mista.

Prazo: 26-6-92

– Incluído em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição.

23 PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 16, DE 1992

(Nº 2.631/92, na Casa de origem)

Votação, em turno único, do veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 1992 (nº 2.631/92, na Casa de origem), que dispõe sobre os vencimentos dos Ministros do Tribunal Superior do Trabalho, dos Juízes dos Tribunais Regionais do Trabalho, dos Juízes-Presidentes de Juntas de Conciliação e Julgamento e dos Juízes do Trabalho Substitutos, tendo

– RELATÓRIO, sob nº 8, de 1992-CN, da Comissão Mista.

Prazo: 26-6-92

– Incluído em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição. (Mens. nº 42/92-CN)

24 PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 14, DE 1992

(Nº 2.615/92, na Casa de origem)

Votação, em turno único, do veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 1992 (nº 2.615/92, na Casa de origem), que dispõe sobre os vencimentos dos Membros do Ministério Público da União e dá outras providências, tendo

– RELATÓRIO, sob nº 6, de 1992-CN, da Comissão Mista.

Prazo: 26-6-92

– Incluído em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição.

25 PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 1, DE 1992

(Oriundo da MP nº 302/92)

Discussão, em turno único, do veto parcial apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 1992, que dispõe sobre a organização de Ministérios e dá outras providências. (Mens. nº 46/92-CN)

Parte vetada:

– art. 19.

Prazo: 9-8-92

– Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

26 PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 38, DE 1991

(Nº 5.394/85, na Casa de origem)

Discussão, em turno único, do veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 1991 (nº 5.394/85, na Casa de origem), que introduz alterações na Lei nº 4.886, de 9 de dezembro de 1965, que regula as atividades dos representantes comerciais autônomos. (Mens. nº 61/92-CN)

Parte vetada:

– Redação dada pelo art. 1º do projeto ao § 6º do art. 32 da Lei nº 4.886/65.

Prazo: 4-9-92

– Incluído em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição.

27 PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 42, DE 1991

(Nº 1.371/88, na Casa de origem)

Discussão, em turno único, do veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 1991 (nº 1.371/88, na Casa de origem), que proíbe a comercialização de medicamentos cuja fabricação ou venda foi interdita no país de origem. (Mens. nº 62/92-CN)

Prazo: 4-9-92

– Incluído em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição.

28 PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 1990

(Nº 5.329/90, na Casa de origem)

Discussão, em turno único, do veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 1990 (nº 5.329/90, na Casa de origem), que cria Junta de Conciliação e Julgamento na 4ª Região da Justiça do Trabalho e dá outras providências (Mens. nº 63/92-CN)

Parte Vetada:

– art. 4º

Prazo: 4-9-92

– Incluído em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição.

29 PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 108, DE 1991

(Nº 1.991/89, na Casa de origem)

Discussão, em turno único, do veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 1991, (nº 1.991/89, na Ca-

sa de origem), que autoriza o Poder Executivo a criar uma escola agrotécnica federal no Município de Araguaína, Estado de Tocantins, e dá outras providências. (Mens. nº 64/92-CN)

Prazo: 4-9-92

- Incluído em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição.

30 PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 126, DE 1990

(Nº 1.854/89, na Casa de origem)

Discussão, em turno único, do veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 126, de 1990 (nº 1.854/89, na Casa de origem), que cria a Carreira de Apoio Técnico-Administrativo do Ministério Público da União e seus cargos, fixa valores de vencimentos, e dá outras providências. (Mens. nº 65/92-CN)

Partes vetadas:

- § 1º do art. 2º;
- § 2º do art. 2º;
- § 3º do art. 2º;
- art. 3º, caput;
- § 1º do art. 3º;
- § 2º do art. 3º;
- § 3º do art. 3º;
- art. 4º;
- art. 6º, caput;
- parágrafo único do art. 6º; e
- parágrafo único do art. 9º.

Prazo: 4-9-92

- Incluído em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição.

31 PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 287, DE 1983

(Nº 8.509/86, na Câmara dos Deputados)

Discussão, em turno único, do veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 287, de 1983 (nº 8.509/86, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a divulgação dos dados cadastrais relativos a latifúndios. (Mens. nº 66/92-CN)

Prazo: 4-9-92

- Incluído em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição.

32 PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 17, DE 1992

(Nº 1.445/91, na Casa de origem)

Discussão, em turno único, do veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 1992 (nº 1.445/91, na Casa de origem), que dispõe sobre a criação de Juntas de Conciliação e Julgamento nas regiões da Justiça do Trabalho, define jurisdições e dá outras providências. (Mens. nº 67/92-CN)

Partes vetadas:

- inciso IX do art. 3º;
- inciso X do art. 3º;
- inciso XII do art. 3º;
- inciso XX do art. 3º;
- inciso V do art. 4º;
- inciso IX do art. 4º;
- inciso XVIII do art. 5º;
- inciso II da alínea a do art. 6º;
- inciso IV da alínea a do art. 6º;
- inciso V da alínea a do art. 6º;
- inciso III da alínea b do art. 6º;
- inciso II da alínea a do art. 8º;

- inciso IV da alínea a do art. 8º;
- inciso V do art. 9º;
- inciso II da alínea c do art. 10;
- inciso III do art. 11;
- inciso V do art. 12;
- inciso IX do art. 12;
- inciso III da alínea a do art. 13;
- inciso VI do art. 15;
- inciso XVI do art. 15;
- inciso XXV do art. 15;
- inciso IX do art. 18;
- inciso XXIV do art. 23;
- inciso XXIX do art. 23;
- inciso XXXV do art. 23;
- inciso I.VI do art. 23;
- inciso XIII do art. 24;
- inciso XXIV do art. 24;
- inciso XXXIII do art. 25;
- inciso II da alínea a do art. 26;
- inciso IV da alínea a do art. 26;
- inciso VII da alínea a do art. 26;
- inciso IV da alínea b do art. 26;
- inciso II da alínea a do art. 28;
- inciso VI da alínea a do art. 28;
- inciso VI do art. 29;
- inciso VI da alínea c do art. 30;
- inciso IX da alínea a do art. 31;
- inciso III da alínea a do art. 33;
- inciso XXXIII do art. 35;
- inciso I. do art. 35;
- inciso XIV do art. 38; e
- § 1º do art. 44.

Prazo: 4-9-92

- Incluído em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição.

33 PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 73, DE 1991

(Nº 4.064/89, na Casa de origem)

Discussão, em turno único, do veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 1991 (nº 4.064/89, na Casa de origem), que dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União e dá outras providências. (Mens. nº 93/92-CN)

Partes vetadas:

- art. 37 e seu parágrafo;
- inciso I do art. 50;
- § 1º do art. 53;
- § 2º do art. 53;
- art. 75 e seu parágrafo;
- art. 78, caput;
- § 1º do art. 80; e
- art. 89, caput;
- § 1º do art. 89;
- § 2º do art. 89;
- § 3º do art. 89;

Prazo: 1º-10-92

- Incluído em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição.

34 PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 63, DE 1991

(Nº 1.049/91, na Câmara dos Deputados)

Discussão, em turno único, do veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 63, de 1991 (nº 1.049/91, na Ca-

nara dos Deputados), que dispõe sobre a profissão de Fotógrafo e Cinegrafista e do Técnico em Cinematografia e dá outras providências. (Mens. nº 94/92-CN)

Prazo: 1º-10-92

- Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

35 PROJETO DE LEI Nº 3, DE 1992-CN

Discussão, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei nº 3, de 1992-CN, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 1993, e dá outras providências. (Mens. nº 96/92-CN)

Partes vetadas:

- parágrafo único do art. 6º; e
- art. 51, caput;
- § 1º do art. 51; e
- § 2º do art. 51;

Prazo: 1º-10-92

- Incluído em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição.

36 PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 280, DE 1991

(Nº 2.715/92, na Câmara dos Deputados)

Discussão, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 280, de 1991, (nº 2.715/92, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a criação do selo comemorativo dos 160 anos da fotografia no Brasil e dá outras providências. (Mens. nº 107/92-CN)

Prazo: 10-10-92

- Incluído em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição.

37 PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 193, DE 1986

(Nº 8.342/86, na Câmara dos Deputados)

Discussão, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 193, de 1986, (nº 8.342/86, na Câmara dos Deputados), que acrescenta parágrafo ao art. 153 do Código Eleitoral, com vistas a facilitar a votação de eleitores com impedimento religioso. (Mens. nº 103/92-CN)

Prazo: 10-10-92

- Incluído em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição.

38 PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 123, DE 1991

(Nº 3.278/89, na Casa de origem)

Discussão, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 123, de 1991 (nº 3.278/89, na Casa de origem), que institucionaliza o Programa de Crédito Educativo para estudantes carentes. (Mens. nº 127/92-CN)

PARTES VETADAS:

- parágrafo único do art. 4º; e
- art. 8º.

Prazo: 5-12-92

- Incluído em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição.

39 PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 74, DE 1992

(Nº 3.133/92, na Casa de origem)

Discussão, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 1992 (nº 3.133/92, na Casa de origem), que dispõe sobre a disponibilidade finan-

ceira do fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT e dá outras providências. (Mens. nº 128/92-CN)

Partes vetadas:

- art. 5º.

Prazo: 5-12-92

- Incluído em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição.

40 PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 76, DE 1992

(Nº 3.170/92, na Casa de origem)

Discussão, em turno único, do veto parcial, aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 1992 (nº 3.170/92, na Casa de origem), que concede antecipação de reajuste de vencimentos e de soldos dos servidores civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências. (Mens. nº 129/92-CN)

Partes vetadas:

- inciso IV do art. 2º; e
- anexo XI;

Prazo: 5-12-92

- Incluído em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição.

41 PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46, DE 1992

(Nº 2.627/92, na Casa de origem)

Discussão, em turno único, do veto parcial, aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 1992 (nº 2.627/92, na Casa de origem), que altera a composição e a organização interna do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, com sede em Brasília-DF, e dá outras providências. (Mens. nº 130/92-CN)

Parte Vetada:

- art. 6º;

Prazo: 5-12-92

- Incluído em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição.

42 PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 36, DE 1992

(Nº 4.572/90, na Casa de origem)

Discussão, em turno único, do veto parcial, aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 1992 (nº 4.572/90, na Casa de origem), que organiza a Justiça Militar da União e regula o funcionamento de seus Serviços Auxiliares. (Mens. nº 131/92-CN)

Parte Vetada:

- inciso XXV do art. 9º; e
- art. 73;

Prazo: 5-12-92

- Incluído em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição.

O Sr. Arnaldo Faria de Sá — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco 1 — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, em nome dos aposentados e pensionistas dos Correios, queremos agradecer o empenho e a dedicação ao Presidente do Congresso Nacional, que colocou apenas esse veto em votação, garantindo aos aposentados e pensionistas uma justa e digna remuneração.

Parabéns, Sr. Presidente. (Palmas nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência convoca sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 20 horas e 8 minutos, com a seguinte

ORDEM DO DIA

I

MEDIDA PROVISÓRIA

— 1 —

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 310, DE 13 DE NOVEMBRO DE 1992

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 310, de 13 de novembro de 1992, que autoriza a utilização de recursos do Fundo de Marinha Mercante em favor da Companhia Lloyd Brasileiro — LLOYDBRÁS, tendo

— PARECER, proferido em Plenário, pelo Senador Valmir Campelo, pela aprovação da Medida Provisória e rejeição da emenda apresentada. (Mens/133/92-CN)

Prazo: 16-12-92

II

PROJETOS DE LEI

— 2 —

PROJETO DE LEI Nº 28, DE 1992-CN

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 28, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União, em favor do Ministério da Educação, crédito suplementar no valor de Cr\$122.077.661.000,00, para os fins que especifica. (Mens/76/92-CN)

— Dependendo de parecer a ser proferido em Plenário.

— 3 —

PROJETO DE LEI Nº 48, DE 1992-CN

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 48, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes e das Comunicações, crédito especial até o limite de Cr\$241.666.666.000,00, para os fins que especifica. (Mens/101/92-CN)

— Dependendo de parecer a ser proferido em Plenário.

— 4 —

PROJETO DE LEI Nº 68, DE 1992-CN

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 68, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União, em favor do Ministério da Educação, crédito suplementar no valor de Cr\$42.408.409.000,00, para os fins que especifica. (Mens/136/92-CN)

— Dependendo de parecer a ser proferido em Plenário.

— 5 —

PROJETO DE LEI Nº 74, DE 1992-CN

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 74, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$214.577.389.000,00, para os fins que especifica. (Mens/143/92-CN)

— Dependendo de parecer a ser proferido em Plenário.

— 6 —

PROJETO DE LEI Nº 76, DE 1992-CN

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 76, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União, em favor do Ministério da Educação, crédito suplementar no valor de Cr\$1.006.424.491.000,00, para os fins que especifica. (Mens/145/92-CN)

— Dependendo de parecer a ser proferido em Plenário.

— 7 —

PROJETO DE LEI Nº 77, DE 1992-CN

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 77, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$10.700.000.000,00, para os fins que especifica. (Mens/146/92-CN)

— Dependendo de parecer a ser proferido em Plenário.

— 8 —

PROJETO DE LEI Nº 81, DE 1992-CN

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 81, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$1.299.380.000,00, para os fins que especifica. (Mens/150/92-CN)

— Dependendo de parecer a ser proferido em Plenário.

— 9 —

PROJETO DE LEI Nº 85, DE 1992-CN

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 85, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito especial até o limite de Cr\$330.126.020.000,00, para os fins que especifica. (Mens/154/92-CN)

— Dependendo de parecer a ser proferido em Plenário.

— 10 —

PROJETO DE LEI Nº 87, DE 1992-CN

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 87, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial até o limite de Cr\$8.355.450.000,00, para os fins que especifica. (Mens/156/92-CN)

— Dependendo de parecer a ser proferido em Plenário.

— 11 —

PROJETO DE LEI Nº 91, DE 1992-CN

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 91, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União, em favor do Ministério da Educação, crédito suplementar no valor de Cr\$165.861.588.000,00, para os fins que especifica. (Mens/161/92-CN)

— Dependendo de parecer a ser proferido em Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência vai encerrar a presente sessão, convocando outra para hoje, às 20h08min, para apreciação da medida provisória referente a créditos solicitados pelo Poder Executivo. (Palmas nas galerias.)

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 4 minutos)

Ata da 64ª Sessão, em 9 de dezembro de 1992

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura

Presidência do Sr. Mauro Benevides

ÀS 20 HORAS E 8 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Afonso Camargo – Almir Gabriel – Alufzio Bezerra – Álvaro Pacheco – Amazonino Mendes – Amir Lando – Antonio Mariz – Aureo Mello – Bello Parga – Beni Veras – Carlos De'Carli – Carlos Patrocínio – César Dias – Chagas Rodrigues – Cid Saboia de Carvalho – Darcy Ribeiro – Dario Pereira – Divaldo Suruagy – Eduardo Suplicy – Elcio Álvares – Eva Blay – Gerson Camata – Guilherme Palmeira – Henrique Almeida – Humberto Lucena – Hydekell Freitas – Iram Saraiva – Irapuan Costa Júnior – Jarbas Passarinho – João Calmon – João França – João Rocha – Jonas Pinheiro – Josaphat Marinho – José Paulo Bisol – José Richa – Júlio Campos – Júnia Marise – Jutahy Magalhães – Juvêncio Dias – Lavoisier Maia – Levy Dias – Louremberg Nunes Rocha – Lourival Baptista – Luiz Alberto – Magno Bacelar – Mansueto de Lavor – Márcio Lacerda – Marco Maciel – Mário Covas – Marluce Pinto – Mauro Benevides – Meira Filho – Moisés Abrão – Nelson Carneiro – Nelson Wedekin – Ney Maranhão – Odacir Soares – Onofre Quinan – Pedro Simon – Pedro Teixeira – Rachid Saldanha Derzi – Raimundo Lira – Ronan Tito – Ruy Bacelar – Teotônio Vilela Filho – Valmir Campelo – Wilson Martins.

E OS SRS. DEPUTADOS:

RORAIMA

ALCESTE ALMEIDA
AVENIR ROSA
JOAO FAGUNDES
MARCELO LUZ
RUBEN BENTO
TERESA JUCA

BLOCO 1
PDC
PMDB
BLOCO 2
BLOCO 1
PDS

AMAPA

AROLD GOES
ERALDO TRINDADE
FATIMA PELAES
GILVAM BORGES
LOURIVAL FREITAS
MURILO PINHEIRO
VALDENOR GUEDES

PDT
BLOCO 1
BLOCO 1
PMDB
PT
BLOCO 1
BLOCO 2

PARA'

ALACID NUNES
CARLOS KAYATH

BLOCO 1
BLOCO 1

DOMINGOS JUVENIL
ELIEL RODRIGUES
GERSON PERES
GIOVANNI QUEIROZ
HERMINIO CALVINHO
HILARIO COIMERA
MARIO CHERMONT
MARIO MARTINS
NICIAS RIBEIRO
OSVALDO MELO
PAULO ROCHA
PAULO TITAN
SOCORRO GOMES
VALDIR GANZER

PMDB
PMDB
PDS
PDT
PMDB
BLOCO 1
BLOCO 2
PMDB
PMDB
PDS
PT
PMDB
PCdoB
PT

AMAZONAS

BETH AZIZE
EULER RIBEIRO
EZIO FERREIRA
JOSE DUTRA
PAUDERNEY AVELINO

PDT
PMDB
BLOCO 1
PMDB
PDC

RONDONIA

ANTONIO MORIMOTO
CARLOS CAMURCA
EDISON FIDELIS
MAURICIO CALIXTO
NOBEL MOURA
PASCOAL NOVAES
REDITARIO CASSOL

BLOCO 1
BLOCO 2
BLOCO 1
BLOCO 1
BLOCO 2
BLOCO 1
BLOCO 2

ACRE

ADELAIDE NERI
FRANCISCO DIOGENES
JOAO MAIA
JOAO TOTA
RONIVON SANTIAGO
ZILA BEZERRA

PMDB
PDS
BLOCO 2
PDS
BLOCO 1
PMDB

TOCANTINS

DERVAL DE PAIVA
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS

PMDB
PDC

PIRERE JUNIOR	BLOCO 1	IBERE FERREIRA	BLOCO 1
HAGAHUS ARAUJO	PMDB	JOAO FAUSTINO	PSDB
LEOMAR QUINTANILHA	PDC		
OSVALDO REIS	BLOCO 2	PARAIBA	
PAULO MOURAO	PDS		
MARANHAO		FRANCISCO EVANGELISTA	S/P
		IVAN BURITTY	BLOCO 1
		IVANDRO CUNHA LIMA	PMDB
CESAR BANDEIRA	BLOCO 1	JOSE LUIZ CLEROT	PMDB
CID CARVALHO	PMDB	JOSE MARANHAO	PMDB
COSTA FERREIRA	BLOCO 2	RIVALDO MEDEIROS	BLOCO 1
EDUARDO MATIAS	PDC	VITAL DO REGO	PDT
HAROLDO SABOIA	PT	ZUCA MOREIRA	PMDB
JAYME SANTANA	PSDB		
JOAO RODOLFO	PDS	PERNAMBUCO	
JOSE BURNETT	BLOCO 1		
JOSE CARLOS SABOIA	PSB	ALVARO RIBEIRO	PSB
JOSE REINALDO	BLOCO 1	FERNANDO LYRA	PDT
NAN SOUZA	BLOCO 2	GILSON MACHADO	BLOCO 1
PAULO MARINHO	BLOCO 1	INOCENCIO OLIVEIRA	BLOCO 1
RICARDO MURAD	BLOCO 1	JOAO COLACO	BLOCO 2
ROSEANA SARNEY	BLOCO 1	JOSE MENDONCA BEZERRA	BLOCO 1
		JOSE MUCIO MONTEIRO	BLOCO 1
CEARA		LUIZ PIAUHYLINO	PSB
AECIO DE BORBA	PDS	MAURILIO FERREIRA LIMA	PMDB
ANTONIO DOS SANTOS	BLOCO 1	MAVIAEL CAVALCANTI	BLOCO 1
ARIOSTO HOLANDA	PSB	MIGUEL ARRAES	PSB
CARLOS BENEVIDES	PMDB	RENILDO CALHEIROS	PCdoB
EDSON SILVA	PDT	RICARDO FIUZA	BLOCO 1
ERNANI VIANA	PSDB	ROBERTO FRANCA	PSB
GONZAGA MOTA	PMDB	ROBERTO FREIRE	PCB
JOSE LINHARES	PSDB	ROBERTO MAGALHAES	BLOCO 1
LUIZ GIRAO	PDT	SALATIEL CARVALHO	BLOCO 2
LUIZ PONTES	PSDB	WILSON CAMPOS	PMDB
MARCO PENAFORTE	PSDB	ALAGOAS	
MARIA LUIZA FONTENELE	PSB		
MAURO SAMPAIO	PSDB	AUGUSTO FARIAS	BLOCO 1
MORONI TORGAN	PSDB	CLETO FALCAO	S/P
SERGIO MACHADO	PSDB	JOSE THOMAZ NONO	PMDB
UBIRATAN AGUIAR	PMDB	MENDONCA NETO	PDT
VICENTE FIALHO	BLOCO 1	OLAVO CALHEIROS	PMDB
		VITORIO MALTA	PDS
PIAUÍ			
B. SA	BLOCO 2	SERGÍPE	
JOAO HENRIQUE	PMDB	BENEDITO DE FIGUEIREDO	S/P
MURILLO REZENDE	PMDB	CLEONANCIO FONSECA	BLOCO 1
PAULO SIEVA	PSDB	DJENAL GONCALVES	PDS
RIO GRANDE DO NORTE		EVERALDO DE OLIVEIRA	BLOCO 1
		JERONIMO REIS	BLOCO 1
FERNANDO FREIRE	PDS	JOSE TELES	PDS
FLAVIO ROCHA	PL	MESSIAS GOIS	BLOCO 1

PELÃO VALADARES**BAHIA**

ALCIDES MODESTO
ANGELO MAGALHAES
AROLDO CEDRAZ
BENITO GAMA
BERALDO BOAVENTURA
CLOVIS ASSIS
ERALDO TINOCO
FELIX MENDONCA
GEDDEL VIEIRA LIMA
GENERALDO CORREIA
HAROLDO LIMA
JAMES RIBEIRO
JAIR AZI
JAIR CARNEIRO
JAQUES WAGNER
JOAO ALMEIDA
JOAO ALVES
JONIVAL LUCAS
JORGE KHOURY
JOSE CARLOS ALELUIA
JOSE FALCAO
LEUR LOMANTO
LUIZ EDUARDO
LUIZ MOREIRA
LUIZ VIANA NETO
MANOEL CASTRO
NESTOR DUARTE
PRISCO VIANA
RIBEIRO TAVARES
SERGIO BRITO
SERGIO GAUDENZI
TOURINHO DANTAS
UBALDO DANTAS
ULDURICO PINTO
WALDIR PIRES

MINAS GERAIS

AGOSTINHO VALENTE
ALOISIO VASCONCELOS
ALVARO PEREIRA
ANNIBAL TEIXEIRA
ARACELY DE PAULA
ARMANDO COSTA
AVELINO COSTA
CELIO DE CASTRO
ELIAS MURAD
FELIPE NERI

BLOCO 2.

PT
BLOCO 1
BLOCO 1
BLOCO 1
PDT
PDT
BLOCO 1
BLOCO 1
PMDB
PMDB
PCdoB
PSDB
PDC
BLOCO 1
PT
PMDB
PDS
PDC
BLOCO 1
BLOCO 1
BLOCO 1
BLOCO 1
BLOCO 1
BLOCO 1
S/P
BLOCO 1
PMDB
PDS
PL
PDC
PDT
BLOCO 1
PSDB
PSB
PDT.

FERNANDO DINIZ

GENÉSIO BERNARDINO
GETULIO NEIVA
HUMBERTO SOUTO
IBRAHIM ABI-ACKEL
IRANI BARBOSA
ISRAEL PINHEIRO
JOAO PAULO
JOAO ROSA
JOSE GERALDO
JOSE SANTANA DE VASCONCELLOS
JOSE ULISSES DE OLIVEIRA
LAEL VARELLA
LEOPOLDO BESSONE
LUIZ TADEU LETTE
MARCOS LIMA
ODEIMO LEAO
OSMANIO PEREIRA
PAULO HESLANDER
PEDRO TASSIS
ROMEL ANISIO
SAMIR TANNUS
SANDRA STARLING
SAULO COELHO
TARCISIO DELGADO
TILDEN SANTIAGO
VITTORIO MEDIOLI
WAGNER DO NASCIMENTO
WILSON CUNHA
ZAIRE REZENDE

ESPIRITO SANTO

ALOIZIO SANTOS
ETEVALDA GRASSI DE MENEZES
JONES SANTOS NEVES
JORIO DE BARROS
NILTON BAIANO
RITA CAMATA
ROBERTO VALADAO

PMDB

PMDB
PL
BLOCO 1
PDS
PSD
PRS
PT
BLOCO 1
PMDB
BLOCO 1
PRS
BLOCO 1
BLOCO 2
PMDB
PMDB
BLOCO 1
PSDB
BLOCO 1
PMDB
BLOCO 1
PDC
PT
PSDB
PMDB
PT
PSDB
BLOCO 1
BLOCO 1
PMDB

RIO DE JANEIRO

PT
PMDB
PSDB
BLOCO 1
BLOCO 1
PMDB
PL
PSB
PSDB
PMDB

ALDIR CAERAL
ALVARO VALLE
AROLDE DE OLIVEIRA
ARTUR DA TAVOLA
BENEDITA DA SILVA
CARLOS ALBERTO CAMPISTA
CARLOS LUPI
CARLOS SANTANA
CIDINEIA CAMPOS

BLOCO 1
PL
BLOCO 1
PSDB
PT
PDT
PDT
PT
PDT

PMDB
PMDB
PSDB
BLOCO 1
PMDB
PMDB
PDS
PDC
PDC
PDC

RONALDO CAIADO	BLOCO 1	RIO GRANDE DO SUL	
VIRMONDES CRUVINEL	PMDB		
ZE GOMES DA ROCHA	BLOCO 1,	ADROALDO STRECK	PSDB
		ADYLSO MOTA	PDS
		ALDO PINTO	PDT
		AMAURY MULLER	PDT
MAIO GROSSO DO SUL		ARNO MAGARINOS	BLOCO 1
FLAVIO DERZI	BLOCO 1	CARLOS AZAMBUJA	PDS
GEORGE TAKIMOTO	BLOCO 1	CARRION JUNIOR	PDT
NELSON TRAD	BLOCO 1	CELSO BERNARDI	PDS
VALTER PEREIRA	PMDB	EDEN PEDROSO	PDT
		FERNANDO CARRION	PDS
PARANA		FETTER JUNIOR	PDS
ANTONIO BARBARA	BLOCO 1	GERMÃO RIGOTTO	PMDB
BASILIO VILLANI	PDS	HILARIO BRAUN	PMDB
CARLOS SCARPELINI	BLOCO 2	IBSEN PINHEIRO	PMDB
DELCEINO TAVARES	BLOCO 2	JORGE UEQUED	PSDB
EDESIO PASSOS	PT	JOSE FORTUNATI	PT
EDI SILIPRANDI	PDT	NELSON JOBIM	PMDB
ELIO DALLA-VECCHIA	PDT	ODACIR KLEIN	PMDB
FLAVIO ARNS	PSDB	OSVALDO BENDER	PDS
IVANIO GUERRA	BLOCO 1	PAULO PAIM	PT
JONI VARISCO	PMDB	RAUL PONT	PT
LUIZ CARLOS HAULY	BLOCO 2	TELMO KIRST	PDS
MUNHOZ DA ROCHA	PSDB	WILSON MULLER	PDT
ONAIRES MOURA	BLOCO 1		
OTTO CUNHA	BLOCO 1	O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — As listas de presença acusam o comparecimento de 68 Srs. Senadores e 382 Srs. Deputados.	
PAULO BERNARDO	PT	Há número regimental.	
PEDRO TONELLI	PT	Declaro aberta a sessão.	
PINGA FOGO DE OLIVEIRA	BLOCO 1	O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Passa-se à	
REINHOLD STEPHANES	BLOCO 1		
RENATO JOHNSON	S/P		
RUBENS BUENO	PSDB		
SAID FERREIRA	PMDB		
WERNER WANDERER	BLOCO 1		
WILSON MOREIRA	PSDB,		
SANTA CATARINA			
ANGELA AMIN	PDS		
CESAR SOUZA	BLOCO 1		
DEJANDIR DALPASQUALE	PMDB		
DERCIO KNOP	PDT		
HUGO BIEHL	PDS		
JARVIS GAIDZINSKI	PL		
LUCI CHOINACKI	PT		
NELSON MORRO	BLOCO 1		
NEUTO DE CONTO	PMDB		
ORLANDO PACHECO	BLOCO 1		
PAULO DUARTE	BLOCO 1		
RENATO VIANNA	PMDB		
RUBERVAL PILOTTO	PDS		
VASCO FURLAN	PDS		

ORDEM DO DIA

Item 1

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 310, de 13 de novembro de 1992, que autoriza a utilização de recursos do Fundo de Marinha Mercante em favor da Companhia Lloyd Brasileiro — Lloydbrás, tendo

PARECER, proferido em Plenário, pelo Senador Valmir Campelo, pela aprovação da Medida Provisória e rejeição da emenda apresentada. (Mens. nº 133/92-CN)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — À medida foi apresentada uma emenda. O parecer do Relator designado em plenário concluiu pela aprovação e pela rejeição da emenda.

Em discussão a medida provisória e a emenda. (Pausa.)
Encerrada a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Em votação a medida provisória na Câmara dos Deputados. (Pausa.)
Aprovada.

Em votação no Senado Federal. (Pausa.) Aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Passa-se à votação da emenda.

Com a palavra o nobre Senador Valmir Campelo, líder do povo brasileiro no Senado e no Congresso Nacional.

O SR. VALMIR CAMPELO (PTB — DF. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, ontem tive oportunidade de relatar a matéria. A medida provisória foi apresentada uma emenda do nobre Deputado Clóvis Assis. Reexaminando o assunto, reconsideramos e resolvemos acatar a emenda, devido ao entendimento a que se chegou, para que o valor fosse suficiente para atender à despesa necessária. De forma que colho a emenda do nobre Deputado Clóvis Assis e peço que seja levada em consideração essa nossa retificação.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — O nobre Relator Valmir Campelo reformula o seu parecer em relação à emenda, considerando-a, portanto, aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Líder Chico Vigilante.

O SR. CHICO VIGILANTE (PT — DF. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, requiro a V. Exª que seja lida a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Nobre Deputado Chico Vigilante, a emenda é a seguinte:

“Modifique-se o art. 1º, que passará a ter a seguinte redação:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a conceder, por intermédio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES, em caráter excepcional, à Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro — LLOYDBRÁS, empréstimo com recursos e risco do Fundo de Marinha Mercante, com a finalidade exclusiva de liberação e a armação de embarcações objeto de arresto no exterior, bem como saldar dívidas cuja inadimplência possa determinar novos impedimentos operacionais à Companhia, no montante de até Cr\$ 250.000.000.000,00 (duzentos e cinquenta bilhões de cruzeiros)”.

Esse é o teor da emenda, que a Presidência fez questão de ler, na eventual ausência do diligente Secretário, Deputado Inocêncio Oliveira.

O SR. CHICO VIGILANTE — Sr. Presidente, estou satisfeito com a leitura e desejo indagar do Líder do Governo e que S. Exª acha da emenda, pois parece-me que ela aumenta o valor anterior, de 113 bilhões de cruzeiros, para 250 bilhões de cruzeiros. É para que não haja dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência não vê o Líder do Governo no plenário neste instante. Não sei se há algum Vice-Líder, mas, ao que sei, quase todos os partidos, se não todos, estão apoiando o atual Governo. Algum Líder de outra bancada, portanto, poderá se arvorar em Líder do Governo e oferecer ao Deputado Chico Vigilante os esclarecimentos reclamados.

O Sr. Vital do Rêgo — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. VITAL DO RÊGO (PDT — PB. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, tenho a impressão e alimento a melhor expectativa de que ao Partido dos Trabalhadores e particularmente ao exercício de sua Liderança nesta sessão do Congresso Nacional desinteressa o sacrifício maior do Lloyd Brasileiro. O Governo Itamar Franco está mandando uma medida provisória em socorro do patrimônio brasileiro arrestado no exterior. E nós, aqui no Congresso Nacional, estamos acudindo a esse chamamento da própria União e cumprindo com os nossos deveres parlamentares, no sentido de que este socorro seja dado em tempo hábil.

Por estas razões, confiado no discernimento e na sobranceira orientação do Partido dos Trabalhadores, fazemos votos de que o Deputado Chico Vigilante não obstaculize o trânsito de apoio à pretensão que hoje é menos do Governo do que da própria Nação brasileira. O Lloyd é um patrimônio nacional, Sr. Presidente.

O Sr. João Paulo — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. JOÃO PAULO (PT — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, é preciso que esta Casa conheça com profundidade a situação do Lloyd Brasileiro. Não podemos aceitar que vultosa quantia seja destinada a solucionar a questão financeira da companhia. Podemos aceitar a destinação de verbas necessárias à liberação dos navios brasileiros arrestados, mas nada além disso.

O Sr. Carlos Lupi — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. CARLOS LUPI (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para lembrar ao nosso companheiro do PT que a medida provisória já está desatualizada quanto ao montante da dívida, devido ao tempo decorrido após sua edição. Lembro também ao Sr. Deputado que os recursos destinados ao Lloyd Brasileiro são necessários para que ele tenha condições de operar nas melhores linhas, hoje operadas pelas empresas multinacionais.

Quero deixar claro nesta tribuna que o PT está assumindo uma posição contrária ao Lloyd Brasileiro e favorecendo as multinacionais da área de navegação.

O Sr. Vivaldo Barbosa — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. VIVALDO BARBOSA (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, todos nós conhecemos o elevado espírito público do Deputado João Paulo, Parlamentar dedicado às causas nacionais e membro da direção da Frente Parlamentarista Nacional. S. Exª tem dado contribuições relevantes à Nação, para que ela encontre melhores rumos e melhores momentos.

Permito-me apenas esclarecer ao nobre colega que a emenda do Deputado Clóvis Assis destina quantia maior de recursos ao Lloyd, para que ele possa satisfazer as suas prementes necessidades. Desde a edição da medida provisória, não foi liberada qualquer importância, e a quantia destinada

inicialmente ao Lloyd já perdeu muito do seu valor e não atende mais às suas atuais necessidades. A emenda do Deputado Clóvis Assis apenas atualiza o valor necessário ao atendimento das necessidades básicas.

Tenho certeza de que, com esses esclarecimentos, o nobre Deputado João Paulo, cujo espírito público é reconhecido por esta Casa, há de reconhecer que o Lloyd necessita, para sua sobrevivência, o aporte de recursos, sem o que sucumbirá efetivamente às enormes pressões que vem sofrendo.

Faço um apelo ao Deputado João Paulo, em nome de nossas lutas comuns nesta Casa e em nome das lutas nacionalistas, para que permita que o Lloyd brasileiro possa receber esses recursos e, assim, continuar atuando em nome da defesa dos interesses nacionais.

O Sr. João Paulo — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — Tem V. Exª a palavra.

O SR. JOÃO PAULO (PT — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, segundo a informação que tenho, o valor constante da emenda é muito superior ao referente ao arresto de navios.

É preciso que conheçamos melhor esta matéria, para votarmos com consciência. Se houver esclarecimento, votaremos favoravelmente. Mas, até o momento, paira uma dúvida, e a situação do Lloyd é delicada. Não podemos endossar tudo o que for destinado à companhia.

Peço a V. Exª que adie a votação desta matéria por pelo menos 24 horas.

O Sr. Carlos Lupi — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. CARLOS LUPI (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, quero apenas esclarecer aos nobres companheiros que questionaram o valor a ser liberado para o Lloyd Brasileiro que, a cada dia que se protela essa decisão, há um prejuízo de mais de 500 mil dólares para os cofres públicos.

O que se pretende com a emenda é apenas atualizar o valor destinado ao Lloyd na medida provisória, para que a companhia possa ter condições de operar as linhas que hoje estão sendo operadas exclusivamente por empresas americanas. Cada dia de paralisação dos navios representa um prejuízo de pelo menos 500 mil dólares.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência administrará os apartes, já que quatro microfones estão sendo utilizados simultaneamente. A Presidência não está familiarizada com o uso de tantos microfones e tentará habituar-se a essa nova sistemática, inovação do grande Presidente Ibsen Pinheiro.

O Sr. Chico Vigilante — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. CHICO VIGILANTE (PT — DF. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, fiz uma indagação à Liderança do Governo sobre a quantia necessária para o Lloyd. Não estou questionando a importância ou não constante da emenda do Deputado Clóvis Assis. Não estou colocando a emenda

sob suspeição. Mas é preciso que a Liderança do Governo especifique o valor efetivamente necessário ao Lloyd.

É esse o questionamento que faço, e desejo que o Deputado Ubiratan Aguiar, no exercício da Liderança do Governo, nos explique isso, porque não estou disposto a autorizar que recursos que poderiam ser aplicados em saúde e em educação sejam destinados ao Lloyd.

O Sr. Clóvis Assis — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. CLÓVIS ASSIS (PDT — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, os navios brasileiros estão presos, arrestados no exterior. É preciso que se pague a dívida. E a dívida é em dólar, enquanto que o valor dos recursos pedidos pelo Governo há quatro meses é em cruzeiros. Apenas fizemos a atualização do dólar nesse período. O dinheiro é do Fundo da Marinha Mercante e não pode ser aplicado em outra coisa a não ser nessas circunstâncias.

Era o que tinha a dizer.

A Srª Cidinha Campos — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem V. Exª a palavra.

A SRA. CIDINHA CAMPOS (PDT — RJ. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, quero esclarecer aos companheiros do PT o que disse o Deputado Clóvis Assis. Os recursos já deveriam ter sido liberados há muito tempo, para socorrer o Lloyd. O BNDES, no entanto, reteve as verbas, cujo valor se desvalorizou, e a dívida aumentou. Trata-se apenas de uma correção. O Fundo da Marinha Mercante tem sido utilizado pelas empresas privadas em detrimento da empresa estatal. O que se pretende fazer neste momento é restabelecer o que dita a lei, dando ao Lloyd oportunidade de voltar a navegar sob a bandeira do Brasil.

O Sr. Moroni Torgan — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. MORONI TORGAN (PSDB — CE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PSDB deseja saber se o montante de recursos a serem liberados é exatamente igual ao montante da dívida do Lloyd no exterior. É a única dúvida que resta quanto a essa questão. Se for igual, votaremos favoravelmente; se não for, votaremos contra.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Portanto, a opinião do nobre Líder em exercício do PSDB, Moroni Torgan, e no sentido de que se esclareça se a dívida é maior ou menor do que a quantia pleiteada.

O Sr. Genebaldo Correia — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. GENEBALDO CORREIA (PMDB — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, desejo fazer a seguinte ponderação: a emenda é autorizativa. Ela autoriza o Poder Executivo a conceder o empréstimo no montante de até 250

bilhões de cruzeiros. Este é o limite máximo. Portanto, a operação ficará a cargo do banco e de quem vai tomar o empréstimo.

O PMDB é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência indaga do nobre Deputado Chico Vigilante se mantém as ponderações anteriores e se o Deputado João Paulo também deseja o sobrestamento de apreciação da matéria.

O SR. CHICO VIGILANTE (PT — DF. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, conversei há pouco com o Líder do Governo. Na verdade, a Liderança do Governo não sabe qual é o montante de recursos necessários. Esta sendo feita uma análise sobre isso. Mesmo sendo autorizativa, sugiro que essa matéria seja votada amanhã, à luz do que o Governo apresentar.

Não estou disposto a votar favoravelmente, sem saber se os recursos solicitados são realmente necessários ao Lloyd.

O Sr. Vivaldo Barbosa — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. VIVALDO BARBOSA (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, faço ainda um último apelo à Liderança do PT, que está escudando-se na atitude do Governo. Sabemos muito bem que o Governo não é integrado por aqueles que defendem o patrimônio público, o patrimônio nacional.

O PT tem sido, em alguns momentos, nosso parceiro na defesa do patrimônio público, contra a atitude do Governo. Peço agora que o PT se some a nós, a todas as forças nacionalistas desta Casa, a todas as forças que estão querendo salvar um patrimônio público, independentemente das falhas do Governo.

Devemos agora ter em mente — é o apelo que faço ao Deputado Chico Vigilante — a salvação do Lloyd, um patrimônio público que está degradando-se a cada dia que passa. Se não propiciarmos esse aporte de recursos à companhia, daqui a pouco ela não terá mais salvação.

Se adiarmos a votação para amanhã, poderá não haver quorum, e aí perderemos a oportunidade de salvar o Lloyd. Não nos interessa muito a posição do Governo; interessa-nos a salvação da estatal, que transcende a posição política, os equívocos, os erros e as ineficiências que o Governo tem demonstrado na defesa do patrimônio público.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência indaga uma vez mais ao nobre Deputado Chico Vigilante se mantém sua posição. A apreciação desta matéria hoje depende exclusivamente, pelo número reduzido de Parlamentares, da aquiescência ou não de S. Exª Se S. Exª mantiver a sua solicitação, efetivamente a apreciação será transferida para outra oportunidade.

O SR. CHICO VIGILANTE (PT — DF. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, além de querer salvar o Lloyd, nós, do PT, queremos salvar o Brasil. Acho que esse é o objetivo de todos os cidadãos e Congressistas. Nós, do PT, vamos votar favoravelmente, mas que fique registrado que é pela última vez. Daqui para a frente, passaremos a praticar o ato salutar de receber as informações relativas às despesas do Governo e de quanto ele precisa. Os Deputados que apresentarem emendas também devem fornecer dados que informem

os valores de que precisam efetivamente, para que passemos a votar com transparência, para que percebamos com clareza o que se está votando, porque a maioria queria votar uma emenda que nem sequer havia sido lida. Felizmente V. Exª, Sr. Presidente, atendeu ao nosso pedido. Por isso, quero parabenizá-lo por ter lido a emenda. Acho que isso é importante. O Congresso Nacional deve ser transparente, e queremos que essa transparência aconteça hoje e sempre.

Vamos votar a favor da emenda, mas que fique registrado que será a última vez que aceitaremos esse tipo de apelo.

O Sr. Ubiratan Aguiar — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. UBIRATAN AGUIAR (PMDB — CE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a Liderança do Governo na Câmara ouviu o pronunciamento dos companheiros dos diversos partidos enquanto lia, na íntegra, o texto da emenda autorizativa do Deputado Clóvis Assis. O limite de 250 milhões — como explicou o companheiro — corrige aquele valor anteriormente fixado na medida provisória, razão pela qual não vemos por que não votar favoravelmente à emenda apresentada.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Com os esclarecimentos da Liderança do Governo, representada pelo Vice-Líder Ubiratan Aguiar, e com a manifestação anterior do Vice-Líder do PT, Deputado Chico Vigilante, que mostra que o seu nome tem realmente muito a ver com sua marcante atuação parlamentar nesta Casa, vamos submeter a emenda à votação.

Em votação na Câmara. (Pausa.) Aprovada, contra o voto do Deputado João Paulo.

Em votação no Senado Federal. (Pausa.) Aprovada.

À Comissão mista para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Sobre a mesa a redação final.

É lido o seguinte

PARECER Nº 70, DE 1992-CN

De Plenário, sobre a Medida Provisória nº 310, de 13 de novembro de 1992, que “autoriza a utilização de recursos do Fundo da Marinha Mercante em favor da Companhia Lloyd Brasileiro — LLOYDBRÁS”.

Relator: Senador Valmir Campelo

O Relator designado em Plenário para examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 310, de 13 de novembro de 1992, que “autoriza a utilização de recursos do Fundo da Marinha Mercante em favor da Companhia Lloyd Brasileiro — LLOYDBRÁS”, apresenta, em anexo, a Redação Final do texto aprovado da supramencionada proposição, na forma de Projeto de Lei de Conversão nº 6, de 1992.

Sala das Comissões, 9 de dezembro de 1992. — **Valmir Campelo, Relator.**

Autoriza a utilização de recursos do Fundo de Marinha Mercante em favor da Companhia Lloyd Brasileiro — LLOYDBRÁS.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a conceder, por intermédio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES, em caráter excepcional, à Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro — LLOYDBRÁS, empréstimo com recursos e risco do Fundo de Marinha Mercante, com a finalidade exclusiva de liberação e a armação de embarcações objeto de arresto no exterior, bem como saldar dívidas cuja inadimplência possa determinar novos impedimentos operacionais à Companhia, no montante de até Cr\$250.000.000.000,00 (duzentos e cinquenta bilhões de cruzeiros).

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — O Relator designado em plenário para examinar e emitir parecer à medida provisória que autoriza utilização de recursos do Fundo de Marinha Mercante em favor da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro-LLOYDBRÁS, apresenta anexa a redação final do texto aprovado e da supramencionada proposição, na forma de projeto de lei de conversão nº 6, de 1992.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Encerrada a discussão.

Em votação a redação final na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam, como se encontram. (Pausa.) Aprovada.

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovada.

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovada.

A matéria vai à sanção presidencial.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Item 2 da pauta.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 28, de 1992- CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União, em favor do Ministério da Educação, crédito suplementar no valor de Cr\$122.077.661.000,00, para os fins que especifica. (Mensagem nº 76/92-CN.)

— Dependendo de parecer a ser proferido em Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Ao projeto foram apresentadas 105 emendas, que dependem de parecer a ser proferido em plenário.

O Sr. Genebaldo Correia — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. GENEBALDO CORREIA (PMDB — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, tivemos hoje uma reunião com representantes de todos os partidos, para discutir essa questão dos créditos adicionais, e, de comum acordo, marcamos uma reunião para amanhã, às 10 horas, na Comissão de Orçamento, para fazer um exame daqueles pedidos de crédito que têm consenso e daqueles que merecem uma discussão mais aprofundada.

Portanto, peço a V. Exª, desde que haja comum acordo das demais Lideranças, que adie a votação dos projetos referentes a pedidos de crédito para amanhã, quando já poderemos ter chegado a um entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Nobre Líder Genebaldo Correia, não é intenção da Mesa convocar sessão do Congresso para amanhã, mas para a próxima terça-feira.

O Sr. Élio Dalla-Vecchia — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. ÉLIO DALLA-VECCHIA (PDT — PR. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, realmente houve um entendimento no sentido de discutir os créditos amanhã às 10h, e posteriormente, às 15h, encaminhar a votação. Mas a nossa preferência é no sentido de que se vote a matéria na própria Comissão Mista de Orçamento.

O Sr. Moroni Torgan — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. MORONI TORGAN (PSDB — CE. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, o PSDB ratifica o acordo e solicita que a votação seja transferida para a próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência apenas esclarece aos Srs. Deputados que o dia 15 de dezembro é a data prevista para o término da sessão legislativa.

O Sr. Chico Vigilante — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. CHICO VIGILANTE (PT — DF. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PT concorda com o adiamento.

O Sr. Élio Dalla-Vechia — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. ÉLIO DALLA-VECCHIA (PDT — PR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PDT concorda com o adiamento.

O Sr. João Paulo — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. JOÃO PAULO (PT — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, ano a ano somos envolvidos pelo Poder Executivo em uma parafernália de créditos suplementares a serem votados. Isso, é um absurdo. Este Congresso não pode continuar aceitando tal procedimento. O Governo subestima suas receitas, contingencia o Orçamento e depois nos acumula de créditos suplementares. Isso é um desrespeito a esta Casa. Não podemos mais nos submeter a isso.

Na semana passada, levantei na sessão do Congresso uma questão de ordem a respeito dos prazos a serem abertos para

apresentação de emendas, e V. Exª abriu um prazo de dois dias. Eu estava com o requerimento pronto para ser encaminhado na sessão de terça-feira e resolvi não fazê-lo. Os prazos abertos por V. Exª foram irregulares. Após a publicação dos avulsos, haverá de ser aberto prazo de oito dias. Os prazos deverão prevalecer por oito dias, e os Projetos de Lei de nº 70 a 91 não obedeceram ao Regimento.

Sr. Presidente, a posição do nosso partido, doravante, na votação de projetos de lei de autorização de créditos suplementares que não seguirem a tramitação regular, é pedirmos verificação de **quorum**.

Estou recebendo a notícia de que estão chegando a esta Casa vários outros projetos de lei, justamente no apagar das luzes deste ano legislativo. Repudiamos esse tipo de comportamento do Executivo e não admitiremos mais tal procedimento.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Nobre Deputado João Paulo, V. Exª pode ouvir a Presidência?

V. Exª, nas suas considerações, advertiu a Mesa sobre a tramitação dos projetos de créditos suplementares enviados a esta Casa pelo Poder Executivo. Antecipando-me à manifestação de V. Exª, eu já havia recomendado que os respectivos projetos fossem submetidos à Secretaria-Geral, depois de remetidos pela Comissão de Orçamento os planos plurianuais.

A Mesa disciplina a inclusão dessa matéria na Ordem do Dia, para não votarmos atabalhoadamente um número excessivo de projetos, o que transforma as votações num ato de irresponsabilidade. Como Presidente desta Casa, não conviverei com sistemática dessa natureza.

Portanto, agradeço a V. Exª a advertência que faz e, a partir de amanhã, qualquer providência da Mesa nesse sentido será para disciplinar o número de proposições a serem examinadas no âmbito do Congresso Nacional, a fim de que não haja aqui uma dadivosa distribuição de recursos do Tesouro Nacional.

O SR. JOÃO PAULO — Reitero minha confiança na direção desta Casa.

Sr. Genebaldo Correia — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. GENEBALDO CORREIA (PMDB — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, quando pedi a V. Exª o adiamento da votação dos projetos de abertura de créditos adicionais, imaginei que tivéssemos dificuldades para votar essa matéria antes de concluir os entendimentos entre os partidos iniciados hoje pela manhã, que prosseguirão amanhã na Comissão de Orçamento.

Entretanto, Sr. Presidente, entre esses, existem três pedidos de créditos suplementares que atendem a compromissos externos na área do Ministério das Relações Exteriores. Sobre isso há consenso de todos os partidos.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — nobre Deputado Genebaldo Correia, permita-me interrompê-lo. Realmente o Ministro das Relações Exteriores fez um apelo dramático, patético até, no sentido de que se aprovassem esses créditos. Mas a própria bancada do partido a que S. Exª o Ministro pertence no Senado, através do nobre Líder Moroni Torgan, se especificar essa matéria, embargou a apreciação das matérias restantes. Portanto, quero que V. Exª fique certo...

O SR. GENEBALDO CORREIA — O meu desejo é fazer o registro, se V. Exª me permite. O PMDB é absolutamente a favor de que se votem esses créditos na sessão de hoje, visto que não estão eles incluídos entre aqueles que serão destacados pelos partidos.

O PMDB apóia e aprova a votação, por se tratar de interesse do País no exterior. Caso não sejam aprovados, até mesmo a nossa representação na ONU, Organização das Nações Unidas, estará comprometida.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência, diante das ponderações do Líder Genebaldo Correia, consulta o Líder Moroni Torgan, que formulou da tribuna o pensamento da sua bancada. O nobre Líder do PSDB entende que devam ser votadas as proposições de interesse do Ministério das Relações Exteriores?

O SR. CHICO VIGILANTE — Sr. Presidente, antes de V. Exª autorizar o Deputado Moroni Torgan a ocupar a tribuna, eu havia pedido a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Nobre Deputado Chico Vigilante, a decisão da Mesa praticamente exige a manifestação do PSDB.

O SR. CHICO VIGILANTE (PT — DF. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, quero dizer que nós, da bancada do Partido dos Trabalhadores, mesmo com a advertência feita pelo Deputado João Paulo, membro do nosso partido, estamos de acordo, pois houve um entendimento das Lideranças no sentido de votarmos esses três pedidos de créditos, inclusive o do Ministério das Relações Exteriores.

O Partido dos Trabalhadores concorda com a votação dos três créditos no dia de hoje. Faço um apelo ao Líder do PSDB, Deputado Moroni Torgan, no sentido de que se some às demais Lideranças, a fim de votarmos o pedido de crédito do Ministério das Relações Exteriores, para que possamos cumprir com nossos compromissos na ONU.

O Sr. Luís Eduardo — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Nobre Líder Luís Eduardo, estamos esperando a manifestação do Líder do PSDB, Deputado Moroni Torgan, para saber se S. Exª concorda ou não, pois a esta altura dos nossos trabalhos, se não houver concordância, não haverá votação. Isso até mesmo com a finalidade de resguardar a autoridade da Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Moroni Torgan.

O SR. MORONI TORGAN (PSDB — CE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, encontramos-nos numa situação delicada: cobramos muita transparência, especialmente da Comissão de Orçamento, pois queremos que todos os projetos relativos ao Orçamento passem por ela. Seria injusto, a nosso ver, liberarmos verbas para um Ministério ocupado por um Senador do PSDB, sob pena de virmos a ser cobrados por aquilo que estamos cobrando dos outros, e isso é algo que não desejamos.

Portanto, se todos os partidos concordarem com essa liberação, o PSDB também aceita, com a ressalva de que o faz devido a uma concordância existente na Casa.

O Sr. Luís Eduardo — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. LUÍS EDUARDO (Bloco 1 — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, faço um apelo ao Deputado Moroni Torgan. Em primeiro lugar, o Ministro das Relações Exteriores, embora filiado ao PSDB, representa os interesses do Brasil no exterior. Não é pelo fato de S. Exª estar filiado ao PSDB que vamos deixar de honrar nossos compromissos externos, prejudicando o País nas Nações Unidas.

Em segundo lugar, o próprio Deputado José Serra assinou conosco esse requerimento de urgência urgentíssima, para, votado na sessão, viabilizar esse pagamento. Se o Deputado Moroni Torgan inviabilizar o pagamento, certamente o prejudicado não será o Ministro do PSDB nem o Ministro Fernando Henrique Cardoso, mas, sim, o País. Consequentemente vamos fazer um apelo a S. Exª para que concorde com a votação.

A Sra. Roseana Sarney — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem V. Exª a palavra.

A SRA. ROSEANA SARNEY (Bloco 1 — MA. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, pela Liderança do Governo faço um apelo a todos os partidos, inclusive ao PSDB, para que votem hoje esses créditos, porque deles estamos necessitando. Além disso, há um acordo entre todas as Lideranças. Acho que não haverá problema, já que os Líderes de todos os partidos assinaram o documento.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Portanto, qual é a manifestação conclusiva das Lideranças? A Presidência deseja ouvir a manifestação do nobre Líder Moroni Torgan, para que os Anais registrem o seu pronunciamento.

O SR. MORONI TORGAN (PSDB — CE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, com a ressalva anteriormente feita, se todos os partidos são unânimes, nós também concordamos.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Há algum partido contrário a essa manifestação? (Pausa.)

A Presidência constata que há unanimidade no Plenário no sentido da apreciação dos créditos.

O Sr. João Paulo — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. JOÃO PAULO (PT — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, quero deixar registrado nos Anais da Casa o meu protesto. Se o Executivo necessita, em tempo hábil, da aprovação de um crédito suplementar, que ele o faça tempestivamente, porque não nos agrada sermos atropelados com aprovação desta natureza.

Espero que V. Exª impeça que votações desse tipo venham a repetir-se aqui.

O Sr. Hélio Dalla-Vecchia — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. ÉLIO DALLA-VECCHIA (PDT — PR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PDT concorda com a votação dos Projetos de Lei de nºs 74, 77 e 85.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência, ante as manifestações feitas, inclusive a do nobre Líder João Paulo, passa ao item 5 da pauta.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 74, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$ 214.577.389.000,00, para os fins que especifica. (Mens. nº 143/92-CN)

— Dependendo de parecer a ser proferido em Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Não foram apresentadas emendas ao projeto, que depende de parecer, a ser oferecido em plenário.

A Presidência concede a palavra ao nobre Deputado Antônio de Jesus, para emitir parecer sobre a matéria.

O SR. ANTÔNIO DE JESUS (PMDB — GO. Para emitir parecer.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

I — Relatório

O Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, no exercício da Presidência da República, com fulcro no art. 61, § 1º, inciso II, alínea "b", da Constituição Federal, e por intermédio da Mensagem nº 143, de 1992-CN (nº 744/92, na origem), submete à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei que "Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$ 214.577.389.000,00, para os fins que especifica.

Referido crédito em favor do Ministério das Relações Exteriores, destina-se, segundo informa a Exposição de Motivos nº 36, de 20-11-92, do Senhor Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República, a atender despesas com pessoal e encargos sociais, inclusive aquelas relativas do pessoal técnico e administrativo contratado no exterior, bem como despesas de manutenção.

Esclarece também o Senhor Ministro, em sua Exposição de Motivos, que a aprovação, por parte do Congresso Nacional, do crédito ora pleiteado, se faz necessária em razão de os valores solicitados.

Conforme programação demonstrada no Anexo II do projeto sob análise, as despesas decorrentes da presente solicitação serão integralmente atendidas com o cancelamento parcial de dotações do próprio órgão.

II — Voto do Relator

Não foram apresentadas emendas ao Projeto de Lei nº 74. Do exame da proposição, verificamos que a iniciativa do Poder Executivo, ao pretender remanejar dotações para permitir o pagamento de despesas com pessoal, não contraria a dispositivos constitucionais ou legais pertinentes, nem a programação financeira do exercício; é compatível com as prioridades do Plano Plurianual e não incide nas vedações expressas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Pelo exposto, somos favoráveis a aprovação do Projeto de Lei nº 74, de 1992 — CN, na forma proposta pelo Poder Executivo.

A matéria vai à sanção presidencial.

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$ 214.577.389.000,00, para os fins que especifica.

Brasília.

CHS 1 0/00 00

CREDITO SUPPLEMENTAR

REQUERIDOS DE TODAS LAS FOMIAS E TRANSFERENCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSAL E SOCIAIS	JUROS E ENC DA DÍVIA	OUTRAS DESP CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIA	OUTRAS DESP DE CAPITAL
RELAÇÕES EXTERIORES		212 177 389	28 000 000		184 177 389				
ADMINISTRAÇÃO		2 300 000			2 300 000				
ADMINISTRAÇÃO GERAL		2 300 000			2 300 000				
12 007 0021 2008		2 300 000			2 300 000				
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS									
PROVER O APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA, ATRAVÉS DA COORDENAÇÃO, SUPERVISÃO E CONTROLE ALÉM DE PRESTAR APOIO LOGÍSTICO AS ATIVIDADES-FIN									
12 007 0021 2008 0011	FISCAL	2 300 000			2 300 000				
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS									
POLÍTICA EXTERIOR		209 877 389	28 000 000		181 877 389				
ADMINISTRAÇÃO GERAL		4 500 000			4 500 000				
12 072 0021 2018		1 500 000			1 500 000				
SERVIÇOS POSTAIS E DE TELECOMUNICAÇÕES									
ASSEGURAR A COMUNICAÇÃO E O FLUXO DE INFORMAÇÕES DE SUPORTE AS DECISÕES, EM TODOS OS NÍVEIS									
12 072 0021 2018 0001	FISCAL	1 500 000			1 500 000				
MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS POSTAIS E DE TELECOMUNICAÇÕES									
12 072 0021-2019		3 000 000			3 000 000				
SERVIÇOS DE DOCUMENTAÇÃO E COMUNICAÇÕES									
GUARDAR CONSERVAR E DISTRIBUIR DOCUMENTOS, PUBLICAÇÕES, PERIÓDICOS, IMPRESSOS E LIVROS									
- DOCUMENTO CLASSIFICADO GUARDADO (INQ/DOCUMENTO) * 1 500									
- DOCUMENTO MICROFILMADO (INQ/DOCUMENTO) * 3 000									
- LIVRO E DOCUMENTO PUBLICADO (EXEMPLAR) * 1 200 000									
- MATA DIPLOMÁTICA EXPEDIDA E RECEBIDA (UNID) * 11 000									
12 072 0021 2019 0001	FISCAL	3 000 000			3 000 000				
MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE DOCUMENTAÇÃO E COMUNICAÇÃO									
- DOCUMENTO CLASSIFICADO GUARDADO (INQ/DOCUMENTO) * 1 500									
- DOCUMENTO MICROFILMADO (INQ/DOCUMENTO) * 3 000									
- LIVRO E DOCUMENTO PUBLICADO (EXEMPLAR) * 1 200 000									
- MATA DIPLOMÁTICA EXPEDIDA E RECEBIDA (UNID) * 11 000									
ESTUDOS E PESQUISAS ECONÔMICAS-SOCIAIS		630 000			630 000				
12 072 0048 2007		630 000			630 000				
NEGOCIAÇÕES COMERCIAIS, ECONÔMICAS FINANCEIRAS E TÉCNICAS									
PROVER AS AÇÕES NO PLANO BILATERAL E MULTILATERAL PARA VIABILIZAR O INTERESSE BRASILEIRO NAS ÁREAS ECONÔMICA, COMERCIAL, FINANCEIRA, TÉCNICA E TECNOLÓGICA									
- INFORMAÇÃO REALIZADA E RETRANSMITIDA (UNIDADE) * 1 100									
- RESERVA ECONÔMICA EDIT PUBLIC E DISTRIB (UNID) * 12									
12 072 0048 2007 0001	FISCAL	630 000			630 000				
MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICAS									
- INFORMAÇÃO REALIZADA E RETRANSMITIDA (UNIDADE) * 1 100									
- RESERVA ECONÔMICA EDIT PUBLIC E DISTRIB (UNID) * 12									
DIFUSÃO CULTURAL		2 128 000			2 128 000				
12 072 0047 2009		2 128 000			2 128 000				
INTERCÂMBIO CULTURAL									
DESENVOLVER E AMPLIAR A COOPERAÇÃO CULTURAL DO BRASIL COM OUTROS PAÍSES, REALIZANDO PROJETOS COMUNITÁRIOS DE PROMOÇÃO E INTERCÂMBIO CULTURAIS									
- CENTRO DE ESTUDO BRASILEIRO MANTIDO (UNIDADE) * 30									
- MISSÃO CULTURAL DE DIVULGAÇÃO REALIZADA (UNID) * 5									
- PROGRAMA CULTURAL BILATERAL REALIZ (PROGRAMA) * 10									
12 072 0247 2009 0001	FISCAL	2 128 000			2 128 000				
INTERCÂMBIO CULTURAL									
- CENTRO DE ESTUDO BRASILEIRO MANTIDO (UNIDADE) * 30									
- MISSÃO CULTURAL DE DIVULGAÇÃO REALIZADA (UNID) * 5									
- PROGRAMA CULTURAL BILATERAL REALIZ (PROGRAMA) * 10									
RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS		200 993 324	28 000 000		172 993 324				
12 072 0410 2000		100 993 324	28 000 000		72 993 324				
EXECUÇÃO DA POLÍTICA EXTERIOR									
ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO E A OPERACIONALIDADE DA REDE DE POSTOS NO EXTERIOR - GARANTIR A PROTEÇÃO SAÚDE DE SEUS FUNCIONÁRIOS E SERVIDORES E DEFENDER OS INTERESSES DE PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS BRASILEIRAS									
- CONFERÊNCIAS E CONFERÊNCIA REALIZADO (UNIDADE) * 240									
- EMBAIXADA E REPART CONSULAR MANTIDA (UNIDADE) * 167									
- SERVIÇO MANTIDO (PESSOA) * 800									
12 072 0410 2000 0001	FISCAL	100 442 119	28 000 000		100 442 119				
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE POLÍTICA EXTERIOR									
- CONFERÊNCIAS E CONFERÊNCIA REALIZADO (UNIDADE) * 240									
- EMBAIXADA E REPART CONSULAR MANTIDA (UNIDADE) * 167									
- SERVIÇO MANTIDO (PESSOA) * 800									

38000 - MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
35101 - MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

CPB 1 000 00

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
12 072 0410 2000 0003 PESSOAL ADMINISTRATIVO E TÉCNICO LOCAL NO EXTERIOR	FISCAL	71 951 205			71 951 205				
12 072 0410 2001 MANUTENÇÃO DO CERIMONIAL		1 000 000			1 000 000				
FORNECER APOIO LOGÍSTICO AS VIAGENS OFICIAIS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA E DOS MINISTROS DE ESTADO AO EXTERIOR, ASSIM COMO ORGANIZAR O RECORRIMENTO DE GONATÁRIOS ESTRANGEIROS AO BRASIL									
- VIAGEM OFICIAL AO EXTERIOR (UNIDADE) * 6									
- VISITAS DE GONATÁRIOS ESTRANGEIROS (UNIDADE) * 50									
12 072 0410 2001 0001 MANUTENÇÃO DO CERIMONIAL	FISCAL	1 000 000			1 000 000				
- VIAGEM OFICIAL AO EXTERIOR (UNIDADE) * 6									
- VISITAS DE GONATÁRIOS ESTRANGEIROS (UNIDADE) * 50									
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL		1 619 000			1 619 000				
12 072 0411 2000 COOPERAÇÃO EXTERNA PARA O DESENVOLVIMENTO		1 619 000			1 619 000				
DESENVOLVER, APROFUNDAR E NEGOCIAR A NÍVEL POLÍTICO MECANISMOS E INSTRUMENTOS INTERNACIONAIS DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO E VIABILIZAR A DIFUSÃO DAS TÉCNICAS BRASILEIRAS APLICÁVEIS A PAÍSES EM VIAS DE DESENVOLVIMENTO									
- BOLSA CONCESSION (BOLSA) * 210									
- MISSÃO TÉCNICA AO EXTERIOR REALIZADA (UNIDADE) * 30									
- MISSÃO TÉCNICA ESTRANGEIRA RECEBIDA (UNIDADE) * 40									
12 072 0411 2000 0001 COOPERAÇÃO EDUCACIONAL E TÉCNICA	FISCAL	1 619 000			1 619 000				
- BOLSA CONCESSION (BOLSA) * 210									
- MISSÃO TÉCNICA AO EXTERIOR REALIZADA (UNIDADE) * 30									
- MISSÃO TÉCNICA ESTRANGEIRA RECEBIDA (UNIDADE) * 40									
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA		1 400 000			1 400 000				
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR		1 400 000			1 400 000				
ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL		1 400 000			1 400 000				
18 078 0488 4089 PRESTAÇÃO DE BENEFÍCIOS AO SERVIDOR PÚBLICO		1 400 000			1 400 000				
PROPORCIONAR AOS SERVIDORES PÚBLICOS O RECEBIMENTO DOS AUXÍLIOS REFERENTES AO VALE-TRANSPORTE E VALE-REFEIÇÃO, A EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR EM REGIME DE CRECHE PARA SEUS FILHOS ALÉM DE OUTROS BENEFÍCIOS SOCIAIS ESTABELECIDOS									
EM LEGISLAÇÃO PRÓPRIA									
18 078 0488 4089 0003 CONCESSÃO DE VALE-TRANSPORTE	FISCAL	650 000			650 000				
18 078 0488 4089 0004 AUXÍLIO-REFEIÇÃO	FISCAL	750 000			750 000				
TOTAL FISCAL		213 577 369	28 000 000		189 577 369				

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

35000 - MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
35102 - ENTIDADES SUPERVISIONADAS

CPB 1 000 00

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
RELAÇÕES EXTERIORES		901 000			901 000				
ADMINISTRAÇÃO		516 000			516 000				
ADMINISTRAÇÃO GERAL		516 000			516 000				
12 007 0021 2000 ATIVIDADES A CARGO DE ENTIDADES SUPERVISIONADAS		516 000			516 000				
12 007 0021 2000 0130 FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUIMARÃES	FISCAL	516 000			516 000				
POLÍTICA EXTERIOR		365 000			365 000				
DIFUSÃO CULTURAL		200 000			200 000				
12 072 0247 1800 PROJETOS A CARGO DE ENTIDADES SUPERVISIONADAS		200 000			200 000				
12 072 0247 1800 0130 FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUIMARÃES	FISCAL	200 000			200 000				
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL		185 000			185 000				
12 072 0411 2000 ATIVIDADES A CARGO DE ENTIDADES SUPERVISIONADAS		185 000			185 000				
12 072 0411 2000 0130 FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUIMARÃES	FISCAL	185 000			185 000				
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA		99 000			99 000				
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR		96 000			96 000				
ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL		96 000			96 000				
18 078 0488 2800 ATIVIDADES A CARGO DE ENTIDADES SUPERVISIONADAS		96 000			96 000				
18 078 0488 2800 0130 FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUIMARÃES	FISCAL	96 000			96 000				
PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO		3 000			3 000				
PREVIDÊNCIA SOCIAL A SERVIDORES		3 000			3 000				
18 084 0492 2800 ATIVIDADES A CARGO DE ENTIDADES SUPERVISIONADAS		3 000			3 000				
18 084 0492 2800 0130 FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUIMARÃES	FISCAL	3 000			3 000				
TOTAL FISCAL		1 089 000			1 000 000				

ESPECIFICAÇÃO	ESFOL.	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC DA DÍVIDA	OUTRAS DESP CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZ-ÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP DE CAPITAL
PROMOVER A PRESENCIA DO GOVERNO BRASILEIRO NOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS DE SEU INTERESSE, POR REASÕES DE ORDEN POLITICA, SOCIAL, ECONOMICA, COMERCIAL, CULTURAL, CIENTIFICA E TECNOLÓGICA.									
18 072 0411 2017 0010 ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE - OMS	FISCAL	18 296 756			18 296 756				
18 072 0411 2017 0023 ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DE SAÚDE - OPAS	FISCAL	20 433 682			20 433 682				
18 072 0411 2017 0041 ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS - OEA	FISCAL	20 504 060			20 504 060				
18 072 0411 2017 0046 UNIVERSIDADE DAS NAÇÕES UNIDAS - UNU	FISCAL	173 153			173 153				
18 072 0411 2017 0068 INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA - IICA	FISCAL	6 471 507			6 471 507				
18 072 0411 2017 0086 ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO - OMT	FISCAL	214 890			214 890				
18 072 0411 2017 0100 COMITE CONSULTIVO INTERNACIONAL DO ALCOOL - CCTA	FISCAL	85 230			85 230				
18 072 0411 2017 0102 ESCRITORIO INTERNACIONAL DE EPIDEMIAS - EIE	FISCAL	275 628			275 628				
18 072 0411 2017 0103 ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA - FAO	FISCAL	16 276 840			16 276 840				
18 072 0411 2017 0105 REDE DE INFORMAÇÃO TECNOLÓGICA LATINO-AMERICANA - RITLA	FISCAL	76 958			76 958				
18 072 0411 2017 0106 INSTITUTO INTERNACIONAL DE ESTATÍSTICA - IIE	FISCAL	4 908			4 908				
18 072 0411 2017 0108 FUNDO COMUM DE PRODUTOS DE BASE DA UNCTAD - FCPB	FISCAL	470 478			470 478				
18 072 0411 2017 0109 COMISSÃO LATINO-AMERICANA DE AVIAÇÃO CIVIL - CLAC	FISCAL	44 063			44 063				
18 072 0411 2017 0110 ORGANIZAÇÃO DE AVIAÇÃO CIVIL INTERNACIONAL - OACI	FISCAL	1 163 220			1 163 220				
18 072 0411 2017 0112 ORGANIZAÇÃO LATINO-AMERICANA DE ENERGIA - OLADE	FISCAL	430 223			430 223				
18 072 0411 2017 0113 ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE INTEGRAÇÃO - ALADI	FISCAL	1 734 666			1 734 666				
18 072 0411 2017 0114 BUREAU INTERNACIONAL DE TARIFAS ADUANEIRAS - BITA	FISCAL	174 985			174 985				
18 072 0411 2017 0118 COMISSÃO INTERNACIONAL DA BALANÇA - CIB	FISCAL	104 612			104 612				
18 072 0411 2017 0119 COMITE CONTRA A TORTURA - CCT	FISCAL	230 304			230 304				
18 072 0411 2017 0117 COMITE DE AÇÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL DA AMERICA CENTRAL - CADESCA	FISCAL	65 053			65 053				
18 072 0411 2017 0116 COMITE INTERGOVERNAMENTAL COORDENADOR DOS PAISES DA GUINIA DO PRATA - CIC	FISCAL	92 314			92 314				
18 072 0411 2017 0118 COMITE PARA A ELIMINAÇÃO DA DISCRIMINAÇÃO RACIAL - CERD	FISCAL	3 926			3 926				
18 072 0411 2017 0120 CONVENÇÃO PARA A CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS MARINHOS ANTÁRTICOS - CCAMLR	FISCAL	148 370			148 370				
18 072 0411 2017 0121 CORTE PERMANENTE DE ARBITRAGEM - CPA	FISCAL	13 955			13 955				
18 072 0411 2017 0122 FEDERAÇÃO MUNDIAL DOS ES-CONDEANTES - RVF	FISCAL	13 858			13 858				
18 072 0411 2017 0123 FORÇA DE OBSERVADORES DO DESMILITARISMO DAS NAÇÕES UNIDAS - UNDOF	FISCAL	202 900			202 900				
18 072 0411 2017 0127 COOPERAÇÃO ECONOMICA ENTRE PAISES EM DESENVOLVIMENTO - CEPE - GRUPO 77	FISCAL	87 720			87 720				
18 072 0411 2017 0128 FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFANCIA - UNICEF	FISCAL	182 396			182 396				
18 072 0411 2017 0129 FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ATIVIDADES POPULACIONAIS - FPAUP	FISCAL	9 623			9 623				
18 072 0411 2017 0130 FUNDO FIDUCIARIO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A AFRICA MERIDIONAL - FPAFAM	FISCAL	9 623			9 623				
18 072 0411 2017 0131 FUNDO FIDUCIARIO PARA A PUBLICIDADE CONTRA O APARTHEID - FPAFPCA	FISCAL	9 623			9 623				
18 072 0411 2017 0132 FUNDO VOLUNTARIO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AS VITIMAS DE TORTURA - FVULTV	FISCAL	9 623			9 623				
18 072 0411 2017 0133 INSTITUTO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A PESQUISA SOBRE DESAMORTEAMENTO - UNIDR	FISCAL	3 852			3 852				
18 072 0411 2017 0134 PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE PRIMA	FISCAL	28 482			28 482				
18 072 0411 2017 0135 PROGRAMA EDUCACIONAL E DE TREINAMENTO PARA A AFRICA MERIDIONAL - PETRAM	FISCAL	9 623			9 623				
18 072 0411 2017 0137 FORÇA PROVISORIA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O LIBANO-UNIFIL	FISCAL	1 647 665			1 647 665				
18 072 0411 2017 0138 GRUPO DAS NAÇÕES UNIDAS DE OBSERVADORES NA AMERICA CENTRAL - ONUCA	FISCAL	96 412			96 412				
18 072 0411 2017 0139 GRUPO DE ASSISTENCIA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A TRANSIÇÃO - UNTAG	FISCAL	1 347 258			1 347 258				
18 072 0411 2017 0140 GRUPO MILITAR DE OBSERVAÇÃO DO IRAQUE DAS NAÇÕES UNIDAS - UNIMOG	FISCAL	123 911			123 911				
18 072 0411 2017 0141 INSTITUTO INDIOFONISTA INTERAMERICANO - III	FISCAL	66 244			66 244				
18 072 0411 2017 0142 INSTITUTO ITALO-LATINO-AMERICANO - ILILA	FISCAL	266 429			266 429				
18 072 0411 2017 0143	FISCAL	269 674			269 674				

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
INSTITUTO PAN AMERICANO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA - IPGH									
12 072 0411 2017 0144 LIGA INTERNACIONAL DAS SOCIEDADES DA CRUZ VERMELHA - LISCV	FISCAL	531 258			531 258				
12 072 0411 2017 0145 MISSÃO DAS NAÇÕES UNIDAS AO REFERENDO NO ZAMBA OCIDENTAL - MEMBRO	FISCAL	1 342 483			1 342 483				
12 072 0411 2017 0146 MISSÃO DE OBSERVAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS A EL SALVADOR - OMSAL	FISCAL	128 332			128 332				
12 072 0411 2017 0147 MISSÃO DE OBSERVAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O IRAQUE E O KUÁITE - UNIKO	FISCAL	581 897			581 897				
12 072 0411 2017 0148 MISSÃO DE VERIFICAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS EM ANGOLA - UNAVEM	FISCAL	23 569			23 569				
12 072 0411 2017 0149 ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU	FISCAL	55 975 596			55 975 596				
12 072 0411 2017 0150 ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA - UNESCO	FISCAL	22 250 880			22 250 880				
12 072 0411 2017 0151 ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT	FISCAL	18 508 934			18 508 934				
12 072 0411 2017 0152 ORGANIZAÇÃO MARÍTIMA INTERNACIONAL - IMO	FISCAL	1 084 258			1 084 258				
12 072 0411 2017 0153 ORGANIZAÇÃO METEOROLÓGICA MUNDIAL - OMM	FISCAL	2 954 300			2 954 300				
12 072 0411 2017 0154 UNIÃO INTERNACIONAL CONTRA O CANCER - UICC	FISCAL	83 321			83 321				
12 072 0411 2017 0155 COMISSÃO DE PERSONALIDADES DO SUL - CPS	FISCAL	115 440			115 440				
12 072 0411 2017 0156 COMISSÃO INTERNACIONAL PARA A CONSERVAÇÃO DO ATUM ATLÂNTICO - CICAA	FISCAL	258 805			258 805				
12 072 0411 2017 0157 ACADEMIA DIPLOMÁTICA INTERNACIONAL - ADI	FISCAL	22 849			22 849				
12 072 0411 2017 0158 ACORDO GERAL SOBRE COMÉRCIO E TARIFAS - GATT	FISCAL	1 971 339			1 971 339				
12 072 0411 2017 0159 AGENCIA INTERNACIONAL DE ENERGIA ATÔMICA - AIEA	FISCAL	8 334 904			8 334 904				
12 072 0411 2017 0162 COMISSÃO SUL-AMERICANA DA PAZ - CSP	FISCAL	38 483			38 483				
12 072 0411 2017 0168 FUNDO ESPECIAL DE ASSISTÊNCIA AO DESENVOLVIMENTO-FEAD	FISCAL	192 408			192 408				
12 072 0411 2017 0167 AGENCIA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OBRAS PLB E SOC. PARA OS REFUGIADOS PALESTINOS NO ORIENTE PRÓXIMO-UNRWA	FISCAL	9 823			9 823				
12 072 0411 2017 0168 ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS - ACNUR	FISCAL	9 823			9 823				
12 072 0411 2017 0169 CENTRO DE INFORMAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS - CIOIU	FISCAL	1 926			1 926				
12 072 0411 2017 0170 CENTRO REGIONAL DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A PAZ, O DESENVOLVIMENTO E O COMÉRCIO DA AMÉRICA LATINA-CRIPAL	FISCAL	9 823			9 823				
12 072 0411 2017 0171 COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA - CICV	FISCAL	193 923			193 923				
12 072 0411 2017 0172 ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA PROPRIEDADE INTELECTUAL - OMPI	FISCAL	524 288			524 288				
12 072 0411 2017 0173 SISTEMA ECONÔMICO LATINO-AMERICANO - SELA	FISCAL	629 629			629 629				
12 072 0411 2017 0174 UNIÃO INTERPARLAMENTAR - UI	FISCAL	188 351			188 351				
12 072 0411 2017 0175 CENTRO INTERAMERICANO DE COMERCIALIZAÇÃO - CICON	FISCAL	1 018 175			1 018 175				
12 072 0411 2017 0186 ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL - UNIDO	FISCAL	6 782 261			6 782 261				
12 072 0411 2017 0188 PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS P/ O DESENVOLVIMENTO - PNUD	FISCAL	813 129			813 129				
TOTAL FISCAL		214 577 388			214 577 388				

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Item 7 da pauta.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 77, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$10.700.000.000,00, para os fins que especifica. (Mens. nº 146/92-CN)

— Dependendo de parecer, a ser proferido em Plenário.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Moroni Torgan, para emitir parecer.

O SR. MORONI TORGAN (PSDB — CE. Para emitir parecer.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

I — Relatório

O Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, no exercício da Presidência da República, com fulcro no art. 61, § 1º, inciso II, alínea b, da Constituição Federal, e por intermédio da Mensagem nº 146, de 1992-CN (nº 749/92, na origem), submete à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei que “Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$ 10.700.000.000,00, para os fins que especifica”.

Referido crédito, em favor do Ministério das Relações Exteriores, destina-se, segundo informa a Exposição de Motivos nº 58, de 23-11-92, do Senhor Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República, ao pagamento da contribuição brasileira junto

à Associação Latino-Americana de Integração — ALADI, referente ao presente exercício.

Esclarece também o Senhor Ministro, em sua Exposição de Motivos, que a aprovação, por parte do Congresso Nacional, do crédito ora pleiteado, se faz necessária em razão de os valores solicitados estarem acima do limite de 20% estabelecido na Lei nº 8.409, de 28 de fevereiro de 1992.

Conforme programação demonstrada no Anexo II do projeto sob análise, as despesas decorrentes da presente solicitação serão integralmente atendidas com o cancelamento parcial de dotação da Reserva de Contingência.

II — Voto do Relator

Não foram apresentadas emendas ao Projeto de Lei nº 77. Do exame da proposição, verificamos que a iniciativa do Poder Executivo, ao pretender remanejar dotações para permitir o pagamento de contribuição brasileira a Entidade Internacional, não contraria a dispositivos constitucionais ou legais pertinentes, nem a programação financeira do exercício; é compatível com as prioridades do Plano Plurianual e não incide nas vedações expressas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Pelo exposto, somos favoráveis à aprovação do Projeto de Lei nº 77, de 1992—CN, na forma proposta pelo Poder Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — O parecer do nobre Relator, Deputado Moroni Torgan, é favorável ao projeto.

Em discussão o projeto na Câmara. (Pausa.)

Em discussão o projeto do Senado. (Pausa.)
Encerrada a discussão.

Passa-se à votação.

Em votação o projeto na Câmara. (Pausa.)
Aprovado.

Em votação o projeto no Senado. (Pausa.)
Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI Nº 77, DE 1992-CN

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$10.700.000.000,00, para os fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 8.409, de 28 de fevereiro de 1992), em favor do Ministério das Relações Exteriores, crédito suplementar no valor de Cr\$10.700.000.000,00 (dez bilhões e setecentos milhões de cruzeiros), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão da anulação parcial da dotação indicada no Anexo II desta Lei, no montante especificado.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

35000 - MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
35101 - MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

CR\$ 1 000 00

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESPERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
RELAÇÕES EXTERIORES		10 700 000			10 700 000				
POLÍTICA EXTERIOR		10 700 000			10 700 000				
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL		10 700 000			10 700 000				
12 072 0411 2017 PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS		10 700 000			10 700 000				
PROMOVER A PRESENÇA DO GOVERNO BRASILEIRO NOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS DE SEU INTERESSE, POR RAZÕES DE ORDEN. POLÍTICA, SOCIAL, ECONÔMICA, COMERCIAL, CULTURAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA									
12 072 0411 2017 0112 ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE INTEGRAÇÃO ALADI	FISCAL	10 700 000			10 700 000				
TOTAL FISCAL		10 700 000			10 700 000				

90000 - RESERVA DE CONTINGENCIA
90000 - RESERVA DE CONTINGENCIA

CR\$ 1 000 00

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESPERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
RESERVA DE CONTINGENCIA		10 700 000							
RESERVA DE CONTINGENCIA		10 700 000							
RESERVA DE CONTINGENCIA		10 700 000							
90 000 9000 9000 RESERVA DE CONTINGENCIA		10 700 000							
SERVIÇO DE FORTE COMPENSATORIA NA ABERTURA DE CREDITOS ADICIONAIS PARA DOTAÇÕES INSUFICIENTEMENTE PREVISTAS									
90 000 9000 9000 0001 RESERVA DE CONTINGENCIA	FISCAL	10 700 000							
TOTAL FISCAL		10 700 000							

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Item 9 da pauta.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 85, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito especial até o limite de Cr\$330.126.020.000,00, para os fins que especifica. (Mens. nº 154/92-CN)

— Dependendo de parecer a ser proferido em Plenário.

Ao projeto não foram apresentadas emendas.

Concedo a palavra ao nobre Líder Genebaldo Correia, para emitir parecer.

O SR. GENEBALDO CORREIA (PMDB — BA. Para emitir Parecer) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

I — Relatório

O Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, no exercício da Presidência da República, com fulcro no art. 61, § 1º, inciso II, alínea b, da Constituição Federal, e por intermédio da Mensagem nº 154, de 1992-CN (nº 763/92, na origem), submete à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei que "Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito especial no valor de Cr\$330.126.020.000,00, para os fins que especifica".

Referido crédito, em favor do Ministério das Relações Exteriores, destina-se, segundo informa a Exposição de Motivos nº 64, de 25-11-92, do Senhor Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República, ao pagamento de compromissos assumidos pelo Brasil junto a Organismos Internacionais concernentes ao exercício de 1990.

Esclarece também o Senhor Ministro, em sua Exposição de Motivos, que a aprovação, por parte do Congresso Nacional, do crédito ora pleiteado, se faz necessária em razão de os valores solicitados não terem sido contemplados pela autorização para abertura de créditos contida na Lei nº 8.409, de 28 de fevereiro de 1992.

As despesas decorrentes do presente crédito serão atendidas com recursos oriundos do excesso de arrecadação da remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional junto ao Banco Central do Brasil.

II — Voto do Relator

Não foram apresentadas emendas ao Projeto de Lei nº 85. Do exame da proposição, verificamos que a iniciativa

do Poder Executivo, ao pretender remanejar dotações para permitir o pagamento de despesas com pessoal, não contraria a dispositivos constitucionais ou legais pertinentes, nem a programação financeira do exercício; é compatível com as prioridades do Plano Plurianual e não incide nas vedações expressas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Pelo exposto, somos favoráveis à aprovação do Projeto de Lei nº 85, de 1992 — CN, na forma proposta pelo Poder Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — O nobre Relator, Deputado Genebaldo Correia, concluiu favoravelmente à aprovação do projeto.

Em discussão. (Pausa.)

Encerrada a discussão.

Em votação na Câmara dos Deputados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção presidencial.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI Nº 85, DE 1992-CN

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito especial até o limite de Cr\$ 330.126.020.000,00, para os fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Relações Exteriores, crédito especial até o limite de Cr\$330.126.020.000,00 (trezentos e trinta bilhões, cento e vinte e seis milhões vinte mil cruzeiros), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art.2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão da incorporação do excesso de arrecadação da receita do Tesouro Nacional, proveniente da remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional junto ao Banco Central do Brasil, nos termos do art. 43, §§ 1º, inciso II, e 3º da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

35000 - MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
36101 - MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CNB 1 000 00

CREDITO ESPECIAL

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
RELAÇÕES EXTERIORES		330 126 020			330 126 020				
POLÍTICA EXTERIOR		330 126 020			330 126 020				
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL		330 126 020			330 126 020				
12 072 0411 2017 PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS		330 126 020			330 126 020				
PROMOVER A PRESENCIA DO GOVERNO BRASILEIRO NOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS DE SEU INTERESSE POR RAZÕES DE ORDEN. POLÍTICA, SOCIAL, ECONÔMICA, COMERCIAL, CULTURAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA	FISCAL	63 742 090			63 742 090				
12 072 0411 2017 0189 SISTEMA DAS NAÇÕES UNIDAS	FISCAL	266 037 384			266 037 384				
12 072 0411 2017 0191 ORGANISMOS INTERNACIONAIS ESPECIALIZADOS	FISCAL	626 590			626 590				
12 072 0411 2017 0192 ORGANISMOS REGIONAIS	FISCAL	219 998			219 998				
12 072 0411 2017 0193 COMISSÃO DE CONTRIBUIÇÃO A ORGANISMOS ESPECÍFICOS									
TOTAL FISCAL		330 126 020			330 126 020				

São os seguintes os itens cuja apreciação foi adiada por acordo de Lideranças:

— 3 —

PROJETO DE LEI Nº 48, DE 1992-CN

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 48, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes e das Comunicações, crédito especial até o limite de Cr\$241.666.666.000,00, para os fins que especifica. (Mens. nº 101/92-CN)

— Dependendo de parecer a ser proferido em Plenário.

— 4 —

PROJETO DE LEI Nº 68, DE 1992-CN

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 68, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da União, em favor do Ministério da Educação, crédito suplementar no valor de Cr\$42.408.409.000,00, para os fins que especifica. (Mens. nº 136/92-CN)

— Dependendo de parecer a ser proferido em Plenário.

— 6 —

PROJETO DE LEI Nº 76, DE 1992-CN

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 76, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da União, em favor do Ministério da Educação, crédito suplementar no valor de Cr\$1.006.424.491.000,00, para os fins que especifica. (Mens. nº 145/92-CN)

— Dependendo de parecer a ser proferido em Plenário.

— 8 —

PROJETO DE LEI Nº 81, DE 1992-CN

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 81, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de

Cr\$1.299.380.000,00, para os fins que especifica. (Mens. nº 150/92-CN)

— Dependendo de parecer a ser proferido em plenário.

— 10 —

PROJETO DE LEI Nº 87, DE 1992-CN

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 87, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial até o limite de Cr\$8.355.450.000,00, para os fins que especifica. (Mens. nº 156/92-CN)

— Dependendo de parecer a ser proferido em Plenário.

— 11 —

PROJETO DE LEI Nº 91, DE 1992 — CN

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 91, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da União, em favor do Ministério da Educação, crédito suplementar no valor de Cr\$165.861.588.000,00, para os fins que especifica. (Mens. nº 161/92-CN)

— Dependendo de parecer a ser proferido em Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Nada mais havendo a tratar, a Presidência agradece a todos os Srs. Deputados e Senadores que ainda permanecem no plenário o comparecimento e convoca sessão do Congresso Nacional para a próxima segunda-feira, às 19h, destinada à apreciação de créditos.

Segundo informações que recebi, as Lideranças da Câmara se reunirão amanhã e as do Senado na próxima segunda-feira, pela manhã, a fim de apreciar um acordo estabelecido na Câmara.

É de se esperar, portanto, que a manifestação do Senado ocorra também na segunda-feira. Portanto, na noite de segunda-feira, já terão condições de votar essas proposições, com pleno conhecimento da matéria, não apenas as Lideranças, mas todos os Srs. Congressistas.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 48 minutos.)

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusas as despesas de correio via terrestre)

SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

Semestral Cr\$ 286.706,00 até 1º/11/92

SEÇÃO II (Senado Federal)

Semestral Cr\$ 286.706,00 até 1º/11/92

J. avulso Cr\$ 2.048,00 até 1º/11/92

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386 – PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil – Agência 0452-9 – CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

**Praça dos Três Poderes - Brasília - DF
CEP: 70160-900**

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações - Coordenação de Atendimento ao Usuário.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

**Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990:
Dispõe sobre o Estatuto da Criança
e do Adolescente, e dá outras
providências (D.O. de 16-7-90)**

Legislação correlata

**Convenção sobre os direitos da criança
(DCN, Seção II, de 18-9-90)**

Índice temático

**Lançamento
Cr\$ 1.000,00**

**À venda na Subsecretaria de Edi-
ções Técnicas - Senado Federal, Anexo
I, 22º andar - Praça dos Três Poderes,
CEP 70160 - Brasília, DF - Telefones
311-3578 e 311-3579.**

Os pedidos a serem atendidos através da ECT deverão ser acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de seu valor para a cobertura das respectivas despesas postais e acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT do Senado CGA 470775.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

JANEIRO A MARÇO 1991
ANO 28 - NÚMERO 109

Em circulação com estas matérias:

HOMENAGEM

Luiz Viana Filho - *Edivaldo M. Boaventura*

Afonso Arinos - *Jarbas Maranhão*

COLABORAÇÃO

A reforma monetária cruzeiro - *Letacio Jansen*

O planejamento na economia brasileira - *Clovís V. do Couto e Silva*

Os valores e a Constituição de 1988 - *Eduardo Silva Costa*

A Constituição Brasileira de 1988; subsídios para os comparatistas - *Ana Lucia de Lyra Tavares*

Inovações constitucionais - *Silveira Neto*

O pluralismo jurídico na Constituição de 1988 - *Silvio Dobrowolski*

A segurança pública na Constituição - *Diogo de Figueiredo Moreira Neto*

A Constituição Federal de 1988 e o mandato de segurança contra ato judicial - *Alvaro Lazzarini*

A propósito da extradição: a impossibilidade do STF apreciar o mérito do processo de extradição, indisponibilidade do controle jurisdicional na extradição - *Negi Calixto*

Cinco temas controvertidos do Direito Penal - *Edilson Pereira Nobre Júnior*

O Direito Internacional e os Direitos dos Povos - *Pedro Pinto Leite*

O "status" jurídico dos países sem litoral e as regras da Convenção de Montego Bay

sobre o Direito do Mar - *Georgenor de Sousa Franco Filho*

Sobre o Direito Natural na Revolução Francesa - *Marcela Varejão*

"Ermächtigung": proposta de leitura da hermenêutica na Teoria Pura do Direito - *Gladston Mamede*

Direito Romano em Gramsci - *Ronakdo Poletti*
A filiação ilegítima e a constituição de 1988 - *Clayton Reis*

Solidariedade e fiança - *Arnoldo Wald*

Proteção jurídica das embalagens - *Carlos Alberto Bittar*

Contratos estipulados por computador: declaración de voluntad. Forma y momento de su perfeccionamiento - *Daniel E. Moeremans y Carlos E. Saltor*

A Ação Civil Pública no Estatuto da Criança e do Adolescente - *Hugo Negro Mazzilli*

Recurso adesivo e ordem constitucional: são compatíveis? - *José Pitas*

A arte e o obsceno - *Everardo da Cunha Luna*

A PMCE, os servidores militares e a Carta Estadual/89 - *Adauto Rodrigues de Oliveira Leite*

O Conselho Constitucional Francês: ator da lei, mas nunca seu autor! - *Paulo Rodrigues Vieira*

Os Direitos Fundamentais na Lei Fundamental de Bonn - *Luís Afonso Heck*

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas - Senado Federal, Anexo I, 22º andar - Praça dos Três Poderes, CEP 70160 - Brasília, DF - Telefones 311-3578 e 311-3579.

Os pedidos a serem atendidos através da ECT deverão ser acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de seu valor para a cobertura das respectivas despesas postais e acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT do Senado - CGA 470775.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 110

(abril a junho de 1991)

Está circulando o nº 110 da Revista de Informação Legislativa, periódico trimestral de pesquisa jurídica, editada pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número com 398 páginas, contém as seguintes matérias:

Assinatura para 1991 (nº 109 a 112).

Cr\$ 4.500,00

COLABORAÇÃO

A primeira Constituição Republicana do Brasil - *Alcides de Mendonça Lima*

Tarefa dos partidos políticos no processo de integração da América Latina - *André Franco Montoro*

Os actos legislativos no Direito Constitucional Português - *Jorge Miranda*

Konrad Hesse: Uma nova crença na Constituição - *Inocêncio Mártires Coelho*

Os Direitos Humanos como limitações ao poder constituinte - *Leomar Barros Amorim de Sousa*

Revisão constitucional - *Geraldo Ataliba*

Direito Constitucional Brasileiro (Reflexões sobre aspectos elementares) - *Sebastião Baptista Affonso*

Mandado de injunção - *Marcelo Duarte*

As Medidas Provisórias no Sistema Jurídico-Constitucional Brasileiro - *Fran Figueiredo*

Aspectos do Regime Constitucional da Desapropriação - *Vitor Rolf Laubé*

A liberdade de expressão e a propaganda eleitoral ilícita - *Geraldo Brindeiro*

Questões e direitos relativos à mulher nas Constituições do Brasil e de Minas Gerais - *Anamaria Vaz de Assis Medina*

Fundações privadas instituídas pelo Poder Público - *Adilson Abreu Dallari*

Auditoria e avaliação da execução - *Rosinethe Monteiro Soares*

Soberania do Poder Judiciário - *Antônio de Pádua Ribeiro*

O Poder Normativo da Justiça do Trabalho - *Paulo Emilio Ribeiro de Vilhena*

A Escola Judicial - *Sálvio de Figueiredo Teixeira*

Da constitucionalidade do bloqueio de valores - *Adriano Perácio de Paula*

O Programa Brasileiro de Privatização de Empresas Estatais - *Marcos Juruena Villela Souto*

Tratamento jurídico dispensado no Brasil ao capital estrangeiro - *Werter R. Faria*

Agricultura e inflação sob o capitalismo periférico - *Mauro Márcio Oliveira*

A pau e pedra: notas sobre o vandalismo - *José Arthur Rios*

Dois momentos decisivos na vida de Rui Barbosa - *Rubem Nogueira*

PESQUISA - Direito Comparado

Lei inglesa de proteção ao consumidor, 1961

Lei inglesa de segurança do consumidor, 1978

Emenda à lei inglesa de segurança do consumidor, 1986

Obras publicadas pela Subsecretaria de Edições Técnicas

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas - Senado Federal, Anexo I, 22º andar - Praça dos Três Poderes, CEP 70160 - Brasília, DF - Telefones: 311-3578 e 311-3579

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT Senado Federal - CGA 470775.

CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

- Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências
- Dispositivos vetados e razões dos vetos
- Legislação correlata
- Índice temático

Lançamento
Cr\$ 800,00

**À venda na Subsecretaria de Edições
Técnicas - Senado Federal, Anexo I, 22º
andar - Praça dos Três Poderes, CEP 70160
- Brasília, DF - Telefones 311-3578 e
311-3579.**

Os pedidos a serem atendidos através da ECT deverão ser acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de seu valor para a cobertura das respectivas despesas postais e acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT do Senado CGA 470775.

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 152 PÁGINAS